

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PAULO SÉRGIO PEREIRA RICCI

ANÁLISE DA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DE A.
R. LURIA E SUAS UTILIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Maringá
2014

PAULO SÉRGIO PEREIRA RICCI

ANÁLISE DA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DE A.
R. LURIA E SUAS UTILIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Calvo Tuleski

Maringá
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R491a Ricci, Paulo Sérgio Pereira
Análise da proposta de avaliação neuropsicológica de A. R. Luria e suas utilizações contemporâneas / Paulo Sérgio Pereira Ricci. -- Maringá, 2014.
202 f. : il. (algumas color.), fig., tab., graf.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Calvo Tuleski.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

1. Luria, Alexander Romanovich, 1902-1977 - Avaliação neuropsicológica. 2. Neuropsicologia. 3. Psicologia histórico-cultural. I. Tuleski, Silvana Calvo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 21.ed. 150.287

AMMA-001781

PAULO SÉRGIO PEREIRA RICCI

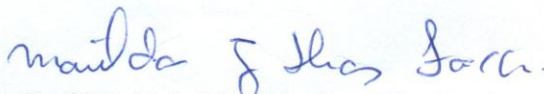
Análise da proposta de avaliação neuropsicológica de A. R. Luria e suas utilizações contemporâneas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

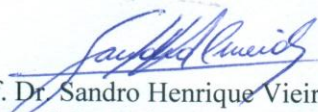
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Silvana Calvo Tuleski
DPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.^a Dr.^a Marilda Gonçalves Dias Facci
DPI/Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Sandro Henrique Vieira de Almeida
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Aprovado em: 17 de fevereiro de 2014.
Local da defesa: Sala 06 do Bloco 118

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Maringá, por sua história.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao Departamento de Psicologia, nos nomes das Professoras Dr.^a Sonia Mari Shima Barroco, e Dr.^a Lucia Cecília da Silva, e da Senhora Tania Regina Gasparelo, pelo comprometimento.

À Professora Dr.^a Silvana Calvo Tuleski, minha orientadora acadêmica, pela pessoa que é, pelo ensino, competência e formação recebidos!

Aos Professores Dr.^a Marilda Gonçalves Dias Facci, e Dr. Sandro Henrique Vieira de Almeida, pela dedicação e atenção às considerações realizadas.

Aos meus mestres: Lenita Gama Cambaúva, Marlene Simionato, Paulo José da Costa e Marli Aparecida Calça Sanches, pelo exemplo, ética, e inspiração à carreira acadêmica.

A meus pais, Antônio Aparecido Ricci e Eurípia Pereira Ricci, e à minha irmã Mirian Ricci, pelo amor e suporte!

À minha analista, senhora Maria Cláudia de Chiara Pismel, que me ensinou o significado de nome próprio.

Aos meus amigos Elis Bertozzi Aita, Aline Andressa Mello, Livia Yatsuda Brescansin, Alessandra Rodrigues Sardeto e Francisco Senandes Simon, por estarem próximos nos momentos necessários.

À Maria Aparecida Santiago da Silva, pelo compartilhar de angústias e pela amizade.

Aos companheiros de jornada acadêmica, e ao LAPSIHC, em nome de Hilusca Alves Leite, pela parceria e pelo crescimento coletivo.

Às minhas amigas, Marina Meneguetti, Lucivani Soares Zanélla, e Isabelle Maurutto, pelo caminhar conjunto.

À Senhora Erica Patricia Teixeira, pela colaboração realizada, e aos Senhores André Gentil Oliveira e Beatriz Singh Galles, pela amizade e ajuda recebidas.

À Faculdade União de Campo Mourão, nos nomes dos Senhores Ademilson Vedovato Cavalcanti e Pedro Paulo Rodrigues Cardoso de Mello, pela confiança e auxílios dados.

À CAPES pelo apoio financeiro.

EPÍGRAFE

Queria uma psicologia relevante,
que conferisse alguma substancia a
nossas discussões sobre a
construção de uma nova vida.

(LURIA)

Análise da proposta de Avaliação Neuropsicológica de A. R. Luria e suas utilizações contemporâneas

RESUMO

A presente pesquisa, de cunho teórico-analítico e conceitual, versa sobre a Avaliação Neuropsicológica proposta por Luria. O objetivo é compreender a concepção de Avaliação Neuropsicológica e analisar seus usos contemporâneos. Luria (1902-1977) foi um teórico soviético, elaborador da Psicologia Histórico-Cultural. De fundamental importância, tanto para a Psicologia, quanto para a Neuropsicologia, é considerado o “pai” da Neuropsicologia russa/soviética. Através deste trabalho busca-se entender o projeto empreendido por Luria na construção da Neuropsicologia como relacionado às necessidades de sua época, a partir de uma análise pelo método do Materialismo Histórico-Dialético. A partir disso, buscamos discutir as produções atuais em Neuropsicologia que utilizam instrumentais avaliativos baseados em Luria, bem como saber se as pesquisas que se fundamentam em Luria, especificamente na esfera da avaliação neuropsicológica, estão coerentes com os princípios defendidos pelo autor. Tal análise se pautou em uma busca de artigos contemporâneos realizada em indexadores da BVS-Psi e LILACS, a partir das palavras-chave: avaliação neuropsicológica *and* Luria. Entende-se que quando se distancia a proposta de avaliação neuropsicológica de Luria, de um projeto mais geral, a elaboração da Psicologia Histórico-Cultural, corre-se o risco de se realizar um recorte na teoria do autor, que distancia os objetivos finais de seus encaminhamentos para a Neuropsicologia e torna seus instrumentais incoerentes com sua proposta. O contexto de produção da Neuropsicologia luriana possibilitou grande acesso a dados referentes a danos cerebrais, sobretudo pelo alto índice de pacientes feridos em batalha, decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Luria, inserido nesse contexto, buscou compreender a maneira pela qual ocorre a relação entre cérebro e comportamento. Nessa empreita elaborou formas de avaliação dos danos cerebrais acarretados por lesão, que tivessem para além do mero objetivo de diagnóstico, o de traçar metas que possibilitassem informações suficientes para respaldar procedimentos de reabilitação das funções psicológicas perdidas. Ao propor um novo entendimento sobre o funcionamento cerebral, o autor, supera as concepções tradicionais, sobretudo, pelo entendimento do funcionamento cerebral a partir de sua constituição histórica – filo e ontogenética. O autor também era contrário às proposições de avaliação exclusivamente quantitativa acerca do funcionamento mental humano, pois entendia que este só poderia ser compreendido por meio de procedimentos de avaliação qualitativos e individuais. Esta forma de avaliação leva em consideração as particularidades de cada indivíduo avaliado, sobretudo, tendo clareza do nível de apropriação cultural dos mesmos, sistematizando um *corpus* teórico para a Neuropsicologia ou uma teoria explicativa dos fenômenos psíquicos e de seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Luria; Neuropsicologia; Psicologia Histórico-Cultural

Analysis of the proposed Neuropsychological Evaluation of A. R. Luria and its contemporary uses

ABSTRACT

The present research is about the Neuropsychological Evaluation proposed by Luria and has a theoretical, analytical and conceptual nature. The objective is to understand the project of Neuropsychological Evaluation and analyze its contemporary uses. Luria (1902-1977) was a Soviet theoretical, maker of Historical-Cultural Psychology. He has a fundamental importance both for Psychology, and for Neuropsychology, and is considered the “father” of Soviet/Russian Neuropsychology. Through this work we seek to understand the project undertaken by Luria in the construction of Neuropsychology related to the needs of his time, from an analysis by the Historical Materialism and Dialectical method. From this, we discuss the current productions in Neuropsychology that uses instrumental evaluation based on Luria, as well as whether the researches that are based on Luria, specifically in the area of Neuropsychological Evaluation are consistent with the principles defended by the author. Such analysis was based on a search on contemporary articles held in the BVS-Psi and LILACS from keywords: Luria and Neuropsychological Evaluation. It is understood that when one distances from Luria’s Neuropsychological Evaluation, from a more general project, the preparation of the Historical-Cultural Psychology, risks of performing a cutout in the author's theory, that distance the ultimate objectives of his referrals of Neuropsychology, and makes the instrumentation incoherent with its proposal. The production context of Luria’s Neuropsychology allowed greater access to data on brain damage, especially because of the high rate of patients injured in battle, resulting from the Second World War. Luria, inserted in this context, sought to understand the way in which occurs the relationship between brain and behavior. While doing this work, Luria elaborated forms of evaluation of brain damage entailed by injury, which was beyond mere diagnostic purposes, setting goals that enabled enough information to support rehabilitation procedures of lost psychological functions. In proposing a new understanding of brain functioning, the author overcomes the traditional conceptions, especially the understanding of brain functioning from its historical constitution - filo and ontogenetic. The author was also contrary to the propositions of exclusively quantitative evaluation of human mental functioning, because he believed that this could only be understood through qualitative procedures and individual assessment. This form of evaluation takes into account the particularities of each individual assessed, especially with the clarity level of cultural appropriation of each, systematizing a theoretical corpus for Neuropsychology for an explanatory theory of psychic phenomena and their development.

Keywords: Luria; Neuropsychology; Historic-Cultural Psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relação universalidade-particularidade-singularidade.....	p.63
Tabela 1 – Artigos analisados.....	p.145
Gráfico 1 – Temas dos artigos analisados.....	p.147
Gráfico 2 – Relação entre os processos de avaliação e reabilitação neuropsicológicos..	p.148
Gráfico 3 – Delimitação de fundamento teórico.....	p.150
Gráfico 4 – Referência a Luria na exposição teórica.....	p.151
Gráfico 5 – Encaminhamento dos dados obtidos a partir do processo de avaliação neuropsicológica.....	p.156
Gráfico 6 – Especificação dos testes utilizados no processo de avaliação neuropsicológica.....	p.160
Gráfico 7 – Utilizações padronizadas da proposta de avaliação neuropsicológica de Luria.....	p.165
Gráfico 8 – Análise de histórico clínico.....	p.166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.10
1 CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA NEUROPSICOLOGIA LURIANA.....	p.16
1.1 Breves considerações sobre as condições econômicas e políticas da URSS após a Revolução de 1917 e o debate em torno da Fisiologia.....	p.24
1.2 Os postulados da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski como princípios para a Neuropsicologia de Luria.....	p.40
1.3 O contexto de produção da Psicologia Histórico-Cultural e da Neuropsicologia luriana após a morte de Vigotski.....	p.55
1.4 Da crise da Psicologia e da Neuropsicologia para a superação pela dialética universal-particular-singular.....	p.61
2 CAPÍTULO II – A AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA LURIANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA.....	p.77
2.1 Dos pressupostos teórico-filosóficos e epistemológicos.....	p.79
2.2 Das implicações práticas.....	p.99
2.3 Dos procedimentos necessários a uma avaliação neuropsicológica luriana.....	p.116
3 CAPÍTULO III – OS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS QUE UTILIZAM A AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DE LURIA: SEUS EMPREGOS E CONTROVÉRSIAS.....	p.132
3.1 As adaptações e padronizações realizadas das provas neuropsicológicas lurianas.....	p.132
3.2 Os limites e possibilidades de utilização das padronizações das provas lurianas.....	p.143
3.3 Implicações epistemológicas e práticas de uma tendência a quantificar e não qualificar os sintomas.....	p.167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.179
REFERÊNCIAS.....	p.196

INTRODUÇÃO

Se aparência e essência coincidissem, a ciência seria desnecessária. Partindo desse pressuposto de Marx, discutido por Vigotski (2004c) no âmbito da Psicologia, consideramos que uma proposta de pesquisa deva primar pela investigação e análise da essência de seu objeto de estudo. Isto é, que busque as raízes do fenômeno analisado e a compreensão da totalidade, ou seja, das múltiplas relações contidas em um dado de investigação.

Deste modo, propomos que o objeto de investigação da presente pesquisa seja o modelo de Avaliação Neuropsicológica, elaborado por Alexander Romanovich Luria, e também as apropriações contemporâneas das concepções do autor para a prática de Avaliação Neuropsicológica, em publicações referentes ao período entre os anos 1990 a 2013. Objetivamos compreender tal proposta na totalidade da obra de Luria, levando em consideração os desafios e as necessidades da sociedade, na qual a mesma foi elaborada, pois entendemos que a concepção de diagnóstico é parte integrante de uma obra complexa de explicação da relação entre funcionamento cerebral e comportamento humano.

Buscamos compreender os usos do fundamento de Luria para as pesquisas atuais em Avaliação Neuropsicológica, destacando possíveis convergências e/ou divergências entre as mesmas e a proposta de Luria, realizada desde os primeiros estudos da Psicologia Histórico-Cultural, até a década de 1970.

O interesse em temas de estudo da Psicologia Histórico-Cultural, por meio da análise metodológica do Materialismo Histórico-Dialético, tem sido uma constante em desenvolvimento pelo pesquisador que se aventurou na presente proposta investigativa. Nesse sentido, resgatamos alguns trabalhos anteriores, que justificam a busca por aprofundamentos na esfera da Avaliação Neuropsicológica, norteada pelo fundamento da Psicologia Histórico-Cultural, em nível de mestrado acadêmico.

O interesse pelos fundamentos epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural pode ser percebido em trabalhos anteriores, de caráter de Iniciação Científica realizados pelo pesquisador. Nesse sentido, destacam-se duas atividades de pesquisa científica que se fundamentaram na Psicologia Histórico-Cultural, a saber, as pesquisas: “*Delimitação do conceito de consciência em Pavlov e Vygotski: primeiros apontamentos*”, financiada pelo CNPq e realizada no período de agosto de 2008 a julho de 2009; e “*Concepções acerca da abordagem Neuropsicológica: um estudo preliminar da Neuropsicologia soviética e norte-*

americana”, também com financiamento do CNPq e realização no período compreendido entre agosto de 2010 a julho de 2011.

Pontua-se que o tema de interesse da atual pesquisa vincula-se às problematizações constatadas na realização deste último projeto, pois, ao se estudar o fundamento da Neuropsicologia Soviética e as concepções norte-americanas, foi evidenciada a necessidade de aprofundamento na área. No projeto citado, evidenciou-se que muitas pesquisas têm sido realizadas no campo da Neuropsicologia, porém, nem sempre as mesmas possuem o cuidado metodológico proposto pelos elaboradores da Psicologia Histórico-Cultural.

A escolha pela especificidade do tema da Avaliação Neuropsicológica decorre da forte influência que tal procedimento tem sido utilizado nos encaminhamentos ao trabalho do psicólogo quando entra em contato com os problemas escolares. Tal pesquisa justifica-se, portanto, pela consonância do estudo à linha de pesquisa do Mestrado à qual se vincula: *“Processos Educativos e Práticas Sociais”*.

A compreensão do projeto de avaliação, diagnóstico e encaminhamentos clínicos de Luria (1977) e a problematização de suas utilizações contemporâneas, justificam-se pela atual necessidade de superar as concepções naturalizantes e biologizantes das dificuldades e/ou queixas escolares, como já denunciadas por Moysés e Collares (1992; 1996), Patto (1990), Proença (2002), entre outros. O processo de Avaliação Neuropsicológica, quando não entendido em relação à proposta de superação da perspectiva biologizante do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pode conduzir à culpabilização dos sujeitos por seu não desenvolvimento. Além disso, pode incidir em práticas remediativas pautadas puramente na medicalização, ao invés de se propor estratégias de recuperação das funções perdidas ou deficitárias que o conduzam a uma possibilidade de desenvolvimento humano pleno.

A partir do exposto, percebemos a necessidade de problematizar a utilização atual das formulações de Luria no campo da Avaliação Neuropsicológica, já que a ênfase atual, no Brasil, ainda recai na padronização dos testes para serem considerados como validados cientificamente. Cagnin (2010) expõe que no campo da Neuropsicologia, a vertente Psicométrica, que relacionou a Neuropsicologia com a Psicologia Experimental, propôs a padronização de testes e deu ênfase à quantificação dos dados nos estudos realizados. Uma das padronizações foi a bateria de testes Luria-Nebraska, ou seja, padronizaram uma proposta com a utilização de estudos de Luria, dissociados de seu projeto epistemológico, uma vez que reproduz, ao invés de superar, a crítica que o próprio autor realizou, na década de 1970 aos diagnósticos quantitativos.

Pestun, Ciasca e Gonçalves (2002) também utilizam a padronização da bateria de testes Luria-Nebraska para a realização de diagnósticos de dislexia do desenvolvimento. Como dislexia, as autoras entendem não uma infuncionalidade cerebral acarretada por lesão, como versavam as pesquisas de Luria, apesar do autor não ter utilizado esse termo. Mas sim como:

Dislexia do desenvolvimento é disfunção do sistema nervoso central, frequentemente de origem constitucional, caracterizada pela dificuldade na aquisição ou no uso da leitura e/ou escrita, que acomete crianças com inteligência normal, sem défices sensoriais, com instrução supostamente adequada e na ausência de problemas físicos ou emocionais significativos (Pestun; Ciasca; Gonçalves, 2002, p.328).

Tal concepção, baseada no olhar biológico aos fenômenos psíquicos, acaba por revelar encaminhamentos práticos também diferenciados aos que Luria (1970; 1981)¹ considerava ser necessário. Desse modo, analisamos que, dependendo da concepção filosófica e epistemológica presentes em uma pesquisa, ocorrerão práticas profissionais também diferenciadas, que poderão promover o desenvolvimento humano, ou reproduzir condições de exclusão e culpabilização, transferindo questões sociais ao âmbito individual/biológico, como já apontado por Moysés e Collares (1992; 1996), Patto (1990), Proença (2002), entre outros.

Por meio da análise realizada em estudos anteriores, como o de Tuleski (2011), evidencia-se a necessidade de aprofundamentos teóricos no entendimento dos pressupostos de Luria, como parte de um processo coletivo de construção do conhecimento a partir, e em relação ao fundamento da Psicologia Histórico-Cultural. Pontua-se que Luria é considerado, pelo meio acadêmico em geral, o ‘pai’ da Neuropsicologia soviética, por ter sido um dos primeiros e principais autores que trouxeram entendimentos fundamentais à relação entre cérebro e comportamento. A partir desse consenso, interessa saber se as pesquisas que se fundamentam em Luria, especificamente na esfera da Avaliação Neuropsicológica, estão coerentes com os princípios defendidos pelo autor.

Luria (1977; 1981) propôs que a Avaliação Neuropsicológica deveria possuir um caráter qualitativo, ser realizada de modo particular e formulada de caso para caso, respeitando as especificidades clínicas dos pacientes avaliados. Desse modo, o autor foi contrário aos procedimentos estandarizados e padronizados, válidos e possíveis de aplicação à grande parcela populacional. Essa aplicação generalizada desconsideraria, na concepção do

¹ Nos momentos em que citamos mais de uma referência objetivamos explicitar que o princípio teórico defendido está presente em mais de uma obra do autor.

autor, a particularidade do desenvolvimento humano, ou seja, sua constituição a partir da relação entre universalidade-particularidade-singularidade dada por meio do contexto social, aspecto que pretendemos discutir nesta investigação.

Em oposição a essa tese, conhecemos dois tipos de padronizações da proposta avaliativa de Luria: a “Bateria de Testes Luria-Nebraska” (Golden; Hammeke; Purisch, 1980); e a “Bateria de Testes Luria-Christensen” (Christensen, 1974; 1975). Objetivamos, portanto, nessa pesquisa, conhecer e analisar tais procedimentos e outros possíveis, de forma a poder encontrar respostas para nossa hipótese: as padronizações das concepções de Luria estariam incoerentes com a proposição do autor. Além disso, destaca-se a necessidade de estudar as apropriações das ideias de Luria, que, muitas vezes, não são referenciadas em pesquisas que utilizam as concepções elaboradas pelo autor.

Entender a essência do projeto de Luria é de fundamental importância para que analisemos como tem sido suas utilizações atuais. Ou seja, é importante verificar se o modo pelo qual as abordagens da Neuropsicologia atuais têm feito uso da proposição de Luria está coerente com seus fundamentos, objetivos e implicações sociais.

Em relação à metodologia, explicitamos que a pesquisa aqui proposta é de cunho teórico-analítico e conceitual. Seu desenvolvimento contou com a utilização de fontes primárias, em português, inglês e espanhol, de textos, livros e artigos publicados por A. R. Luria, relacionados a seus estudos neuropsicológicos, e demais elaboradores da Psicologia Histórico-Cultural, L. S. Vigotski e A. N. Leontiev, além de pesquisadores contemporâneos.

Buscamos priorizar os estudos realizados com indivíduos que tiveram perdas funcionais acarretadas por lesões cerebrais, pelo fato de que os mesmos proporcionam o entendimento das concepções de Luria a respeito da avaliação neuropsicológica das funções perdidas, bem como o planejamento dos processos de reabilitação. Também realizamos um estudo acerca do contexto histórico de elaboração da Neuropsicologia soviética, de forma a relacionar as concepções teóricas de Luria ao contexto de produção de suas ideias e instrumentais.

Além disso, pesquisamos artigos publicados em periódicos, indexados na BVS-Psi e Bireme. Tal escolha se deu pelo fato de que tais instrumentos de busca são referência no Brasil e América Latina em literaturas relacionadas às áreas de Saúde e Psicologia. Tal busca foi realizada por meio da seleção de artigos a partir das palavras-chave: Avaliação Neuropsicológica *and* Luria. A escolha dos termos em união foi em decorrência do fato de que, ao se buscar apenas o termo “Avaliação Neuropsicológica” ou o termo “Luria”, o volume de textos encontrados foi extensivo e fugia ao nosso objeto de estudo. Uma vez que o termo

“avaliação neuropsicológica” continha artigos das mais diversas concepções teóricas na Psicologia, e “Luria” reunia textos referentes às mais diversas áreas, como Anatomia e Fisiologia. Desse modo, recorreremos a este recorte para a construção de nossa análise dos estudos contemporâneos. Assinalamos também que buscamos os termos “Avaliação Neuropsicológica” *and* “Psicologia Histórico-Cultural” e seus variantes, porém não foi encontrado nenhum resultado.

A análise e interpretação dos dados são conduzidas pela metodologia do Materialismo Histórico-Dialético, epistemologia da Psicologia Histórico-Cultural, que objetiva, na pesquisa científica, o alcance da essência dos fenômenos para além da leitura superficial ou aparente dos dados. O conhecimento que busca compreender a essência dos fenômenos, segundo Tuleski (2008) implica na busca de suas raízes, ou seja, da totalidade de relações sociais constituintes de um objeto pesquisado, que, neste caso, é a proposta de avaliação neuropsicológica de Luria e seus usos contemporâneos.

Nossa discussão contará com a seguinte estruturação: na seção I, intitulada “*A história da Neuropsicologia luriana*” buscaremos apresentar e analisar as condições políticas e econômicas de produção da vida na URSS após a Revolução de 1917, que acarretaram em direcionamentos às pesquisas realizadas pela Psicologia e pela Neuropsicologia. Enfocaremos a consonância do projeto de elaboração da Neuropsicologia de Luria com os princípios defendidos por Vigotski (2004c) na construção da Psicologia Histórico-Cultural, como também a superação do pensamento tradicional (burguês) por meio do entendimento da dialética universal-particular-singular.

Na seção II, “*A avaliação neuropsicológica luriana e suas contribuições para a Psicologia*”, discorreremos a respeito de seus fundamentos teórico-filosóficos e epistemológicos, bem como suas implicações para a prática do profissional da Psicologia. Explicitaremos os instrumentais avaliativos discutidos por Luria, e argumentaremos sobre as possibilidades atuais de emprego da avaliação qualitativa nas avaliações psicológicas.

Já na seção III, “*Os estudos contemporâneos que utilizam a avaliação neuropsicológica de Luria: seus empregos e controvérsias*”, contemplaremos uma explicação e problematização a respeito das adaptações e padronizações das provas neuropsicológicas lurianas. Discutiremos os limites e as possibilidades dos usos de tais instrumentais a partir da análise de artigos contemporâneos que tem se fundamentado na proposta luriana de avaliação. Por fim, analisaremos as implicações das tendências científicas que tem por objetivo final a quantificação dos sintomas e não sua qualificação, conforme defendia Luria (1970; 1977; 1981).

Objetivamos, com nosso trabalho, elucidar a proposta avaliativa e interventiva de Luria para o processo de avaliação neuropsicológica a partir dos pressupostos epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural. A discussão e o entendimento da relação entre a avaliação neuropsicológica de Luria e os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural pretendem resgatar o objetivo principal do próprio autor: uma ciência voltada a *práxis*, ou seja, ao desenvolvimento humano e suas possibilidades, e não apenas a categorização dos sujeitos avaliados.

SEÇÃO I

A HISTÓRIA DA NEUROPSICOLOGIA LURIANA

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos o percurso realizado por Luria no desenvolvimento do arcabouço teórico que embasa seus estudos em Neuropsicologia, uma disciplina particular da Psicologia, que orienta as ações e intervenções em avaliação neuropsicológica, objeto de estudo desta dissertação. Para isso, buscaremos destacar tanto a biografia do autor, bem como a relação de sua história pessoal com o contexto no qual se desenvolveu sua produção teórica - União Soviética dos anos de 1920 a 1970.

É importante assinalar que, a partir do método de análise utilizado nesta pesquisa, o Materialismo Histórico-Dialético, um teórico e sua produção somente podem ser compreendidos quando os fatos reais e os problemas objetivos, que embasam uma teoria, são analisados (Vigotski, 2004c). Assinalamos também que entender a história da Neuropsicologia luriana, é voltar-se para a própria história da Psicologia Histórico-Cultural, uma vez que a sistematização da Neuropsicologia estava composta no projeto de construção da ciência psicológica. E propomos, aqui, entender o motivo dessa relação.

Tupper (2001) expõe que Alexander Romanovich Luria (1902-1977) foi um neurologista e psicólogo russo, reconhecido mundialmente como um neuropsicólogo proeminente, isto é, de grande reconhecimento e importância do século XX. Os trabalhos de Luria tiveram grande repercussão mundial para as teorizações da Psicologia e para a própria prática clínica, até mesmo posteriormente à sua morte em 1977: “Luria tem sido identificado como o psicólogo soviético (russo) mais citado pelas escolas psicológicas na América do Norte. Seus trabalhos possuem citações contemporâneas em revistas americanas, canadenses e britânicas, com o dobro da frequência dos demais teóricos soviéticos.” (Tupper, 2001, s/p, *tradução nossa*²).

Luria nasceu em 16 de julho de 1902, na cidade de Kazan, sendo filho de uma família próspera. Seu pai era médico e se chamava Roman Albertovich Luria, sua mãe, Evgenia Viktorovna era dentista. Sua irmã mais nova se chamava Lydia, e se tornou psiquiatra de bastante importância na URSS (Homskaya, 2001)³. Após Luria ter se tornado um psicólogo

² Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

³ Evgenia D. Homskaya (1929-2004) trabalhou com A. R. Luria por volta de 25 anos, tendo defendido uma tese, orientada por Luria, a respeito de um método de diferenciação/avaliação de crianças com retardo mental, em 1957. Homskaya teve trabalhos independentes na área de Neuropsicologia, com interesse no estudo de funções do lobo cerebral.

profissional, ele obteve seu título de doutorado em Medicina, tendo trabalhado por toda sua vida, em áreas relacionadas à Medicina.

Homskaya (2001) expõe que em 1917, ano da Revolução, o ginásio em que Luria estudava foi fechado. Nesta época, ele era um jovem de quinze anos. No primeiro ano após a Revolução, Luria ingressou num departamento de Direito na Universidade de Kazan, que depois foi organizado em departamento de Ciências Sociais. Segundo a autora, Luria teria escrito que nesses anos pós-revolucionários, de grandes transformações sociais, ele teve interesse em estudar a história de diferentes movimentos sociais, especificamente o Socialismo Utópico.

É importante destacar que a Universidade, naquele período pós-Revolução, perdeu grande parte do número de docentes, e os que continuaram não necessariamente eram adeptos do novo projeto social, o que fez com que o ensino recebido por Luria, tivesse as mesmas características do ensino pré-revolucionário (Homskaya, 2001; Tuleski, 2008).

Desse modo, é evidente a popularidade dos trabalhos de Luria, muito embora existam problemas em relação às interpretações realizadas a partir dos pressupostos do autor, que muitas vezes desconsideram o conjunto de sua obra e sua relação com a Psicologia Histórico-Cultural (Tuleski, 2011).

Neste trabalho, discutiremos a relação entre os estudos de Luria e a Psicologia Histórico-Cultural, buscando relacionar, principalmente, sua concepção a respeito da unidade psiquismo e cérebro⁴, no interior de seu projeto de construção da Neuropsicologia. Entendemos aqui que a **Neuropsicologia** luriana e, nesse sentido, sua proposta de **avaliação neuropsicológica**, constituem uma especificidade de um projeto maior, a construção de uma **Psicologia Geral**, conforme propôs Vigotski.

Tupper (2001) explica que o campo de estudo de Luria foi bastante amplo, podendo ser referenciados trabalhos em diversas áreas para além da Neuropsicologia, como: desenvolvimento infantil, intervenção nos processos de reabilitação, métodos de educação e instrução, estudos na área de retardo mental, linguística e estudo/análise dos processos cognitivos em nível individual. O autor destaca a importância dos trabalhos de Luria para a avaliação dos processos psicológicos perdidos, devido a lesões cerebrais. Avaliação esta, direcionada qualitativamente, e ao modo de entendimento do funcionamento cerebral, por

⁴ Assinalamos que unidade entre psiquismo e cérebro para Luria significa a compreensão da maneira pela qual o órgão cerebral dá condições para a constituição das funções psíquicas e executa a atividade psicológica, por meio da atividade mediada entre o homem e a natureza.

meio da ação conjunta dos três sistemas funcionais, analisados a partir da tese de desenvolvimento histórico do homem.

De acordo com Tupper (2001), Luria tem sido referência no entendimento de que as características cerebrais são exclusivamente individuais. Ou seja, as leis do funcionamento cerebral devem ser analisadas de forma particular em cada indivíduo, como expressão e manifestação de um desenvolvimento mais geral, o próprio desenvolvimento social do homem. A partir deste pressuposto, podemos entender que, na concepção luriana, inexistente um funcionamento cerebral universal dado *a priori*.

Tupper (2001) expõe que para Michael Cole⁵, Luria buscou uma forma de compreensão do funcionamento psíquico que superasse a crise já referenciada por Vigotski, nas concepções da Psicologia. Desse modo, formulou um entendimento mais compreensivo e histórico-cultural para a Psicologia:

Como contemporâneo de Lev S. Vygotsky, Luria teve uma influência significativa da abordagem materialista dialética de Vygotsky, no entendimento de que o funcionamento mental é inseparável do meio social. Luria dedicou sua vida ao trabalho de promoção desse significado teórico da Psicologia Histórico-Cultural (Tupper, 2001, p.8).

Nesse sentido, Luria foi um teórico que buscou, juntamente com Vigotski e Leontiev, a organização dos pilares iniciais da Psicologia Histórico-Cultural, por meio da elaboração de uma nova compreensão acerca do funcionamento psíquico humano. Tal elaboração, fundamentada no método marxista, procurou superar as concepções tradicionais em Psicologia, que ora resvalavam em um entendimento da subjetividade pela via Idealista, ora buscavam a descrição apenas do comportamento humano, pela via objetivista (Tuleski, 2011).

A partir de uma análise histórica da obra luriana, pode-se entender que a Revolução Soviética pôs a base objetiva, isto é, gerou as condições necessárias para a superação da dicotomia, presente ao longo da construção histórica da Psicologia, na análise da unidade entre corpo e psiquismo, pelo fato de que o conjunto da sociedade buscava a superação de um sistema econômico, o Capitalismo. Sistema este que particulariza tanto a forma produtiva, quanto o próprio resultado dessa produção, ou seja, dicotomiza o próprio homem (Leontiev, 2004; Tuleski, 2008).

Nesse sentido, entender Luria e sua produção em Neuropsicologia, é entender o autor, bem como sua teoria, engajados em um processo de superação da dicotomia que perpassava a

⁵ Autor estadunidense que trabalha com Psicologia Cultural, tendo sido orientando de A. R. Luria.

análise dos fenômenos psicológicos, dicotomia esta, produzida objetivamente pelo modo de organização da sociedade, o Capitalismo. Logo, nesse processo de construção de uma nova sociedade, Socialista, e conseqüentemente de uma nova perspectiva de entendimento desse novo homem, é que são formuladas as teses histórico-culturais para a construção de uma nova ciência a respeito do funcionamento psicológico humano (Tuleski, 2011).

Segundo Rivière (1985), foi na segunda década do século XX que houve o ápice da crise entre a Psicologia Introspeccionista, Idealista, que buscava a compreensão da consciência humana, e os novos enfoques Objetivistas, ou Materialistas Mecanicistas. Na União Soviética esse debate ganhou uma característica peculiar devido à condição histórica daquela sociedade. Isto quer dizer que, na União Soviética, **a busca pelo estabelecimento do objeto de estudo da Psicologia foi perpassada também pelas condições políticas vividas por aquela sociedade.** Desta forma, **era dever da Psicologia estabelecer uma base materialista que fosse ao mesmo tempo atrelada à filosofia política dominante, o Materialismo Histórico-Dialético e o Socialismo.**

É importante assinalar que, em um primeiro momento, no governo de Lênin, houve um amplo debate, que buscava a construção de uma ciência dialética, no qual foram realizados os primeiros trabalhos da Psicologia Histórico-Cultural. Pontuamos que apesar disso, as origens do Pavlovismo também se encontram nesses primeiros anos de governo de Lênin. Com a morte de Lênin e o governo de Stálin, tal característica se transforma em um dirigismo, presente na sociedade e refletido nas elaborações teóricas. Pontuamos que tal fato será discutido, mais especificamente, em seções posteriores.

Neste momento, se faz necessário retornar ao debate sobre a dicotomia presente na história da Psicologia soviética:

De acordo com o próprio Luria, desde o início de sua existência como ciência, a psicologia vem se debatendo entre duas tendências, aparentemente opostas: o subjetivismo e o materialismo mecanicista. A primeira tende a descolar os processos mentais ou psíquicos de seu substrato orgânico, abordando-os como processos espirituais, enquanto que a segunda tendência reduz o comportamento humano a reflexos condicionados, organicamente estruturados (Tuleski, 2007, p.4-5).

Neste sentido, as elaborações teóricas referentes à **avaliação neuropsicológica** luriana, serão entendidas como uma particularidade de um projeto maior defendido por Vigotski (2004c), a **própria superação da dicotomia entre objetividade e subjetividade** que perpassa a história da Psicologia soviética e a construção da sociedade socialista. Dessa forma, buscaremos discutir as questões objetivas referentes ao contexto de produção do

projeto avaliativo luriano, para que possamos esclarecer possíveis interpretações superficiais e reducionistas do autor, que muitas vezes reconhecem o significado de sua produção para a Neuropsicologia, porém descolam seu pensamento do projeto de construção de uma Psicologia Geral, ou da Psicologia Histórico-Cultural.

Antes disso, contudo, é necessário explicar em que consistiu esse projeto de elaboração de uma **Psicologia Geral**. Segundo Vigotski (2004c), o caminho histórico percorrido pela Psicologia, solicitava cada vez mais a existência de uma **ciência geral**, isto pelo fato de que a Psicologia estaria, em sua época, passando por um momento de **crise metodológica**. Tal crise estaria sendo denunciada não por parte dos filósofos ou dos psicólogos teóricos, como era de se esperar, mas sim dos psicólogos práticos, os quais lidam com os aspectos práticos da Psicologia aplicada, assim como por psiquiatras e psicotécnicos. Ou seja, os **encaminhamentos práticos** referentes à Psicologia, solicitavam uma teoria explicativa geral do funcionamento psicológico que superasse a condição de crise metodológica imposta à Psicologia. Nesse sentido, assinalamos que a proposta de **avaliação neuropsicológica** de Luria, tem por objetivo central, proporcionar elementos para que a **ação interventiva** em Psicologia seja realizada com fins de **reabilitação ou de desenvolvimento das funções psíquicas**.

Podemos analisar que Vigotski traz em cena esta discussão com o objetivo de assinalar o ponto central da ciência psicológica, a saber, a *práxis* do psicólogo. Entendemos que Luria (1981), engajado nessa crítica e proposta vigotskiana, elabora então seu projeto de Neuropsicologia, conseqüentemente de **avaliação neuropsicológica**, respondendo às necessidades postas pela atuação prática do neuropsicólogo, tanto de avaliação quanto de compreensão desse psiquismo particular que é avaliado. Neste sentido, Luria (1970; 1981) se orienta pelas “finalidades” do trabalho do neuropsicólogo, que **não é somente avaliar, mas também reabilitar e/ou desenvolver**.

De acordo com Vigotski (2004c) para que o desenvolvimento da Psicologia como ciência ocorresse, seria necessário traçar um caminho, ou seja, criar uma metodologia desta ciência. Em outras palavras, diante da **crise metodológica** que assolava a Psicologia, era preciso **uma ciência geral que organizasse o conhecimento e sistematizasse as disciplinas particulares**:

Dessa crise metodológica, da evidente necessidade de direção que mostram uma série de disciplinas particulares – num determinado nível de conhecimentos – de coordenar criticamente dados heterogêneos, de sistematizar leis dispersas, de interpretar e comprovar os resultados, de depurar métodos e conceitos, de estabelecer princípios

fundamentais, em síntese, de dar coerência ao conhecimento, é de tudo isto que surge a ciência geral (Vigotski, 2004c, p.203-204).

Dada esta definição de ciência geral, Vigotski (2004c) considera que o conceito de **Psicologia Geral**, não coincide com o conceito de Psicologia teórica, sendo que esta deveria ser considerada, juntamente com a Psicologia animal e a Psicopatologia, como uma disciplina particular. Assim como Luria (1970) considerava que a **Neuropsicologia deveria ser uma disciplina particular da Psicologia**, para Vigotski (2004c) a Psicologia Geral seria tanto a definição de um objeto da Psicologia, a saber, a consciência humana, quanto um método de apreensão desse objeto, ou seja, seu entendimento histórico.

A crise da Psicologia, para Vigotski (2004c) seria referente a um problema histórico presente no próprio desenvolvimento da Psicologia, estando ligada à definição da natureza do objeto desta, ou seja, ‘o que a Psicologia estuda?’ uma vez que na análise de Vigotski, a Psicologia possuía vários objetos que necessariamente precisavam ser compreendidos, a saber, o homem normal, a psicopatologia, e o comportamento. A crise também era em decorrência das heranças filosóficas da Psicologia, Idealismo *versus* Materialismo Mecanicista, na análise desses objetos.

A crítica realizada por Vigotski (2004c) é justamente a esta pulverização de objetos que toma a disciplina particular como geral. Ou seja, deveria haver um objeto para a Psicologia Geral e um princípio explicativo deste, que guiaria as especificidades das disciplinas particulares. Logo, quando Vigotski (2004c) trata a respeito da **Psicologia Geral**, ele está defendendo tanto uma compreensão de um **único objeto**, o *psiquismo humano a partir de sua constituição social*, quanto **uma metodologia de análise** desse psiquismo por meio do *método do Materialismo Histórico-Dialético*.

Historicamente, a Psicologia tradicional estava entendendo o homem a partir da normalidade. Nela, o homem normal seria objeto da Psicologia, o protótipo, a explicação para o psiquismo; e o entendimento da patologia seria uma variante desta compreensão. Já a Psicopatologia entenderia o homem normal a partir da patologia. Ou seja, o psiquismo do homem normal seria explicado por meio da compreensão da patologia. Na Psicopatologia, portanto, o protótipo seria o patológico, sendo a compreensão do homem normal uma variante, ou seja, consequência desse entendimento.

Outra corrente, analisada por Vigotski (2004c), a qual estaria tentando abarcar o homem no estudo psicológico, seria a Psicologia animal, ou seja, a Reflexologia. Para tal vertente, toda a explicação se daria em torno do princípio do reflexo condicionado. Para Vigotski (2004c), alguns autores, como Pavlov, defendiam que a Psicologia animal deveria

exercer o papel de ciência geral, uma vez que, estando relacionada às ciências biológicas, parte de estudos objetivos na estruturação do estudo do psiquismo.

Com relação à metodologia na análise desses objetos, Vigotski (2004c) levanta outro problema: a **dicotomia** entre a Psicologia tradicional (**subjetiva**) que entenderia o animal a partir do estudo do homem, e a Psicologia animal (**objetiva**) que buscaria entender os fenômenos psíquicos do homem a partir de seus estudos da atividade nervosa no animal. Vigotski (2004c), em referência ao método inverso proposto por Marx, cita sua conhecida frase de que *a anatomia do homem era a chave da anatomia do macaco* e, por meio desse princípio, defende que a **Psicologia** deveria utilizar este chamado **método inverso** para a compreensão dos fenômenos psíquicos superiores, ou seja, a análise deveria caminhar rumo a ascensão do abstrato ao concreto. Para Vigotski (2004c) **somente a iminente Psicologia geral poderia responder a essa contradição no tocante à crise metodológica** existente entre a Psicologia tradicional e a Psicopatologia, assim como ao conflito entre Psicologia tradicional e Psicologia animal.

Para Vigotski (2004c), a crise na Psicologia não se referia apenas à incompatibilidade teórica das diversas correntes, mas também dos dados concretos que estavam por trás de tais teorias, chegando a ser incompatíveis quando colocados num mesmo plano de análise. Segundo o teórico, os fatos já vinham carregados de teoria, impondo à ciência psicológica a existência de várias psicologias. Disso, decorreria a necessidade de existência de **uma teoria geral da Psicologia**.

Rivière (1985) explica que Vigotski não considerava formular uma teoria geral da Psicologia com uma metodologia sintética, isto é, uma metodologia que somente unisse e misturasse os diferentes dados concretos e teóricos. Mas sim formular uma Psicologia Geral que tivesse suas próprias categorias, sendo elas referentes a um plano metateórico. Vigotski via dialeticamente na crise a alternativa para sua superação, sendo que seria alcançada por meio de uma síntese substantiva. Isto é, buscar dentro da própria crise a natureza das forças teóricas em colisão. Ele considerava que essas forças se concentravam em dois campos: o Idealismo e o Materialismo na compreensão dos fenômenos psicológicos (Rivière, 1985).

Neste cenário, encontrava-se de um lado uma Psicologia que buscava entender os fenômenos *psi* como naturais e de outro, uma que buscava apenas descrever ou compreender como fenômenos irreduzíveis os conteúdos e estruturas psicológicas. Rivière (1985) considera que Vigotski chamava como **Psicologia Geral um conjunto de ideias que dessem a possibilidade de construir um conjunto de categorias intermediárias que permitissem estabelecer uma relação entre os princípios do marxismo com os das teorias da**

Psicologia. Os passos para a construção de uma Psicologia Geral, marxista - cujo método era o Materialismo Histórico-Dialético, pois propunha o entendimento do ser humano como histórico - eram os seguintes: desenvolver uma metodologia geral da Psicologia, formular os princípios explicativos gerais e construir, a partir deles, as categorias e teorias concretas (Rivière, 1985, p.37).

Rivière (1985) ainda explica que, para Vigotski, a **Psicologia Geral** deveria ser: **não reducionista, explicativa, e de caráter genérico/dialético**. Logo, a Psicologia Geral deveria desenvolver as categorias, bem como os princípios que comportassem uma explicação e mantivessem as características essenciais das funções psicológicas complexas.

Dessa necessidade de construção de uma **Psicologia Geral**, ou seja, de uma teoria explicativa do próprio desenvolvimento humano, como histórico, que uniria e agregaria os ramos do conhecimento psicológico particular, é que foi possível emergir a elaboração da **Psicologia Histórico-Cultural**, *projeto geral cujo objeto era a compreensão do psiquismo humano em sua formação histórica*, e a **Neuropsicologia**, **disciplina particular** dessa ciência geral, que teria como objeto particular *a compreensão dos danos cerebrais e seus processos de reabilitação particulares, a partir do princípio explicativo geral da gênese social das funções psicológicas*.

Observemos que a área de estudo da Neuropsicologia se depara justamente frente a tal situação de crise. Primeiramente, é necessário pontuar que o foco dos estudos em avaliação neuropsicológica, em Luria, seria a compreensão dos danos particulares em indivíduos com lesões cerebrais. Nesse sentido, para que tal estudo fosse realizado, Luria (1970; 1977; 1981) parte de um **entendimento geral a respeito do funcionamento psíquico humano**, a partir de sua **gênese/formação histórico-social**, para então, a partir daí, analisar o funcionamento cerebral de um sujeito em particular, após um dano cerebral.

Conforme Tuleski (2011), Luria considerava que a formação do comportamento humano era realizada ‘pelas’ e ‘nas’ condições histórico-sociais, sendo este processo eminentemente dialético, no qual se desenvolvem novas formas de relação com a realidade, as quais são mediadas pela atividade humana, o trabalho. Nesse sentido entende-se que a atividade psíquica do homem é constituída pela mediação do trabalho, o que corrobora com a defesa do princípio explicativo geral exposto acima.

Podemos entender, portanto, que Luria (1970; 1981) buscava uma teoria explicativa do desenvolvimento psicológico, ou unidade psiquismo-cérebro, de modo a sustentar teoricamente suas ações em Neuropsicologia, avaliação e reabilitação neuropsicológicas. **Dessa maneira, o autor aponta e ratifica a crise da Psicologia, apresentando os limites**

das teorias reducionistas, bem como as possibilidades de superação da crise. Logo, Luria (1970; 1981) também coaduna com a preocupação de Vigotski (2004c) de que a ciência psicológica deveria se preocupar com a *práxis* decorrente de sua forma de compreensão dos fenômenos psíquicos.

A partir do exposto, compreende-se, nessa seção, a elaboração da **Neuropsicologia luriana** como uma **disciplina particular** componente do projeto de construção de uma nova Psicologia, ou da **Psicologia Geral**. Projeto este, que também estava congruente ao projeto de construção de uma nova sociedade que permitiria a ascensão, e a elaboração de uma Psicologia Geral, uma vez que tais processos somente aconteceriam em uma construção dialética, ou seja, não existiria nova Psicologia sem nova sociedade e vice-versa.

Logo, a elaboração da Neuropsicologia luriana compõe o projeto coletivo de construção da Psicologia Geral, defendida por Vigotski. Nesse sentido, por conceber que o psiquismo humano é decorrente da atividade unitária entre corpo-psicológico, formada por meio da atividade humana, a Neuropsicologia luriana pode ser considerada como uma teoria claramente formulada em acordo com os princípios da Psicologia Histórico-Cultural.

1.1 Breves considerações sobre as condições econômicas e políticas da URSS após a Revolução de 1917 e o debate em torno da fisiologia

“Eu queria apenas desfazer um nó, mas quando o consegui, foi toda a minha história que se desatou entre as minhas mãos. E agora percebo que ela estava costurada a máquina.”

(senhora Alving na peça *Os espectros* citado por Lukács, 1967, p.30).

Nesta seção, buscaremos discutir o contexto histórico, político e econômico de produção, que permitiu com que Luria desenvolvesse seus trabalhos clínicos e suas pesquisas a respeito da Neuropsicologia. Iniciamos com esta metáfora do nó, por entendermos que a história da URSS é um fenômeno extremamente complexo, perpassado por eventos e acontecimentos econômicos e políticos, decorrentes das próprias condições de produção da Revolução de Outubro. Estas condições também constituíram as possibilidades de aparecimento tanto das produções referentes à Psicologia Histórico-Cultural, quanto da Neuropsicologia e encaminhamentos práticos referentes a diagnóstico e reabilitação de feridos tal como proposto por Luria.

Compreender tal relação, realmente, é como desfazer um nó e, em meio a esse processo, dar-se conta, de que o mesmo foi feito à máquina, isto é, que as relações, ali

imbricadas, são de caráter complexo, e somente podem ser desveladas, por meio de uma análise histórica. Uma vez que é a história, entendida como ação do homem no mundo, por meio do trabalho, que faz tanto a sociedade e a Revolução, quanto a própria ciência.

De acordo com Shuare (1990), a Psicologia soviética nasce juntamente com a Revolução de Outubro⁶, revolução esta que impõe uma nova ordem social na Rússia. A autora considera que essa nova forma de entendimento para a psicologia humana apareceu de modo a compreender as inter-relações entre os acontecimentos do âmbito social com os paradigmas da ciência que vieram de acordo com as mudanças sociais. Neste sentido, a Revolução de Outubro teria estimulado um estudo à Psicologia, cujo objetivo auxiliasse a prática social em mudança.

Para Shuare (1990) a história do começo da Psicologia soviética, e aqui entendemos também da Neuropsicologia, é aquela que versa sobre as intenções de dar à Psicologia o *status* de ciência, ciência esta que deveria ter por fundamento os postulados do Materialismo Histórico-Dialético. No que se refere à Neuropsicologia, entendemos que Luria (1970; 1981) define muito claramente a necessidade posta a esse novo ramo do saber psicológico, a necessidade de ser fundamentado a partir de uma teoria explicativa sobre o funcionamento psicológico humano, que o compreendesse a partir da história de sua formação social, ou seja, que fosse fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético.

Pelo fato de entendermos que as condições objetivas de produção da Revolução Socialista, foi um dos fatores que possibilitou que a Psicologia Histórico-Cultural e Neuropsicologia luriana fossem elaboradas, passaremos, a partir desse momento, a tratar a respeito da formação histórica revolucionária, tanto no período leninista, quanto no período stalinista.

De acordo com Trotski (1967), a Revolução de Outubro teria sido um marco histórico de grandes proporções uma vez que, com a Revolução, o cerne da organização mundial Capitalista teria sido rompido:

A guerra rompeu a coluna vertebral do velho continente europeu. Os rios e os mares da Europa arrastaram muito sangue. A humanidade em particular a sua parte europeia,

⁶ Também conhecida como Revolução Russa. Segundo Hobsbawm (1998) a Revolução Russa consistiu no resultado das guerras do século XX, gerando uma transformação da União Soviética em uma superpotência no período entre guerras. Tal movimento buscou uma nova alternativa que transformasse as condições sociais desfavoráveis em uma sociedade mais igualitária, sendo esta alternativa possível, via Socialismo. O autor ainda explica que a Revolução Russa, pode ser considerada como o movimento revolucionário mais organizado da história moderna.

atravessou duras provas. Tornou-se mais sombria. Mais brutal. Todas as formas de luta tomaram aspectos ainda mais duros. O mundo entrou numa época de grandes mudanças. Suas exteriorizações extremas são a guerra e a revolução (Trotsky, 1967, p.134).

Nesse período, perpassado por lutas e guerras, que geravam seus feridos, é que estão inseridas as produções de Luria (1970; 1977; 1981) em Neuropsicologia, avaliação e reabilitação neuropsicológica. Para Trotsky (1967) compreender as condições objetivas referentes a um fenômeno social, significa compreender o histórico de lutas de classes presentes na própria sociedade, uma vez que, para o autor, o conceito de sociedade poderia ser definido como:

[...] o resultado da luta pela existência e da segurança na preservação das gerações. O caráter da economia determina o caráter da sociedade. Os meios de produção determinam o caráter da economia. A cada grande época, no desenvolvimento das forças de produção, corresponde um regime social definido. Até agora, cada regime social assegurou enormes vantagens à classe dominante (Trotsky, 1967, p.135).

Com essa definição, podemos alcançar a seguinte relação: o histórico da luta de classes na URSS⁷ permite compreender o movimento social revolucionário, que por sua vez, gerou as condições para que um novo entendimento para a Psicologia e a Neuropsicologia pudessem emergir como elaboração teórica, resultado da ação humana, a saber, do trabalho dos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural⁸. Logo, compreender o projeto de Neuropsicologia luriana, é compreendê-lo também como decorrente de um histórico de luta de classes. Não se trata apenas da recuperação de uma sequência de fatos, o que se objetiva é compreender as contradições sociais presentes nessa elaboração, sendo tais contradições da ordem da própria luta de classes e dos interesses dessas classes manifestados também pelas posturas científicas, tradicionais ou revolucionárias, presentes no interior constitutivo desse fenômeno; e evidenciadas nas elaborações teóricas desse período.

A construção da Neuropsicologia luriana insere-se na busca de superação, não apenas de práticas clínicas tradicionais que se contentavam em diagnosticar os sujeitos avaliados,

⁷ Pontuamos que a URSS é constituída em dezembro de 1922 (Almeida, 2008).

⁸ Assinalamos que a Psicologia Histórico-Cultural, inicialmente consistiu em uma construção coletiva, caracterizada pela própria nova organização colocada na Rússia, após a Revolução de Outubro. Dentre os autores que empreenderam a primeira frente de trabalho podem ser citados: Vigotski, Luria, Leontiev, Elkonin, Galperin, Zeigarnik, Zaporozhets, Davidov, entre outros (Silva, 2013). Também destacamos que atualmente a Psicologia Histórico-Cultural também carrega esta marca, sendo ainda desenvolvida por teóricos contemporâneos.

mas de toda uma sociedade tradicional, organizada na divisão social do trabalho, na exploração e na propriedade privada, que não buscava o desenvolvimento da potencialidade do humano. A Neuropsicologia luriana pretende, além de avaliar, propor práticas de reabilitação e/ou de desenvolvimento, que promovam o avanço do humano em particular e da sociedade de modo geral, uma vez que se buscava que os sujeitos, impossibilitados de trabalhar em decorrência de perdas funcionais acarretadas por lesões cerebrais, pudessem ser inseridos na organização social do trabalho (Luria, 1970; 1981).

Com relação ao desenvolvimento da sociedade e das lutas de classes, Trotski cita sua conhecida frase de que “Tudo que nasce é digno de perecer” (Trotski, 1967, p.135), para argumentar que os regimes sociais não constituem fenômenos eternos. Do mesmo modo podemos pensar que uma elaboração teórica não constitui um fenômeno eterno, mas sim, deve ser considerada como uma produção humana datada, isto é, que nasce historicamente e que, a partir de um dado desenvolvimento, torna-se obstáculo ao desenvolvimento posterior.

De acordo com Trotski (1967), nenhuma classe dominante, ao longo da história, teria abdicado do poder, de forma pacífica, e para que essa alteração no poder ocorresse, viria a Revolução. O fenômeno da revolução para ocorrer, necessariamente requereria a participação dos homens, de sua maioria. Para o autor, a Revolução só ocorre de verdade, no momento em que uma classe retira o poder da classe dominante, passando o poder para si:

A revolução significa mudança do regime social. Ela transmite o poder das mãos de uma classe, que se esgotou, às mãos da outra classe em ascensão. A insurreição constitui o momento mais crítico e mais agudo na luta de duas classes pelo poder. A sublevação não pode conduzir à vitória real da revolução e à implantação de novo regime senão quando se apoia sobre uma classe progressista, capaz de agrupar em torno de si a imensa maioria do povo. Diferentemente dos processos da natureza, a revolução realiza-se por intermédio dos homens. Mas, na revolução também os homens atuam sobre a influência de condições sociais que eles próprios não elegem livremente, senão que herdaram do passado e lhes assinala imperiosamente o caminho. Precisamente por tal motivo, e só por isso, a revolução tem suas próprias leis. A consciência humana, contudo, não se limita a refletir passivamente as condições objetivas. Sobre estas ela pode reagir ativamente. E, em certos momentos, a reação adquire caráter de massa, tenso, apaixonado. A intervenção ativa das massas, nos acontecimentos, constitui o elemento mais indispensável da revolução. E, sem dúvida, a atividade intensa pode ficar simplesmente reduzida ao nível de uma demonstração, de uma rebelião, sem elevar-se à altura de uma revolução. A sublevação das massas

deve conduzir à derrubada do poder de uma classe e ao estabelecimento da dominação de outra. Somente assim teremos uma revolução consumada (Trotsky, 1967, p.135-136).

De acordo com Trotsky (1967), a revolução é um movimento condicionado ao desenvolvimento da sociedade. O autor explica, no entanto, que este condicionamento não significa defender que a revolução se realizará sozinha. Não, ela precisará de homens que lutem para a conquista do poder. Neste sentido, tanto a Revolução de Outubro, quanto a revolução científica, que na Psicologia Histórico-Cultural e Neuropsicologia luriana buscaram superar o pensamento tradicional, burguês, são produtos do movimento histórico dos homens e estão intimamente relacionados ao desenvolvimento da própria sociedade soviética.

Em um processo de revolução, na análise de Trotsky (1967), a classe avançada, deveria entender qual seria a hora e o momento de conquista do poder, sendo este processo denominado de “campo de ação revolucionária consciente” (Trotsky, 1967, p.136). De acordo com o autor, o partido revolucionário era o órgão mais desenvolvido e capaz de orientar as circunstâncias da Revolução Soviética, até mesmo de conquistar a confiança das massas. É importante destacar que tanto Trotsky (1967), quanto Lênin (1967) tinham clareza das limitações objetivas presentes na URSS, com relação ao atraso tecnológico e econômico no empreendimento da Revolução Socialista, porém, ambos os teóricos e líderes políticos objetivavam que a Revolução Soviética seria um *estopim* para uma Revolução em nível mundial, o que de fato não ocorreu. Pontua-se que o movimento na Rússia ficou na eterna espera da Alemanha.

De acordo com Trotsky (1967), existiria uma ‘objeção viciosa’ no que diz respeito à espera de alguns, que a Rússia se transformasse em uma colônia capitalista ao invés de uma República Socialista. Além disso, tal consideração seria decorrente de uma falsa concepção teórica a respeito do atraso, de modo geral; e de um exagero no que se refere ao atraso da Rússia⁹. Ao analisar essa esfera política, Trotsky (1967) realiza uma explicação muito interessante do funcionamento psíquico humano:

Em oposição à anatomia e à fisiologia, a psicologia, tanto a do indivíduo como a da coletividade, distingui-se por uma extraordinária capacidade de assimilação, flexibilidade e elasticidade: nisto mesmo reside também a vantagem aristocrática do homem sobre seu parente zoológico mais próximo da espécie dos monos. A consciência, suscetível de assimilar, confere – como condição necessária ao processo

⁹ Pontua-se que, aqui, Trotsky (1967) está criticando o posicionamento de Lênin.

histórico – aos ‘organismos’ chamados sociais, ao contrário dos organismos reais, isto é, biológicos, uma extraordinária variabilidade de estrutura interna (Trotsky, 1967, p.139).

Vemos neste fragmento de Trotsky (1967) um fundamento marxista, também utilizado por Luria (1970; 1981) na análise da relação entre cérebro e comportamento humano, a saber, a formação particular das estruturas cerebrais, a partir da totalidade constitutiva do gênero humano¹⁰. Fundamento este utilizado como norte teórico-instrumental para as ações de avaliação neuropsicológica e de reabilitação. Nesse sentido, vemos a ‘costura’, para recuperarmos nossa metáfora de início, entre a revolução da sociedade soviética e a elaboração de uma nova Psicologia e Neuropsicologia. Sociedade e ciência estavam de acordo na luta para uma sociedade e desenvolvimento postos a toda a humanidade.

Segundo Trotsky (1967), sua teoria sobre a revolução teria ficado conhecida como *trotskyismo*. Nessa concepção, já era presente o princípio de que o socialismo não poderia ser realizável em apenas um país:

As atuais forças de produção há muito tempo extravasaram as barreiras nacionais. A sociedade socialista é irrealizável nos limites nacionais. Por mais importantes que sejam os êxitos econômicos de um Estado operário isolado, o programa do ‘socialismo num só país’ é uma utopia pequeno-burguesa. Só uma federação europeia e, depois, mundial de repúblicas socialistas pode abrir o caminho a uma sociedade socialista harmônica (Trotsky, 1967, p.144).

Assinalamos que tal ideia também era defendida por Lênin (1967). Trotsky (1967) discute a impossibilidade de não se idealizar o governo socialista como um *novo céu* ou o *paraíso*. Para ele, a política revolucionária deveria analisar os fatos reais e não mascará-los. O autor explicita que para a existência de um novo sistema produtivo seriam necessários anos, e que na URSS ainda não se tinha o socialismo, apenas um estado de transição:

[...] na União Soviética, ainda não existe o socialismo. Um estado de transição, coalhado de contradições, carregando pesada herança do passado, sofrendo a pressão inimiga dos Estados capitalistas – isto é o que ali predomina. A Revolução de Outubro proclamou o princípio da nova sociedade. A República dos Sovietes apenas mostrou a primeira etapa de sua realização. A primeira lâmpada de Edison foi muito imperfeita. Por traz das faltas e dos erros da primeira edificação socialista é que se deve vislumbrar o futuro (Trotsky, 1967, p.148).

¹⁰ Dialética universal-particular-singular, que será trabalhada adiante.

Segundo análise de Trotski (1967): “A Revolução de Outubro penetrou mais profundamente que todas as precedentes no âmago da sociedade, nas relações de propriedade” (p.150). Segundo Trotski (1967), no que se refere ao desenvolvimento humano, a Revolução teria possibilitado um avanço da sociedade, demonstrando a capacidade do socialismo para o desenvolvimento. Isso poderia ser medido em função do crescimento da produtividade do trabalho social que atingiu resultados de produção jamais obtidos anteriormente. Além desse fato, podemos destacar o avanço que a ciência alcançou, sobretudo no período leninista, no qual o debate científico era estimulado. Período este, que para a Psicologia, sobretudo para a constituição da Psicologia Histórico-Cultural, foi extremamente produtivo (Tuleski, 2008). Com relação à Neuropsicologia, entendemos que seu fundamento, ou seja, a teoria norteadora para a análise da relação psiquismo e cérebro, também tenha sido elaborado no período leninista.

No que se refere à cultura, Trotski (1967) debate as críticas que a Revolução recebeu, de que teria destruído a cultura existente. O autor defende que o que foi derrubado foi uma forma de cultura aristocrático-burguesa, mas no que se refere à cultura da humanidade, ou o que era *realmente cultural*, tudo permaneceu intacto, além do monopólio cultural ter sido aniquilado. Trotski (1967) ainda destaca que todos os russos puderam aprender a ler e a escrever após a Revolução:

Os ‘hunos’ bolcheviques não pisotearam nem as conquistas do pensamento nem as obras de arte. Pelo contrário, restauraram, cuidadosamente, os monumentos da criação humana e deram-lhes ordem exemplar. A cultura da monarquia, da nobreza e da burguesia, converteu-se, presentemente, na cultura dos museus históricos. O povo visita com fervor esses museus, mas neles não vive. Aprende, constrói. O fato de que a Revolução de Outubro ensinou ao povo russo, aos numerosos povos da Rússia czarista, a *ler e a escrever* tem incomparavelmente mais importância do que toda a cultura em conserva da Rússia de outrora. A revolução russa criou a base de uma nova cultura, destinada não aos eleitos, mas a todos (Trotski, 1967, p.151, *destaques do autor*).

Tal pressuposto merece nossa atenção, uma vez que podemos entender que na Revolução de Outubro, sobretudo no período leninista, os governantes socialistas tinham a dimensão do impacto subjetivo da apropriação cultural¹¹. É evidente que tinham daí a luta pelo processo de humanização dado para todos os homens (Lênin, 1967). Nesse movimento, inserem-se também as pesquisas dos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, uma vez que a

¹¹ Pontua-se que em 1938 foi declarado o fim do analfabetismo na URSS.

pesquisa psicológica era importante para a compreensão do papel social da apropriação cultural, para o desenvolvimento do psiquismo individual, bem como para o desenvolvimento da própria sociedade (Tuleski, 2008).

Neste sentido, destacamos que o projeto de Luria (1970; 1981), para a elaboração da Neuropsicologia e de suas ações clínicas voltadas ao desenvolvimento do psiquismo, era carregado de sentido e significado. Ou seja, era carregado de uma teoria explicativa do desenvolvimento psicológico do homem, bem como buscava uma atuação prática ou uma aplicação prática desse entendimento, que promovesse ações de reabilitação ou de alcance de maior desenvolvimento para todos os homens, homens esses muitas vezes feridos em guerra em prol da construção de uma sociedade *realmente* coletiva, a sociedade socialista.

Podemos entender que uma ciência marxista é uma ciência histórica (Garaudy, 1967), pois entende os fatos como fatos históricos e que os explica por meio das múltiplas relações causais de tais fenômenos passíveis de compreensão em dado momento. Históricos também por serem resultados da ação humana. Logo, a Neuropsicologia, fundamentada pelo Materialismo Histórico-Dialético, buscaria entender a relação entre o funcionamento cerebral e a manifestação comportamental de homens particulares, a partir da explicação dos múltiplos fenômenos constituintes da mesma, entendendo que é a atividade humana que forma essa unidade. Ou seja, a constituição histórica do próprio cérebro humano e a formação dos sistemas funcionais por meio da apropriação cultural (Luria, 1970; 1981). Essa seria a totalidade constitutiva do psiquismo, que é de ordem social, coletiva.

De acordo com Garaudy (1967), Marx e Engels mostraram aos homens, por meio de seus escritos, a consciência do quanto o homem pode ser criador e o quanto pode ter um desenvolvimento pleno, desde que não aconteçam relações sociais que o entrem. O marxismo “[...] é ao mesmo tempo um método de combate e um método científico para a construção dessa sociedade.” (Garaudy, 1967, p.2).

Garaudy (1967) discute que, após anos de grande embate e lutas sociais, a política que se embasava no marxismo, começou a se estratificar. Ao mesmo tempo, o mundo capitalista, apresentava-se, em aparência, em um mundo pacífico. Essas duas forças opostas, que mascaradamente foram tomando formas de igualdade, acabaram por gerar no próprio marxismo, ou numa política travestida de marxismo, “um dogmatismo oportunista contaminado pelo positivismo e pelo cientificismo imperantes.” (Garaudy, 1967, p.2). O autor discute que Lênin recuperou a luta revolucionária:

Lênin tornou a dar ao marxismo sua vida revolucionária, mediante um retorno ao fundamental, destacando o essencial no marxismo – uma concepção do mundo que

fundava uma metodologia da iniciativa histórica – e mediante uma análise científica da realidade do seu tempo, científica precisamente porque não procurava interpretar os acontecimentos como se eles fossem simplesmente a realização de um roteiro escrito cinquenta anos antes e sim, ao contrário, apreendia-lhes a novidade (Garaudy, 1967, p.2).

Na análise de Garaudy (1967), Lênin se posicionou contrário a todas as formas de dogmatismo, que, na concepção do autor, só geraria um fatalismo econômico, ao espontaneísmo e ao economicismo. Garaudy (1967) defende que Lênin:

[...] reencontrava a inspiração fundamental e a alma viva do pensamento marxista: ‘O essencial na doutrina de Marx é que ela esclareceu o papel histórico universal do proletariado como criador da sociedade socialista’, escreveu Lênin no começo de seu estudo sobre *O Destino Histórico da Doutrina de Karl Marx*. A todas as interpretações do marxismo que, pretextando razões de objetividade, confundiam a história ‘científica’ com uma história na qual o futuro já está escrito e da qual o homem está ausente, Lênin opõe a concepção autenticamente marxista da iniciativa histórica (Garaudy, 1967, p.2).

Lênin considerava não marxista uma teoria que justifica o estado existente/real do mundo: “Não é marxista a teoria que, da constatação de uma situação objetiva, passa à justificação do estado de coisas existente.” (Lênin citado por Garaudy, 1967, p.3). Garaudy (1967) expõe que Marx estudava a chamada técnica da revolução no sentido de planejar ações para a transformação social. Tal estudo buscava a organização para a luta dos trabalhadores. Com relação à Revolução de Outubro:

Esta aguda consciência do que há de fundamental no marxismo e de novo na história permite a Lênin empreender e realizar a Revolução de Outubro, que não é somente o começo da esperança para os oprimidos do mundo inteiro como também, para os que amam o futuro, o maior acontecimento espiritual do início do século XX (Garaudy, 1967, p.4).

Garaudy (1967) discute o quanto a Revolução de Outubro incentivou a produção artística, científica, desenvolvimentista de modo geral. Nesse sentido, podemos entender que o contexto no qual a Neuropsicologia luriana foi produzida, dizia respeito a esse momento, no qual o estudo científico era estimulado para o desenvolvimento da URSS, embora, no período Stalinista, a produção luriana tenha sofrido censura, como será exposto em um momento futuro.

O caráter de homem ativo, constituído nas e pelas condições sociais e criador da própria sociedade, está desta forma presente na teoria neuropsicológica de Luria (1970; 1981), que buscou entender o desenvolvimento psicológico do homem em particular, a partir de sua constituição histórica, realizada por meio de processos de apropriação e de aprendizagem, para então entender as alterações psicológicas acarretadas por lesões cerebrais. Pontua-se que, naquele momento histórico, a URSS vivenciava um contexto de guerra, que produzia muitos indivíduos lesionados, os quais eram estudados e reabilitados, o que será discutido mais adiante.

Com relação ao desenvolvimento empreendido pela Revolução de Outubro:

A realização leninista foi tão fecunda para a cultura que ficou marcada por um florescimento de obras magníficas: os anos vinte foram os anos dos grandes poemas de Alexandre Blok e de Maiakóvski, das pinturas de Kandinski e de Malévski, dos grandes romances de Górkki e de Alexis Tolstoi, bem como dos filmes de Eisenstein (Garaudy, 1967, p.4).

Apesar dessas questões contraditórias, de acordo com Garaudy (1967), a construção do socialismo foi realizada, no plano geral traçado por Lênin. Na perspectiva do autor, Lênin considerava a importância da consciência na ação revolucionária, em detrimento do dogmatismo. Neste sentido, apesar de contraditória, entendemos que a Revolução promoveu muitos avanços à sociedade soviética, sendo a ciência e a Neuropsicologia resultados objetivos de tais avanços.

De acordo com Lênin (1967), após os bolcheviques conquistarem a maioria da população trabalhadora, sua tarefa passou a ser a conquista do poder e a eliminação da resistência dos exploradores. O autor discute uma mudança na postura dos burgueses e antigos intelectuais burgueses, que passam da sabotagem do sistema ao oferecimento de seus serviços ao poder soviético, nas esferas da economia e da política. O autor pontua que o poder soviético deveria saber usar tais serviços, tendo clareza de que, muitas vezes, eram prestados na esperança de levar o poder soviético à falência.

Para Lênin (1967) seria preciso: “aprender o socialismo com os grandes organizadores do capitalismo” (p.165). O autor, como já assinalado, tinha clareza das contradições presentes na Revolução de Outubro e das próprias contradições da construção da sociedade socialista, porém, Lênin entendia que tais contradições poderiam ser superadas, assim como se buscava superar o antigo sistema, por meio da construção de uma sociedade coletiva:

Deverá ser levada à prática uma tarefa nova e difícil, mas excepcionalmente nobre, a tarefa de ligar toda a experiência e a cultura que estes representantes das classes

exploradoras acumularam, com a iniciativa autônoma, a energia, o trabalho de grandes camadas da população trabalhadora. Só esta ligação permitirá efetivamente construir a ponte que da velha sociedade capitalista levará à nova sociedade socialista (Lênin, 1967, p.166).

Nesse objetivo de construção de uma sociedade coletiva, podemos entender, a partir de Deutscher (1967), que os operários soviéticos e camponeses aceitaram os objetivos da Revolução Socialista, que eram a abolição da exploração capitalista, socialização da indústria e dos bancos, controle da produção pelos trabalhadores e o governo pelos soviets. Porém as contradições entre tais grupos começaram a ser evidenciadas no momento em que a guerra civil chegava ao seu fim e então o campesinato, que não mais temia o retorno dos senhores das terras, começou a defender seus interesses individuais, a posse da terra.

A partir dessas contradições expostas, Deutscher (1967) explica que se iniciou um choque entre essas duas classes, bem como um antagonismo entre cidade e campo, que perpassou durante duas décadas, 1920 e 1930. Segundo o autor, Lênin teria tentado resolver tal questão pacificamente, por meio da NEP¹², e pela implantação de uma economia mista. Porém, nos anos de 1927 e 1928, tal tentativa não era mais eficaz. A partir daí, entra em cena Stálin que buscou resolver o conflito à força e iniciou uma coletivização intensa do campo.

A Revolução Russa, conforme explica Deutscher (1967), contou com uma irracionalidade própria das revoluções burguesas. O que não estava de acordo com o planejamento de Marx, que entendia que a Revolução Socialista deveria acontecer em países plenamente industrializados. De acordo com o autor, a conjunção das duas revoluções na URSS foi a fonte da fraqueza da Revolução Soviética.

Após a morte de Lênin, as condições postas levaram Stalin a assumir o poder. Segundo Deutscher (1967), Stalin governou com força de totalitarismo, com vistas a preservar o poder dos proletários. O autor assinala ainda que Lênin havia alertado para essa característica do governo de Stalin e que Trotski chegou a denominar Stalin de “Coveiro da revolução” e “o novo Gengis Kan” (Deutscher, 1967, p.21). Com a ascensão de Stalin ao poder, o governo, aos poucos, foi se tornando o monopólio de um partido único e, depois, o governo de uma facção, a facção stalinista. Isto, para a ciência, sobretudo, para a elaboração da Neuropsicologia luriana, gerou uma série de censuras impostas à produção, conforme será discutido adiante.

¹² Nova Política Econômica.

Tuleski (2011) considera que, para Lênin e os revolucionários russos, a vitória bolchevique na URSS era para ser o estopim de uma revolução a nível global. Com a morte de Lênin e ascensão de Stálin ao poder, esse projeto é deixado de lado:

Os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial nos países nela envolvidos e sua repercussão econômica nos demais, foram fatores que, juntamente com as contradições cada vez mais explícitas do capitalismo, possibilitaram a Revolução de Outubro em 1917. Contudo, a ameaça desta Revolução ampliada em níveis mundiais como eram as intenções de Lênin, aproveitando-se das dificuldades da reconstrução pós-guerra, e, ainda, a crise de 1929 dos EUA tiveram um efeito contrário. Ao invés de fortalecer e ampliar a revolução socialista, isto possibilitou o recrudescimento dos partidos de direita e suas posições conservadoras em diversos países, com sua ideologia nacionalista e desenvolvimentista, que culminaria com a deflagração da Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945 (Tuleski, 2007, p.107).

Nesse sentido, e também embasados em Deutscher (1967), podemos entender que, aos poucos, os ideais da Revolução de 1917 foram sendo deturpados, sendo o marxismo transformado em algo esvaziado de sentido e conteúdo, destinado apenas a servir como ratificação das ideias do líder Stalin, como também debatido anteriormente por Garaudy (1967). O autor destaca que tal fato gerou implicações para as Artes, a Ciência e a Literatura, sendo a elas impostas as censuras de Stalin. Nesse sentido destacamos que as produções de Luria sofreram tais impactos, sendo eles referentes a uma censura imposta as produções da Psicologia Histórico-Cultural o que exigiu a busca de alternativas por Luria, para lidar com as determinações do governo (Tuleski, 2011). A autora ainda pontua que a partir dos anos 1930, em função da censura ideológica stalinista, alguns teóricos foram excluídos dos estudos científicos, entre eles Vigotski e Luria: “Desta forma, os avanços alcançados por estes e outros teóricos foi grande parte negado e a produção científica em psicologia infantil e pedagógica, em defectologia, em higiene escolar foi declarada reacionária, antimarxista, sendo, em consequência, proibida.” (Tuleski, 2007, p.17).

Nesse período de censura, Luria foi proibido de dar continuidade aos seus estudos interculturais, que realizava em parceria com Vigotski, e aos estudos sobre o desenvolvimento infantil. Desse modo, Luria retornou à escola de Medicina, onde completou sua formação, indo trabalhar em uma clínica neurológica. Daí que passou a estudar os processos cerebrais que dão base aos processos psicológicos superiores. Com a Segunda Guerra Mundial, as pesquisas de Luria, começaram a ter mais significância, devido às próprias condições sociais,

de produção de pacientes com lesões cerebrais, aos quais, a ciência, e nesse sentido, o trabalho de Luria, eram chamados a dar respostas (Tuleski, 2011).

Com relação ao governo de Stalin, Lukács (1967) o conceitua como *culto à personalidade*¹³. E explica que seria absurdo reduzir à personalidade de um sujeito, neste caso, Stalin, toda a problemática social envolvida naquela forma de governo. Segundo o autor, o próprio regime de governo teria produzido o *culto à personalidade* e não Stalin em si. De acordo com o autor, o contexto social:

Identificava em Stálin o vértice de uma pirâmide que, alargando-se sempre na direção da base, compunha-se de “pequenos Stálin”, os quais, vistos de cima, eram os objetos e, vistos de baixo, eram os produtores e mantenedores do “culto da personalidade”. Sem o funcionamento regular deste mecanismo, o “culto da personalidade” não teria passado de um sonho subjetivo, de um acidente patético, e jamais teria podido atingir aquela eficácia social que exerceu durante algumas décadas (Lukács, 1967, p.30).

Vê-se na análise de Lukács (1967) o fundamento do Materialismo Histórico-Dialético que entende que um autor, um dirigente, é expressão das condições de sua época. Nesse sentido, Stalin revelava as contradições e condições postas na URSS no pós-guerra. O posicionamento de Stalin, após a morte de Lênin, de defender a possibilidade do Socialismo em um único país, contrariamente à posição de Trotski, resultou na “salvação da revolução soviética” (Lukács, 1967, p.32). Primeiro porque o socialismo continuou existindo, segundo, porque o país continuou se desenvolvendo. De acordo com Lukács (1967) para ser justo com Stalin, necessariamente, precisa-se levar esse fator em consideração, bem como analisar as tendências que havia no interior do partido comunista.

De acordo com Lukács (1967), aos poucos, dentro do partido, Stalin teria montado a estrutura da pirâmide, comentada metaforicamente, sob a qual se ergueu o *culto da personalidade*: “O que se pode constatar, de fora, era a liquidação sistemática das discussões internas no partido, o acréscimo das medidas organizativas a procedimentos de caráter judicial e estatal-administrativo.” (Lukács, 1967, p.33). Stalin, apesar de ter sido considerado a *herança de Lênin*, não seguiu sua filosofia, a não ser verbalmente. O autor analisa a relação de Stalin, de modo metodológico e explica que o posicionamento inescrupuloso de Stalin chegava ao ponto de gerar uma alteração na teoria, para que ela pudesse ser utilizada para justificar sua autoridade insegura (Lukács, 1967). Esse modo de entendimento do fundamento marxista, pelo Mecanicismo, fez com que Stalin considerasse a teoria pavloviana como a

¹³ Termo de N. Khrushchov.

ciência psicológica *verdadeiramente* marxista. Deste modo, todas as produções em pesquisa psicológica deveriam se manter fiel aos conceitos de Pavlov¹⁴, sendo Vigotski, no ano de 1936, impedido de ser citado (Tuleski, 2011).

Nesse sentido, Lukács (1967) argumenta que Stalin e suas ações muitas vezes estiveram de acordo com princípios burgueses, sendo o marxismo então passado a ideologia, ou política comum, ou conforme explica Tuleski (2011), sendo o mecanicismo adotado como filosofia verdadeiramente marxista. A ciência passou, portanto, a ser regida e direcionada primeiramente pelas vontades políticas e não pela análise dos fatos reais, ou *práxis cientificamente elaborada*.

No período posterior aos anos vinte, Rivière (1985) aponta que, em decorrência do poder stalinista, a nova ordem social se altera para além da proposta de coletivização dos sistemas de produção e distribuição. Passa a existir e a tomar proporções significativas uma nova ideologia, desta vez, nacionalista com claros aspectos de xenofobia e censuras às influências externas, sobretudo, as intelectuais. Rivière (1985) caracteriza o período que vai de 1929 a 1931 como uma espécie de enfrentamento, no campo intelectual, das correntes idealistas e das materialistas mecanicistas.

De acordo com Homskaya (2001), em 1932, foi publicada uma resolução, com o título “Sobre a teoria histórico-cultural de Vigotski e Luria”. Nela, estaria presente uma argumentação de que as concepções teóricas dos autores seriam reacionárias e contrárias à doutrina do marxismo. Além disso, expressariam ideias prejudiciais ao desenvolvimento sociocultural do Usbequistão, pelo fato de uma comunicação entre Luria e Vigotski¹⁵, ter sido mal interpretada pela censura.

Nesse sentido, também Tuleski (2011) apresenta estratégias de Luria para driblar a censura imposta, como o uso do *jargão pavloviano*, porém mantendo-se fiel aos pressupostos epistemológicos vigotskianos. Tal condição faz com que os textos de Luria, apesar de manterem-se fiéis aos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, possuam uma linguagem da teoria pavloviana (Tuleski, 2011).

Tuleski (2011) discute que Luria, ao enfrentar essa censura imposta, também adotava como alternativa, a estratégia de escrever dois textos sobre os assuntos a que se dedicava. Um era escrito na linguagem pavloviana, para passar pela censura, o outro na linguagem

¹⁴ Como Lei, somente entre os anos de 1948-1953.

¹⁵ Homskaya expõe que é dessa época, o famoso telegrama de Luria a Vygotski, falando “Uzbeks não possuem nenhuma ilusão” (Homskaya, 2001, p.26). Esse telegrama teria sido interpretado pela censura como ilusão referente ao sistema de governo, e não como uma manifestação de uma função psicológica, então a pesquisa foi censurada.

vigotskiana. Após as décadas de 1960-1970, quando houve uma maior abertura política na URSS, Lúria começa a reeditar suas obras, completando o que não teria colocado nas primeiras edições, em função da proibição. Deste modo, a autora defende a necessidade de compreensão da obra de Lúria de forma dialética e em sua constituição histórica:

Entender a sua obra, portanto, é apreendê-la vinculada às necessidades de sua sociedade, que fez florescer uma nova psicologia e, posteriormente, quase a fez desaparecer pelo jugo total da ciência ao poderio econômico e estatal exercido ideológica e violentamente no período stalinista na URSS (Tuleski, 2007, p.19-20).

Retornando a distorção do fundamento marxista, realizado por Stalin, que acabou por transformar a dialética em mecanicismo, Lukács (1967) dá um exemplo a respeito dessa situação:

Um exemplo pode esclarecer tal situação. No célebre capítulo IV da *História do Partido*, Stálin define a essência do materialismo dialético e a do materialismo histórico. Tratando-se de um livro popular, para um público de massa, ninguém há de reprovar a Stálin o haver reduzido a considerações sutis e complexas dos clássicos do marxismo sobre o assunto a umas poucas definições alinhadas uma em seguida à outra, de forma esquemática e manualística. Mas o destino das ciências filosóficas a partir da publicação desta obra revela que se trata de uma metodologia consciente e de uma política cultural deliberada, exatamente no sentido a que me referi acima. As simplificações e vulgarizações propagandísticas de Stálin tornaram-se de repente a norma única, imperativa, o limite insuperável da indagação filosófica. Quem ousasse, com apoio, por exemplo, nas anotações filosóficas de Lênin, trilhar caminhos diversos dos seguidos pelas definições do capítulo IV, corria o risco de uma condenação ideológica depois da qual não poderia publicar suas pesquisas. Não foi por acaso, aliás, que Ilitchev constatou no XX Congresso terem ficado estagnadas nos últimos decênios a Filosofia, a Historiografia e a Economia soviéticas. **Tais formas de subordinação não se limitaram ao capítulo IV e à Filosofia. Toda a ciência e toda a literatura deviam servir exclusivamente às exigências propagandísticas formuladas pela alta direção, quer dizer, por Stálin** (Lukács, 1967, p.39-40, *negritos nossos*).

Lukács (1967) ainda explica que uma consequência desse posicionamento stalinista seria o aumento do individualismo e um estado de desconfiança mútua e de sítio sempre presentes, além de contínuo medo de ataque de inimigos, espiões e sabotadores, bem como um presente estado de segredo de tudo o que é afeto à política. Segundo o autor, o governo de

Stalin não foi baseado em erros individuais, mas sim em um progressivo sistema de ideias construído naquele país. Assinalamos que, estritamente falando, o stalinismo ainda existe na Rússia. Do que expõe Lukács (1967) podemos entender quão intensa foi a proibição stalinista às produções científicas, proibições estas que Luria criativamente buscou superar em continuidade às pesquisas psicológicas e neuropsicológicas, fundamentadas pelo Materialismo Histórico-Dialético. De acordo com Tuleski (2011), apesar da censura imposta às obras de Luria, o autor sempre procurou, de forma direta ou indireta, manter-se fiel aos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético, como método de análise dos fenômenos psíquicos humanos.

Apesar dessas condições postas no que se refere à ciência, à arte e a literatura, Lukács (1967), analisa que no plano econômico, o governo de Stalin gerou avanço e desenvolvimento. De acordo com Lukács (1967):

O retorno ao verdadeiro método dos clássicos do marxismo é sobretudo um acerto de contas com o presente e com o futuro. [...] **O retorno aos métodos dos clássicos serve exatamente para colhermos o presente à maneira marxista, desvendando-o tal como ele é na realidade e formulando os critérios de conduta, de ação, de criação e de pesquisa a partir da realidade concreta conhecida e não a partir de uma esquemática ‘citológica’.** Naturalmente, trata-se de um processo que não tem nada de simples, ainda que prescindamos dos obstáculos criados pelas instâncias burocráticas. **Faz parte da essência da indagação científica – como da criação artística – que não se possa alcançar um máximo de aproximação da realidade senão através de erros e peripécias múltiplas** (Lukács, 1967, p.45, *negritos nossos*).

A partir do que diz Lukács (1967), com relação ao método de análise do marxismo, fazer ciência marxista, ou fazer Psicologia marxista, seria analisar o que aparece de fenômenos no mundo real, problematizá-los, teorizá-los, estabelecer relações, abstrações, bem como estratégias de encaminhamentos. **No que se refere à avaliação psicológica, e/ou neuropsicológica, podemos pensar: analisar o caso em sua integralidade e desvendá-lo concretamente, chegar ao conhecimento de sua gênese e desenvolvimento, de sua essência. Essa seria a avaliação, que por sua vez, geraria, em seu processo, as condições de elaboração de estratégias de ação/encaminhamentos, bem como de conduta para educação, reabilitação, e/ou tratamento psicoterápico, como propunha Luria** (1970; 1981). Assinalamos também, que por meio da epistemologia da Psicologia Histórico-Cultural, podemos defender que os objetivos da avaliação neuropsicológica, voltada ao planejamento

do processo de reeducação e reabilitação, seriam estabelecer processos para o desenvolvimento da autonomia nos sujeitos lesionados.

De acordo com Tuleski (2011) compreender esse momento político permite entender as determinações sociais que culminaram no redirecionamento das pesquisas de Vigotski, Luria, Leontiev e demais pesquisadores. O governo de Stalin foi caracterizado por um dirigismo em todos os âmbitos sociais, sendo que a ciência não foi poupada, nem as produções de Luria. Com a morte de Stalin em 1953 e início do governo de Krushev ocorre uma redução do poder da polícia e da censura, no campo da ciência, sendo que o processo de desestalinização se deu de forma lenta, uma vez que até os anos de 1950, a teoria pavloviana ainda era considerada como a única ciência da psique. Somente nas décadas de 60 e 70 é que a Psicologia voltou a entrar em cena no plano acadêmico e de ensino (Tuleski, 2011).

A partir do exposto, podemos entender que a *sociedade* não é uma abstração, mas sim é composta por homens que trabalham e se posicionam em sua atividade vital (Lukács, 1967). Com isso o autor nos sugere a pensar que as condições materiais compõem uma totalidade, que se revela em um fenômeno singular. Porém, essas características são constituídas por essa totalidade material, que é o resultado de toda uma complexidade de fatores sociais/econômicos, que metaforicamente compõem um nó feito à máquina, conforme iniciamos nossa discussão.

Nesse sentido, podemos considerar, por meio desta análise histórica que a elaboração do projeto de uma Neuropsicologia do homem, revela as condições de construção de uma sociedade *do e para* o homem. Nesse sentido, a Neuropsicologia luriana não é apenas uma abstração, mas sim uma produção humana decorrente das condições postas na sociedade soviética entre as décadas de 1920 a 1970. Assinalamos, ainda, que o objetivo prático, a saber, a realização de uma avaliação neuropsicológica marxista seria o de avaliar uma pessoa, tendo em vista seu desenvolvimento social e seu contexto para planejar encaminhamentos humanizadores (que forneçam instrumentos e signos para apropriação e conseqüente desenvolvimento) para tal pessoa. Como temos exposto, seria desenvolver processos psicológicos de modo que a pessoa tenha a capacidade de recuperar a intencionalidade de seu comportamento e exercer sua autonomia, sendo esta também a finalidade do trabalho do psicólogo fundamentado pela Psicologia Histórico-Cultural, ou Psicologia do homem concreto.

1.2 Os postulados da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski como princípios para a Neuropsicologia de Luria

Em continuidade ao debate, passaremos à compreensão da relação entre Luria e a elaboração da Psicologia Histórico-Cultural. Esse processo pressupõe a busca pela superação dos entendimentos tradicionais em Psicologia. Pretendemos, com isso, relacionar os trabalhos de Luria ao projeto coletivo de elaboração de uma nova compreensão para o funcionamento e desenvolvimento psíquico humano. Também buscaremos colocar em pauta o fundamento histórico e teórico, que permitiu que Luria elaborasse uma concepção dialética para a Neuropsicologia e para os processos de avaliação e reabilitação neuropsicológicos.

De acordo com Luria (1992), sua obra e produção foram possíveis, em grande parte, por sua formação em Psicologia e Medicina e pelo conhecimento de línguas, como o inglês, francês e alemão, que o permitiram ter acesso a produções científicas não traduzidas para o russo. Além disso, o autor admite que o contexto revolucionário na Rússia, foi determinante para sua trajetória acadêmica e, também, o diferencial que permitiu com que sua produção avançasse as teorias tradicionais em Psicologia e Neuropsicologia:

Comecei minha carreira nos primeiros anos da grande Revolução Russa. Este acontecimento único e importantíssimo influenciou decisivamente a minha vida e a de todos que eu conhecia. [...] Desde o começo, era aparente que eu teria pouca oportunidade de buscar aquela educação sistemática e ordenada que é a pedra de fundação da maioria das carreiras científicas. Ao invés, a minha vida me ofereceu a atmosfera extraordinariamente estimulante de uma sociedade ativa e em rápida mudança. Toda minha geração foi inspirada pela energia da mudança revolucionária – aquela energia libertadora que as pessoas sentem quando fazem parte de uma sociedade que pode realizar um processo tremendo num intervalo de tempo muito pequeno (Luria, 1992, p.23).

Deste modo, entendemos que a capacidade do autor, em agregar conhecimentos de áreas distintas, como as de sua formação, não seja apenas uma característica particular de A. R. Luria, mas, principalmente, uma decorrência do método de análise utilizado na construção de sua teoria, a saber, o Materialismo Histórico-Dialético, como também do modo pelo qual a ciência estava sendo constituída na sociedade socialista, de maneira não fragmentada, mas sim pela totalidade (Tuleski, 2008).

Luria buscava compreender o funcionamento psíquico humano, sendo este o objeto geral de suas investigações. A partir desse ponto geral, Luria rumou para a elaboração teórica que permitisse a compreensão da relação entre funcionamento psicológico e externalização comportamental, apontando para a relação entre Psicologia e outras ciências, como Medicina.

É necessário pontuar que Luria utilizou conhecimentos de áreas afins à Psicologia, para a elaboração de um arcabouço teórico propriamente psicológico, o que também foi realizado por Vigotski (2004c). Ou seja, pela formação de Luria (1992) em Psicologia e Medicina, o autor pôde elaborar seu projeto para a Neuropsicologia, dialogando com as ciências afins à Psicologia e Medicina, como Fisiologia, Anatomia, e Pedagogia.

Podemos entender a partir de Homskaya (2001), que Luria procurou superar as elaborações iniciais em Neuropsicologia tradicionais, burguesas, a partir de seu método de análise: “O fato da Neuropsicologia – sua criação mais favorita – ter sido concebida por ele, desde o começo, como a ciência da organização cerebral dos processos psíquicos do homem, como uma Neuropsicologia do homem, promoveu o sucesso de sua pesquisa.” (Homskaya, 2001, s/p.). Vemos, por meio dessa citação, que Luria buscava, portanto, uma especificidade em sua elaboração, a saber, a construção de uma *Neuropsicologia do homem*. Nesta conceituação, há um substantivo *Neuropsicologia* e um adjunto adnominal, que o caracteriza *do homem*. Vejamos nas palavras do próprio autor:

Eu queria uma psicologia que se aplicasse às pessoas de fato, na sua vida real, e não uma abstração intelectual num laboratório. A psicologia acadêmica era para mim terrivelmente desinteressante, porque não via qualquer ligação entre a pesquisa e o lado de fora do laboratório. Queria uma psicologia relevante, que conferisse alguma substância a nossas discussões sobre a construção de uma nova vida (Luria, 1992, p.27-28).

Logo, expomos e defendemos que a Neuropsicologia, para Luria (1992), não é apenas uma ciência abstrata, mas uma ciência que tem relação com um objeto ou fato concreto do qual se abstrai, o homem, a vida humana. Tal princípio recupera a crítica realizada por Vigotski (2004c) à história da Psicologia soviética e dá condições para a superação da mesma, pelo fato de inserir o entendimento de *práxis* e de proporcionar elementos de modificação da realidade a partir de uma análise teórica. Isso aplicado ao processo de avaliação neuropsicológica implica no fato de que tal prática profissional deve encontrar-se sustentada teoricamente e implicar em um processo de ação, ou seja, dar elementos que direcionem o processo de reabilitação neuropsicológica.

Desde o início de suas elaborações teóricas, Luria (1992) objetivou construir uma Psicologia em que estivesse presente a explicação da maneira pela qual as funções cerebrais, ou a própria atividade cerebral, se manifesta durante os processos conscientes e voluntários.

Para Luria (1992), os processos psicológicos¹⁶ se organizariam, no órgão cerebral, em unidades de atividade psicológica. Essa organização se processaria por meio de organizações sistêmicas. Desta maneira, o autor defende a existência de uma correspondência entre as funções psicológicas manifestas pelo sujeito e os mecanismos cerebrais que a realizam. Entendemos que tenha sido essa concepção que possibilitou avanços às pesquisas da Psicologia no que diz respeito ao problema da relação entre cérebro e psique. Assinalamos que essa seria a proposta de Luria, na elaboração da Neuropsicologia, concepção esta também que norteia a prática clínica de avaliação neuropsicológica.

Neste aspecto, gostaríamos de destacar o interesse de Luria, desde o início de sua carreira acadêmica, pelo estudo de uma *personalidade viva*. Podemos entender, em consequência, que Luria, buscava compreender a personalidade viva, isto é, a personalidade do homem concreto, real, existente. Esse princípio, em si, já aponta um caminho para a eliminação da dicotomia tão presente na história da Psicologia entre subjetividade e objetividade. Apesar de, na ocasião, Luria ainda não possuir o método de análise que superaria de maneira científica tal dicotomia, ao analisarmos sua história, podemos verificar que mais adiante, respaldado pelo Materialismo Histórico-Dialético, ele pôde encontrar um caminho científico para o estudo da personalidade viva, do homem concreto, que o inquietava em seus primeiros anos de estudos. Esse aspecto será discutido mais adiante, neste trabalho.

Um dos primeiros projetos de Luria (1992), na tentativa de construir uma Psicologia científica e de compreender o homem em seus processos de vida *concretos*, foi a tentativa de aplicar o método psicanalítico à clínica psiquiátrica, com um estudo intitulado de “Psicanálise experimental”. Nas palavras do autor:

Com a perspectiva de quase meio século, percebo nessa pesquisa valores e limitações. Com ela, atingi minhas primeiras metas, e ao mesmo tempo abri para mim novos caminhos de pesquisa, como as que fiz sobre as afasias e o desenvolvimento infantil, que assumiram importância central no meu trabalho posterior (Luria, 1992, p.41).

Tuleski (2011) denomina essa primeira fase dos estudos de Luria, como *Estudos sobre as emoções e conflitos humanos*, que teve como objetivo, a compreensão do papel das reações afetivas expressas em situações conflituosas. Segundo a autora, apesar do pensamento materialista de Luria nesse período, ser expresso em seus textos de modo pouco sistematizado, o autor já tem presente em suas produções, categorias importantes do método Materialista Histórico-Dialético, como a análise do comportamento particular, a partir dos

¹⁶ Também entendidos como Funções Psicológicas Superiores.

mecanismos culturais complexos. Ou seja, nesta primeira fase de produção de Luria, já se encontrava presente uma categoria de análise marxista: a compreensão ou o desvelamento dos fenômenos particulares, partindo da análise dos fenômenos mais complexos. Além disso, resgata-se o interesse em se alcançar o conhecimento da *personalidade viva*, conforme nos explicou Homsкая: “Naquele tempo, se questionando a respeito do significado da Psicologia verdadeira, Luria concluiu que a mesma deveria adotar questões referentes tanto a concretude individual, quanto aos princípios gerais da psique humana.” (Homsкая, 2001, p.12).

É importante assinalar que, nos anos iniciais da Revolução, a URSS buscava fundamentar uma Psicologia marxista, porém o caminho metodológico para tal realização não estava bem delimitado. Este caminho se apresenta quando Vigotski critica as concepções psicológicas no entendimento de consciência e é convidado a adentrar o Laboratório dirigido por Kornilov (Tuleski, 2008), o que será tratado a seguir.

De acordo com Rivière (1985), Sétchenóv foi quem, no século XIX, mais expressou a tentativa de formulação de uma Psicologia pautada no Materialismo, porém Sétchenóv buscou reduzir as funções psicológicas ao conceito de reflexo. Nesse período, essa tentativa não obteve sucesso uma vez que enfrentou tanto a oposição das tendências espiritualistas como das mecanicistas. Porém, mais à frente, essa situação ganha um destino um pouco diferente:

No começo do nosso século, a situação da Psicologia e Neuropsicologia soviéticas era complexa: se conhecia bem os desenvolvimentos ocidentais e se empregavam procedimentos quantitativos de medição e investigação, por exemplo, na Escola de Psicologia Experimental de São Petesburgo, dirigida por Nétchalev. Ademais, as investigações de Pavlov e Bekhterev estavam permitindo desenvolver, a partir de dados objetivos, uma parte do programa de Sétchenóv. Contudo, a corrente idealista e espiritualista tinha uma grande força na psicologia russa. Seu representante mais iminente era o catedrático da Universidade de Moscou, G. I. Chelpanov (1862-1936) (Rivière, 1985, p.23).

Chelpanov, segundo Rivière (1985), era representante da corrente idealista na Psicologia russa e entendia que a Psicologia deveria estudar as leis da alma, que apesar de se servirem do funcionamento cerebral, não se confundem com o dito órgão, sendo que o método da Psicologia deveria ser o da introspecção experimental.

Após a revolução de 1917, abriram-se as portas na Rússia para o debate mais aberto entre as correntes Materialistas e Idealistas na Psicologia. E isto em função do fato de que, as condições objetivas da Revolução permitiram que tal debate acontecesse, sendo que Lênin

considerava tal possibilidade como necessária ao avanço da ciência e da sociedade de modo geral (Tuleski, 2008).

Os anos de 1920, contudo, significaram uma mudança importante no desenvolvimento da psicologia, porque a convocação do I Congresso Pan-russo de Psiconeurologia permitiu que se manifestassem abertamente as tensões latentes entre os psicólogos idealistas e as diversas correntes materialistas que eram presentes na psicologia soviética (Rivière, 1985, p.24).

De acordo com Rivière (1985), nesse congresso, Kornilov, discípulo de Chelpanov, criticou a posição idealista de seu mestre, por tentar atrelar a posição marxista a uma Psicologia introspeccionista que não tinha relação com a Fisiologia, ao mesmo tempo em que negava a intenção da Reflexologia de redução das leis psicológicas ao domínio do biológico e da Física. Kornilov apresentou uma nova saída para a Psicologia, a Reactologia, pela qual se pretendia estudar de forma objetiva as reações humanas dentro de seu ambiente biossocial. Kornilov substituiu Chelpanov no Instituto de Psicologia de Moscou. E pela situação política teve que chamar novos pesquisadores para auxiliá-lo nesse Instituto, uma vez que os antigos o abandonaram por apoio a Chelpanov. Entre os novos pesquisadores estava Luria.

Nessa direção, Tuleski (2011) explica que no ano de 1923, Luria passa a integrar o Instituto de Psicologia de Moscou, que estava em um momento de busca de uma construção de uma Psicologia com base Materialista. Nesse período, Luria conheceu Leontiev e passou a adentrar, propriamente dito, o círculo de pesquisa que buscava construir uma Psicologia verdadeiramente marxista, porém ainda com contradições referentes ao método presentes:

Aqueles jovens começaram uma busca urgente de novas hipóteses e métodos que permitissem construir uma psicologia marxista. Porque esse era, na realidade, o propósito fundamental: a reactologia de Kornilov era apenas um símbolo para eles. A maior parte deles (incluindo o próprio Kornilov) tinha uma formação marxista escassa e superficial. Eram conscientes de que a reactologia não era a solução que buscavam e desenvolveram uma atividade entusiástica para renovar as atividades do Instituto. Criaram laboratórios de reações motoras, mnêmicas, intelectuais, e começaram simultaneamente com a pesquisa e as atividades didáticas, por meio da direção de Kornilov, que tratou de aprofundar a respeito das implicações psicológicas do pensamento marxista (Rivière, 1985, p.25-26).

Para Rivière (1985) a análise histórica da importância de Kornilov para a criação de uma Psicologia marxista é complexa, uma vez que o mesmo, apesar de ter enunciado as premissas dessa nova Psicologia, não conseguiu cumprir com suas próprias formulações.

Essas formulações teriam sido: o monismo materialista; o reconhecimento da impossibilidade de redução dos fenômenos psíquicos às leis da Fisiologia; o reconhecimento da natureza social das relações humanas e da natureza idealista da Psicologia individual que não seria capaz de abordar a influência das classes sociais; além do reconhecimento da realidade física e social, e da interconexão universal dos fenômenos (Rivière, 1985, p.26).

Rivière (1985) considera que a tentativa de Kornilov foi incapaz de construir uma Psicologia dialética uma vez que ele considerava a consciência como passiva e não deu conta de distinguir energia física e consciência, como teria feito Bekhterev¹⁷. No entanto, para o autor, Kornilov foi importante para a história da Psicologia e Neuropsicologia soviética, uma vez que abriu caminho para o projeto de uma Psicologia *verdadeiramente* marxista, que foi realizada por meio da proposta de Vigotski. No III Congresso Pan-russo de Neuropsicologia, Vigotski (2004a) apresentou seu texto¹⁸ e foi chamado por Kornilov a fazer parte do Instituto de Psicologia de Moscou, onde começaram os dez anos de efervescência da Psicologia marxista:

A apresentação de Vigotski no Congresso de Leningrado estava de acordo com o interesse de construção de uma psicologia objetiva, que fosse capaz de dar conta dos processos humanos mais complexos, que era o propósito essencial dos novos membros do Instituto de Psicologia. Estes tomaram a decisão de pedir a Vigotski que colaborasse nas atividades do Instituto (Rivière, 1985, p.28).

Sendo assim, no ano de 1924, Vigotski foi integrado ao Instituto de Psicologia de Moscou, após ter apresentado a conferência sobre o tema da relação entre os reflexos condicionados e sua relação com o comportamento consciente do homem, em um momento em que a consciência era considerada como subjetivista na Psicologia soviética. A partir disso, Vigotski se uniu a Luria e Leontiev, sendo assim, constituída a troika (Tuleski, 2008).

De acordo com Shuare (1990), anteriormente à integração de Vigotski no Instituto de Psicologia de Moscou, a utilização do Materialismo Histórico-Dialético à Psicologia trouxe dificuldades na questão metodológica em virtude de uma aplicação mecânica de tal fundamento. Ou seja, anterior a Vigotski, o que havia era uma compreensão superficial do método e falta de conhecimento a respeito da importância desse fundamento para a Psicologia. Vigotski teria sido o autor que conseguiu ultrapassar essas dificuldades, passando

¹⁷ Vladimir Bekhterev (1857-1927), Neurologista russo.

¹⁸ *A consciência como problema da Psicologia do comportamento*, publicado primeiramente em 1925.

a liderar o grupo de pesquisa e propondo a superação dos entendimentos tradicionais, pelo método histórico-dialético.

De acordo com Shuare (1990), os debates dos anos 1923 e 1924 deram condições para que a nova Psicologia se fundamentasse no método do marxismo. E isto porque era nesta mesma época que a sociedade soviética entrava em contato com sua nova política econômica, que buscava a superação da antiga política do comunismo de guerra e primava pelo desenvolvimento da democracia. Segundo a autora, Vigotski introduziu na Psicologia a questão da historicidade, considerando a psique como datada. Isso significa que o tempo não seria um fator externo, mas sim: “o fator que define a essência do psiquismo humano” (Shuare, 1990, p.59). Nesse sentido, o tempo é visto como no sentido do Materialismo Histórico-Dialético, ou seja, como a história do próprio homem. O tempo humano é visto como tempo histórico, no âmbito individual ou social, no último, é o tempo histórico do desenvolvimento da sociedade e de suas forças produtivas.

Shuare (1990) considera que a atividade humana só é transformadora porque o homem utiliza-se de instrumentos para sua relação e ação com o meio. O instrumento, desta forma, mediatizaria a relação entre a atividade do homem e sociedade, ou meio social. No interior do processo de desenvolvimento histórico humano, a natureza social do homem, foi criada por meio do trabalho, por uma relação entre o homem e a natureza, sempre mediatizada pelas próprias construções humanas, os instrumentos e signos. Este fundamento passou então a dirigir a elaboração das pesquisas psicológicas fundamentadas pelo marxismo:

Ou seja, qualquer ciência que estude o homem, em qualquer aspecto, ainda mais a Psicologia, deve assumir como constituinte de sua investigação, o fato de que tem frente a si, um objeto histórico social. A segunda generalização conceitual que produz o ser histórico, em consequência, é a seguinte: os fenômenos psíquicos, a psique humana, sendo social em sua origem, não é inerente ao homem; existe um desenvolvimento histórico de tais fenômenos, uma relação de dependência essencial dos mesmos com respeito a vida e a atividade social (Shuare, 1990, p. 60-61).

Sendo assim, temos conteúdo para afirmar que a consciência do homem, seu psiquismo, quando analisado pelo método do Materialismo Histórico-Dialético, é considerado como social e histórico, possuindo um desenvolvimento que depende do tipo de relação social existente em determinado modo de produção. O social não condiciona o psíquico, mas se sobrepõe à determinação biológica do homem, ou seja, o desenvolvimento social supera por

incorporação o desenvolvimento biológico¹⁹. Essa tese, desenvolvida por Vigotski (2004c) na análise da história da constituição da Psicologia, passa a ser o princípio explicativo para o entendimento dos fenômenos psicológicos humanos. Nesse sentido, entendemos que Luria (1970; 1981), ao propor uma compreensão para a relação psiquismo e cérebro, e seus consequentes instrumentais para a Psicologia aplicada, o faz por meio da utilização desse princípio explicativo. Ou seja, o funcionamento do cérebro humano, ou a neuropsicologia humana, passa a ser explicada por sua constituição histórico-social.

Segundo Shuare (1990) a concepção histórico-cultural permitiu a Vigotski resolver a questão da relação entre psíquico e cérebro, entendendo o desenvolvimento humano como um processo que ocorre de forma ascendente. Nesse sentido, a diferença qualitativa do desenvolvimento humano, frente ao desenvolvimento animal estaria no salto qualitativo alcançado pelo homem por meio de sua atividade com a natureza, que sempre se realiza de forma mediatizada por meio dos instrumentos e signos.

Para Vigotski, conforme nos explica Shuare (1990), a analogia existente entre signo e instrumento se faz pelo fato de que ambos possuem função de mediação do homem com o meio. A diferença entre ambos é que o instrumento tem função de transformar a natureza/realidade objetiva, enquanto que o signo é a mediação entre o psíquico e o comportamento. Tanto o signo quanto o instrumento fazem parte da filogênese e da ontogênese. Devido a este fato é que o domínio da natureza está intimamente ligado ao domínio de si e ao aumento da capacidade de autocontrole do comportamento. Esta concepção é a que norteia a compreensão da relação de unidade entre cérebro e comportamento em Luria (1970; 1981) e neste sentido, entender que o cérebro humano é um *cérebro cultural*, pressupõe revelá-lo como resultado de uma *construção social histórica*. Dito de outro modo, o cérebro humano só manifesta determinadas características, apresenta determinadas formações ou funções mais ou menos complexas, como resultado de sua constituição histórico-social.

Shuare (1990) explica que Vigotski entende que o desenvolvimento humano não deveria ser avaliado somente em seus processos já maduros, mas também naqueles que estão em fase de amadurecimento, ou seja, na zona de desenvolvimento proximal. Sendo que tal

¹⁹ Pontuamos que não estamos desconsiderando as determinações biológicas para o desenvolvimento, como casos de deficiências e/ou outras patologias. Entendemos que existe uma relação indissociável entre as esferas biológica e social; e que as condições sociais permitem, não a eliminação, mas a superação de determinadas limitações biológicas, caso sejam planejadas ações de compensação e/ou reabilitação, como propõe Luria (1981; 2008).

desenvolvimento sempre pressuporia participação mediada, ou seja, a utilização dos instrumentos e signos, e o ensino do uso de tais elementos culturais, por uma pessoa que possuiria o domínio do uso dos mesmos. Este princípio posto por Vigotski (1988) foi posteriormente aplicado por Luria (1970; 1979; 1981) nos processos de avaliação neuropsicológica. Na análise de casos de perda funcional acarretada por lesão cerebral, Luria (1970) buscava ir além da compreensão do dano funcional, ou seja, do sintoma. Por meio da análise e entendimento do mesmo, bem como da definição do nível de desenvolvimento cerebral pregresso do sujeito (anterior à lesão), o autor propunha estratégias culturais de reabilitação para o desenvolvimento ou compensação dos processos mentais. Ou seja, também atuar na zona de desenvolvimento proximal, dos sujeitos lesionados, para realizar seu desenvolvimento comportamental, assim como propunha Vigotski. O que somente é possível por uma dada epistemologia que pressupõe teleologia, ou seja, que compreende que a história é composta pelo movimento de presente, passado e futuro.

Segundo Shuare (1990) o problema a respeito da consciência esteve presente ao longo de toda a vida e obra de Vigotski. Vigotski entende a consciência humana como uma função psicológica formada pelo trabalho. Ou seja, é a atividade humana no mundo que permite o aparecimento ou a formação dos processos psicológicos conscientes que compõem a consciência. De acordo com a autora, os conceitos de interiorização, signo e de sistemas psicológicos deram um novo olhar ao estudo da consciência. Olhar este, presente na análise luriana da relação psiquismo e comportamento e que norteia as práticas de avaliação neuropsicológica e os processos de reabilitação e, ou, compensação e ainda de desenvolvimento.

Os estudos iniciais da Psicologia Histórico-Cultural consistiram numa construção de uma nova Psicologia, denominada de cultural, instrumental ou histórica, uma vez que era pautada em uma compreensão de humano como ser social. Essa nova Psicologia teria como princípio o de “estabelecer as relações em que sociedade e história social moldam a estrutura das formas de atividade que distinguem o homem de outros animais.” (Tuleski, 2007, p.41).

De acordo com Tuleski (2011) aos elaboradores da Psicologia Histórico-Cultural estava o desafio de sistematização, a partir das teses marxistas, de uma nova Psicologia. Luria se destaca nesse sentido por ter se dedicado à investigação das funções psicológicas superiores, à relação entre cérebro e comportamento, e ao trabalho de avaliação e reabilitação com pacientes com perdas funcionais cerebrais acarretadas por lesões cerebrais, a partir desse referencial e necessidade postos.

Luria (1992) atribui a Vigotski a defesa da tese de que os processos mentais seriam decorrentes do desenvolvimento histórico e cultural, definindo a Psicologia como uma ciência objetiva que estudaria o desenvolvimento e o funcionamento de tais processos. Como assinalado anteriormente, tal tese foi apresentada no III Congresso Pan-russo de Neuropsicologia por Vigotski (2004a). A partir dessa palestra, Vigotski, foi convidado para também integrar os trabalhos coletivos de construção de uma Psicologia *verdadeiramente científica* no Instituto de Psicologia de Moscou:

[...] Vygotsky defendeu a permanência do conceito de “consciência” na psicologia, mas propondo que fosse estudada por métodos objetivos. Ainda que ele não tenha conseguido convencer a todos da consistência de seu ponto de vista, tornou-se claro que este homem, de uma cidade provinciana do Oeste da Rússia, era uma potência intelectual que não podia ser ignorada. Decidiu-se que Vygotsky seria convidado a integrar a jovem equipe do novo Instituto de Psicologia de Moscou. No outono daquele mesmo ano, Vygotsky chegou ao Instituto, e iniciamos então uma colaboração que duraria até sua morte, uma década depois (Luria, 1992, p.44).

Pontuamos que Luria (1992) admite que no momento em que Vigotski foi integrado ao Instituto, juntamente com Leontiev, houve a possibilidade – principalmente em função do domínio de Vigotski a respeito do método marxista, de realização de um estudo crítico a respeito da história e do desenvolvimento da Psicologia. Os três autores se dedicaram, portanto, juntamente com o coletivo de pesquisadores do Instituto, à elaboração de uma nova Psicologia da atividade psicológica do ser humano. Tal abordagem foi caracterizada como uma ciência **histórica, cultural**, ou ainda **instrumental**:

[...] nas mãos de Vygotsky, os métodos de Marx desempenharam um papel vital na formação da nossa trajetória: influenciado por Marx, Vygotsky concluiu que as origens das formas superiores do comportamento consciente estavam nas relações sociais do indivíduo com o meio externo. Mas o homem não só é um produto de seu meio ambiente; também é um agente ativo na criação desse meio ambiente. Vygotsky gostava de chamar essa abordagem de psicologia “cultural”, “instrumental” ou “histórica”. Cada um desses termos refletia uma característica diferente da nova abordagem que ele propôs para a psicologia. O termo “**instrumental**” se referia à natureza basicamente mediada de todas as funções psicológicas complexas. [...] O aspecto “**cultural**” da teoria de Vygotsky tinha a ver com os modos socialmente estruturados pelos quais a sociedade organiza as tarefas que são propostas à criança, e com as ferramentas, físicas e mentais, que são oferecidas à criança para que domine

essas tarefas. [...] O elemento “**histórico**” fundia-se ao cultural. As ferramentas usadas pelo homem para dominar seu meio ambiente e seu próprio comportamento não surgiram, completamente prontas, da mente de Deus. Foram inventadas e aperfeiçoadas no curso da história social do homem (Luria, 1992, p.48-49, *negritos nossos*).

Nesse sentido, entendemos que as formas superiores de processos psicológicos, e a consciência humana, são explicadas por meio de seu desenvolvimento nos processos históricos e por meio dos princípios objetivos de funcionamento cerebral. Destaca-se aqui um princípio dialético: o entendimento da relação entre o desenvolvimento histórico e o funcionamento cerebral, que ao longo do desenvolvimento da teoria luriana, perpassa seus estudos no que se refere à avaliação neuropsicológica e encaminhamentos clínicos.

Como temos exposto, essa elaboração inicial de uma nova concepção científica para a Psicologia foi realizada por um grupo de cientistas, que se respaldavam por uma base teórica em comum. Luria (1992) destaca a participação, para além da *tróika*, de N. Morozova, R. E. Levina, A. Zaporozhets, L. S. Sakharov, e B. Zeigarnik. Esses pesquisadores realizaram trabalhos com o objetivo de entender o caráter mediado dos processos psicológicos que constituem a atividade consciente do homem real. Luria (1992), em análise desse processo inicial, entende que:

Os estudos individuais que levamos a termo naquela época, dos quais mencionei alguns, devem ser considerados banais em si mesmos. Hoje, seriam considerados por nós nada além de projetos de estudantes. E isso eles eram, exatamente. **Mesmo assim, a concepção geral por trás desses estudos-piloto proporcionou o fundamento metodológico da teoria geral de Vygotsky, e desenvolveu um conjunto de técnicas experimentais que eu usaria pelo restante de minha carreira.** Os estudantes que levaram aquele trabalho a termo vieram a desempenhar importantes papéis no desenvolvimento da psicologia, generalizando esses primeiros esforços das mais variadas e sofisticadas maneiras (Luria, 1992, p.56, *negritos nossos*).

Nessa mesma direção, Luria (1992) expõe que, ainda nesse momento inicial, referente aos anos de 1920, ele, juntamente com Vigotski, se voltou aos primeiros estudos na construção da Neuropsicologia. Tais investigações foram referentes a análises e encaminhamentos de pacientes com mal de Parkinson, afasias e de crianças com retardo mental. O autor destaca que os estudos relacionados entre a Psicologia e a Neurologia permitiram que ele fizesse na Neuropsicologia, um caminho muito semelhante ao que a própria Psicologia necessitava:

Talvez uma das áreas mais férteis estudadas por Vygotsky e certamente aquele que teve maior influência em minha própria carreira, foi seu trabalho em neurologia. O interesse pelo campo nos levou a fazer cursos na escola médica. [...] A neurologia que conhecíamos nos anos 20 era primariamente derivada da neurologia alemã da segunda metade do século dezenove. Conheciam-se alguns grandes “centros” de controle do funcionamento psicológico, como o centro da fala, descoberto por Paul Broca, e os neurologistas ocupavam-se na construção de mapas do córtex cerebral. Esse trabalho foi importante na formulação da base cortical das funções psicológicas. Mas Vygotsky não o considerava suficiente, porque as evidências neurológicas não eram ligadas a nenhuma teoria adequada. Fazia-se necessária a criação de uma neuropsicologia (Luria, 1992, p.58).

Destacamos que no período de produção de Luria, a Neurociência se encontrava iniciando o seu desenvolvimento científico, sendo que as produções acerca do problema do cérebro em relação ao psiquismo encontravam-se quase que restritas à Fisiologia. O autor destaca que frente a esse contexto realizou seus estudos que buscaram superar os entendimentos tradicionais nas produções em Neurociência. É importante assinalar, de maneira inicial, que a Neurociência encontrava-se também dividida entre correntes que compreendiam o funcionamento cerebral de maneiras diferenciadas como o Holismo²⁰ e o Localizacionismo estreito^{21 22}.

No que diz respeito à produção de Luria em relação aos estudos da Psicologia Histórico-Cultural, Tuleski (2011) destaca *Os estudos sobre a história do comportamento*, tema referente à história do comportamento humano, que seria composto pelas seguintes obras: “Estudos sobre o desenvolvimento infantil”; “Estudos experimentais de Luria sobre desenvolvimento da percepção, dos hábitos culturais e da linguagem escrita na criança”; além do livro: “Estudos sobre a história do comportamento humano”. Com relação a esse tema, a autora explica que a teoria desenvolvida por Luria e Vigotski defendeu a tese de que o

²⁰ Concepção científica, analisada por Luria (1977), que compreendia que o cérebro possuía um funcionamento como um todo indiferenciado.

²¹ Concepção científica que segundo Luria (1977) entendia que o cérebro era composto por regiões que possuíam finalidades específicas. Ou seja, cada função psicológica seria localizada em uma área específica cerebral.

²² Tal aspecto será melhor desenvolvido na seção II, porém é necessário ser pontuado aqui, uma vez que Luria buscou superar tais concepções que, segundo ele, eram reducionistas.

comportamento do homem cultural é produto do desenvolvimento de três linhas: evolutiva, histórica e ontogenética.

Outro destaque ou frente de trabalho de Luria foram os *Estudos interculturais*, que tiveram como objetivos a realização de uma descrição dos diferentes estágios de desenvolvimento dos processos mentais superiores comparados aos distintos estágios e condições do desenvolvimento histórico, em grupos populacionais com diferenças de desenvolvimento social. De acordo com Tuleski (2011), teria sido Luria quem executou as expedições de pesquisa, uma vez que, neste período, Vigotski já se encontrava doente. Com relação ao objetivo geral proposto na investigação, estava a verificação da maneira pela qual, a cultura modifica o estado das funções psicológicas. As pesquisas interculturais buscavam também analisar se as mudanças das estruturas sócio-históricas, ou seja, aquelas mudanças na prática social produziram apenas ampliação da experiência ou se, para além disso, produziram uma reorganização dos processos psicológicos (Tuleski, 2011). Segundo a autora, tais trabalhos permitiram aos autores da Psicologia Histórico-Cultural, a comprovação da tese de que as mudanças sociais produzem sim uma reorganização das funções psíquicas.

A terceira frente de trabalho de Luria, com relação à elaboração da Psicologia Histórico-Cultural, seria referente aos *Estudos com pares de gêmeos idênticos*. Tal frente tinha o caráter de proporcionar informações que contribuíssem aos aspectos da hereditariedade e do ambiente na determinação das características humanas. Os resultados das pesquisas com pares de gêmeos permitiram a Luria formular a tese de que o desenvolvimento cognitivo é elevado a patamares superiores com o ensino à criança da utilização de esquemas culturalmente assimilados, que organizam o pensamento e a atividade (Tuleski, 2011). A autora destaca que o período em que se deu a publicação desses estudos foi referente ao governo Stalinista, sendo que, nele, Luria teve que *driblar a censura*, nas palavras da autora, com o uso da linguagem pavloviana.

Segundo Tuleski (2007) a contribuição dessas discussões de Luria é relativa ao papel que o autor dá à educação planejada e sistematizada como condição para desenvolver os níveis das funções psicológicas superiores, que são mediadas pela linguagem e não dependem de fatores orgânicos.

Nos três temas de pesquisa, que foram acima apresentados, desenvolvidos por Luria nos trabalhos coletivos feitos pela *troika*, a saber, os estudos sobre a história do comportamento; estudos interculturais e estudos com pares gêmeos, se fazem presentes a afirmação e defesa da unidade dialética entre sociedade e indivíduo, subjetividade e objetividade, e psicológico e corpo, conforme discute Tuleski (2007). Nessa perspectiva, é por

meio da apropriação dos signos no processo de escolarização e dos instrumentos cotidianos e, posteriormente, daqueles inseridos no mundo do trabalho que se processa o desenvolvimento humano (Tuleski, 2007). A autora ainda explica que para a Psicologia Histórico-Cultural, o papel da apropriação cultural é crucial para a formação dos processos psicológicos superiores, especificamente humanos. E que tal fundamento, além de apontar os limites das teorias reducionistas, permite a superação de tais concepções mecanicistas e idealistas.

Em continuidade ao debate da relação entre os trabalhos de Luria e a elaboração da Psicologia Histórico-Cultural, expomos uma fala de Luria, acerca do que pensava sobre o período de sua vida nos anos vinte, e a respeito do fundamento e dos seus antecessores, principalmente de Vigotski:

Na breve década compreendida entre a chegada de Vygotsky a Moscou, e sua morte por tuberculose em 1934, sua inteligência e sua energia criaram um sistema psicológico que, sem dúvida, ainda não foi completamente explorado. Praticamente, todos os ramos da psicologia soviética, na teoria como na aplicação prática, foram influenciados por suas ideias. Esses mesmos dez anos alteraram definitivamente o curso de meu trabalho. Sem destruir os impulsos básicos que me haviam atraído à psicologia, Vygotsky me proporcionou um entendimento incomparavelmente mais amplo e profundo do empreendimento em que minha pesquisa precoce se incluía. No final da década de 20, o curso futuro de minha carreira estava terminado. Eu passaria o resto de meus anos desenvolvendo vários aspectos do sistema psicológico de Vygotsky (Luria, 1992, p.60).

Neste sentido, entendemos que Luria teve como base de seus estudos a proposta vigotskiana de explicação sobre o funcionamento cerebral, a saber, sua constituição histórico-social. Entendemos que esse princípio metodológico para a compreensão do psiquismo humano se fez presente na proposta de elaboração da Neuropsicologia, se evidenciando nos processos de avaliação e intervenção neuropsicológicos.

A partir de sistematizações da relação entre os estudos de Luria e os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, buscaremos explicar que condições objetivas presentes na URSS, fizeram Luria se dedicar aos estudos cerebrais e principalmente aos processos de reabilitação de pacientes lesionados e feridos durante a guerra. Assinalamos que esse novo momento da produção luriana, de significativa importância aos estudos em Neuropsicologia, foi realizado após a morte de Vigotski, como será tratado na seção a seguir.

1.3 O contexto de produção da Psicologia Histórico-Cultural e da Neuropsicologia Luriana após a morte de Vigotski

Neste momento, iremos discutir a continuidade das produções de Luria, e a crítica à Psicologia e Neuropsicologia tradicionais, burguesas, iniciada por Vigotski. Visto que, o trabalho de Luria, mesmo após a morte de seu professor e companheiro de trabalho, foi contínuo ao projeto de constituição de uma nova forma de compreensão do psiquismo humano, a Psicologia Histórico-Cultural.

Em meio às contradições postas pela realidade social na URSS, discutidas na seção anterior, na década de 1940, Luria (1992) expõe que tanto seus estudos, quanto todo o povo russo se dividiu em duas etapas históricas com características peculiares em função do grande acontecimento que foi a Segunda Grande Guerra Mundial, chamada na Rússia ainda hoje como Segunda Grande Guerra Pátria. A primeira Grande Guerra Pátria remete-se a vitória russa à invasão de Napoleão. Esses momentos são: o período anterior à Guerra e o período posterior. Antes do início da Guerra, Luria estava trabalhando em Moscou, no Instituto Estatal de Medicina Experimental. Com o início da Guerra, os soldados que sofriam ferimentos nas batalhas, após receberem os primeiros cuidados nos hospitais, estes organizados nos campos de batalha, eram transportados para hospitais e necessitavam de encaminhamentos da Medicina e da Psicologia, com fins de reabilitação:

A unidade de propósito do povo soviético, tão sensível durante a Grande Revolução e nos anos subsequentes, reapareceu sob uma nova forma. O país foi tomado pelo sentido de uma responsabilidade e de um propósito comuns. Cada um de nós sabia ter obrigação de trabalhar junto com nossos compatriotas, para vencer aquele desafio. Cada um tinha que encontrar seu próprio lugar na luta – fosse na defesa direta do país, fosse na preservação e na expansão da indústria, deslocada para confins remotos do território nacional, ou fosse na restauração da saúde e das capacidades dos feridos. A meu instituto foi conferida esta última tarefa (Luria, 1992, p.143).

Esse interesse do autor com relação às pesquisas a respeito do funcionamento do cérebro, juntamente com as dificuldades objetivas da URSS em tempos de guerra²³, criaram condições para que Luria se voltasse ao estudo da Neuropsicologia, tanto na esfera da compreensão da unidade psiquismo e cérebro, quanto nas esferas da avaliação e reabilitação

²³ Segunda Guerra Mundial, denominada pelos soviéticos de Grande Guerra Pátria, ocorrida entre 1941 e 1945 (Luria, 1992).

neuropsicológicas. Nesse sentido, por meio do método do Materialismo Histórico-Dialético podemos entender que a elaboração da Neuropsicologia e da proposta de avaliação e reabilitação iniciada por Luria, foi a busca por respostas a problemas objetivos impostos pela triste realidade que impunha a Luria trabalhar e responder aos feridos de guerra, propondo um tratamento para tais pacientes.

É importante destacar que o trabalho em Neuropsicologia, para atender essa demanda de reabilitação de pacientes feridos em batalhas foi realizado também por um coletivo de pesquisadores. Luria (1992) destaca a participação de Leontiev, Bourdenko, Smirnov, e N. I. Graschenkov²⁴. Houve ainda a atuação de Zeigarnik, Galperin, Zinchenko, Ilienkov, entre outros.

Vemos aqui o quanto o contexto vivido por Luria exigiu que buscasse respostas às necessidades históricas a ele impostas. Desse modo, o diagnóstico qualitativo e a avaliação qualitativa luriana é um procedimento datado que responde a necessidades específicas, de diferenciação das funções psicológicas afetadas por ferimentos cerebrais, para o tratamento de casos tão diversos. Luria enfatiza que: “Durante a guerra e logo depois dela, a neuropsicologia tornou-se uma ciência propriamente dita” (Luria, 1992, p.145).

Hoje, o contexto da avaliação neuropsicológica pode ser outro, desvinculado da reabilitação de pacientes feridos em guerra, mas as diferenças individuais de origem cultural para a análise de casos, e a grande demanda de avaliação imposta aos psicólogos não é muito diferente, como pode ser percebido pelos encaminhamentos aos psicólogos para a avaliação e reabilitação de pacientes com ferimentos provocados por acidentes de trânsito, acidentes vasculares cerebrais, indivíduos feridos por armas de fogo decorrentes da violência urbana, entre outros. Também destacamos, embora em outra esfera, a avaliação de alunos com dificuldades escolares, entendendo que, nesses a demanda para a avaliação deve levar em consideração a particularidade de um cérebro, na maioria das vezes, não lesionado. Tal fato nos leva a necessidade de compreensão dessa forma de realização qualitativa de avaliação, de modo a buscar alternativas não apenas para a constatação do que acontece com o indivíduo avaliado, mas também para propor práticas de reabilitação ou mesmo práticas promotoras de desenvolvimento.

Nos encaminhamentos dos pacientes com lesões cerebrais, que eram realizados em centros de reabilitações, Luria (1992) destaca que, concomitantemente, se realizavam

²⁴ Neurologista e neurocirurgião que atuou como diretor da Clínica Neurológica no Instituto de Medicina Experimental. Luria (1992) expõe que Graschenkov, posteriormente trabalhou como ministro da saúde da URSS.

procedimentos médicos de tratamento, ou seja, de reabilitação, trabalhos e estudos teóricos. Neste sentido, destacamos a importância desses aspectos caminharem conjuntamente. Podemos entender, a partir do que explica Luria (1992), que o objetivo a ser alcançado com o tratamento era o de ajudar as pessoas a recuperar suas capacidades para o trabalho, ou prepará-los para novas profissões. Tal aspecto é de fundamental importância uma vez que até o tratamento de reabilitação de feridos envolvia a formação para o trabalho, pressuposto este referente à necessidade de construção de uma nova sociedade, bem como do desenvolvimento da autonomia nos sujeitos.

No tratamento de reabilitação, segundo Luria (1992) um dos focos da recuperação funcional era referente à reabilitação dos movimentos, sendo este talvez, o principal problema colocado no tratamento de soldados feridos em batalha. O autor e seu grupo de pesquisa planejaram formas de encaminhamentos que introduzia outros níveis de coordenação motora aos pacientes (mediados pela linguagem e pela escrita, por exemplo) e não apenas o trabalho restrito a exercícios físicos, ausentes de significado. Essa forma de reabilitação objetivava, sobretudo, a recuperação de processos cognitivos, por meio do desenvolvimento da capacidade de compensação das funções superiores perdidas. Em nosso entendimento, tais processos também podem ser considerados como processos de mediação.

Nesses anos, conforme explica Luria (1992) sua pesquisa se voltou à reabilitação das atividades mentais de pacientes com lesões cerebrais focais. Tal aspecto pode ser considerado como muito significativo, sobretudo para o alcance do objetivo do tratamento de reabilitação, o de manter em trabalho as capacidades mentais dos pacientes. Por meio de seus trabalhos e pesquisas clínicas, Luria (1992) postulou três possibilidades para a reabilitação funcional, que seriam: a desinibição de uma função temporariamente bloqueada; a utilização da capacidade da atividade do hemisfério cerebral oposto, para compensar a função psicológica perdida; e a própria reorganização do sistema funcional. Pontua-se que tais aspectos eram perpassados pelo desenvolvimento de ações **de ensino** que colocavam aspectos de **intencionalidade e planejamento** das ações *ao* paciente, e *com* o paciente, o que entendemos ser característica de um processo de desenvolvimento ou de reabilitação da **consciência** *nos* e *com* os pacientes. A seguir expomos uma análise de Luria (1992) a respeito de seu trabalho teórico na Neuropsicologia, desenvolvidos a partir do tratamento terapêutico com pacientes com lesões cerebrais:

Estes exemplos representam apenas alguns fragmentos dos milhares de casos que analisei ao longo dos anos. Em cada um desses casos, o progresso do diagnóstico e os métodos de tratamento têm uma relação muito clara e muito próxima com os

princípios enunciados por Vygotsky, que foi o primeiro a sugerir que a dissolução das funções psicológicas superiores poderia representar um caminho no sentido de sua análise. Acho que os exemplos ilustram claramente tanto a lógica geral de nossa abordagem à análise das funções psicológicas superiores quanto a importante ligação que existe entre a teoria do diagnóstico e a prática restaurativa. Os métodos terapêuticos que constatamos serem úteis são exatamente aqueles métodos que seriam sugeridos por Vygotsky com base em sua teoria geral da origem sócio-histórica das funções psicológicas superiores. Este trabalho, realizado com a assistência de dezenas de pesquisadores extremamente talentosos, ocupou minha atenção por mais de vinte e cinco anos (Luria, 1992, p.160).

Percebe-se, desta maneira, o quanto esses anos foram importantes para o desenvolvimento da Neuropsicologia, dos trabalhos clínicos e da forma de olhar, de compreender e de analisar a avaliação clínica, neuropsicológica: qualitativa e individual, realizada de caso para caso, de forma particular e integral.

Em complemento ao que vem sendo discutido, Tuleski (2011) pontua que o primeiro e principal problema abordado por Luria, nos processos de reabilitação foi relacionado aos distúrbios denominados de *afasia*, devido à importância da linguagem para a Psicologia Histórico-Cultural. A autora considera que a superação de Luria às teorias tradicionais veio pela concepção de sistema funcional como um conjunto de funções relacionadas a estruturas cerebrais, essas funções trabalhariam em concerto e seriam base da atividade psíquica humana complexa. Essa teoria de Luria foi exposta no livro *Afasia traumática*, publicado em 1947, na URSS:

Neste livro, tal como os demais publicados por Luria no período, há diversas referências a Pavlov e termos pavlovianos, enquanto que as referências a Vigotski são raras. Sua fidelidade aos pressupostos marxistas encontra-se na essência de seus conceitos e explicações e não se apresenta de imediato a uma leitura superficial, por isso não foi captada pelos censores do Partido (Tuleski, 2007, p.118).

A partir do exposto e baseados em Tuleski (2011), podemos entender que, apesar da censura imposta, Luria se manteve fiel ao método Materialista Histórico-Dialético ao ir à essência do fenômeno estudado/analísado, os distúrbios decorrentes de lesões corticais. Ou seja, o autor transpõe a simples descrição do sintoma apresentado, para a análise do funcionamento cerebral do paciente analisado. Luria entende também que as atividades humanas complexas não seriam habilidades de determinadas regiões cerebrais, mas sim funções psicológicas construídas historicamente em função da atividade humana, o trabalho.

Assim, podemos entender que as funções psicológicas superiores são desenvolvidas pelo processo de internalização, que possibilita a operação de áreas que antes funcionavam isoladamente, passarem a funcionar em concerto.

Embora a linguagem utilizada por Luria nesse período fosse referente à proposta de Pavlov, Tuleski (2007) esclarece que a essência teorizada nos escritos de Luria era referente à Psicologia Histórico-Cultural: “O jargão pavloviano é largamente utilizado como *conexões, complexo sistema de conexões, atividade reflexa*, embora o conteúdo exposto conduza à compreensão de que a linguagem é um produto histórico-social e não pode ser reduzida a simples mecanismos fisiológicos.” (Tuleski, 2007, p.120, *destaques da autora*).

Já no início da década de 1950, Luria passou a estudar o papel da fala na formação do comportamento normal em crianças pequenas e a incapacidade de tal função assumir mecanismos de regulação nas crianças com algum tipo de deficiência mental, período este, em que o autor trabalhou no Instituto de Defectologia fundado por Vigotski. Esses estudos estão publicados nas seguintes obras: *Problemas da atividade nervosa superior em crianças normais e anormais*; *A criança retardada mental*; *A criança mentalmente atrasada: breve estudo sobre as características da actividade nervosa superior nas crianças oligofrênicas* publicado no Brasil com o título: *O papel da linguagem na formação de conexões temporais e a regulação do comportamento em crianças normais e oligofrênicas* (Tuleski, 2007).

Nesses estudos, de acordo com Tuleski (2011), Luria realizou uma distinção entre crianças com atraso no desenvolvimento, o qual poderia ser superado por educação em escolas regulares; e crianças com deficiência mental verdadeira, que precisariam de métodos, recursos e ambiente educativo diferenciado ou escolas especiais. A autora discute que, para Luria, as questões centrais voltadas ao cuidado com as crianças deficientes mentais estariam na identificação de crianças com tais características e no fornecimento de uma educação especial conforme essas características. Nesse princípio de Luria está presente o fundamento da Psicologia Histórico-Cultural, que entende que a aprendizagem promove desenvolvimento, inclusive em casos de deficiência mental:

Para Luria (1974), a escola é considerada o local onde as capacidades inatas das crianças *se formam e se desenvolvem para níveis superiores* e cada uma necessita de métodos adequados e de hábitos de trabalho escolar que desenvolvam tais capacidades, compensem suas dificuldades e aumentem suas chances de desenvolvimento mental. Considera um grave erro subestimar sua importância e considerar que as capacidades inatas definem o destino das crianças. Em outras

palavras, seria um erro atribuir a um talento inferior inato as dificuldades encontradas pelas crianças durante sua educação (Tuleski, 2007, p.150).

Para a autora, mesmo nessas produções em que Luria faz uso dos termos pavlovianos, sua ênfase está na educação escolar e no desenvolvimento de técnicas e procedimentos culturais que superassem os danos orgânicos, o que em essência consiste em um pressuposto da Psicologia Histórico-Cultural. Tuleski (2011) ainda ressalta a importância dada por Luria ao diagnóstico diferencial das crianças com deficiência e que precisariam de uma atenção educativa especial. Somado a isso, o autor defenderia a importância de se conhecer os princípios que governam a perturbação da criança, ou seja, as peculiaridades em função do defeito biológico e das características do sistema nervoso superior. Somente dessa forma é que se poderia, para Luria, desenvolver métodos pedagógicos científicos de compensação – lembrando que essa compensação é sempre realizada por vias culturais.

Segundo Tuleski (2011), Luria se opôs às correntes tradicionais da Psicologia que operam um reducionismo na compreensão dos fenômenos psíquicos. Desse modo, Luria buscou a construção de uma nova Psicologia e Neuropsicologia que compreendesse o indivíduo concreto e isso gerou consequências importantes para o entendimento dos processos de desenvolvimento, aprendizagem, como também para a prática da educação escolar. A autora ainda ressalta que, apesar de Luria ter sofrido restrições políticas, ele deu continuidade às concepções de Vigotski, sobre os sistemas funcionais do cérebro, mesmo após sua morte. Foi também o primeiro autor a utilizar o termo *Neuropsicologia* sob a unidade dialética entre corpo-psiquismo, além de explicitar de que maneira seria possível que métodos reeducativos objetivos pudessem restabelecer funções cerebrais perdidas em decorrência de lesões:

Esta unidade dialética entre mente e corpo fica expressa desde o começo dos seus estudos, no método motor combinado, e vai se delineando mais claramente ao conceber que é na e pela atividade (que não pode ser executada sem um corpo material) que se dá a constituição do psiquismo ou a formação da consciência. Por isso, o processo de reabilitação, nos casos de afasias e traumas, parte do desenvolvimento cultural alcançado pelo paciente, intimamente relacionado à formação dos sistemas funcionais de alta complexidade (Tuleski, 2007, p.170).

Nesse sentido, podemos considerar que os trabalhos de Luria na elaboração da Neuropsicologia encontram-se em concordância aos princípios da própria constituição da Psicologia Histórico-Cultural. E ainda mais, o projeto luriano para a Neuropsicologia, estaria dando continuidade à crítica de Vigotski (2004c) à história da Psicologia. Nesse sentido, a

Neuropsicologia proposta por Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1992), consistiria em uma **disciplina particular da Psicologia Geral, proposta por Vigotski** (2004c).

1.4 Da crise da Psicologia e da Neuropsicologia para sua superação pela dialética universal-particular-singular

Neste item, buscaremos entender a maneira pela qual Luria (1977; 1981) propõe o entendimento da relação entre cérebro e psiquismo, a partir da metodologia utilizada pelo autor nessa empreita. Nesse sentido, buscaremos compreender a dialética universal-particular-singular como fundamento metodológico que norteia a compreensão da dialética cérebro-psiquismo. É importante destacarmos que é apenas por meio dessa compreensão dialética que se faz possível uma avaliação neuropsicológica qualitativa, conforme é a proposta luriana.

De acordo com Pasqualini (2010) o Método Histórico-Dialético pode ser entendido como uma análise explicativa dos fenômenos concretos e não apenas uma descrição dos mesmos. Entende-se que o objetivo da ciência, quando fundamentada pelo Materialismo Histórico-Dialético seria superar a aparência de um fato e compreender sua essência, ou seja, suas múltiplas relações causais. A compreensão de tais relações permite um novo entendimento acerca desse real, do qual parte a análise científica. Essa característica também diz referência ao método marxista, uma vez que a análise científica necessariamente deve retornar ao seu ponto de partida, porém, esse retorno é modificado, uma vez que pressupõe uma compreensão do fenômeno em sua essência, ou seja, a análise científica supera a análise aparente, propondo assim, uma transformação da realidade.

A partir desse fundamento, entendemos que a Neuropsicologia luriana no que se refere à avaliação neuropsicológica, possui como objetivo de compreensão a relação entre cérebro e comportamento por meio da análise explicativa de fenômenos concretos, a saber, a análise de danos funcionais, acarretados por lesões cerebrais. Essa análise realizada por Luria (1977; 1981) se propõe alcançar para além da aparência do fenômeno, a compreensão da perda funcional primária e então compreender a perda funcional secundária. Esse caminho busca a compreensão da essência da perda funcional, de modo a compreender a localização do sintoma e não a localização da função cerebral generalizada. Tal caminho permitiria o entendimento da relação entre cérebro e comportamento.

Nesse sentido, recuperamos Vigotski (2004c), embasado em Marx, quando diz que se a aparência e a essência de um fenômeno coincidissem, a ciência seria desnecessária. Logo, podemos entender que o objetivo da ciência histórico-dialética seria compreender a essência

dos fenômenos, mesmo partindo, no momento inicial da aparência, ou seja, do modo concreto pelo qual se manifesta determinado dado.

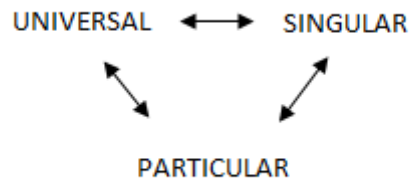
Nesse caminho de construção do conhecimento, Pasqualini (2010) explica que a identificação inicial do fenômeno seria alcançada pela compreensão da relação mais simples manifesta na objetividade do dado analisado, no caso de nossa discussão, o sintoma apresentado pelo paciente. Esse movimento de compreensão dessa relação mais simples é explicado pela autora, baseada em Davidov, como sendo “a redução de um dado objeto a sua forma *universal*” (Pasqualini, 2010, p.29). A partir dessa universalidade, podem ser compreendidas relações singulares e particulares, que possuem relação com essa universalidade.

Para a compreensão do conceito de universalidade, Oliveira (2001) nos explica que, pelo método do Materialismo Histórico-Dialético, compreende-se que o ato genérico, mais universal da formação humana, seria o trabalho, sendo que seu caráter poderia ser explicado por meio das leis da dialética, uma vez que elas permitem a compreensão do próprio movimento da realidade:

Para captar-se o movimento da realidade, na concepção metodológica marxiana, torna-se necessário utilizar a lógica inerente ao movimento da própria realidade que é dinâmica, não só no sentido de avançar numa determinada direção, mas através da intensa reciprocidade dos elementos que a constituem. É a lógica dialética. As leis da lógica dialética são exatamente as leis que dirigem o movimento objetivo da realidade transformadas em leis do pensamento e que se nos apresentam através de conceitos de máxima generalidade (Oliveira, 2001, p.14).

De acordo com Paqualini (2010), tanto o caráter específico quanto universal são inseparáveis quando analisados pelo prisma da dialética. Nesse sentido, o entendimento do universal seria a possibilidade de superação de uma compreensão unilateral de um fenômeno. Entendemos que, nessa tese do Materialismo Histórico-Dialético, o cérebro humano possui uma esquematização, a partir da qual podemos alcançar sua compreensão e sua relação com a manifestação do comportamento. O cérebro humano é constituído pela universalidade, formação sociocultural do gênero humano, que possui relação dialética com a formação ontológica do ser, e que se manifesta na particularidade, ou seja, na externalização comportamental de um homem em particular. Conforme o seguinte esquema:

Figura 1: Relação universalidade-particularidade-singularidade



Logo, a compreensão do psiquismo humano parte de sua constituição universal, a formação humana por meio do trabalho, para então compreender a particularidade da constituição individual. Nesse sentido, a avaliação neuropsicológica luriana, parte de uma teoria explicativa da própria constituição do psiquismo do homem, por meio do trabalho, para, a partir dessa universalidade, compreender a particularidade do desenvolvimento psicológico de um indivíduo que teve uma lesão cerebral e então compreender essa perda funcional. Essa particularidade da perda funcional de um indivíduo somente pode ser compreendida por sua constituição singular, ontogenética, por meio da qual este cérebro particular é formado. Daí a necessidade assinalada por Luria (1970; 1977; 1981) de também ser avaliado o histórico progresso do paciente, ou seja, seu nível de apropriação cultural, anterior à lesão.

De acordo com Pasqualini (2010), existe uma relação do concreto com o universal e o particular, sendo esta relação decorrente de diversos aspectos e conexões internas. A autora explica que o conhecimento concreto da realidade só é possível quando se relaciona as esferas singular e universal. Em Luria (1981), isso é feito na análise do desenvolvimento filogenético do cérebro humano, por meio da atividade de trabalho, que cria tanto a sociedade, quanto constitui a própria humanidade no ser. E para então entender como esse processo se manifesta em um homem particular, pela relação dialética singularidade-particularidade.

A análise científica, pelo método histórico-dialético, partindo desse real e o compreendendo em suas esferas interconstitutivas – universalidade e singularidade – resultaria em um processo de síntese. Este processo não é apenas a soma das duas constituições, mas sim a relação de interdependência elucidada, ou seja, compreendida pela análise da essência do fenômeno, ou seja, de sua formação histórica, sua totalidade:

É preciso considerar-se, sim, as manifestações fenomênicas mais imediatas dos fatos da realidade em que se pretende atuar, mas considerá-las como ponto de partida e de chegada da investigação. É preciso, portanto, ultrapassar os limites dessas manifestações mais imediatas para conhecer quais são suas raízes processuais, não imediatamente perceptíveis, que formam a totalidade onde tais manifestações são produzidas. Dizendo de outra forma: é preciso compreender o processo ontológico da

realidade humana e como esse processo tem se efetivado, historicamente, dentro das relações sociais de produção (Oliveira, 2001, p.9).

Entendemos, a partir deste fundamento, que Luria (1977; 1981) buscava analisar justamente esta dialeticidade do processo universal-particular-singular, no que se refere à constituição cerebral e suas manifestações particulares nas análises de perdas funcionais em indivíduos lesionados.

De acordo com Pasqualini (2010) a análise histórico-dialética aponta para a expressão da universalidade no particular, que em Luria (1970; 1977; 1981) se manifesta como sendo a compreensão do dano funcional de um indivíduo com lesão cerebral, a partir da compreensão da universalidade de desenvolvimento psicológico humano, pelas leis histórico-sociais.

Assim, vemos que a relação singular-particular-universal desvela a dialética que liga a expressão singular/ individual do fenômeno à sua essência geral/universal. O particular expressa a universalidade e condiciona o modo de ser da singularidade. Mas ao caracterizarmos o papel da particularidade como mediação entre universal e singular, fica claro que o condicionamento da particularidade sobre a singularidade não é linear e determinístico, fato que explica a diversidade de expressões singulares do fenômeno (Pasqualini, 2010, p.35).

Nesse sentido, para Pasqualini (2010), a universalidade consiste em uma abstração, que por sua vez, não pode se entendida por si mesma, mas sim por meio da compreensão de suas relações com a particularidade e com a singularidade. De acordo com a autora, tais fenômenos, quando analisados separadamente, acabam por se tornar abstrações em si. A concreticidade da existência dos mesmos, ou seja, seu caráter concreto, só é possível quando a análise científica os considera em relação:

Cabe nesse momento esclarecer que singular, particular e universal devem ser entendidos como parâmetros de análise, ou seja, instrumentos epistemológicos e lógicos, os quais espelham o movimento e a essência do real em sua ontologia. Retomamos aqui a ideia da primazia ontológica para evidenciar que todo fenômeno tomado como objeto de análise científica contém em si as dimensões singular, particular e universal. A análise permitirá ou não captar essas dimensões do fenômeno. Nesse sentido, as categorias dialéticas de singular, particular e universal orientam o trabalho do pensamento no processo de apreensão e espelhamento fidedigno da realidade (Pasqualini, 2010, p.35-36).

Entendemos a partir do Método Histórico-Dialético que a análise de um caso, no que se refere à avaliação neuropsicológica luriana, é a análise de uma universalidade-

particularidade-singularidade, que por sua vez é manifestação da universalidade do desenvolvimento humano.

De acordo com Pasqualini (2010): “A dimensão universal se refere aqui às tendências generalizadas historicamente constituídas que dirigem o desenvolvimento do fenômeno, ou seja, refere-se a sua determinação essencial. As expressões singulares materializam, pela mediação da particularidade, tendências mais amplas de desenvolvimento do fenômeno.” (Pasqualini, 2010, p.36).

Nesse processo de construção das análises científicas e do próprio conhecimento, Shuare (1990) explica que toda teoria está em função de uma determinada visão de homem e de mundo, referindo-se, também, a uma natureza do conhecimento. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural teria sido construída sob a filosofia materialista dialética, que pressuporia os seguintes momentos dentro do desenvolvimento da Psicologia: 1 - a concepção materialista da dialética, 2 - a teoria do reflexo, 3 - a categoria atividade e, 4 - a natureza social do homem. Tais momentos encontram-se presentes na concepção luriana de Neuropsicologia e avaliação neuropsicológica e constituem justamente a metodologia científica que permite a Luria (1970; 1977; 1981) relacionar cérebro e psiquismo, superando as concepções tradicionais em Psicologia, e em Neuropsicologia, como demonstraremos a seguir.

Pelo fato do objeto de estudo da Psicologia ser de caráter complexo, Shuare (1990) argumenta que o entendimento dialético é necessário para a investigação e explicação dos fenômenos que a Psicologia estuda. Tal entendimento pressupõe a vinculação e interdependência dos fenômenos. Isto é, um objeto, no caso de nossa análise o funcionamento cerebral humano, possui características que lhe são particulares, porém, isso não implica numa necessidade de superar os limites de qualquer determinação, pois o conhecimento é considerado como infinito, sendo de caráter dialético, nunca podendo ser compreendido de forma isolada ou fragmentada.

Logo, o funcionamento cerebral humano, para Luria (1970; 1977; 1981) não pode ser compreendido isoladamente, ou por si mesmo, como era entendido tradicionalmente pelas teorias em neurociências. Mas sim, deve ser captado pela relação com que este homem - possuidor de um órgão cerebral biológico, que realiza, ou seja, que externaliza sua atividade psíquica via comportamento - estabelece com o mundo, ou pelo caráter sociocultural de sua atividade no mundo.

O segundo princípio da dialética diz que a fonte do desenvolvimento de um objeto se faz da unidade e na luta dos contrários. Nele o desenvolvimento é visto por saltos, sendo o

desenvolvimento entendido a partir do próprio objeto. Um objeto de conhecimento é um dado da realidade, a qual está plena de contradições, o desenvolvimento do objeto é determinado, portanto, por tais contradições (Shuare, 1990). Nesse sentido, o entendimento do funcionamento cerebral humano, em Luria (1970; 1977; 1981) deve ser compreendido a partir do entendimento do próprio homem, revelando as relações que lhe constituíram e suas particularidades.

A atividade humana, segundo Shuare (1990), seria a unidade orgânica de suas formas sensorial-prática com a teórica. Seria nesta categoria que o marxismo teria atingido a superação da divisão existente entre teoria e prática. Sendo que a atividade encontraria no homem sua expressão mais genérica, ou universal, como trabalhamos no início desta seção, decorrente da capacidade em atuar na natureza, transformá-la e modificar também a si, por meio do trabalho.

O funcionamento mental humano, nesta perspectiva, somente pode ser compreendido pela consideração do homem como sócio-histórico, em sua atividade material, a saber, o trabalho. O homem não é somente objeto, mas também sujeito das relações sociais. Ao mesmo tempo em que é produto da sociedade é produtor da mesma. Para Luria (1970; 1977; 1981) a herança biológica não determinaria o funcionamento psicológico complexo do homem. E para a compreensão do funcionamento cerebral, seria necessário partir da universalidade deste fenômeno, para então partir para a análise da relação singular (desenvolvimento cerebral em nível ontogenético) e sua relação com o desenvolvimento particular, como isso se manifesta em um homem, e em seu cérebro, em particular.

Conforme explica Homskaya (2001) a discussão a respeito da determinação biológica, ou genética dos processos psicológicos humanos, ou seja, da subjetividade, contemporaneamente ainda se faz presente nos debates científicos e, deste modo, se coloca como um tema muito importante para a Psicologia e para a Genética. Entendemos que Luria (1981), já no século passado, realizou avanços na explicação dessa relação entre biológico e mental, sobretudo pela defesa de uma **análise teórica do tema**, a qual perpassa todos os seus estudos e recai na defesa de que a Neuropsicologia deveria possuir uma base explicativa de seus estudos. Juntamente a esse primeiro aspecto, Luria (1981) ainda propõe o entendimento do papel dos **fatores biológicos** sobre o **desenvolvimento dos processos psicológicos na ontogênese**, bem como o estudo neuropsicológico dos processos mentais, ou seja, a **neurodinâmica dos processos mentais**.

Entendemos que Luria (1981), assim como Vigotski (2004c), consideraram que o psiquismo não poderia ser reduzido apenas à análise biológica, ou apenas à análise da

influência de fatores sociais. Luria (1981) entendia que os fatores biológicos e sociais não poderiam ser compreendidos de forma isolada, uma vez que mesmo os processos biológicos humanos mais elementares, seriam desenvolvidos pelas condições sociais de vida dos indivíduos. Neste sentido, as funções psicológicas elementares são incorporadas às funções psicológicas superiores. No processo de desenvolvimento cultural, pela ação do homem no mundo, ou seja, pela atividade, ocorre uma transformação em seu psiquismo. As funções elementares são transformadas em superiores e desta maneira o social assume o caráter de um fator determinante do biológico, que não deixa de existir, apenas é transformado pelas condições sociais (Martins, 2011). Nesta perspectiva, o desenvolvimento humano constitui uma unidade de contrários formada pelos aspectos biológicos e sociais. Aqui temos a tese de que o mundo psíquico se constitui sempre do inter para o intrapsicológico (Vigotski, 2004b). Bem como a manifestação da necessidade de compreensão do psiquismo humano pela relação universal-particular-singular. Ou seja, parte-se da compreensão do desenvolvimento psicológico/cerebral universal, do homem, enquanto ser social, para a compreensão de como esse desenvolvimento se processa em nível singular (ontogenético) e sua manifestação particular (a organização das funções psicológicas por meio dos sistemas cerebrais desenvolvidos pela apropriação cultural). Nesse sentido, o funcionamento cerebral humano somente pode ser compreendido quando se leva em consideração a relação dialética imbricada nessas esferas que se interconstituem.

Para a Psicologia Histórico-Cultural, as funções psicológicas superiores possuem natureza mediada. Luria (1992) explica que as ferramentas psicológicas (em analogia às ferramentas do sistema de produção), possuem importância crucial para a gênese e estrutura das funções psicológicas do homem. Para o autor, uma pessoa, durante sua vida, se apropria das experiências comuns aos homens. É por meio dessa apropriação que o homem tanto adquire o contexto dessas experiências, como também os mecanismos de sua atividade psicológica:

Aplicando aquilo que sabíamos e que supúnhamos acerca da estrutura das funções psicológicas superiores [...] Vygotsky chegou à conclusão de que essas funções representam sistemas funcionais complexos, mediados em sua estrutura. Incorporam símbolos e instrumentos historicamente acumulados. Consequentemente, a organização dessas funções superiores deve ser diferente de qualquer coisa que possamos observar nos animais. Além disso, como o cérebro humano levou milhões de anos para evoluir, mas a história humana está restrita a alguns milhares de anos, uma teoria da organização cerebral das funções superiores tem que levar em conta

determinados processos (como aqueles envolvidos no ato de escrever) que dependem parcialmente de mediadores externos, historicamente condicionados. Em outras palavras, Vygotsky, chegou à conclusão de que **seu ponto de vista histórico**, utilizado na abordagem de processos psicológicos como a memória voluntária, o pensamento abstrato e as ações voluntárias, **também poderia constituir um corpo de princípios que explicassem a organização desses mesmos processos a nível cerebral** (Luria, 1992, p.131, *negritos nossos*).

Nesse sentido, vemos que o desenvolvimento particular-singular se realiza pela apropriação do desenvolvimento universal do gênero humano. Esse papel dos signos na mediação das funções psicológicas superiores foi desenvolvido por Luria (1992) em seus trabalhos de Neuropsicologia e na área da Defectologia. Para o autor, o processo de mediação, que compõe a estrutura das funções psicológicas superiores, por meio dos signos, levaria à intelectualização, à intencionalidade e à voluntariedade das funções psicológicas superiores, ou seja, à formação do *humano no ser*²⁵. Nesse sentido, as funções psíquicas seriam aperfeiçoadas, bem como seria desenvolvido o controle voluntário do comportamento, por meio da apropriação simbólica que seria realizada pelo caminho do universal ao particular-singular.

Como resultado desse processo de desenvolvimento, as funções psicológicas poderiam ser consideradas para Luria (1981, 1992), como sendo: social em sua gênese, mediadas em sua estrutura, e voluntárias em seu modo de controle, entendimento este referenciado a Vigotski. Daí a importância da instrução e do ensino, geralmente dados verbalmente, que orienta e direciona a ação da criança, externamente e com o tempo a criança passa, por si, a controlar seu comportamento, elevando suas funções psicológicas a um nível superior. Na avaliação neuropsicológica, bem como no processo de reabilitação, o papel da fala e outras formas de linguagem simbólica pode ser considerado como crucial.

Luria (1992) considera que a principal característica das funções psicológicas superiores, pode ser colocada na participação central ocupada pela linguagem que se faz presente, desta forma, tanto na constituição dos processos psíquicos superiores, ou seja, em sua gênese, quanto em seu modo de execução, no controle voluntário das funções psicológicas. Luria defende tal pressuposto na análise, tanto da gênese de tais processos, a

²⁵ Referenciamos a Professora Dr.^a Sonia Mari Shima Barroco, que em suas explicações teóricas e aulas utiliza-se dessa metáfora: a cultura forma o *humano no ser*.

partir de seus estudos com crianças, quanto na desintegração, por meio de seus trabalhos em reabilitação neuropsicológica.

Tais frentes de trabalho permitiram a Luria (1992) construir sua teoria sobre o princípio da estrutura sistêmica das funções psicológicas superiores e sua gênese, bem como sob o princípio da organização sistêmica dos processos da consciência. O autor defendeu que a estrutura sistêmica das funções psicológicas superiores seria sua característica mais essencial. Dessa maneira, cada função psicológica particular comporia um sistema funcional complexo. Estes: controlariam a realização das tarefas ou comportamentos, por meio da seleção de instrumentos ou signos adequados; seriam autorregulados; e caracterizariam uma estrutura complexa, dotados de componentes eferentes e aferentes, os quais poderiam substituir uns aos outros. De acordo com o autor, tanto as funções psicológicas elementares, quanto as superiores são caracterizadas por suas estruturas sistêmicas:

A solução que encontramos foi pensar o sistema funcional como uma constelação funcional de atividades, com uma constelação funcional correspondente de estruturas cerebrais que servem de substrato para as atividades. Um exemplo excelente de uma tal atividade, que claramente não poderia ser codificada no cérebro humano de maneira puramente orgânica, uma vez que envolve o uso de ferramentas culturais, é a escrita (Luria, 1992, p.146).

Luria (1992) diagnosticava uma síndrome neuropsicológica por meio da constatação do sintoma primário, imediato, que seria referente à perda funcional específica acarretada pelo dano a uma região cerebral específica; bem como pela constatação do sintoma secundário, que seriam as consequências sistêmicas de um dano específico:

[...] Uma tal análise procura os traços mais importantes ou os fatores primários básicos que têm consequências imediatas, e então, busca as consequências secundárias, ou “sistêmicas” destes fatores básicos subjacentes. A cena como um todo só se torna clara depois que estes fatores básicos e suas consequências foram identificados. O objetivo da observação é, portanto, estabelecer uma rede de relações importantes. Quando bem feita, a observação cumpre o objetivo clássico de explicar os fatos, sem perder de vista o objetivo romântico de preservar a multiplicidade de riquezas do objeto (Luria, 1992, p.182-183).

Podemos entender, portanto, por meio do próprio autor e também pelo que expõe Homskaya (2001), que Luria teria aplicado os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural não apenas ao estudo das funções psicológicas superiores, mas também ao estudo da consciência: “Ele traçou um paralelo entre os determinantes sócio históricos da consciência,

que definem sua ascensão como a forma mais elevada de reflexão da realidade; e seu substrato orgânico, o cérebro, o qual a faz funcionar.” (Homskaia, 2001, p.94-95). Sendo assim, podemos entender que a estrutura da consciência também é desenvolvida do inter para o intrapsíquico, do universal para o particular-singular. Ou seja, a consciência é uma criação sócio-histórica, bem como a expressão de seu desenvolvimento (Vigotski, 2004a; Luria, 1991).

Luria (1991) considerava que para entender a consciência de uma pessoa, se faz necessário entender suas condições de vida, suas condições sócio-históricas de existência. O autor associa o problema da consciência e do pensamento abstrato, ao problema da linguagem, que seria a consciência real, prática do humano. Nesse sentido, explica que a fala, que seria o uso da linguagem simbólica na comunicação intencional, é um correlato da consciência e não do pensamento.

Em complemento, Tuleski (2007) explica que Luria buscou analisar as funções complexas do comportamento humano como sistemas funcionais complexos. Para Luria, a estrutura sistêmica é uma característica das formas complexas de atividade psicológica e, deste modo, não pode ser considerada como uma faculdade isolada ou localizada em uma área específica do córtex:

Por terem sido formadas ao longo do desenvolvimento histórico e serem sociais em sua origem e complexas e hierárquicas em sua estrutura, estando baseadas em um sistema complexo de métodos e meios culturais, implicando nas formas fundamentais da atividade consciente, deviam ser consideradas, em princípio, como sistemas funcionais complexos como demonstrou Vigotski, alterando radicalmente a abordagem básica do problema da localização de funções no córtex cerebral (Tuleski, 2007, p.175).

Para Luria, a Neuropsicologia seria a ciência que deveria explicar a organização dos processos mentais humanos complexos, cuja gênese é histórico-social (Luria, 1981). Luria considera que a atividade consciente humana é representada por sistemas funcionais complexos, os quais são sociais em sua estrutura e autorreguláveis por suas particularidades funcionais. O autor ainda concebe que as funções psicológicas superiores possuem formação histórico-cultural e que a relação, configuração e expressão dos sistemas funcionais podem variar conforme a cultura, a organização da produção e a atividade de trabalho:

A compreensão sobre a unidade homem-natureza é o pano de fundo de todos os estudos lurianos. Luria enfatiza que era importante não só compreender como o homem humaniza a natureza, isto é, torna a natureza humanizada, mas como ele

próprio, neste processo, se humaniza. Por isso a necessidade de explicar a constituição das funções psicológicas superiores ou do não desenvolvimento das mesmas, mudando radicalmente o enfoque até então dado. Se para o marxismo, de acordo com Kopnin (1978), o lógico (movimento do pensamento) é o reflexo do histórico (movimento dos fenômenos da realidade objetiva) para se explicar dialeticamente a constituição de novas formas de pensamento, estas devem ser, por si mesmas, dialéticas, isto é, móveis, flexíveis e inter-relacionadas. Por isso a oposição radical de Luria em relação às concepções psicológicas pautadas no materialismo mecanicista (Tuleski, 2007, p.195).

Para Luria (1991), o uso da linguagem é que permitiria o alcance das formas mais superiores e dos mais complexos mecanismos de atividade mental, que caracterizariam o psiquismo humano, como sua consciência e sua atividade voluntária. Ainda nesse sentido, a estrutura da consciência estaria em íntima relação com a palavra (unidade da linguagem):

Ao transmitir a informação mais complexa, produzida ao longo de muitos séculos de prática histórico-social, a linguagem permite ao homem *assimilar essa experiência* e por meio dela dominar um ciclo imensurável de conhecimentos, habilidades e modos de comportamento, que em hipótese alguma poderiam ser resultado da atividade independente de um indivíduo isolado. Isto significa que com o *surgimento da linguagem surge no homem um tipo inteiramente novo de desenvolvimento psíquico* desconhecido dos animais, e que a *linguagem é realmente o meio mais importante de desenvolvimento da consciência* (Luria, 1991, p.81, *destaques do autor*).

Nesse sentido, recuperamos Vigotski ao dizer que:

A consciência se reflete na palavra como o sol em uma gota de água. A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana (Vigotski, 2009, p.486).

Podemos entender a partir de Vigotski (2009) que a palavra é a expressão da consciência humana, e que a consciência constitui uma unidade dialética que expressa todo o desenvolvimento humano, bem como a relação universalidade-particularidade-singularidade. Em continuidade, vejamos como Luria (1979) trabalha este aspecto:

A ciência psicológica atual parte de um enfoque distinto da consciência e da atividade consciente. Entendendo a consciência como uma forma complexa do reflexo ativo da realidade, parte da tese da *estrutura significativa e sistemática da consciência*, em seu

tempo formulada por Vygotsky e que pela primeira vez coloca a consciência como objeto de um estudo científico autêntico (Luria, 1979, p.97, *destaques do autor*).

Luria (1979) entende que a consciência do homem é resultado de uma atividade complexa que possui a função de orientação na realidade e de regulação da conduta. Para ele, a consciência se forma no processo da história social do homem, ao longo da qual, foram constituídas também a atividade objetiva e a linguagem. A consciência se manifestaria com a participação desses dois últimos processos, que se realizam por sistemas complexos de processos psíquicos, por meio de relações interfuncionais:

As bases cerebrais da complexa atividade consciente – significativa e sistemática – do homem devem ser buscadas no *trabalho conjunto dos distintos sistemas do cérebro*, cada um dos quais dá a sua contribuição específica no trabalho de todo o sistema funcional. Somente tais sistemas funcionais complexos e altamente diferenciados podem proporcionar esse processo complexíssimo de análise (recodificação) da informação, da formação de programas de atividade com a seleção da série necessária (substancial) de conexões e a inibição dos efeitos secundários (colaterais) e, finalmente, de confrontação do efeito da ação com a intenção inicial, sendo todos esses elementos característicos da atividade consciente. A íntima participação dos processos verbais na atividade consciente do homem faz com que esse sistema seja, todavia, mais complexo (Luria, 1979, p.98, *destaques do autor*).

Segundo Tuleski (2007), Luria buscou o entendimento de como ocorre o desenvolvimento da consciência humana a partir de uma concepção marxista desse homem concreto, como fica evidenciado na citação da autora:

Em resumo, o homem não é só capaz de perceber as coisas mais profundamente do que a experiência sensível lhe permite, mas tira conclusões com base no raciocínio. O conhecimento humano, portanto, vai além do conhecimento sensorial, é um conhecimento racional, já que realiza a passagem do mundo animal à história humana, operando o salto do sensorial ao racional. Tal desenvolvimento, porém, não se dá em decorrência do amadurecimento orgânico, de algo que já se encontra nos indivíduos *a priori*, desde o nascimento, ou que possua uma origem espiritual. Luria (1994a, 1980a) demonstra com propriedade o quanto esta característica da consciência humana se desenvolve histórica e culturalmente no homem (Tuleski, 2007, p.203).

Desse modo, Luria (1991) busca analisar o desenvolvimento da consciência humana, não como algo *a priori*, entendido como manifestação espiritual, como expressão de um funcionamento orgânico cerebral, como propunham as psicologias burguesas, mas sim, como

algo que se constitui na relação do homem com sua realidade, sua história social, que se dá em íntima relação com o trabalho e a linguagem.

Tuleski (2007) nos explica que a unidade dialética entre corpo-psiquismo, indivíduo-sociedade fica mais evidente de acordo com a sistematização dos conceitos lurianos. Desse modo, os sistemas funcionais, que possuem caráter complexo, não são dependentes das leis biológicas, da maturação neuronal, mas sim, em princípio, consistem em uma função extracortical mediada pela linguagem oral e que depois passa a ser também mediada pela linguagem escrita, matemática em conjunto com a atividade prática humana mediada por instrumentos.

A autora ainda destaca alguns pontos principais na abordagem luriana, sendo eles: o entendimento das funções corticais especificamente humanas ou superiores como funções complexas que devem ser entendidas como complexos sistemas funcionais que trabalham em conjunto; a tarefa da neuropsicologia de analisar detalhadamente tais sistemas, considerando sua formação ao longo do desenvolvimento cultural e sua dinamicidade; e que a aquisição da linguagem altera a configuração do cérebro humano, não apenas na filogênese, mas também na ontogênese.

Neste sentido, seria tarefa da Psicologia estudar detalhadamente as funções psicológicas superiores, que se organizam em unidades dialéticas e que são fruto da interação entre cérebro e ambiente social do homem, sendo expressas pelo comportamento. Disso decorre a unidade entre cérebro e psiquismo, explicada por Luria, a partir do Método Histórico-Dialético, por meio do princípio da compreensão da universalidade e suas relações recíprocas entre singularidade e particularidade. Podemos entender, portanto, que Luria (1981; 1991) em superação às explicações mecanicistas, estudou o cérebro como o órgão que realiza e expressa a atividade psicológica.

Ao estudar o cérebro, e seguir os pressupostos de Vigotski, Luria (1992) se voltou aos estudos dos distúrbios dos processos psicológicos acarretados por lesões cerebrais locais. Ele reconsiderou a noção de função psicológica, substituindo-a pela noção de sistema funcional, o que permitiu que elaborasse uma teoria dos mecanismos cerebrais subjacentes aos processos psicológicos. Essa teoria levava em consideração a concepção de desenvolvimento ontogenético, organização sistêmica e o caráter mediado das funções psicológicas superiores, como temos trabalhado.

De acordo com a teoria de Luria (1979; 1981; 1992), cada função psicológica consiste em um complexo sistema funcional, no qual, cada região do cérebro possui especialidades funcionais, porém, essas especialidades se realizam na relação entre tais regiões, que se

constituem histórica e culturalmente na relação do sujeito com o mundo. Esta é a ideia de um cérebro cujo funcionamento é histórico e cultural. O autor esclarece que as lesões cerebrais acarretavam em danos primários e secundários ao funcionamento mental, e que tais danos, poderiam ser compensados por outras regiões cerebrais, pelo fato de estarem em relação. Tal entendimento permite que sejam traçados planos de reabilitação por meio da reestruturação da atividade global do paciente, uma vez que se considera que as funções mentais estão em relação umas com as outras. Logo, trabalhando-se atividades psicológicas mediadas com os pacientes lesionados, suas funções poderiam ser novamente desenvolvidas e realizadas.

O trabalho com os pacientes lesionados, ou seja, a atuação clínica, pode ser reconhecida como um diferencial da produção de Luria. O autor, por meio da metodologia com a qual trabalhava, considerava que os encaminhamentos práticos e as respostas necessárias aos tratamentos dos pacientes foram fatores determinantes para a constituição de seu trabalho, pesquisa e teorização em Neuropsicologia. Nesse sentido podemos visualizar o entrelaçamento entre os aspectos teórico-práticos na produção luriana:

O período compreendido entre 1937 e 1941 foi tomado por meus primeiros trabalhos sérios no campo da neuropsicologia. Logo percebi que para acumular os dados clínicos adequados teria que rever o estilo básico de minha pesquisa. No trabalho experimental ou acadêmico geralmente começa por escolher um problema específico. Constrói então uma hipótese e elabora métodos para testar sua hipótese. No trabalho clínico, diferentemente, o ponto de partida não é um problema claramente definido, mas sim um conjunto desconhecido de problemas e recursos: o paciente. O investigador clínico começa fazendo observações cuidadosas do paciente, numa tentativa de descobrir os fatores cruciais. No começo ele não pode ignorar nada. Mesmo os dados que à primeira vista parecem insignificantes podem vir a ser essenciais. Num determinado momento, surge a vaga silhueta dos possíveis fatores importantes, e o clínico formula uma primeira hipótese acerca do problema. Mas ainda será cedo para ele dizer se os fatos que escolheu são importantes ou estranhos no caso. Só quando ele tiver encontrado um número suficiente de sintomas compatíveis, que juntos constituem uma “síndrome”, terá ele o direito de crer que sua hipótese sobre o paciente estará provada ou rejeitada (Luria, 1992, p.137).

Consideramos que tal aspecto assinalado por Luria, de teorização sobre os casos clínicos e não de enquadramento dos pacientes avaliados em uma teoria, seja, atualmente, uma das necessidades de atenção para a Neuropsicologia e especificamente para o processo de avaliação neuropsicológica. Homskeya (2001) considera que a Neuropsicologia

contemporânea, consiste em uma das áreas que integram as Neurociências. Sendo assim, tem sido considerada como uma disciplina particular das Neurociências, localizada entre várias outras disciplinas como a Medicina, a Psicologia e a Fisiologia:

O desenvolvimento da Neuropsicologia russa progrediu juntamente com os achados de ciências afins, como a Neurocirurgia, Neurobiologia, Psiquiatria, Fisiologia, bem como a pesquisa psicopatológica na clínica psiquiátrica e neurológica. A complexidade do conhecimento que define a Neuropsicologia moderna se deve ao caráter complexo de seu objeto central, nomeada “o cérebro como substrato da atividade psicológica”. O constituinte mais importante desse conjunto de conhecimentos, propriamente falando, são teorias psicológicas (Homskaya, 2001, p.102).

Isto que é assinalado pela autora, possui importância para a Psicologia e para a Neuropsicologia, uma vez que, podemos entender que a base das construções e aplicações práticas em Neuropsicologia está formada por teorias psicológicas. O que vai ao encontro do projeto de Lúria (1970; 1977; 1981) de que a Neuropsicologia seria uma disciplina particular da Psicologia. E também de Vigotski (2004c), de que a Psicologia Geral, teria uma concepção ou um princípio explicativo para a consciência humana explicada a partir de seu desenvolvimento histórico. Este encaminhamento seria o que organizaria e nortearia o trabalho metodológico das disciplinas particulares. Pontuamos a necessidade de que os pressupostos lúrianos sejam considerados nos processos de avaliação neuropsicológica, para que não se incorra em práticas reducionistas, que reproduzem uma atuação tradicional, já superada pelo autor, no século passado.

Nesse sentido, pontuamos que a teoria neuropsicológica de Lúria (1970; 1977; 1981), partindo da compreensão universalidade-particularidade-singularidade, entende que o funcionamento cerebral do homem particular, somente pode ser compreendido quando relacionados os aspectos histórico-social, filogenético e ontogenético, na formação do cérebro. Pelo que Lúria (1991) diz a respeito da linguagem simbólica, podemos pensar que ela seria uma função que alavancaria o desenvolvimento das demais, logo, a avaliação desta função e a reabilitação, usando-a como instrumento, pode ser uma alternativa de resposta ao problema da avaliação neuropsicológica.

Desse ponto de partida, Lúria (1970; 1977; 1981), ao analisar as síndromes acarretadas por lesões cerebrais, propõe aplicações práticas, ou então práticas de reabilitação que buscavam desenvolver nos indivíduos lesionados as funções perdidas. Aqui é presente o

caminho de retorno da singularidade-particularidade à universalidade. Uma vez que a ciência dialética, sempre pressupõe o retorno modificado ao ponto inicial (Pasqualini, 2010).

Logo, entendendo o modo de manifestação da perda funcional em um indivíduo particular, Luria (1970; 1977; 1981), pelo entendimento de que o cérebro humano é constituído pela apropriação cultural, buscava traçar meios auxiliares de desenvolvimento, que pudessem reabilitar nesses indivíduos, suas perdas funcionais.

Esse seria o objetivo final do processo de avaliação neuropsicológica de Luria, a proposição de possibilidades de desenvolvimento e de reabilitação. Após esta apresentação, passaremos, na seção seguinte, à apresentação e discussão do processo de avaliação neuropsicológica elaborado por Luria, destacando tanto seus princípios teóricos norteadores, como seus instrumentais e implicações para a prática avaliativa em Psicologia.

SEÇÃO II

A AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA LURIANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA

Nesta seção, trabalharemos a conceituação do processo de avaliação neuropsicológica segundo Luria e as possibilidades de seu uso para a Psicologia. Entendemos que os encaminhamentos referentes à avaliação neuropsicológica compõem um arsenal prático/aplicado constituinte de uma totalidade relativa à própria concepção do autor do que seria o fenômeno psíquico.

Considerar essa especificidade dos encaminhamentos aplicados é de importância central, quando se pretende analisar a relação entre a avaliação neuropsicológica luriana e os pressupostos de sua teoria, a Psicologia Histórico-Cultural. Apresentaremos, portanto, aspectos gerais e teóricos a respeito da metodologia utilizada por Luria no processo de avaliação neuropsicológica.

A exploração a respeito da consistência dos encaminhamentos metodológicos, que perpassam o processo de avaliação neuropsicológica luriana, estará embasada nas seguintes obras do autor: *Traumatic Aphasia: its syndromes, psychology and treatment* (1970); *Las funciones corticales superiores del hombre* (1977); *El cérebro humano y los procesos psíquicos – análisis neuropsicológico de la actividade consciente* (1979); *Fundamentos de Neuropsicologia* (1981); e *A construção da mente* (1992).

A análise está baseada nas obras citadas acima, pois é nelas que o autor trabalha, essencialmente, o problema do cérebro como substrato da atividade psicológica e, também, a questão associada a este problema, a localização das funções psicológicas no córtex cerebral.

O entendimento desses aspectos é a base para seus encaminhamentos práticos. Neles, Luria também defende a importância de que a Neuropsicologia tenha, além de instrumentais para o conhecimento das funções e de sua localização cerebral, uma teoria explicativa para o desenvolvimento das mesmas.

Nas exposições de Luria sempre encontramos presentes tanto a explicação do funcionamento do cérebro normal, quanto do cérebro patológico, aqueles que tiveram seu funcionamento afetado em função de lesões. Outro marco que perpassa os textos de Luria é a análise histórica do desenvolvimento tanto da filosofia, quanto da ciência materialista e espiritualista, na busca da compreensão da relação entre as funções psicológicas e o funcionamento cerebral, para então apresentar uma superação a essas concepções entendidas como tradicionais. Tal superação vem por meio da utilização dos princípios histórico-

culturais, defendidos por Vigotski, na construção de uma nova Psicologia fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético.

Por essa razão, também exporemos concepções referentes a Vigotski, as quais Luria recupera e desenvolve. Essa recuperação das defesas de Vigotski decorre do fato de que, segundo Akhutina²⁶ (2002), foi Vigotski quem primeiramente defendeu que a consciência humana é produto da internalização das relações sociais e que esse entendimento solucionaria o problema da intervinculação entre cérebro e consciência, pela consideração de ambos como unidade. Além disso, a autora destaca que Vigotski ainda contribuiria por esclarecer o papel da palavra na formação da mente humana.

De acordo com Akhutina (2002), foi Vigotski quem primeiramente se voltou ao estudo das lesões cerebrais orgânicas, principalmente no estudo das alterações da linguagem, das afasias, e depois dos movimentos - doença de Parkinson. Produções essas que também vemos desenvolvidas e aprofundadas por Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1992).

O conceito de sistema psicológico, posto por Vigotski, foi o componente de um dos princípios da Neuropsicologia luriana, que Akhutina (2002) denomina de *Neuropsicologia contemporânea*. Este princípio seria o da organização sistêmica das funções psicológicas superiores. Tal organização seria constituída pela explicação da gênese social das funções psicológicas superiores, por meio da lei da interiorização. Esta pressupõe que uma função psicológica, primeiramente, se desenvolve em nível exterior, coletivo, interpsicológica e depois se internaliza, como uma forma conhecida de conduta. Sendo assim, a formação do sistema psicológico ocorreria em três etapas: interpsicológica (o adulto manda e a criança executa); extrapsicológica (a criança fala consigo mesma); e intrapsicológica (quando a criança é capaz de auto controlar seu comportamento).

Akhutina (2002) expõe que Vigotski, antes de morrer, escreve um texto “A psicologia e a teoria da localização das funções psicológicas superiores”, no qual o autor deixa como que um ‘testamento’ à Neuropsicologia. Nele, Vigotski discute três posições teóricas, as quais ele considera como hipóteses de trabalho para a explicação dos problemas relacionados à localização das funções mentais. Seriam elas: a função geral e parcial na atividade cerebral; a organização e localização dinâmica das funções; e o princípio da nova localização das funções cerebrais do homem, em comparação ao cérebro dos animais²⁷. Por meio dessas defesas feitas

²⁶ Tatiana V. Akhutina, em 2002, foi diretora do Laboratório de Neuropsicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Estatal de Moscou. Foi aluna de Luria e é autora contemporânea em Neuropsicologia.

²⁷ Trabalharemos, em nossa exposição, esse texto recomendado pela autora.

por Vigotski, a autora entende que ele é orientador do desenvolvimento da Neuropsicologia, nas produções posteriores de Luria.

Nesse sentido, consideramos que a avaliação neuropsicológica, tal como concebida por Luria, só atinge sentido quando relacionada ao entendimento da gênese social do psiquismo, da estrutura sistêmica e da organização e localização dinâmica das funções psicológicas superiores. Pressupostos esses defendidos já por Vigotski e que norteiam não apenas as concepções lurianas, mas todas as pesquisas coletivas que foram ou estão sendo construídas dentro do referencial da Psicologia Histórico-Cultural.

Sendo assim, abordaremos, em um primeiro momento, os pressupostos teórico-filosóficos e epistemológicos que subsidiam os procedimentos práticos defendidos por Luria, para que, posteriormente, possamos discutir as implicações práticas do processo de avaliação neuropsicológica luriana, bem como os instrumentos utilizados no interior da mesma. Por fim, discutiremos as possibilidades atuais de emprego da avaliação neuropsicológica e psicológica e a importância de uma análise qualitativa frente a manifestação do fenômeno psíquico.

2.1 Dos pressupostos teórico-filosóficos e epistemológicos

Apresentaremos e discutiremos, nesse momento, o entendimento de Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1992) a respeito da manifestação da atividade psicológica no homem. Logo de início é necessário expor que as concepções desenvolvidas por Luria foram construídas a partir das ideias iniciais de Vigotski (1997a; 1997b; 2000b). Luria aprofunda os pilares já colocados por Vigotski na elaboração da Psicologia Histórico-Cultural, evidenciando o caráter coletivo de construção deste referencial.

Sendo assim, partiremos das defesas de Vigotski, para então passarmos aos desenvolvimentos realizados por Luria das teses iniciais de seu professor. Assinalamos que essa continuidade dos pressupostos de Vigotski é defendida pelo próprio Luria (1992) e também destacada por Akhutina (2002); Homskaya (2001) e Tuleski (2011).

Primeiramente, é necessário expor que tanto Vigotski (1997b), quanto Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1992) partem de uma concepção central a respeito das funções psicológicas superiores e sua manifestação no homem. Elas são diferenciadas das funções primitivas e possuem um papel no desenvolvimento da personalidade. Ou seja, a personalidade do homem se reestrutura por meio do desenvolvimento das funções psicológicas. De um funcionamento primitivo, o homem passa a um funcionamento superior, cultural, pela via da apropriação da

cultura. Esta gera transformações tanto no nível orgânico, na ordem do funcionamento cerebral e sua estruturação, quanto na manifestação comportamental.

Luria (1979) realiza um resgate histórico da psicologia para abordar as várias concepções psicológicas acerca das funções psíquicas e refletir sobre como as correntes da psicologia da época entendiam esse conceito, tal como faz Vigotski (2004c) no texto *O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica*.

Como defendemos em nossa primeira seção, Luria (1981) objetivava dar continuidade ao projeto de Vigotski de elaboração de uma Psicologia Geral, da qual a Neuropsicologia seria uma ciência particular, e em função disso esse cuidado em resgatar a crítica às concepções já existentes, como podemos ver a seguir:

Existem fundamentos para se considerar que no princípio do nosso século a ciência psicológica se encontrava afundada em uma profunda crise. Essa crise se manifestou no fato de que a psicologia, que com tanto êxito pôde estudar as funções psicofisiológicas relativamente elementares, não se viu em condições de aproximar-se de uma análise científica das funções psíquicas superiores do homem, não pôde explicar de modo causal formações tão complexas como a atenção voluntária e a memória consciente, o pensamento abstrato e o comportamento voluntário (Luria, 1979, p.54).

De acordo com Luria (1979), a Psicologia teria se dividido em duas ciências: a psicologia científico-natural, que teria caráter explicativo e seria capaz de descobrir os processos psicofisiológicos elementares, mas não de analisar os processos psíquicos superiores; e a psicologia descritiva – que estudava o mundo ‘espiritual’ do homem, mas não alcançava o objetivo de realizar uma explicação dos fenômenos científico-naturais. A superação de tais entendimentos teria sido possível a partir das teses vigotskianas:

Vygotski partia das mesmas posições dos estudos clássicos da atividade reflexa. Porém, em superação, destaca as “unidades”, que são substanciais ao comportamento do homem, e as converte em objeto de investigação científica. Esta é a razão pela qual Vygotski se inclinou a considerar a utilização dos instrumentos e dos signos como ponto de partida para a construção das funções psíquicas superiores do homem e denominou o campo de sua investigação como psicologia “instrumental” (Luria, 1979, p.55).

Objetivamos, com essa citação, explicitar o fundamento da Psicologia Histórico-Cultural e o fundamento marxista, presentes na construção do arcabouço teórico da Neuropsicologia luriana. Por meio dos princípios histórico-culturais, Luria (1979) defende

que o ponto de partida para o estudo materialista das formas superiores de atividade psíquica estaria na seguinte tese: “Vencemos a natureza subordinando-nos a ela” (Luria, 1979, p.56). Essa subordinação é no sentido de utilização de instrumentos e signos para o controle da natureza e do próprio comportamento. Ou seja, o homem é considerado como ativo e capaz de controlar seu mundo externo, bem como autocontrolar seu comportamento. Aqui reside a superação das teorias tradicionais: o homem como um ser que ao introduzir uma mudança no mundo externo e se submeter a essa mudança, altera seu comportamento, construindo conseqüentemente o controle de seu comportamento por meio da atividade dirigida voluntariamente. Fundamento este que guia também o entendimento da constituição de um funcionamento cerebral distinto, como buscaremos explicar.

Uma segunda tese, complementar à primeira, que permite superar as concepções tradicionais é a consideração acerca do fato de que as ações humanas livres, ativas, não são de domínio do espírito, mas são decorrentes das formas objetivas das relações da vida social: “As fontes da consciência e da liberdade do homem devem ser buscadas na história social do homem” (Luria, 1979, p.57).

Resgatamos tal defesa também em Vigotski (1997b), para que fique clara a construção coletiva deste referencial. Segundo o autor, o homem é dono de seu comportamento, no sentido de ser autônomo e autocontrolado, pois tem a capacidade de dirigir suas funções psicológicas, como a memória arbitrária e a atenção voluntária, bem como sua personalidade. No desenvolvimento das funções psicológicas, ocorre uma mudança dada tanto no plano filogenético, quanto no plano do desenvolvimento ontogenético:

A ideia principal (extraordinariamente simples) consiste em que, durante o processo de desenvolvimento do comportamento, especialmente no processo de seu desenvolvimento histórico, o que se altera não são tanto as funções, tal como havíamos considerado anteriormente (esse era nosso erro), nem sua estrutura, nem sua pauta de desenvolvimento, mas sim, o que se altera e se modifica, são precisamente as relações, ou seja, o nexo das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior. Disso decorre que quando se passa de um nível a outro, com frequência, a diferença essencial não reside na mudança intrafuncional, mas sim, nas alterações interfuncionais, nas mudanças dos nexos interfuncionais da estrutura interfuncional. Denominamos de *sistema psicológico*, a aparição dessas novas e modificadas relações em que se situam as funções, dando-lhe o mesmo conteúdo, frequentemente dado a este – excessivamente amplo – conceito (Vigotski, 1997b, p.72-73, *destaques do autor*).

Entendemos que é a esse processo, que Vigotski (1997b) denomina “neoformações”, que seriam sínteses complexas das funções psíquicas. A formação desses novos sistemas funcionais seria a base orgânica para o aparecimento da consciência humana. De acordo com Luria (1979), a consciência não é um estado primário e interior à matéria viva, mas sim:

[...] resultado de sua relação recíproca com o meio que o rodeia, nos limites do organismo e o mundo exterior, e tendo adquirido as formas do *reflexo ativo do mundo externo* com o que se caracteriza cada atividade vital do organismo. [...] as principais formas de reflexo que se tem sido formadas no processo histórico *não devem ser buscadas no centro do sistema nervoso, mas sim naquelas formas de relação com a realidade* que se foram formando nos sucessivos estágios do desenvolvimento histórico (Luria, 1979, p.70, *destaques do autor*).

De acordo com Luria (1979), as particularidades da atividade psíquica humana são determinadas não tanto pelas propriedades internas dos neurônios, mas sim pelo que há detrás das diversas formas de experiência que dão origem a novos sistemas funcionais, e que são a base do comportamento humano. Vigotski (2000b) e Luria (1981) defendem que a consciência não é uma qualidade invariável, um atributo espiritual, ou um ‘epifenômeno’ que acompanha o comportamento. Baseados na filosofia do marxismo-leninismo consideravam a consciência como um elemento característico do *ser* consciente, uma vez que não existe *consciência* descolada de um homem concreto, historicamente formado. Logo, tal atributo psíquico sempre possui um caráter objetivo e significativo. Vinculado a isso, estaria a especificidade de seu desenvolvimento paulatino e ininterrupto, relacionada às condições de existência de cada humano.

A nova concepção defendida por Vigotski (1997b) leva a Psicologia a atentar e explicar o modo pelo qual as funções psicológicas se constituem e se organizam entre si. Logo, devemos explicar como decorre a formação e a manifestação dos sistemas funcionais, uma vez que, por exemplo, as funções sensoriais e motoras constituem um conjunto psicofisiológico único e são formadas por relações sociais objetivas. O que também é defendido por Luria (1981).

Sendo assim, do ponto de vista do funcionamento psicológico, os processos motores e sensoriais assumem uma interdependência mútua, como também todas as funções psicológicas superiores possuem caráter de interdependência componente de uma *unidade*. É essa especificidade da relação entre as funções psicológicas que deve ser analisada em uma avaliação neuropsicológica (Luria, 1977). Isso não quer dizer que exista uma relação direta entre as funções psíquicas particulares e sua localização, como é presente no comportamento

animal e no comportamento das crianças nas primeiras etapas do desenvolvimento, mas sim que, no adulto, novas conexões se formam fazendo com que tanto as esferas sensoriais, quanto as motoras, sejam afetadas pelo desenvolvimento da personalidade, bem como de outras funções psíquicas (Vigotski, 1997b).

Para que essa modificação seja realizada, que é um processo de constituição subjetiva da personalidade, Vigotski (1997b) destaca que ela passa, necessariamente, pelo processo de interiorização, ou seja, da aprendizagem cultural que produz desenvolvimento dos processos psicológicos. Interiorização aqui se refere à capacidade que se desenvolve no sujeito, para realizar novos comportamentos com o auxílio de instrumentos externos e internos de ação.

Nesse processo de desenvolvimento, destaca-se a participação da linguagem, como elemento central de complexificação do psiquismo. Linguagem aqui não diz referência apenas ao uso da língua, mas à modificação funcional gerada no psiquismo pelo entendimento do significado das palavras. É o significado que altera a forma de manifestação das funções psíquicas. Por exemplo, na percepção, com o desenvolvimento da linguagem simbólica não apenas se vê um objeto, mas se conhece o mesmo, o conhecimento do objeto passa pela compreensão do significado dele, e assim a percepção se complexifica, como também as demais funções psicológicas.

Luria (1979) considera a linguagem como um signo externo que substitui as formas imediatas de adaptação ao mundo, ou seja, o comportamento imediato, instintivo, característico do funcionamento animal. Seria, portanto, por meio da linguagem simbólica que a atividade humana passa a ter caráter mediado. Esta forma de linguagem, diferentemente da instintiva, que se processa por meio de comportamentos reflexos, segundo o autor, não é somente um meio de comunicação, mas um meio de passagem à experiência histórica humana.

Faz-se necessário considerar, também, que segundo Vigotski e Luria (1996) a linguagem se desenvolve a partir de necessidades objetivas de trabalho, como instrumento do pensamento humano, a partir da ação do homem no mundo. Logo, a linguagem não é apenas uma característica da subjetividade humana. Ela também o é. Porém deve ser entendida na unidade entre objetividade e subjetividade que formou o próprio homem, e que caracterizou seu psiquismo. A linguagem advém da necessidade de denominar, criar palavras para os objetos. ‘Nasce’ ou tem sua gênese na própria produção de instrumentos e a criação de instrumentos qualitativamente mais complexos bem como o aumento da quantidade de instrumentos produzidos, que gera a necessidade da linguagem simbólica mudar sua função nominativa para função categorial:

A língua permite extrair os traços substanciais, generalizá-los, formando uma relação categorial com a realidade e determinando praticamente todos os aspectos da atividade consciente. [...] A linguagem – em princípio externa e depois interna – se converte em uma das principais bases da regulação do comportamento (Luria, 1979, p.59).

É em decorrência desse entendimento de linguagem e o correspondente salto qualitativo gerado no psiquismo do homem pelo seu aparecimento, que Luria analisa também as transformações em nível cerebral humano. Destacamos, portanto, que a dinamicidade do funcionamento cerebral do homem é constituída e só se faz presente se esse cérebro tiver condições de internalização da cultura. Também não estamos defendemos a existência de um cérebro abstrato. Cérebro é um órgão biológico pertencente a determinado homem, que possui sua existência dada pelas condições concretas de sua vida.

Essa nova concepção introduzida pelos autores da Psicologia Histórico-Cultural faz tanto uma crítica quanto uma superação dos enfoques referentes ao Holismo e ao Localizacionismo estreito. De acordo com Luria (1979), a nova concepção exigia que se deixasse de lado a consideração de que as funções psíquicas complexas podem ser localizadas em regiões específicas no córtex cerebral do mesmo modo com que ocorrem as funções elementares, como defendiam os localizacionistas.

Ambos, Luria (1977) e Vigotski (2000b), defendem que as funções psíquicas superiores são resultado do desenvolvimento psíquico. As relações cerebrais, que envolvem as funções psíquicas superiores, vão se constituindo no processo de desenvolvimento, sendo que o cérebro humano possui princípios novos de localização em comparação ao cérebro dos animais. Esse processo de formação, no qual se inscreve o desenvolvimento psíquico da criança, se produz no processo da atividade objetal e de suas relações com os maiores, ou seja, ocorre apenas pela mediação de um humano mais desenvolvido que a criança, que a educa²⁸. A criança, por essa ação educativa externa, vai dominando o uso dos instrumentos constituídos ao longo da história humana e chega à utilização de meios externos, ou signos para a organização de seu próprio comportamento. As ações da criança começam a ser, deste modo, dirigidas e intencionais.

Os autores defendem, portanto, que a localização das funções psíquicas relacionadas a regiões cerebrais especificamente humanas são relações extracerebrais, ou seja, são relações que se formam na atividade externa do homem, na utilização de instrumentos e signos externos (Luria, 1977; Vigotski, 2000b). Destacamos que essas relações extracerebrais

²⁸ Tanto no nível do cotidiano, quanto em um segundo momento, pela educação formal ou escolar.

somente se formam por meio de um direcionamento externo, ou seja, por meio de atos educativos.

De acordo com Luria (1979), o fato de ser a história o que vincula os novos núcleos funcionais humanos, no córtex cerebral, indica que *o desenvolvimento dos órgãos funcionais se produz por meio da formação de novos sistemas funcionais mediados*, que seriam uma nova forma de desenvolvimento de possibilidades ilimitadas do cérebro:

O córtex cerebral do homem se transforma, graças a esse princípio, no órgão da civilização, que encerra em si possibilidades ilimitadas, e que não necessita da criação de aparatos morfológicos novos a cada vez que surge, na história, a necessidade de uma nova função (Luria, 1979, p.64).

Podemos considerar, portanto, que essa inexistência de limites das possibilidades ao desenvolvimento humano, que defende Luria (1979) é possível ao desenvolvimento psicológico do homem e pode ser expressa em função da formação ontológica do ser humano. Logo, as condições para o desenvolvimento humano e de seu cérebro estão postas pela característica histórica de seu psiquismo. Porém, na sociedade atual ela se encontra limitada, pois nem todos podem se apropriar do máximo desenvolvimento disponível ou alcançado pelo gênero humano. Aqui, recuperamos uma das teses de Vigotski (2004c), de que o novo psiquismo do homem, esse dotado de pleno desenvolvimento, é possível de ser formado. Porém, para isso, se faz necessária também uma nova sociedade, que para o autor seria a sociedade Comunista.

Também diferenciamos esse potencial do ser humano para um funcionamento pleno, da concepção presente na pós-modernidade que defende um *'super homem'* capaz de fazer-se a partir de si mesmo. Pleno, para a Psicologia Histórico-Cultural, é o homem que, por se apropriar do máximo desenvolvimento já elaborado pela história da humanidade, pode fazer uso desse desenvolvimento coletivo e criar também novos desenvolvimentos, coletivamente.

No interior desse entendimento, Vigotski (2000b) defende que a linha de desenvolvimento histórico e cultural é mais complexa do que a biológica, pois corresponde a todo o caminho histórico traçado pela humanidade. A diferença principal entre o desenvolvimento orgânico e histórico, segundo o autor, está na circunstância na qual acontece a constituição das funções psíquicas superiores. O homem ao modificar o meio, desenvolve primeiramente seus aspectos orgânicos, uma vez que as ferramentas, criadas a partir do trabalho, atuam a partir de sua criação exercendo uma função que antes o aparato orgânico do homem exercia. Sendo assim, primeiramente as estruturas orgânicas é que são modificadas pelo desenvolvimento histórico do homem. Nesse processo, o desenvolvimento evolutivo

passa a ser, pelo entendimento dialético, atrelado e dependente do histórico, estando sempre intervenculados.

Vigotski (2000b) considera que o desenvolvimento biológico é correspondente com o desenvolvimento das estruturas psíquicas, em outras palavras, que cada órgão quando se desenvolve biologicamente, paralelamente transforma sua estrutura cerebral. Portanto, as funções psíquicas superiores são formadas em meio a um processo importante dentro do desenvolvimento cultural do comportamento do homem:

[...] a cultura origina formas especiais de conduta, modifica a atividade das funções psíquicas, edifica novos níveis no sistema do comportamento humano em desenvolvimento. É um fato fundamental e cada página da psicologia do homem primitivo que estuda o desenvolvimento psicológico cultural em sua forma pura, isolada, nos convence disso. No processo do desenvolvimento histórico, o homem social modifica os modos e procedimentos de sua conduta, transforma suas inclinações naturais e funções, elabora e cria novas formas de comportamento especificamente culturais (Vigotski, 2000b, p.34).

Segundo Vigotski (2000b) a utilização de ferramentas é o que conduz à formação de novas funções psíquicas e, portanto, a novos comportamentos. Porém, esse novo comportamento nascido pelo desenvolvimento histórico possui um curso de desenvolvimento próprio. Desta forma, o autor se volta à análise da ontogênese e explica que no desenvolvimento da criança estão presentes ambos os tipos de desenvolvimento: o orgânico e o histórico; o natural e o cultural. O desenvolvimento cultural na criança possui, portanto, um caráter peculiar como nenhum outro tipo de desenvolvimento. Isto em razão do fato dele ocorrer de modo simultâneo ao processo de maturação e desenvolvimento orgânico.

A superioridade do homem em relação a todos os demais animais é explicada por Vigotski (2000b), com o argumento de que o homem possui a capacidade de atuar frente o mundo, auxiliado/mediado pelo uso de ferramentas. A atividade humana, isto é, o modo e as formas de comportamento humano, é muito ampliada graças à capacidade que o homem tem de elaborar e utilizar ferramentas. Na criança, o sistema de atividade animal e o sistema de atividade humana ocorrem simultaneamente, ou seja, se desenvolvem em conjunto. Portanto, o desenvolvimento da atividade, na criança, é determinado pelo seu grau de desenvolvimento orgânico, como também pelo grau de domínio do uso de ferramentas, ou o uso *mediado* da cultura. Isso nos permite dizer que, para o autor, o desenvolvimento da criança se processa como uma unidade dialética de duas linhas consideradas, a princípio, como distintas: o desenvolvimento orgânico e o desenvolvimento cultural.

Em decorrência desse processo, as funções psicológicas assumem um novo caráter, e como tal, passam a se relacionar com as demais, também de forma modificada. Isto é, todo o sistema funcional – entendido como o correspondente orgânico da atividade psicológica – se complexifica (Luria, 1977). Ou seja, as conexões estruturais das funções psicológicas se alteram, bem como todas as suas formas de relação. Vigotski (1997b) denomina esse processo de substituição de funções que permite então a formação de um novo sistema funcional.

Tais sistemas funcionais são caracterizados como tendo um funcionamento complexo. Com relação aos sistemas complexos: “As funções psicológicas superiores devem ser geradas por complexos agregados funcionais de zonas que se acham unidas por conexões temporárias.” (Luria, 1983, p.80). De acordo com o autor, tais sistemas complexos poderiam ser afetados por patologias:

Assim, se desejamos descobrir o substrato morfológico de um sistema funcional complexo, devemos aceitar o princípio de que não estamos buscando um ‘centro’ isolado e fixo, mas sim que buscamos um *padrão de estruturas nervosas que operam juntamente para produzir a atividade complexa em questão* (Luria, 1983, p.80, *destaques do autor*).

Colocamos essa citação para demonstrar que o caminho de Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1992) ao estudo do cérebro e da atividade psicológica, percorreu o estudo das perdas funcionais acarretadas por lesão. Ou seja, tanto Luria, quanto Vigotski (1997a) entendiam que, ao se estudar o cérebro lesionado e entender as perdas funcionais, poderia se ter um caminho mais preciso para a compreensão do funcionamento psicológico complexo no homem.

Logo, podemos entender que Luria (1983) critica as concepções que localizam centros, por exemplo, da atividade verbal, ou centros da linguagem. Nossa hipótese é a de que as avaliações neuropsicológicas tradicionais incorrem nesse erro já criticado por Luria²⁹.

Já que entramos na discussão da localização das funções mentais, em exemplificação da linguagem, é necessário explicar que Luria (1983) entende que as estruturas corticais que realizam a atividade verbal surgiram ao longo do desenvolvimento evolutivo humano. Foi também o desenvolvimento da linguagem que deu origem ao sistema concreto de áreas que funcionam simultaneamente para que a fala se manifeste. Percebemos aqui o fundamento do Materialismo Histórico-Dialético. Uma vez que Luria entende que as estruturas cerebrais não estavam lá *a priori*, mas sim que foram constituídas pela construção social da linguagem, sendo que esta decorre, como já explicado, da atividade humana na realidade objetiva.

²⁹ Como discutido na seção III.

De acordo com Luria (1983) ainda não se tinha uma teoria completa explicativa da organização cerebral, porém se trilhavam caminhos na construção de uma concepção verdadeiramente explicativa da organização cerebral complexa referente ao funcionamento psíquico humano. Nesse sentido, o princípio da Localização dinâmica das funções cerebrais seria uma superação da visão Localizacionista estreita. De acordo com o Localizacionismo dinâmico, as funções cerebrais não estariam localizadas em áreas particulares do cérebro, mas sim seus mecanismos de funcionamento estariam dispersos dinamicamente no córtex cerebral, constituindo sistemas de zonas de funcionamento. Nesse sentido, cada zona cerebral, realizaria um papel, ou uma função específica na organização de todo o sistema. De acordo com Luria (1983), as constelações de zonas constituem um *mosaico funcional* e que, desse modo, constituiriam o substrato dinâmico das funções cerebrais mais complexas.

Dessa maneira, Luria (1983) considera que a função de ação coletiva das diversas áreas cerebrais consiste em um dos princípios mais importantes da atividade cerebral, e em nosso entendimento, um pilar de sua Neuropsicologia. Nesse entendimento, nem os complexos atos cerebrais são capazes de explicar o comportamento complexo humano, uma vez que o comportamento humano pressupõe elementos, para além de execuções mentais, que só podem ser compreendidas quando analisadas em relação à atividade humana:

Como sabem muito bem os psicólogos, o comportamento humano realiza uma luta para alcançar certos fins dentro de um contexto ambiental dado. O meio impõe certas condições, e o comportamento humano supõe a análise dessas condições e a seleção dos meios mais apropriados para alcançar tais fins. Em suma, implica uma complexa atividade analítico-sintética dirigida para a resolução de problemas definidos. [...] Partindo da experiência passada armazenada na forma de imagens visuais ou de associações verbais, o homem se situa respectivamente frente a seus problemas, cria esquemas de soluções possíveis e submete a eles seu comportamento. Devido a este fato, os diversos analisadores não são autônomos, mas sim funcionam continuamente de acordo com o sistema global do comportamento complexo estruturado (Luria, 1983, p.92-93).

De acordo com Luria (1983), existem diversos sistemas funcionais no córtex. Cada um desses sistemas seria responsável por certo aspecto particular do comportamento complexo. As formas complexas de comportamento voluntário estão mediadas pela linguagem e por mecanismos relacionados à linguagem. Luria (1983) expõe que, para além da participação dos lobos frontais, responsáveis pelos comportamentos planejados do homem, as áreas do cérebro relacionadas à linguagem atuam no sentido de formular e executar os comportamentos

complexos. Não existiria execução de comportamento complexo humano sem a participação da linguagem. Esta, assim como a consciência, é entendida como constituída coletivamente, seja na história da humanidade, filogênese, seja na história particular de um sujeito, ontogênese. Na ontogênese, para ser formada, precisa passar pela mediação de outro humano. Vejamos esse processo nas palavras de Vigotski (1997b):

Ao estudar os processos das funções superiores em crianças temos chegado a uma conclusão que nos tem surpreendido. Toda forma superior de comportamento aparece várias vezes durante seu desenvolvimento: primeiro, como forma coletiva do mesmo, como forma interpsicológica, como um procedimento externo de comportamento. Não nos damos conta desse fato porque sua cotidianidade nos cega. O exemplo mais claro é a linguagem. Em princípio, é um meio de ligação da criança com quem a rodeia, porém, no momento em que a criança começa a falar para si, pode considerar-se como a transposição da forma coletiva de comportamento a prática do comportamento individual (Vigotski, 1997b, p.77).

Vemos, portanto, que toda função psicológica, para ser desenvolvida, primeiro o é pela relação entre duas pessoas. Ou seja, toda função psicológica superior só se forma por meio da relação entre os seres humanos. E destacamos que essa relação entre humanos não se processa apenas em nível interpessoal. A relação interpessoal se dá sobre relações sociais. Ou seja, a concretude e objetividade do mundo perpassa a constituição psicológica dos homens (Vigotski, 2013).

Com a internalização dos processos que em princípio ocorrem nas relações humanas, é que se constroem novas relações entre as funções e se pode alcançar o domínio do próprio comportamento. Esse é também o princípio que rege os processos de reabilitação neuropsicológica proposta por Luria (1977). A reabilitação de uma função psicológica perdida por meio de lesão cerebral ocorre de forma mediatizada. É pela ação externa, do psicólogo/neuropsicólogo que se traçam estratégias de modo a tornar os processos conscientes para o sujeito de maneira a restaurar sua autonomia.

Qualquer processo volitivo, segundo Vigotski (1997b), primeiramente é social, coletivo e interpsicológico, para depois ser voluntário ao sujeito: “Durante o processo de desenvolvimento psicológico surge, por conseguinte, a fusão de determinadas funções, que em princípio, se achavam em duas pessoas. A origem social das funções psíquicas superiores constitui um fato muito importante.” (Vigotski, 1997b, p.78). Logo, a tomada de consciência, que acontece por mediação dos instrumentos e signos, é crucial tanto para o desenvolvimento

psicológico, quanto para a reabilitação neuropsicológica. Vejamos esse princípio pela explicação vigotskiana:

Também é digno de assinalar que aqueles signos que nos parecem ter tido tanta importância na história do desenvolvimento cultural do homem (como mostra a história de sua evolução) são em sua origem, meios de comunicação, meios de influência nos demais. Todo signo, se tomamos sua origem real, é um meio de comunicação e poderíamos dizê-lo, mais amplamente, um meio de conexão de certas funções psíquicas de caráter social. Transferiu-se o próprio meio de união das funções em uma única, e buscaremos demonstrar que sem este signo no cérebro, e suas conexões iniciais, não poderiam converter-se nas mais complexas relações em que fazem graças a linguagem (Vigotski, 1997b, p.78).

Sendo assim, temos, na linguagem, o elemento central que possibilita o desenvolvimento psicológico. É lógico que a linguagem não faz isso de maneira espontânea, esse processo requer a ação externa de outro humano, para que possa se tornar consciente ao sujeito com o qual trabalhamos.

De acordo com Luria (1983) é por meio da linguagem que o homem classifica o mundo, ou seja, pela generalização permitida por meio das palavras, ou até mesmo do aspecto nominativo das palavras, o homem pode conceituar o mundo. Em outro momento de sua obra, Luria (1970) destaca a relação entre linguagem e consciência:

Por detrás de toda palavra existem numerosos potenciais de conexões e relações em que o objeto pode entrar e em que nossa atividade cognitiva pode colocá-lo. [...] Não existem dúvidas de que as palavras tanto designam objetos, quanto possuem um papel na formulação de pensamentos. Nos referiremos a essa função generalizante da palavra, como significado. Quanto mais primitivo o nível de consciência, maior é o grau em que as palavras estão ligadas a situações práticas concretas. Quanto mais complexa se torna a consciência, mais ricas e profundas serão as diversas associações ligadas à expressão individual (Luria, 1970, p.218).

Dessa maneira, podemos perceber claramente a explicação histórico-cultural subsidiando e sustentando a formulação teórica para a explicação neuropsicológica. Via ação externa, é possível desenvolver a consciência. Portanto, pelo processo de apropriação cultural, podemos alcançar a complexificação de um psiquismo. Luria (1983) explica que são as relações e associações complexas das palavras que constituem a essência da linguagem. De acordo com o autor, essas relações e associações são dependentes da estrutura gramatical da língua, que também é coletiva.

Segundo Luria (1970), a fala representa mais do que o simples e básico vocabulário da linguagem. O estabelecimento das associações depende do sistema lógico gramatical da linguagem e esta linguagem é social, por isso não é elementar (natural ou biológica) e sim complexa (culturalmente desenvolvida).

Luria (1970) explica que o pensamento não é expressão de uma ideia, puramente pela junção ou ordenamento de palavras. As preposições, o ordenamento das palavras e a flexão gramatical (ou entonação, pela tradução “*inflection*”) dão aos objetos relações específicas de uns com os outros. Para o autor, é o sistema lógico gramatical da linguagem que determina o significado das palavras expressas. Nesse sentido, a compreensão do significado de uma palavra deve ser encontrada na interpretação coerente às regras da própria linguagem:

[...] o sistema lógico-gramatical da língua determina o significado das palavras expressas, de forma que, somente é possível alcançar uma verdadeira compreensão de seu significado interpretando-as nos termos das regras da linguagem. A simples compreensão dos significados nominativos das palavras é insuficiente (Luria, 1983, p.329).

Luria (1983) explica a constituição histórica da linguagem e argumenta que no início do desenvolvimento desta, o significado de uma frase ou enunciado, somente era expresso em um contexto simpráxico, isto é, o significado do enunciado dito somente era alcançado por ser falado e ao mesmo tempo mediado, por uma ação, ou por gestos.

De acordo com Luria (1970) a linguagem foi sendo transformada, de uma forma primitiva (pontuações verbais) para expressar relações complexas de significado. A linguagem, ao longo do desenvolvimento, passou de uma simples designação de objetos, à expressão dos pensamentos. Este é outro elemento da concepção histórico-cultural que perpassa o entendimento do desenvolvimento neuropsicológico de um ser - a transformação da linguagem, ou seja, sua construção ao longo do desenvolvimento:

Portanto, tem sido encontrado que a história da linguagem consiste num desenvolvimento gradual das regras gramaticais, por meio das quais, a linguagem pode fazer mais do que meramente designar objetos. Isso tornou possível expressar significados complexos de relações na ausência de contextos “simpráxicos”. A linguagem gradualmente se transformou num complexo sistema de códigos, o qual, como a arte, nas palavras de Leonardo da Vinci, ‘esconde dentro de si, todos os significados da expressão’ (Luria, 1970, p.220).

Luria (1979) pontua que no desenvolvimento da criança, aos poucos ela vai sendo inserida no mundo da linguagem. Primeiramente, essa linguagem é externa (fala dos outros

em direção à criança) e aos poucos essa linguagem vai sendo apropriada pela criança, convertendo-se, assim, em uma forma de controle de seu comportamento. Segundo o autor, os processos complexos de regulação da própria conduta se formam sobre a base da linguagem: “[...] a linguagem, que em princípio era um meio de comunicação entre a criança e o adulto, paulatinamente vai se convertendo na forma de organização da vida psíquica do homem.” (Luria, 1979, p.73). O autor ainda defende que:

É natural que a consciência humana formada sobre a base da atividade objetiva adquira um caráter novo e radicalmente distinto dos processos psíquicos dos animais; por isso Vygotski tinha plenos fundamentos para pontuar insistentemente que a palavra, como elemento da linguagem, não é tanto um correlato do pensamento como *um correlato da consciência*, sendo a unidade principal da consciência do homem (Luria, 1979, p.74).

Podemos entender, portanto, que a formação da linguagem, em um homem, rege seu desenvolvimento, uma vez que forma sua consciência, ou seja, permite o processo de conscientização da realidade externa e interna no homem. Dessa maneira, também se complexificam os sistemas funcionais que são bases para a atividade psicológica. A complexificação da linguagem gera uma ‘nova tarefa’ ao psiquismo, que tem que se reorganizar para dar conta dela. Esse processo gera a formação dos novos sistemas funcionais: “Por conseguinte, os meios para a comunicação social são centrais para formar as complexas conexões psicológicas que surgem quando estas funções se convertem em individuais, em uma forma de comportamento própria à pessoa.” (Vigotski, 1997b, p.78).

De acordo com Luria (1983) a origem social da linguagem tornaria qualquer tentativa de localização de um centro ou de centros da fala, em algo inútil. Para o autor, apenas atividades simples poderiam ser situadas em centros especializados e não atividades complexas como a fala. O autor ainda explica que o aspecto semântico da linguagem seria ainda de maior complexidade. Nessa concepção, o significado das palavras não pode ser entendido, como se pensava, na redução a simples imagens visuais associadas a designações verbais. Luria (1983) explica que, durante o desenvolvimento da fala, em uma criança, o significado de uma palavra sempre se desenvolve em relação a uma atividade/ação. Desse modo, o conceito de um objeto, que é denominado pela palavra, alcançaria seu significado nessa relação entre palavra e ação prática. De modo semelhante, porém não igual, como ocorreu na filogênese:

Ao dar um nome ao conceito, a linguagem desempenha a função de abstrair os estímulos necessários inserindo-os em sistemas flexíveis e complexos. A existência de

códigos léxicos e sintáticos em uma linguagem faz com que esses sistemas sejam extremamente complexos e ricos (Luria, 1983, p.14).

Dessa maneira, Luria (1983) defende que a atividade verbal associada à abstração e generalização, necessárias à linguagem, consiste em um produto altamente complexo de conexões temporais que são constituídas no processo de comunicação de um homem com os demais indivíduos. Assim, a linguagem possui suas próprias bases neurofisiológicas, suas próprias leis de desenvolvimento e sua própria estrutura cerebral. O autor também defende que o estudo da linguagem, ou das bases neurofisiológicas da linguagem, pressupõe o estudo tanto dos processos neurodinâmicos mais gerais e complexos, quanto o estudo dos processos neurodinâmicos mais específicos, ou especializados. Assinala ainda que, os mecanismos cerebrais que dão expressão à linguagem são muito mais complexos do que os mecanismos que executam as demais funções psicológicas. Acrescentamos: até porque, é a linguagem que expressa ou caracteriza as demais funções psíquicas.

A linguagem, quando constituída, passa a ser instrumento do pensamento. Esse processo também é desenvolvido pelo contato de uma criança com os adultos:

Investigações psicológicas acerca do desenvolvimento da fala, em particular aquelas realizadas por L. S. Vygotski, tem demonstrado que a transição do pensamento à fala externa é invariavelmente mediada pela fala interna. A formulação da fala interna, em sua forma global e puramente predicativa, contem os rudimentos de um esquema dinâmico de uma sentença. A transição da fala interna à fala externa consiste no desdobramento deste esquema preliminar, ou seja, na transformação em uma estrutura de proposição transportada ao externo (Luria, 1970, p.188).

Nesse entendimento, Luria (1970) explica que o comportamento ativo do humano, não pode ser considerado como indeterminado, mas sim como decorrência de sua formação e mediação via linguagem:

Por conseguinte, o comportamento ‘ativo’, ‘voluntário’, ‘consciente’, ou ‘desejado’ do homem não pode ser considerado como indeterminado. Ele deve ser interpretado como um comportamento determinado por um complexo sistema de conexões preliminares (antecedentes) que se originam na base da fala externa e interna (Luria, 1970, p.200).

A determinação do comportamento ativo humano é, portanto, uma determinação decorrente de apropriação cultural. Luria (1983) explica que o desenvolvimento do sistema de associações verbais realiza um papel fundamental na atividade consciente. O autor entende que tal desenvolvimento se manifesta na criança por volta dos três anos, porém nessa época tal sistema ainda é muito frágil e necessita, a todo o momento, ser estimulado, direcionado.

Tal direcionamento, que entendemos caracterizar um processo educativo, se dá por meio da instrução verbal, a princípio externa, do outro para a criança, e depois da criança para ela mesma, por meio da linguagem, conceituada, pelo autor, de autoinstrução.

Nesse sentido, de acordo com Vigotski (1997b), a formação de conceitos, é a ‘chave’ para todos os processos de desenvolvimento complexos, bem como para a desintegração dos mesmos. Pontuamos que esse elemento é chave para a compreensão da formação dos sistemas funcionais e abre possibilidades para novos estudos.

Como conceito, Vigotski (1997b) entende que:

A lógica dialética tem mostrado que o conceito não é um esquema tão formal, é um conjunto de traços abstraídos do objeto, que oferece um conhecimento muito mais rico e completo do mesmo. [...] Vemos que o conceito é um sistema de apreciações reduzidas a uma determinada conexão singular. Quando operamos com cada conceito isolado, o essencial consiste em que, simultaneamente, o considerarmos como todo um sistema (Vigotski, 1997b, p.82-83).

Essa forma de compreensão da formação dos sistemas funcionais e do papel da linguagem nessa transformação do próprio psiquismo é defendida por Luria (1979) pelo fato de considerar o cérebro como um órgão que possui zonas altamente diferenciadas e que trabalham conjuntamente, resolvendo, assim, os novos problemas postos ao funcionamento mental humano por meio de “relações intercentros” (p.65). Estas são possíveis apenas pela ação da linguagem. Esse entendimento, sob nossa análise, foi o que permitiu a superação das contradições do localizacionismo estreito e dos holistas na compreensão do funcionamento do cérebro.

De acordo com Luria (1979) e Vigotski (2000b), a linguagem permite a constituição das funções psíquicas superiores sobre a base dos processos psíquicos elementares. Gostaríamos de destacar que já estava em Vigotski (1997b) a crítica ao localizacionismo estreito e ao holismo, como podemos ver a seguir:

Isto refere-se também em certa medida a um dos problemas mais difíceis: o da localização dos sistemas psicológicos superiores. Até agora se tem abordado de duas maneiras. O primeiro ponto de vista considerava o cérebro como uma massa informe e renunciava a reconhecer que suas distintas partes não têm o mesmo valor e que desempenham um papel diferente na construção das funções psicológicas. Evidentemente, este ponto de vista é incongruente. Por isso, posteriormente se tem procedido a localizar as funções em distintos setores do cérebro, distinguindo, por exemplo, a área da práxis, etc. As áreas estão relacionadas entre si, e o que

observamos nos processos psíquicos é a atividade conjunta de áreas isoladas. Esta ideia é indubitavelmente mais acertada. Nos encontramos ante uma complexa colaboração entre uma série de zonas distintas. O substrato cerebral dos processos psíquicos não integram setores isolados, mas sim complexos sistemas de todo o aparato cerebral (Vigotski, 1997b, p.90).

Logo, os autores da Psicologia Histórico-Cultural, que temos trabalhado aqui, defendem que o funcionamento do cérebro humano possui complexidade dada pelo caráter também complexo da atividade psicológica. Este somente é possível, pelo fato do homem ter se diferenciado dos demais animais, via sua ação transformadora da natureza – isso na filogênese. Na ontogênese a criança já nasce em uma sociedade construída, basta se apropriar dela. Portanto, a constituição de funções psicológicas superiores e a formação de um *cérebro culturalmente* complexo somente se torna possível via aprendizagem:

Qualquer dos sistemas a que me refiro recorre a três etapas. Primeiro, a intersicológica: eu ordeno, você executa; depois, a extrapsicológica: começo a dizer para mim mesmo, e logo a intrapsicológica: dois pontos do cérebro, que são estimulados por fora, tem tendência a atuar dentro de um sistema único e se transformam em um ponto intracortical (Vigotski, 1997b, p.91).

Vigotski (1997a) defende que a questão da localização das funções psicológicas no cérebro nos leva a pensar na relação entre as unidades das estruturas cerebrais e a funcionalidade do órgão cerebral, ou seja, a funcionalidade da própria atividade psicológica. A defesa do autor, para o entendimento da relação de unidade entre psiquismo e cérebro é a seguinte:

Cremos que o sistema de análise psicológica adequada para desenvolver uma teoria deve partir da teoria histórica das funções psíquicas superiores, que se apoie em uma teoria que responde a organização sistêmica e ao significado da consciência no homem. Esta doutrina atribui um significado primordial a: a) a variabilidade das conexões e relações interfuncionais; b) a formação de sistemas dinâmicos complexos, integrantes de toda uma série de funções elementares, e, c) a reflexão generalizada da realidade na consciência. Esses três aspectos constituem, na perspectiva teórica que defendemos, um conjunto de características essenciais e fundamentais da consciência humana e são a expressão da lei segundo a qual, os saltos dialéticos não são unicamente a transição da matéria inanimada a sensação, mas também desta ao pensamento (Vigotski, 1997a, p.134).

De acordo com Vigotski (1997a), esses três elementos seriam hipóteses de seu trabalho e uma orientação a investigações da psicologia clínica. Analisamos que tais princípios são apropriados por Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1992) e desenvolvidos para a elaboração da Neuropsicologia.

Vigotski (1997a) levanta três ‘teses fundamentais’ a respeito do problema da localização das funções psicológicas superiores no cérebro. Seriam elas:

A função do conjunto e de cada área cerebral específica. Uma função psicológica específica não se relaciona nunca a atividade de um centro cerebral delimitado especificamente, mas sim como consequência de um trabalho interligado de diversos centros cerebrais. Tais centros seriam diferenciados em níveis de funcionalidade e possuiriam funcionamento hierarquizado. A atividade cerebral seria ainda:

[...] produto da atividade integrada das funções correspondentes a áreas específicas do cérebro, separadas, diferenciadas e unidas de novo entre si hierarquicamente, que não participam diretamente na formação de figuras. Na atividade cerebral, por conseguinte, nem a função global é uma função simples, homogênea, indivisa, executada de maneira global, em um dos casos pelo cérebro funcionalmente homogêneo, nem a função parcial implica em um centro especializado, também homogêneo. Tanto na função global como na parcial se dão a divisão e a unidade, a atividade integradora dos centros e sua diferenciação funcional. Diferenciação e integração não somente não se excluem uma a outra, mas pressupõem, pelo contrario, sua ação mutua e caminham em certo modo paralelamente. E o mais importante de tudo é que para diferentes funções há que se pressupor também uma estrutura igualmente distinta das relações intercentrais (Vigotski, 1997a, p.135).

Sendo assim, o autor defende que tanto uma função de uma região específica do cérebro, quanto a atividade do cérebro, se estruturam como uma atividade integrada e se relacionam por complexas comunicações intercentrais.

A segunda tese diz respeito à **correlação entre as unidades funcionais e estruturais ocorridas nos transtornos do desenvolvimento infantil** (provocadas por lesão ou por deficiência cerebral) Vigotski (1997a). Nas palavras do autor:

Temos uma confirmação empírica complementar dessa tese nas observações acumuladas sobre os mecanismos compensatórios ou substitutivos e indiretos que se produzem no desenvolvimento. Estas observações mostram que em um cérebro adulto com um defeito determinado, são os centros superiores que, com frequência, assumem a função compensatória, enquanto que em um cérebro em processo de

desenvolvimento, os que assumem são os centros inferiores em relação ao setor afetado. Graças a essa lei, o estudo comparativo do desenvolvimento e da deterioração se converte em uma das vias mais frutíferas para a investigação do problema da localização em geral e, em particular, do problema da localização cronogenética (Vigotski, 1997a, p. 138).

Já a terceira tese refere-se à **caracterização específica da localização das funções psicológicas nas áreas cerebrais especificamente humanas**. Inicialmente, todas as funções psicológicas especificamente humanas se formam em relação ao mundo externo, em relação à atividade externa. Apenas depois é que elas se interiorizam: “A investigação das funções compensatórias que aparecem nesses transtornos mostra também que a objetivação da função alterada, seu deslocamento à fora e sua transformação em uma atividade externa é um dos principais mecanismos de compensação das alterações.” (Vigotski, 1997a, p.138).

A partir dessas defesas, o autor sugere algumas alternativas para a superação das concepções tradicionais na identificação dos processos psicológicos superiores no cérebro e defende como possibilidade:

O emprego deste método de investigação psicológica clínica permite: a) explicar, partindo de apenas um princípio, os sintomas positivos e negativos; b) unificar em uma estrutura regular todos os sintomas, inclusive aqueles que mantêm relações mais distantes; e, c) estabelecer a via que leva desde as alterações focais determinadas a mudança concreta que se produz no sujeito como entidade global e em seu modo de vida (Vigotski, 1997a, p.139).

Podemos perceber, portanto, que o entendimento da constituição histórico-cultural do psiquismo, defendido inicialmente por Vigotski (1997a; 1997b; 2000b) é desenvolvido por Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1983; 1992) e aplicado a Neuropsicologia, sobretudo pela explicação da maneira pela qual a linguagem altera o funcionamento do psiquismo e do cérebro.

Esse papel central da linguagem e a relação dele na formação das demais funções psicológicas orientam os processos aplicados na Neuropsicologia. Portanto, podemos considerar que, no processo de **avaliação neuropsicológica**, Luria (1983) defende a necessidade de se conhecer profundamente a **estrutura** e a **função** das **diversas zonas do córtex**. Acrescentamos também, baseados no próprio Luria (1992), a necessidade de conhecer também a teoria explicativa do desenvolvimento cerebral. A teoria que explica como essa estrutura e função se constituiu. Em um processo avaliativo, portanto, nos fica o desafio de

Luria: analisar a estrutura concreta de cada caso para então determinar/entender quais funções corticais estão afetadas.

De acordo com Luria (1983), **o processo de reabilitação seria um dos instrumentos de diagnóstico**: “Finalmente, a aplicação de formas especiais de terapêutica – reabilitação – torna possível descobrir, em condições controladas, os meios pelos quais as funções alteradas experimentam uma melhoria e as vezes são totalmente restauradas.” (p.21). Luria defende, portanto, que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores acontece via formação externa, logo, também o processo de reabilitação deve ser entendido como uma reconstituição das funções perdidas via reconstituição externa. Nessa perspectiva:

Todas as formas complexas de atividade mental, mesmo aquelas atividades como, observar objetos ou reconhecer sons, são complexos sistemas funcionais, complexos processos baseados na atividade combinada de várias estruturas cerebrais aferentes e eferentes. O trabalho de alguns autores demonstra que tais sistemas são desenvolvidos durante a ontogênese. Nós temos demonstrado que até mesmo esses processos relativamente simples, como observar objetos ou atender a sons são complexos atos reflexos; eles são acompanhados por todos sistemas funcionais desenvolvidos na ontogênese e funcionam sobre um complexo “sistema dinâmico” de áreas em operação simultânea do córtex cerebral. Em vista desses “achados” essas funções não podem ser “localizadas” em áreas isoladas do córtex cerebral. Isso se aplica, em particular para os processos da fala (Luria, 1970, p.79).

Podemos considerar, portanto, que Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1983; 1992) teve a característica de assimilar à Psicologia ideias de diferentes disciplinas correlatas, como a Neurologia, a Fisiologia, a Anatomia, a Biologia e outras. O autor pretendia elaborar uma ciência multidisciplinar para seu problema de estudo, que sempre era considerado em totalidade, em suas múltiplas relações, ao invés de ser tratado como um conhecimento fragmentário e atomista, como propunham algumas correntes de especialidades científicas.

Esse ponto permite uma problematização das especificidades cada vez mais exigidas pelo contexto pós-moderno, no qual se perde o referencial da totalidade do objeto de estudo. Totalidade aqui não quer dizer abarcar tudo, mas sim buscar relacionar e compreender o fenômeno em suas múltiplas relações constitutivas. Esta totalidade é sempre historicamente determinada, a partir das condições objetivas que nos é dada.

A análise atomista, criticada por Luria (1981) e Vigotski (2004c), defende que o todo é mera soma das partes. Nesse sentido, a ‘análise científica’ divide e decompõe as partes de um fenômeno para depois somar, e compor o entendimento do mesmo. Na Psicologia isso é muito

presente. Estuda-se: a aprendizagem, a memória, a inteligência, o trauma, o inconsciente, a percepção, e perde-se a concepção de homem. Não que a especificidade deve ser desconsiderada, mas o que não se pode perder de vista é essa especificidade em relação com o homem enquanto ser concreto, datado e pertencente a determinado contexto. Isso foi realizado por Luria e demais autores da Psicologia Histórico-Cultural em função do método de análise que fundamentava suas produções, fundamento marxista. Essa superação ainda tem sido feita pelos teóricos que dão continuidade à elaboração coletiva da Psicologia Histórico-Cultural.

Nesse sentido, um processo de avaliação neuropsicológica e de reabilitação deve buscar a compreensão do funcionamento psíquico de um homem. Acreditamos que, nesta defesa, se tenha a resposta para a função social dessa ciência e pesquisa, ponto necessário de ser resgatado para possíveis superações de uma consciência alienada para uma consciência revolucionária e transformadora como propõe Tuleski (2007).

Buscamos, nesse primeiro momento, explicitar que Luria (1970; 1977; 1979; 1981; 1983; 1992) utiliza-se dos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, para defender a gênese social das funções psicológicas, o papel da cultura para a formação dos sistemas funcionais e a organização dinâmica das mesmas, princípios esses já presentes em Vigotski (1997a; 1997b; 2000b). Passaremos, agora, à discussão das implicações práticas desses princípios quando aplicados ao processo de avaliação neuropsicológica.

2.2 Das implicações práticas

Uma vez apresentados os pressupostos teórico-filosóficos e epistemológicos que fundamentam o processo de avaliação neuropsicológica de Luria, passaremos, nesse momento, a discutir as implicações práticas desse instrumental, destacando seu objetivo final, a saber: uma ação do neuropsicólogo ou do psicólogo voltada ao desenvolvimento do sujeito.

Iniciamos considerando que o método de estudo dos fenômenos que compõem os processos psicológicos, pela Neuropsicologia, acontece do seguinte modo: análise detalhada das alterações que surgem em processos psicológicos em casos de lesões cerebrais; e tentativa de mostrar como os complexos sistemas psicológicos são perturbados por essas lesões: “Os métodos neuropsicológicos fornecem uma abordagem à análise da estrutura interna de processos psicológicos e da conexão interna que une os vários processos psicológicos.” (Luria, 1981, p.303).

Logo, defendemos que os pressupostos teóricos e epistemológicos norteiam e direcionam também as implicações práticas desse processo, uma vez que as mesmas são

traçadas pelo entendimento do funcionamento cerebral do *humano* e sua complexidade psicológica. No interior dessa complexidade e, principalmente, quando se trata de uma análise de perdas funcionais acarretadas por lesões, o autor defende o alcance da compreensão da síndrome presente no funcionamento mental do sujeito, vejamos:

Há, assim, dois aspectos na análise de alterações em processos psicológicos em casos de lesões cerebrais locais. Em primeiro lugar, ela revela o substrato neurológico ao qual se vincula uma atividade particular, e, assim, aprofunda o nosso conhecimento de sua estrutura psicofisiológica interna. Em segundo lugar, ela revela as estruturas gerais que existem em processos psicológicos diferentes (às vezes aparentemente completamente diferentes), e desse modo ela pode abrir mais uma via para a análise fatorial da atividade mental. Esta via eu descrevo como a via neuropsicológica de análise sindrômica, e todo este livro é dedicado à tentativa de demonstrar a produtividade dessa abordagem (Luria, 1981, p.303).

Sendo assim, podemos entender que o objetivo central da investigação em Neuropsicologia é conhecer a estrutura interna dos processos mentais. Segundo Luria (1981), outro ganho da Neuropsicologia é para a prática clínica em Neurologia e em Neurocirurgia. Uma vez que a Neuropsicologia contribui para a compreensão de informações objetivas acerca de lesões das partes mais complexas, *especificamente humanas*.

Logo, há a consideração de que o funcionamento do cérebro humano é diferente do funcionamento do cérebro animal e exige, portanto, um **método próprio de investigação** e não apenas generalizações das compreensões do funcionamento do animal ao humano. Essas informações servem ao diagnóstico local ou regional de lesões cerebrais circunscritas e se colocam em superação aos processos avaliativos que naturalizam os fenômenos mentais e biologicizam a vida humana.

Luria (1981) defende ainda que a Neuropsicologia deveria ajudar no diagnóstico tópico de lesões cerebrais locais e na reabilitação dos pacientes lesionados. Frente a essa consideração, nos questionamos: será que esse objetivo ainda está presente na Neuropsicologia moderna, ou ela apenas descreve o funcionamento cerebral?

Pela pesquisa realizada, pudemos perceber que isso não tem sido realizado da maneira proposta por Luria. Verificamos que, nas produções contemporâneas pesquisadas, a generalização do funcionamento mental do humano está a tal ponto, que nada mais explica a respeito das características particulares do sujeito. E, portanto dificulta-se também o processo de reabilitação, uma vez que para reabilitar é preciso, primeiramente, compreender as limitações e as possibilidades de desenvolvimento do sujeito. Disso decorre a importância de

resgatarmos a especificidade do projeto luriano em relação à contribuição do mesmo para a atuação em Medicina e Psicologia nas esferas aplicadas.

Recuperamos também Vigotski (2000c), quando defende que a busca do método é uma das tarefas de maior importância dentro da investigação científica, sendo considerado como premissa e produto, assim como ferramenta e resultado da investigação. O autor nos explica que o método deve ser adequado a seu objeto de investigação:

Conhecer tal peculiaridade e tomá-la conscientemente como ponto de partida na investigação é a condição indispensável para que o método e o problema se correspondam; por isso, o problema do método é o princípio e a base, o alfa e o ômega [...] (Vigotski, 2000c, p.47).

Para Vigotski (2000c), um método de análise autêntico, bem como o entendimento de suas relações com outros métodos e o conhecimento de seus pontos fortes e fracos, significaria uma elaboração correta e científica para as questões a respeito do desenvolvimento histórico cultural na psicologia infantil, e entendemos ser um princípio guia para toda a Psicologia, que também norteia as investigações neuropsicológicas lurianas.

Vigotski (2000c) considera que toda a diversidade de formas e técnicas, na Psicologia, é devido à ramificação do método psicológico fundamental e da utilização do princípio estímulo/respostas pelas teorias tradicionais. Essa ramificação também se faz presente nas investigações neuropsicológicas, como buscaremos demonstrar na seção III. No interior de um processo avaliativo são utilizados diversos instrumentais, psicométricos, projetivos, exames clínicos, entre outros. Porém, não tem sido considerada a especificidade de uma teoria que oriente e norteie a análise desses dados coletados. Isso faz com que se tenham diversos aspectos meramente descritivos, mas que não alcancem uma síntese explicativa. Em superação, a defesa vigotskiana e luriana compõe, sob nossa análise, o objetivo central da investigação, uma vez que aplica o fundamento ao processo de investigação. Ou seja, buscamos conhecer a especificidade de um funcionamento psicológico, de um ser humano singular, que possui uma determinada formação histórica particular.

De acordo com Vigotski (2000c), a Psicologia *tradicional* estaria ignorando, no tocante ao método da investigação, uma diferença essencial que existe entre os processos psíquicos inferiores e elementares, presentes nos animais, e os processos psíquicos superiores e complexos, especificamente humanos. Essa não diferenciação eliminaria a diferença qualitativa do desenvolvimento cultural humano, e implica numa concepção de homem alheio ao desenvolvimento histórico da humanidade. Logo, o processo de avaliação luriano resgata esse caráter.

Vigotski (2000c) considera que o trabalho modifica o modo de adaptação do homem à natureza, logo, produz alterações qualitativas em seu comportamento. A consideração do comportamento humano, apenas pelas suas funções elementares e instintivas, implica em uma concepção de homem passivo frente à sua realidade concreta. Para a Psicologia Histórico-Cultural, a adaptação animal é passiva, enquanto que a humana é ativa. Na realidade, o homem não se adapta à realidade, porém a transforma auxiliado pelo uso de instrumentos e ferramentas. Por este fato o homem, diferentemente do animal, é considerado como um ser ativo.

Para o desenvolvimento do método que lhe interessa, Vigotski (2000c) entende ser essencial a consideração das seguintes questões que se entrecruzam e repercutem nas ações da Psicologia aplicada, sendo elas, as formas rudimentares do comportamento, a psicologia do homem primitivo e a psicologia das funções psíquicas superiores. Para o autor, essas três linhas estão interconectadas e levam ao conhecimento mais aprimorado das funções psíquicas superiores, bem como à possibilidade de construção de seus modelos experimentais.

Um estudo histórico, para Vigotski (2000c) não é o estudo do passado, mas sim a aplicação das categorias do desenvolvimento à investigação dos fenômenos. “Estudar algo historicamente significa estudá-lo em movimento. Esta é a exigência fundamental do método dialético.” (Vigotski, 2000c, p.67). Nesse sentido, uma investigação histórica constitui o fundamento do estudo do comportamento humano. Logo, no interior do processo de avaliação neuropsicológica luriano, avaliar, compreender e desenvolver o cérebro humano pressupõe considerá-lo em movimento.

Luria (2001b) cita Lenin para explicar que o objeto da ciência não deve ser as coisas em si, mas, essencialmente, deve ser a relação entre tais coisas. O autor explica que as coisas são conhecidas não apenas por sua apresentação imediata, tal como se apresentam fenomenicamente. Mas sim por seus reflexos no mundo, seus enlaces e suas relações. Para o autor: “[...] ultrapassamos os limites da experiência sensorial imediata e formamos conceitos abstratos que permitem penetrar mais profundamente na essência das coisas.” (Luria, 2001b, p.11-12). Vemos aqui a explicitação de um pressuposto do marxismo, o qual concebe que a ciência deve procurar a essência dos fenômenos, e não ficar na sua aparência. Relacionando com o que diz Vigotski (2004c), se a ciência coincidissem com o aparente, seria desnecessária.

Luria (2001b) explica que o ser humano desenvolveu a capacidade de não apenas captar as coisas de modo mais profundo, de acordo com o que lhe é permitido devido à sua percepção sensível imediata, mas também pode formular conclusões baseadas, para além do imediato, em seu raciocínio:

[...] o homem dispõe, não só de um conhecimento sensorial, mas também de um conhecimento *racional*, possui a capacidade de penetrar mais profundamente na essência das coisas do que lhe permitem os órgãos dos sentidos; quer dizer que, com a passagem do mundo animal à história humana, dá-se um enorme salto no processo de conhecimento desde o sensorial até o racional (Luria, 2001b, p.12).

Segundo Luria (2001b), o homem não apenas vive em um mundo de impressões imediatas, como o faz o animal. Além disso, o homem vivencia um mundo de conceitos abstratos e acumula não somente sua experiência visual imediata, como também assimila sua experiência social, baseada nos sistemas de conceitos abstratos. Ou seja, a experiência social é mediada pela linguagem.

Devido a essa experiência abstrata racional é que o homem domina novas formas de refletir sua realidade. De acordo com o autor, seria essa característica a particularidade da consciência humana, e o que diferenciaria o psiquismo humano do psiquismo do animal: “Este traço, a capacidade do homem de transpor os limites da experiência imediata, é a peculiaridade fundamental de sua consciência.” (Luria, 2001b, p.13). Nesse sentido, a consciência do homem, bem como seus processos psicológicos, por possuir natureza singular e espiritual não pode ser conhecida pelas leis deterministas, ou seja, simplesmente pela aplicação de testes psicométricos padronizados, que encerram sua análise em um resultado.

Tais formas de encaminhamentos incorrem em uma concepção dualista dos fenômenos psicológicos. Em tais procedimentos, os processos psicológicos humanos são reduzidos a seu funcionamento elementar. Desse modo, sensação, percepção, atenção e memória seguiriam leis naturais elementares, sendo acessíveis à investigação científica, tais como os fenômenos de ordem fisiológica. Já os processos de conhecimento ativo do homem, não poderiam ser compreendidos por saírem dos limites da experiência sensível e pertenceriam ao âmbito dos fenômenos espirituais superiores. Podem ser descritos, mas não explicados, pois neles se manifestam categorias *a priori* do espírito humano. Segundo Luria (2001b), essas investigações dualistas se negaram a explicar cientificamente a realidade psíquica humana, por considerarem-na como experiência espiritual, desligada da materialidade. Nas palavras do autor: “Este tipo de proposição fecha as portas do conhecimento científico ao aspecto mais importante da vida psíquica do homem” (Luria, 2001b, p.18).

De acordo com Luria (2001b), do choque entre as duas concepções apresentadas surgiu a crise da ciência psicológica. Nesse ponto, o autor retoma os pressupostos desenvolvidos por Vigotski em sua análise crítica da história da Psicologia:

A saída desta crise podia consistir somente em manter intocável o *objeto* mesmo da psicologia humana, o estudo das formas mais complexas de atividade consciente, mas, junto a isso, conservar a tarefa *não de descrever* estas complexíssimas formas de atividade consciente como manifestações de uma vida espiritual, mas de *explicar* sua origem a partir dos processos acessíveis à análise científica. Dito isto de outra forma, consistia em conservar o estudo das formas mais complexas de consciência como a tarefa principal da psicologia, mas garantir o enfoque materialista, determinista, em sua explicação causal (Luria, 2001b, p.20).

Nessa citação, Luria (2001b), define como *objeto* de estudo da Psicologia: *toda forma complexa de atividade consciente*. O que podemos transpor também para a Neuropsicologia. Como temos defendido, Luria objetivava uma *Neuropsicologia do homem*, logo, de seus processos conscientes. Nessa direção, o processo de avaliação neuropsicológica seria também perpassado por tal concepção.

Luria (2001b) cita Vigotski para explicar a saída da crise para a Psicologia. Nesse sentido, a ciência psicológica deveria buscar a origem da vida consciente do homem, não nas propriedades biológicas ou espirituais, mas nas condições externas da vida. Condições essas que possuem formas histórico-sociais que determinam a existência do homem. Essa ideia é importante, pois prova, exemplifica a relação entre os autores, como pode ser visto na seguinte citação de Luria: “[...] o objeto da psicologia não é um mundo interno em si mesmo, é o reflexo do mundo externo no mundo interno, dito isto de outra forma, é a interação do homem com a realidade” (Luria, 2001b, p.21).

Segundo Luria (2001b) a atividade vital humana é caracterizada pelo trabalho social que dá origem a novas formas de comportamento, independente dos motivos biológicos elementares. O comportamento passa a ter motivação social. Já um segundo fator decisivo na passagem da conduta animal à atividade consciente do homem consistiria no aparecimento da linguagem: “No processo do trabalho socialmente dividido, surgiu nas pessoas a necessidade imprescindível de uma comunicação estreita, a designação da situação laboral na qual tomavam parte, ocasionando a aparição da linguagem.” (Luria, 2001b, p.22).

De acordo com Luria (2001b), nas primeiras etapas do desenvolvimento da linguagem ela esteve muito relacionada à situação prática das ações e aos gestos. O nascimento da linguagem possibilitou o desenvolvimento de todo um sistema de códigos que tinham por objetivos designar objetos e ações. Com desenvolvimentos posteriores, a linguagem foi se complexificando e adquirindo caráter abstrato:

Como resultado da história social, a linguagem transformou-se em instrumento decisivo do conhecimento humano, graças ao qual o homem pode superar os limites da experiência sensorial, individualizar as características dos fenômenos, formular determinadas generalizações ou categorias. Pode-se dizer que, sem o trabalho e a linguagem, no homem não se teria formado o pensamento abstrato ‘categorial’. Em consequência, as origens do pensamento abstrato e do comportamento ‘categorial’, que provocam o salto do sensorial ao racional, devem ser buscadas não dentro da consciência nem dentro do cérebro, mas sim fora, nas formas sociais da existência histórica do homem. Somente desta forma (e esta idéia se diferencia radicalmente de todas as teorias da psicologia tradicional) pode-se explicar a origem das formas complexas, especificamente humanas, do comportamento consciente. Isto constitui a tese fundamental da psicologia marxista. Com este enfoque, é a atividade consciente o principal objeto da psicologia. Conserva-se o problema da consciência e do pensamento como as questões fundamentais da ciência psicológica e se coloca a tarefa de fazer uma análise científica determinista das formas complexas da atividade consciente do homem, de dar uma *explicação* destes complexíssimos fenômenos. A diferença radical entre este enfoque e o da psicologia tradicional é que as origens da consciência humana não se buscam nem nas profundidades da alma, nem nos mecanismos cerebrais, mas sim na relação do homem com a realidade, em sua história social, estreitamente ligada com o trabalho e a linguagem (Luria, 2001b, p.22-23).

A partir do exposto, objetivamos trazer a concepção do autor a respeito da linguagem, da consciência, do trabalho humano e do homem. Todas elas são relativas a concepções marxistas. Encontra-se nelas a superação proposta por Luria dos entendimentos tradicionais da Psicologia sobre o fenômeno psíquico como *naturais* e, portanto, regem os procedimentos aplicados da Neuropsicologia.

Luria (2001b) diferencia a linguagem humana da linguagem animal. A linguagem humana seria referente a todo o complexo sistema de códigos que designam as coisas, o mundo objetivo. Esses códigos têm a função de classificar e transmitir a informação, bem como introduzi-la em sistemas de categorização e conceitos: “Na realidade, todas estas características são próprias apenas da linguagem no homem” (p.25). Logo, pelo fato do funcionamento psicológico humano possuir particularidades, como tal, necessita de um entendimento diferenciado, que repercutirá em ações que não podem ser traçadas caso se iguale funcionamento animal e humano.

Pontuamos uma curiosidade, um detalhe que pode passar despercebido. O termo sintático utilizado por Luria para se referir à linguagem humana é: “linguagem *no* homem” e não “*do* homem”, o que faz pensar em algo não *a priori*, mas sim desenvolvido, como também podemos verificar na seguinte citação: “A linguagem desenvolvida no homem é um sistema de códigos suficientes para transmitir qualquer informação, inclusive fora do contexto de uma ação prática.” (Luria, 2001b, p.25).

Para o autor, a linguagem dos animais não possui essa propriedade, não possui o caráter designativo, apenas expressando um estado ou vivência: “[...] o sinal dos animais é uma expressão de seu estado afetivo e a transmissão do sinal é a transmissão deste estado, a inclusão nele dos outros animais e mais nada.” (Luria, 2001b, p.25). Sendo assim, o homem se diferenciaria dos animais justamente pela presença da linguagem enquanto sistema de códigos por meio dos quais os objetos e suas relações são designados. Esses códigos organizam os objetos em determinadas categorias, fato que leva à formação da consciência categorial no humano.

O entendimento histórico-cultural da formação psicológica no homem faz, portanto, que consideremos, conforme nos explica Vigotski (2000c) que os processos psíquicos não podem ser analisados por decomposição em partes mais simples, pois perdem seu caráter estrutural e unitário.

Entendemos que Vigotski (2000a) propõe um novo método de análise que compreende o desenvolvimento do psiquismo através de um olhar dinâmico do processo. Ou seja, o desenvolvimento do psiquismo é dado como um processo que deve ser compreendido como algo em movimento. O processo de investigação, dessa forma, deve se iniciar pelo todo³⁰ (processo) e ir às partes específicas, e não pela compreensão das partes para se chegar ao conhecimento do todo. Também explicitamos que a avaliação neuropsicológica deva seguir esta mesma orientação.

Para Vigotski (2000a) a função da análise é a de expor as relações e nexos dinâmicos-causais que constituem a base de determinado fenômeno. O autor denomina seu método de genético condicional ou também de genético experimental. O método proposto por Vigotski (2000a) busca alcançar aquelas relações que estão para além daquilo que está aparente, ou seja, manifesto. Sua análise se interessa tanto pelo surgimento quanto pelo desaparecimento, causas e condições, assim como por todos os vínculos que estão presentes em dado fenômeno. Sua análise é denominada de genética, pois busca entender a gênese de determinado

³⁰ Pontuamos que todo aqui não significa soma das partes, mas sim totalidade.

fenômeno, ou seja, sua base dinâmica e causal, sua origem e desenvolvimento histórico. Nessa perspectiva, a avaliação neuropsicológica avalia a base dinâmica e causal da atividade psíquica, um cérebro humano constituído por apropriação cultural.

Vigotski (2000a) defende que, nos fenômenos psicológicos, duas manifestações podem ser muito parecidas em sua aparência, porém muito distintas em sua natureza, origem e essência. Para isso, é que seriam necessários meios especiais de análise, para que ocorra a compreensão para além daquilo que é aparente/manifesto. A compreensão do processo se faz como importante uma vez que, em Psicologia, a essência de um dado não é coincidente com seu conteúdo manifesto. Sendo assim, o autor entende que seria preciso desvendar a verdadeira relação que forma tais processos e não somente as manifestações externas dos mesmos:

Do nosso ponto de vista, somente é possível a análise de caráter objetivo já que não se trata de revelar o que é aparente ao fenômeno observado, mas sim o que ele é em realidade. Não nos interessa, por exemplo, a vivência direta do livre arbítrio que nos faz conhecer a análise introspectiva, mas sim o nexos real e as relações entre o externo e o interno que constituem a base dessa forma superior de conduta (Vigotski, 2000a, p.104).

É por isso que apenas a descrição do que foi observado não dá conta de compor um processo de avaliação neuropsicológico. Há que se ir além, analisar e interpretar as causas dos sintomas apresentados pelo paciente, bem como reabilitá-los, por compensação cultural (Luria, 1970).

O método de análise proposto por Vigotski (2000a), não leva apenas em conta o enfoque genético, mas também considera o processo de uma determinada esfera de possibilidades que, se subordinada a determinadas condições, podem levar a um ou outro tipo de manifestação comportamental, expressão de um funcionamento psicológico. Ou seja, essa forma de encaminhamento explica as transformações, os vínculos e as correlações entre os fenômenos internos e externos.

O método de análise de Vigotski (2000a), portanto, consiste em três pontos: análise do processo do fenômeno; uma análise explicativa e não descritiva e uma análise genética:

Podemos resumir, portanto, o que se tem dito sobre as tarefas da análise psicológica e listar em um enunciado os três momentos decisivos subjacentes a esta análise: análise do processo, e não do objeto, que coloque em evidência o nexos dinâmico-causal efetivo e sua relação, ao invés de indícios externos que quebram o processo, por conseguinte, proporcione uma análise explicativa e não descritiva; e, finalmente, a

análise genética que volte ao seu ponto de partida e redefine todos os processos de desenvolvimento de uma forma que seu estado psicológico atual não seja um fóssil. Estes três momentos quando considerados no seu conjunto, são determinados pela nova interpretação de forma psicológica superior, que não é uma estrutura puramente psíquica, como supõe a psicologia descritiva, e nem uma simples soma de processos elementares, como afirmava a psicologia associacionista, mas uma forma qualitativamente peculiar, nova na realidade, que aparece no processo de desenvolvimento (Vigotski, 2000a, p.106).

Vigotski (2000a) considera, portanto, que a análise de um fenômeno implica em um esclarecimento da verdadeira origem do mesmo, bem como de seus nexos dinâmico-causais e suas relações com outros processos que são determinantes para o seu desenvolvimento. Todo esse processo deveria ser regido através de uma investigação objetiva. O autor não nega a existência das leis elementares nos processos psíquicos. Porém, considera que os mesmos foram superados por incorporação pela forma superior dos processos psíquicos, e do comportamento.

Seguindo e desenvolvendo essas teses, Luria (1979) expõe que a neurologia clássica tinha estabelecido um número considerável de sintomas que possuíam um significado focal e que permitiam ao médico estabelecer um diagnóstico topográfico exato da lesão cerebral. Apesar de o autor atribuir importância aos sintomas neurológicos clássicos para o diagnóstico topográfico, o emprego dos mesmos é considerado como limitado.

De acordo com Luria (1979), o uso das perturbações das formas complexas de atividade psíquica no diagnóstico topográfico das lesões cerebrais possuía dificuldades substanciais. Isto porque a neurologia clássica dava conta de estudar os mecanismos das formas elementares da sensibilidade dos atos motores e reflexos, porém, não conseguia compreender os atos complexos de análise da formação e da regulação de atos volitivos. Nesse sentido, o autor explica que as perturbações psíquicas complexas causadas por lesões nos sistemas corticais superiores não eram aproveitadas para o diagnóstico topográfico das lesões cerebrais, e seus sintomas não poderiam ser utilizados para a análise científica dos mecanismos cerebrais da atividade psíquica.

A defesa de Luria (1979), para a tarefa da avaliação em Neuropsicologia, seria qualificar as perturbações das funções psíquicas e analisar os mecanismos dessas perturbações psíquicas que se produziram em casos de lesões locais no cérebro. Esta concepção supera as tradicionais por ir além da simples descrição de dados. Também, pelo fato de analisar esses

dados no intuito de traçar relações entre os sintomas observados, as funções perdidas e o funcionamento das zonas cerebrais, em concerto, ou seja, o funcionamento do todo cerebral.

Luria (1979) apresenta duas teses principais da Neuropsicologia, na descrição das formas concretas de sua aplicação, que assumiriam duas posições: os pesquisadores que não consideravam uma diferença, entre funções psicológicas inferiores e superiores (materialistas mecanicistas) e os que diferenciavam as funções elementares das superiores, mas não viam relações entre elas (idealistas).

Os partidários da primeira corrente eram os localizacionistas estreitos. Eles partiam, segundo Luria (1979), da concepção de que tanto as funções elementares quanto as superiores deveriam ser observadas como uma função imediata de parcelas localizadas no cérebro. Por isso, acreditavam ser possível falar em zonas nas quais estariam localizadas as funções da escrita, do cálculo e, inclusive, as características da personalidade. A segunda corrente era constituída por “anti-localizacionistas” – tinham uma concepção oposta aos localizacionistas estreitos. Consideravam que as funções elementares estariam relacionadas a zonas muito localizadas no cérebro, enquanto as superiores seriam responsabilidade do cérebro como um todo.

De acordo com Luria (1979), na realidade, as funções psíquicas possuem uma estrutura complexa e uma localização consistente em várias etapas que se apoia em toda uma cadeia de centros estruturados hierarquicamente. Para o autor, as funções psíquicas superiores são sempre complexas, sendo esse traço de caráter cultural e histórico e o distintivo entre o homem e o animal, em superação às teorias tradicionais que cindiam as funções psicológicas em inferiores (biológicas) e superiores (do espírito) ou as unia e reduzia à Biologia. A superação de Luria, como poderá ser visto na citação abaixo, acontece justamente pelo desenvolvimento das concepções histórico-culturais, já postas por Vigotski:

Tal como tem mostrado as investigações clássicas de L. S. Vygotski e, posteriormente, as observações de A. N. Leontiev, as funções psíquicas superiores são o resultado do complexo desenvolvimento histórico-social. Estas foram formadas na influência da atividade objetiva dos homens, no processo de relação entre eles, e praticamente sempre consistem em *sistemas funcionais complexos* que se apoiam no complexo das zonas do córtex cerebral que trabalham conjuntamente. [...] Somente *a análise especial dessas funções e de seus mecanismos fisiológicos, através dos quais se realizam, permite ver toda sua complexa estrutura e estabelecer aqueles fatores que formam parte delas*. Essa concepção sistemática da estrutura das funções psíquicas

superiores permite aproximar-se, partindo de posições totalmente novas, à análise de suas perturbações no caso de lesões focais no cérebro (Luria, 1979, p.40).

Essa citação exemplifica bem a posição do autor como pertencente à Psicologia Histórico-Cultural, como também fica claro seu projeto Neuropsicológico, o funcionamento do cérebro enquanto sistemas funcionais complexos que trabalham em conjunto.

Luria (1979) exemplifica seu modo de entender como os processos psíquicos são realizados pela análise do movimento voluntário. Para o autor, em superação as concepções localizacionistas estreitas e holistas, o ato motor corresponde a um sistema funcional complexo, cuja atividade se dá por meio de um conjunto de áreas cerebrais. De acordo com o autor, as áreas que participam desse processo são referentes: às regiões pós-centrais do córtex (responsáveis pelas sínteses cinestésicas); às regiões parieto-occipital (responsáveis pelas sínteses ótico-espaciais); às premotoras do córtex (responsáveis pela síntese de uma ‘melodia cinestésica’ única) e finalmente; às áreas frontais do cérebro (cujas funções são referentes à análise do movimento realizado frente às intenções iniciais). Luria (1979) argumenta, então, que seria normal que todo tipo de lesão a qualquer uma dessas regiões afetaria, de algum modo, o ato motor voluntário.

Segundo o autor: “Todo ato motor voluntário sempre está motivado e se direciona a certo objetivo. Dito de outro modo, todo movimento voluntário do homem sempre possui um *caráter consciente e racional*.” (Luria, 1979, p.45). Vemos aqui o fundamento marxista, qual seja, da ação humana ser orientada ao cumprimento de um planejamento. Essa perspectiva implica em ações práticas pelo fato de se iniciar a análise já a partir de um ponto diferenciado das teorias biologicistas.

Luria (1979) argumenta que as funções superiores compõem um sistema funcional, como explicado na seção anterior, que possui origem social e que funciona em concerto pelas formações filo e ontogenética do ser:

Toda função, e em especial as superiores, representam em si um *sistema funcional* que se apoia no trabalho conjunto de todo um complexo de zonas do córtex cerebral (e, está claro, de todo o complexo das áreas do cérebro em seu conjunto). Cada uma dessas áreas prevê a construção do sistema funcional como um fator, e a lesão de cada uma delas, elimina esse fator, levando a decomposição de todo o sistema funcional (Luria, 1979, p.47).

Segundo Luria (1979) não é o sintoma que deve corresponder à lesão local do córtex cerebral, mas sim o fator que leva ao surgimento desse sintoma. Esse ponto deve ser destacado, uma vez que compõe a particularidade também do processo avaliativo,

compreensivo e interventivo. Esse fator só pode ser compreendido por meio de uma análise psicofisiológica, incluindo a qualificação dessa síndrome, ou seja, a compreensão necessária para utilizar a perturbação das funções psíquicas superiores no diagnóstico. De acordo com o autor, essa qualificação do sintoma é a principal tarefa da Neuropsicologia.

Luria (1979) levanta a hipótese de que em uma lesão focal, todos os sistemas funcionais, que incluem em sua estrutura os fatores envolvidos na perda funcional serão afetados, enquanto que os sistemas funcionais que não possuem esse fator perturbado se conservarão inalterados. O conceito de fator pode ser entendido como o processo psíquico perdido que compõe o sintoma. Ou seja, o ponto que une as perdas, que explica a correlação das áreas distintas:

A qualificação do sintoma permite descobrir o fator principal encoberto na perturbação que se descreve, porém não esgota a investigação neuropsicológica. Se trata apenas da primeira parte, ainda que certamente importantíssima. Por detrás da qualificação do sintoma e do estabelecimento do fator que o origina, segue um segundo passo, que também é muito importante: a descrição da síndrome, dito de outro modo, a descrição de todo o complexo das perturbações secundárias que se produzem em consequência do defeito primário encontrado, e que podem ser explicados a partir desta perturbação principal. Somente depois que todo o complexo das perturbações encontradas obtém sua explicação lógica, a partir desse déficit funcional único, é que se considera que a análise neuropsicológica terminada, e o caráter da perturbação estabelecida, para o diagnóstico topográfico da lesão cerebral obter sua plena certeza (Luria, 1979, p.49).

Entendemos que esse diagnóstico topográfico, supere as concepções tradicionais naturalizantes do funcionamento psíquico, pelo fato de se fundamentar teoricamente em uma perspectiva que entende e explica que o funcionamento psicológico humano não é natural, mas sim formado pela relação do homem com a história e com a cultura. Sendo assim, passaremos a discutir as implicações de uma avaliação qualitativa em Neuropsicologia em superação as concepções psicométricas.

De acordo com Cardamoni (1992) a Psicologia busca o alcance de meios objetivos e confiáveis para produzir conhecimento a respeito da atividade psicológica manifestada pelos sujeitos, e faz isso por diferentes instrumentos, como os testes psicométricos, projetivos e neuropsicológicos. O autor conceitua esses três elementos em uma única categoria, como testes psicológicos. Tais meios são avaliados pela comunidade científica ou como totalmente confiáveis, ou como integralmente desprezáveis e nos convida a pensar a respeito desse fato:

“Tal valoração contraditória dessa ferramenta técnica é consequência de múltiplos fatores, especialmente pelo seu aporte teórico e metodológico, de sua confiabilidade e validade, bem como de sua interpretação” (p. 277).

Cardamoni (1992) nos auxilia na definição do que consiste um teste psicológico e defende que seria uma “[...] situação experimental estandarizada que serve como estímulo a um comportamento. Tal comportamento é avaliado por uma comparação estatística com o de outros indivíduos colocados na mesma situação, o que permite classificar o sujeito avaliado, seja quantitativamente, seja tipologicamente.” (p.277).

Cardamoni (1992) diferencia os testes que avaliam os aspectos cognitivos, como inteligência, atitudes e conhecimentos, como *psicométricos* e os que avaliam condições afetivas e volitivas como *projetivos*. O autor ainda destaca que os testes projetivos são essencialmente utilizados e interpretados pela concepção psicanalítica. Destacamos aqui que, pela concepção luriana, na avaliação neuropsicológica não teria essa dicotomização dos fenômenos psíquicos. Ou seja, a avaliação neuropsicológica não avalia o cognitivo ou o afetivo. Avalia o funcionamento mental do sujeito, que é composto pelas funções psicológicas do sujeito, que em sua integralidade formam sua personalidade, sua consciência (Luria, 1970).

De acordo com Cardamoni (1992) existem algumas diferenças entre os testes psicométricos e projetivos dos *neuropsicológicos*. A primeira diferença segundo o autor seria referente às diferenças de metodologias de investigação: os testes psicométricos se respaldam em critérios estatísticos e quantitativos:

De fato, os testes psicométricos possuem por base metodológica um critério estatístico-quantitativo que, no melhor dos casos, nos revelará que o rendimento do examinado difere em mais ou em menos da média estatística que se toma como parâmetro comparativo. A descrição acima, é claro, não significa, descartar o método estatístico que é básico para qualquer disciplina científica, mas somente destacar que na indagação clínica de pacientes com lesões focais do cérebro segue sendo fundamental responder não apenas a questão acerca do que o paciente não faz, ou seja, que funções psicológicas encontram-se abolidas, mas sim porquê e como elas se manifestam dessa forma, ou seja, quais são os fatores psicológicos faltantes que provocaram a alteração (o porquê) e de que maneira isto incide na reorganização patológica da atividade psíquica produzindo o estabelecimento da síndrome neuropsicológica (o como). E em que sentido a metodologia estatística é limitada em comparação com a metodologia clínica (Cardamoni, 1992, p.277-278).

Nessa direção, podemos entender que uma avaliação eminentemente quantitativa restringe as possibilidades tanto de entendimento do sujeito, quanto de desenvolvimento de seu psiquismo, uma vez que o diagnóstico encerra o processo. Já a avaliação neuropsicológica, que possui o caráter clínico, permitiria a compreensão do funcionamento psicológico do sujeito, bem como o trabalho voltado ao seu desenvolvimento. Segundo Cardamoni (1992):

Contrariamente, os testes neuropsicológicos se apoiam em uma metodologia que alguns autores têm chamado de ‘dinâmico-estrutural’ fazendo ênfase em sua natureza qualitativa. A característica essencial deste método consiste no estudo da inter-relação dos fatores constitutivos do processo mental submetido a indagação; ou seja, na análise minuciosa das ligações que compõem sua estrutura interna. O estudo orientado a descoberta dos fatores que fazem a base da perturbação psicológica constitui um passo importante no trânsito da descrição externa do sintoma e sua explicação causal, já que implica em abordar as fases que compõem a função estudada. Este enfoque metodológico que L. S. Vigotski denominou de ‘qualificação do sintoma’ significa também avaliar qual é a estrutura interna do defeito apresentado no paciente e estabelecer, na medida do possível, quais causas ou fatores são os responsáveis pelo sintoma (Cardamoni, 1992, p.279).

Analisamos que a defesa de Cardamoni (1992) está congruente aos pressupostos vigotskianos e lurianos, expostos anteriormente. Ainda de acordo com o autor, uma avaliação neuropsicológica permite maior precisão diagnóstica uma vez que entende dentro da sintomatologia apresentada pelo paciente, quais fatores cerebrais são os determinantes para seu quadro patológico apresentado. No processo de avaliação neuropsicológica, se avalia a integralidade de funcionamento cerebral, ou seja, os vários fatores psicológicos interferentes e a atuação de cada região cerebral e sua manifestação.

Outra diferença entre avaliação neuropsicológica e avaliação quantitativa que gostaríamos de destacar se refere ao fato de que uma avaliação quantitativa se restringe ao registro dos sintomas. Já a avaliação neuropsicológica, segundo Cardamoni (1992), objetiva a compreensão da estrutura de funcionamento mental e uma análise comparativa da síndrome apresentada pelo sujeito. Pontuamos que Luria (1977) denomina esse procedimento de análise síndrômica. Segundo Luria (1977), essa forma de olhar para o fenômeno sintomático do paciente levaria a uma maior compreensão da estrutura interna de seus processos mentais, ou seja, da organização dos mesmos em um sujeito singular, em condições particulares.

Cardamoni (1992) explicita que a avaliação neuropsicológica busca a caracterização neurodinâmica das patologias decorrentes de lesões cerebrais, e que isso não é feito pelas avaliações psicométricas ou projetivas, sendo esta também uma diferença:

A metodologia neuropsicológica tem como premissa específica a compreensão psicofisiológica da atividade psíquica e, por outro lado, concebe que as perturbações dos processos mentais nas afecções cerebrais são consequência das modificações neurodinâmicas que se encontram em condições patológicas de funcionamento (Cardamoni, 1992, p.281).

Entendemos também a partir da explicação de Cardamoni (1992) que enquanto os testes psicométricos e projetivos enfatizam o diagnóstico, o processo de avaliação neuropsicológica busca alcançar informações/elementos para o planejamento de ações de reabilitação e/ou promotoras de desenvolvimento, como também está proposto em Luria (1977). A compreensão da perda funcional permite a organização de processos de reconstituição da atividade psicológica:

Precisamente, esta qualidade da metodologia neuropsicológica oferece uma informação concreta para estabelecer as bases da posterior estratégia reabilitadora no sentido de que o examinador tem a possibilidade de organizar a compensação relativa da função alterada (na medida em que é factível) utilizando como apoio os componentes preservados e estimulando, pela via da reaprendizagem específica, a gestação de novos sistemas funcionais compensatórios (Cardamoni, 1992, p.282).

Cardamoni (1992) pontua a necessidade de que o aspecto terapêutico da avaliação neuropsicológica seja levado em consideração e destaca que essa terapêutica deve ter como norte orientador os aspectos de planejamento e intencionalidade. Sob nossa análise, essa forma de encaminhamento terapêutico está em íntima relação ao fundamento da Psicologia Histórico-Cultural, que defende que todo comportamento humano, cultural, para ser desenvolvido, possui a necessidade de ser planejado, de maneira intencional e consciente. Daí a importância de processos educativos e/ou da reabilitação. Pontuamos também que a atuação na zona de desenvolvimento proximal do sujeito (Vigotski, 1988) possa constituir um passo além para o alcance da recuperação de funções perdidas, ou com funcionamento alterado.

Em continuidade, Cardamoni (1992) explica que os testes psicométricos e/ou projetivos objetivam investigar elementos específicos da atividade psicológica, enquanto que na avaliação neuropsicológica, por estar organizada em etapas, objetiva alcançar o entendimento de *quais* processos psicológicos encontram-se alterados, ou seja, consiste em uma avaliação integral:

De tal modo, a organização por etapas da investigação neuropsicológica leva a um processo diagnóstico mais detalhado e preciso que, como mencionamos anteriormente, é fundamental para estabelecer as bases da reabilitação neuropsicológica do paciente (Cardamoni, 1992, p.282).

Nesse sentido, a avaliação neuropsicológica objetiva levantar uma *hipótese* a respeito da localização dinâmica das perturbações estudadas, enquanto que os testes projetivos ou psicométricos não têm tal preocupação (Cardamoni, 1992). Recuperamos uma metáfora de Luria (1992), quando defende que o processo de avaliação neuropsicológico seria como o trabalho de um investigador em busca da solução para um crime.

Não objetivamos aqui, desconsiderar a possibilidade de uso de testes objetivos ou padronizados como componentes do processo de avaliação neuropsicológica, porém, entendemos que a avaliação não deve ser restrita ao uso dos mesmos: “A correlação adequada dos dados da organização cerebral e da estrutura psicológica constitui, em nossa opinião, um traço distintivo da metodologia neuropsicológica que, por ela mesma, não pode prescindir do uso de testes específicos” (Cardamoni, 1992, p.283).

Uma última diferença que gostaríamos de destacar entre os testes psicométricos e projetivos, e a avaliação neuropsicológica, embasados em Cardamoni (1992), estaria na postura que o avaliador assume no processo. Neles, o avaliador é passivo, já no processo de avaliação neuropsicológico, é ativo, já trabalha as questões referentes à reabilitação *no e com* o paciente. É mediador e entendemos que deve atuar, conforme orienta Vigotski (1988) na educação, na zona de desenvolvimento proximal.

Defendemos, portanto, que a avaliação neuropsicológica supere as concepções biologicistas e naturalizantes na análise do funcionamento psicológico humano, bem como a relação indissociável entre avaliação e intervenção, principalmente em função do fundamento teórico utilizado. Destacamos, ainda, que o papel do avaliador deve ser ativo e intencional, que realiza tarefas ou atividades intencionalmente planejadas, com vistas a gerar desenvolvimento. Essa ação intencional, direcionada ao desenvolvimento de processos que se encontram na zona de desenvolvimento proximal dos sujeitos deve conduzir as ações do psicólogo e do neuropsicólogo quando se relacionam a esferas avaliativas.

Sendo assim, passaremos a apresentar algumas possibilidades de procedimentos que podem ser utilizados em um processo de avaliação neuropsicológico que esteja de acordo com a defesa proposta luriana.

2.3 Dos procedimentos necessários a uma avaliação neuropsicológica luriana

Neste momento, passaremos a apresentação dos procedimentos e de alguns instrumentos que podem ser utilizados em um processo de avaliação neuropsicológica congruente aos pressupostos lurianos. Gostaríamos de defender que os mesmos também podem ser utilizados na avaliação psicológica, uma vez que os objetivos de ambos os processos são o de compreensão do funcionamento psicológico e do desenvolvimento de um sujeito, com vistas a um maior aperfeiçoamento do mesmo, bem como da promoção de sua autonomia.

De acordo com Luria (2001a), o estudo prático do cérebro humano, com o objetivo de se realizar um diagnóstico tóxico, precoce e preciso das lesões cerebrais, constituiria uma tarefa muito importante para o avanço da neurocirurgia moderna, o que nos leva a pensar na relação entre o estudo teórico do funcionamento cerebral e a esfera aplicada desse conhecimento. O autor, no entanto, entende que os meios tradicionais de avaliação seriam insuficientes para o cumprimento de tal objetivo, uma vez que o estudo das funções psicológicas básicas (sensação, tono, reflexos) apenas explicariam transtornos patológicos de uma parcela muito pequena das funções cerebrais. Nesse entendimento, as funções cerebrais humanas são mais complexas do que essas funções elementares:

As zonas denominadas de primárias ou zonas de projeção se encontram principalmente nesta parte, e apesar disso, continuam sendo inacessíveis aos métodos neurológicos clássicos das lesões locais nas assim chamadas zonas secundárias e terciárias, que, no homem, abarcam uma grande parte dos hemisférios cerebrais. Quando o neurólogo tem que fazer um diagnóstico localizado em casos com lesões nestas regiões cerebrais, se vê obrigado a recorrer à análise dos transtornos comportamentais do sujeito, isto é, em outras palavras, recorrer a métodos de investigação psicológica. Isto supõe, principalmente, e em primeiro lugar, a análise dos transtornos gnósticos e práticos da fala e do pensamento (Luria, 2001a, p.19).

Sob nossa análise, defendemos que Luria (2001a) entende que o campo de investigação das manifestações psicológicas externalizadas é o campo da avaliação da Psicologia. A Neurologia analisaria o funcionamento cerebral, porém a relação de unidade entre cérebro e comportamento só poderia ser compreendida pela Psicologia e, ainda, por uma nova forma de investigação, que propõe então a compreensão das funções psicológicas externalizadas, via manifestação comportamental. As funções psicológicas não se restringem ao funcionamento cerebral, isto é, não podem ser explicadas apenas por conexões neuronais,

porque no homem, elas são realizadas via comportamento, predominantemente instrumental/cultural, essa seria a relação de unidade dialética psiquismo–cérebro. Nesse sentido, o comportamento possui uma correspondência fisiológica cerebral, porém, vai além: é a manifestação externalizada desses mecanismos via ação do homem no mundo.

De acordo com Luria (2001a), mesmo que se considerasse a perspectiva da Neurologia clássica/tradicional e a teoria da localização cerebral das funções elementares fosse considerada correta ou, em certo sentido, adequada, as funções mentais complexas não poderiam ser explicadas a partir do mesmo princípio, o da localização. O autor considera que essa forma tradicional de análise das funções complexas seria inadequada e até mesmo ‘arcaica’. Luria realiza uma diferenciação entre a *localização de uma função* e a *localização de um sintoma*. A proposta do autor seria a localização do sintoma primário e não a generalização de achados lesionais a partir da análise de sintomas secundários, para a localização da função cerebral:

A aceitação pelo neurólogo de que os transtornos nesses processos mais complicados se manifestam principalmente nas lesões das zonas cerebrais delimitadas (por exemplo, os transtornos práxicos geralmente são resultados de danos nas regiões parietais inferiores, os transtornos da fala receptiva em lesões das regiões temporais superiores, enquanto que os transtornos da fala expressiva são vistos em lesões da zona inferior da região frontal superior, no hemisfério esquerdo) acarretou na aceitação implícita da hipótese de que as *funções* complexas estão localizadas nestas áreas delimitadas do córtex. Logo, dizer que a ‘localização de um sintoma’ não é o mesmo que a ‘localização de uma função’ tinha uma influência mínima (Luria, 2001a, p.19-20, *destaques do autor*).

Essa alteração conceitual é muito importante para os encaminhamentos dos processos avaliativos, uma vez que localizar a área cerebral que corresponde ao *sintoma* é muito diferente do que localizar a própria *função psicológica* (pois esta é distribuída entre diversas áreas devido ao funcionamento em concerto). De acordo com Luria (2001a) a concepção da localização direta das funções cerebrais superiores é incoerente tanto em termos teóricos, quanto em termos práticos. Essa característica das discussões do autor é muito interessante, uma vez que aponta tanto para o cuidado epistemológico, e para seu método de análise, quanto para a atuação e preocupação com o efeito da aplicação de uma concepção teórica, ou seja, sua metodologia. Esta deve ser direcionada tanto para o desenvolvimento, como para a reabilitação das funções psicológicas superiores. Consideramos que este posicionamento

supere os encaminhamentos que defendem o diagnóstico pelo diagnóstico. Ainda em exposição a essa defesa luriana:

É difícil imaginar teoricamente que os neurônios que constituem essas zonas corticais estreitamente delimitadas podem ser responsáveis por processos complexos e desenvolvidos ao longo da história, como a compreensão de objetos ou ações, a análise e síntese da compreensão da linguagem, o uso ativo da fala e das formas complexas de pensamento (Luria, 2001a, p.20).

De acordo com Luria (2001a, p.20) o que seria preciso era uma revisão tanto da ideia de *função*, quanto da ideia de *localização de uma função*, para que se pudesse superar tais contradições teóricas e práticas. O autor entende que o termo *função* significa *função de um tecido determinado*. Para além deste significado, *função* também deveria ser compreendida, quando se analisa as atividades complexas do homem, como *a complexa atividade adaptativa do organismo*, atividade esta que estaria determinada por uma tarefa específica. Nessa alteração conceitual, o autor resgata o entendimento do Materialismo Histórico-Dialético na análise da atividade e necessidade da ação humana. Vejamos:

Esta atividade se produz por meio de um sistema funcional muito complexo de processos coordenados que compreende de fato um complexo sistema funcional determinado por um plano biológico (ou psicológico) progressivo (invariável). A realização de uma atividade se apoia em um amplo espectro de diversas operações e culmina também em um efeito durável (invariável). Se não se consegue a ação necessária, então os sinais de *feed-back*, reativam o sistema funcional, já que esses sinais alimentam a complexos circuitos dinâmicos autorregulados nos quais se apoiam as operações deste tipo de sistema funcional complexo (Luria, 2001a, p.20).

Segundo o autor, as funções de respiração e locomoção, assim como as atividades mais complexas como o conhecimento, a atividade, a fala e o pensamento, são de ordem complexas e produto da evolução histórica. Aqui, evolução não é apenas no sentido darwinista, mas também no sentido de desenvolvimento histórico da humanidade. E porque não *apenas* darwinista: pelo fato de que: “Tais processos estão baseados em planos específicos que determinam o esquema para a continuação da ação e se apoiam no uso de métodos de comportamento complexos e variáveis.” (Luria, 2001a, p.21). Logo, não é apenas evolução biológica, mas também história, porque esse homem planeja e controla sua ação no mundo, pelo uso de métodos de comportamento, como diz o autor. Tais métodos de comportamento são possíveis pela criação de instrumentos e signos, que auxiliam esse homem a planejar e agir no mundo. Esse entendimento fez com que Luria (2001a) defendesse

a tese de que a constituição histórica do comportamento humano, forma no cérebro especificidades funcionais:

Se pode *localizar a função*, enquanto definida como função de um tecido específico, em uma área concreta do sistema endócrino ou do sistema nervoso, obviamente não se pode *localizar o sistema funcional* em uma área específica do tecido cerebral, ainda que possa ser distribuído *em um sistema complexo (ou em uma constelação) de zonas do córtex cerebral e das estruturas subcorticais que cooperam em sua ação*. Deste modo – e isto tem uma enorme importância – cada uma dessas áreas *contribui de modo muito específico para assegurar a ação do sistema funcional* (Luria, 2001a, p.21).

A partir deste pressuposto, Luria (2001a) explica que uma lesão em uma área cerebral, que constitui parte deste sistema funcional, pode gerar alterações no funcionamento do sistema funcional em questão. Logo, o dano em uma ou em outra parte desse sistema funcional gerará alterações diferenciadas deste próprio sistema funcional, ou seja, diferentes lesões geram alterações distintas. Esse entendimento gera implicações diretas para o processo de investigação neuropsicológica:

Portanto, segundo as características do transtorno do ‘sistema funcional’, podemos dizer que área cortical do sistema funcional foi afetada. Em outras palavras, para realizar um diagnóstico local da afecção cerebral – um diagnóstico baseado na análise dos transtornos das funções corticais superiores – não podemos simplesmente afirmar que existe um defeito, mas sim *devemos qualificar o transtorno produzido a partir de uma função concreta, ou seja, analisar cuidadosamente o defeito do ponto de vista psicológico (ou psicofisiológico)* (Luria, 2001a, p.21, *destaques nossos*).

Em destaque, assinalamos em que consistiria a função da avaliação neuropsicológica, qual seja, a de qualificar e explicar o dano cerebral. Explicar a relação entre a área cerebral afetada e o transtorno apresentado. Traçar a relação de unidade entre cérebro e comportamento. Em continuidade:

Esta *análise qualitativa* de defeito é um objetivo básico desta nova disciplina científica: a *Neuropsicologia*. O que a Neuropsicologia pretende no que se refere ao diagnóstico local das lesões cerebrais é analisar os transtornos dos processos corticais superiores ou os traços específicos da atividade psíquica de uma pessoa. Para se realizar a *qualificação do defeito*, de importância básica para a investigação neuropsicológica, devemos alcançar um conhecimento detalhado da estrutura psicofisiológica da forma de atividade psíquica em questão (percepção ou ação, fala,

leitura ou escrita, solução de problemas, etc.). Devemos inclusive descrever seletivamente os componentes implicados na atividade e analisar as condições neurodinâmicas para a realização de uma ação (Luria, 2001a, p.21, *destaques do autor*).

Desse modo, já podemos entender que uma avaliação neuropsicológica deve compreender o grau de funcionamento das funções psicológicas superiores, ou seja, investigar seus produtos, como: comportamento, fala, escrita e outras capacidades do homem. De acordo com Luria (2001a), a elaboração desses métodos de investigação estaria criando uma nova disciplina científica, a própria Neuropsicologia, que, para além disso, estaria desenvolvendo instrumentais para o diagnóstico das lesões cerebrais, e fundamentando uma teoria para a reabilitação das funções complexas afetadas por lesões cerebrais.

Luria (2001a) considera que, por meio dessa nova concepção, ou por meio da Neuropsicologia, haveria condições de se investigar os transtornos das regiões corticais superiores, e suas modalidades complexas de atividade psíquica humana. O autor considera, ainda, que a importância da Neuropsicologia não seria apenas prática ou clínica:

Possui também grande importância para o avanço da *teoria* científica sobre a verdadeira estrutura dos processos psíquicos ou, o que é o mesmo, para a fundamentação de uma Psicologia científica. Até pouco tempo, a Psicologia somente tem tido ideias muito gerais sobre o desenvolvimento dos processos, tais como, compreensão, memória, fala, leitura e escrita, aritmética e resolução de problemas, e sobre os componentes intrínsecos desses processos (Luria, 2001a, p.22, *destaques do autor*).

Logo, entendemos que desenvolver a Neuropsicologia, seria desenvolver a própria Psicologia verdadeiramente científica. Segundo Luria (2001a), uma forma buscada pela Psicologia para se compreender tais processos, seria por meio das informações obtidas pelos testes psicológicos. O autor, no entanto, problematiza o quanto os testes tradicionais, pelo fato de propor um entendimento quantitativo e abstrair médias válidas a todas as pessoas, diriam mais a respeito de uma *possível* estrutura desses tipos de atividade do que sobre sua estrutura *real*. Nessa direção, destacamos uma questão metodológica luriana: a correspondência cerebral do comportamento humano *existe, é real* e precisa ser compreendida, porém com o cuidado de não se abstrair leis universais de desenvolvimento cerebral, ou de relação cérebro-comportamento descoladas das particularidades de desenvolvimento individual, que é dependente da apropriação cultural. Esse entendimento, de acordo com o próprio autor, é o aspecto principal que faria avançar a Neuropsicologia em sua esfera teórica e aplicada:

Uma lesão cerebral local que afete uma totalidade do ‘sistema funcional’ não somente refletirá habitualmente em uma *única* ‘função’ psicológica. Como norma, um grupo de processos psicológicos serão desintegrados, enquanto que outros permanecerão intactos. [...] Estes fatos demonstram que a análise neuropsicológica agrega novas vias para isolar os fatores em que se baseiam os processos psíquicos complexos. Também possibilita um avanço muito mais intenso para um estudo objetivo das estruturas internas de tais processos. O que temos exposto constitui uma boa razão para afirmar que a Neuropsicologia, por meio do estudo da organização cortical das atividades psicológicas complexas e de seus transtornos nos casos de lesões cerebrais locais, não somente possui um significado prático, como também abre novas perspectivas para o diagnóstico focal das lesões cerebrais. Amplia também, pelas suas implicações teóricas, as perspectivas para uma análise objetiva da estrutura das atividades psicológicas humanas complexas (Luria, 2001a, p.23).

Luria (2001b) expõe que o exame neuropsicológico de pacientes com lesões cerebrais focais, a partir de sua produção, poderia ser considerado como um dos métodos mais significativos de diagnóstico local de lesões cerebrais. De acordo com o autor, os métodos clássicos de avaliação psicológica ou neuropsicológica seriam insuficientes quando se pretende avaliar e compreender as funções psicológicas de ordem superior. Na concepção do autor, a Psicologia ainda não havia desenvolvido uma técnica precisa de avaliação de lesões cerebrais focais nas zonas secundárias e terciárias. O autor considera os testes psicológicos tradicionais como instrumentos que apenas favorecem uma valoração de níveis gerais de processos cognitivos. Para a superação, seria necessário o desenvolvimento de uma nova metodologia para a abordagem neuropsicológica do problema do diagnóstico focal de lesões nas zonas secundárias e terciárias do córtex. Para isso, seriam necessários intensos estudos a respeito dos *sintomas dos transtornos das funções corticais superiores*, uma *qualificação dos defeitos* e uma *análise dos fatores subjacentes aos defeitos comportamentais* (Luria, 2001b).

Nessa direção, o autor apresenta que seus estudos teriam sido tentativas de desenvolvimento dessa nova técnica, a partir de seus 40 anos de estudo e trabalho clínico. Essa nova forma de compreender e avaliar as funções comportamentais complexas seria de grande importância para a Neurologia e para a Neurocirurgia, uma vez que os métodos neuropsicológicos poderiam contribuir para a análise do exame dos pacientes com lesões cerebrais e oferecer um diagnóstico das lesões focais, que fosse mais preciso e rápido.

Luria (2001b) defende que a seleção de métodos apropriados de avaliação realizaria um papel significativo para a análise adequada dos sintomas, ou seja, permitiria a qualificação dos sintomas.

Dessa maneira, apresentaremos os passos realizados por Luria (1983) nos encaminhamentos do processo de avaliação. Primeiramente, o autor descreve as informações que lhe estiveram disponíveis no momento da consulta, podendo ser: exames com imagens do local das lesões, sintomatologia apresentada, remédios receitados e seus efeitos. Tais elementos, segundo o autor, permitiriam a realização do diagnóstico do dano primário. Luria (1983) também descreve informações que lhe permitiam conhecer o dano funcional secundário.

Luria (1983) defende que em um processo de avaliação, o avaliador deveria prezar por uma atenção extremamente intensa ao funcionamento psicológico do paciente avaliado. Nesse sentido, podemos perceber a necessidade de não pararmos o processo de avaliação no sintoma, no dado aparente, mas sim ficarmos atentos à essência, que se manifesta silenciosamente em um processo de avaliação.

No que se refere à **avaliação propriamente dita**, Luria (1983) apresenta discussões que nos remetem à metodologia utilizada por ele no processo: **exames imagéticos, análise dos transtornos funcionais, pela observação clínica, e pela atenção clínica**: “Somente por meios psicoterapêuticos se pode determinar a natureza real do transtorno.” (Luria, 1983, p.59). Sendo assim, podemos comprovar a necessidade da avaliação decorrer da observação/atuação clínica. Clínica aqui se refere a uma modalidade de atendimento psicológico com o olhar direcionado a pessoa em sua constituição histórica, social e cultural e que possui como objetivo a promoção do desenvolvimento do sujeito.

Segundo Luria (1970), para o reconhecimento do local da lesão, é necessário uma concepção precisa da estrutura daquela função lesionada, como resultado da lesão. O que aponta para a necessidade de conhecermos teoricamente as especificidades funcionais de cada região cerebral. Além disso, também é preciso ter um conhecimento da estrutura da síndrome dos distúrbios funcionais e das funções que foram perturbadas pelo dano cerebral. Vemos, aqui, a valorização que Luria (1970) dá à teorização das observações, fato este referente ao seu método de análise. “[...] é obvio que é preciso ter uma clara compreensão da *estrutura desses sistemas funcionais* e ser capaz de sugerir o *significado psicológico da síndrome* produzida por um dano cerebral focal.” (Luria, 1970, p.78). Pelas defesas lurianas, podemos entender que a avaliação neuropsicológica, seria então o resultado da intersecção de dados teóricos e de fatos observados nos encaminhamentos clínicos de determinado paciente.

De acordo com Luria (1983), na investigação clínica das perdas funcionais acarretadas por lesão, seria necessária a realização de uma análise, que muitas vezes, estava sendo omitida, entre a descrição dos sintomas observados, e a descrição da área lesionada. O desafio da Neuropsicologia, ou do diagnóstico neuropsicológico, seria, portanto, entender o motivo pelo qual a lesão em determinadas áreas cerebrais gera transtornos em outros sistemas funcionais complexos.

Luria (1983) considera que toda forma de atividade psicológica complexa - como exemplo, trabalha o entendimento da linguagem - se realiza por meio da atuação de um complexo sistema funcional de mecanismos dinamicamente dispersos pelo córtex e que funcionam a partir de uma base de um complexo de áreas corticais e subcorticais adjacentes que atuam de conjuntamente: “Os papéis exercidos pelas distintas áreas não são idênticos; cada uma dá sua própria contribuição à estrutura dinâmica geral das zonas corticais que desempenham uma dada função.” (Luria, 1983, p.96). Segundo o autor, tal concepção determinaria o modo com que passariam a entender os transtornos da fala. Lembramos que Luria (1983) pressupunha que o entendimento dos transtornos da fala, deveriam estar respaldados em uma teoria explicativa do desenvolvimento psíquico.

Luria (1983) pontua que, ao analisar casos de lesões que acarretam em transtornos da fala, seria mais interessante se pensar na localização dos sintomas do que na localização da função da fala. Isto porque, uma lesão, que afeta e destrói determinada área cerebral, produz um sintoma e não a expressão de toda a dinâmica de uma função psicológica. Nessa direção, seria o sintoma que estaria relacionado à área lesionada, ou seja, localizado naquela região, e não propriamente a função perdida. Podemos perceber que Luria (1983) inverte a lógica tradicional de análise. Lembramos também que nessa perspectiva, cada localização sintomatológica variaria de sujeito para sujeito analisado.

De acordo com Luria (1983), um dos problemas da prática clínica moderna estaria nessa localização dos sintomas, ou seja, na descrição dos sintomas. Além disso, também existiria um problema ainda mais difícil de ser resolvido, a saber, o da qualificação do sintoma. Luria (1983) enfatiza a todo o momento a necessidade da prática clínica de avaliação atentar para a diferença existente entre os sintomas primários e secundários. Consideramos este aspecto importante de ser levado em consideração nos processos avaliativos:

Em outras palavras, o clínico deve descobrir as funções componentes das diferentes áreas corticais, posto que o transtorno de uma delas acarreta em alterações correspondente em uma série de sistemas funcionais. Havendo descrito as síndromes que aparecem como resultados de uma lesão local das diversas áreas, se faz necessário

distinguir entre o transtorno fundamental, resultado direto de uma lesão específica, e seu efeito secundário ou sistêmico, ou seja, seu efeito sobre os sistemas funcionais. Somente desta forma, o diagnóstico das lesões cerebrais pode realizar-se sobre uma base científica (Luria, 1983, p.97).

Outro aspecto destacado por Luria, no processo de **diagnóstico**, seria a **análise neurodinâmica das lesões cerebrais**. Deste modo, teríamos: análise do dano primário, análise do dano secundário e análise neurodinâmica das lesões cerebrais. Podemos entender que as maneiras de avaliação de Luria (1983) eram decorrentes de instrumentos relativamente simples, mas criativos, decorrentes de situações clínicas. Esses instrumentos, geralmente eram compostos de associações entre comandos verbais e tarefas a serem realizadas pelos sujeitos avaliados, como: tarefas motoras, comportamentais, produção e/ou reprodução de sons, produção de desenhos ou escrita, entre outros. Esses instrumentos de avaliação, conforme expõe Luria (1983) poderiam complexificar-se dependendo do paciente e do caso a serem avaliados. Assim, existe a necessidade do processo de avaliação ir impondo desafios em graus de complexidade, conforme o paciente for respondendo as tarefas mais fáceis.

Importante destacar, ainda, que Luria (1983), em suas apresentações, sempre inicia a discussão e análise dos casos, pontuando informações a respeito do histórico de vida do paciente, destacando seu nível de apropriação cultural. Nesse sentido, o autor apresenta a idade do paciente, a profissão com que trabalhava em momento anterior à lesão, suas atividades dominantes ou realizadas com frequência (como leitura, oralidade, cálculo, motricidade, percepção, senso de localização, etc...), seu nível de escolaridade, e demais informações pertinentes. Tais informações são importantes para o processo avaliativo, uma vez que se busca compreender o nível prévio de desenvolvimento do sujeito, anteriormente à lesão, para que a análise verifique seu grau de comprometimento em relação às capacidades previamente desenvolvidas.

Pontuamos que, para Luria (1992), encaminhamentos clínicos se referem aos seus atendimentos que eram realizados em instituições, geralmente em hospitais, em que os casos eram encaminhados por equipes multidisciplinares de profissionais: médicos, psicólogos, educadores. É nessa direção que o autor defende o uso de sessões clínicas. Sob nosso entendimento, seria uma forma de atendimento focalizado na pessoa e em seu desenvolvimento, bem como a leitura do sujeito em sua constituição, histórica, social, e cultural. Clínica, também corresponderia ao processo compreensivo do funcionamento psicológico do paciente bem como ao planejamento de alternativas para o desenvolvimento futuro da pessoa.

A partir da apresentação do entendimento luriano, a respeito da consistência teórica do processo avaliativo, passaremos a apresentar os passos metodológicos expostos por Christensen (2001) a respeito do processo de investigação. A autora expõe que estudou com Luria, durante três meses, no ano de 1970, no Laboratório do próprio Luria, no Instituto Bundenko de Neurocirurgia. Nesse estudo, desenvolveu métodos de investigação neuropsicológicos. A partir desses estudos, Christensen (2001) formula, então, o *Exame Neuropsicológico de Luria*. Acima de tudo, tal estudo objetiva compreender as funções corticais superiores do homem. Pelo que pudemos entender, a autora segue a linha defendida por Luria de que toda avaliação deve pressupor uma teoria explicativa a respeito da mente, seu funcionamento, sua constituição e sua manifestação nos indivíduos particulares, neste caso, que sofreram lesões cerebrais.

De acordo com Christensen (2001), o trabalho de um psicólogo clínico na área da neurocirurgia possui particularidades que não se contemplam apenas com a utilização de testes que comumente se tem disponíveis. Ou seja, a informação obtida a partir desses testes, pela Psicometria, não abarca informações que permitem alcançar um conhecimento a respeito da localização das funções cerebrais lesionadas. Segundo a autora, os resultados psicométricos são de difícil classificação e complexos. A autora ainda analisa que a quantificação pouco contribui para se alcançar um conhecimento a respeito do impacto do dano cerebral para o funcionamento psicológico e suas manifestações em uma pessoa. Como superação, a autora explica a necessidade de se realizar um estudo qualitativo dessas funções, estudo esse carregado de uma teoria a respeito das funções psicológicas.

Nesta direção de defesa de um processo de avaliação qualitativa, para além da coleta de dados iniciais que pode passar por investigações quantitativas, Chiodi (2012) expõe que nas avaliações psicológicas, sobretudo as referentes ao contexto escolar e ao trabalho do psicólogo na avaliação das funções psicológicas, como a inteligência, tem sido presente uma alta utilização de testes de inteligência padronizados, sobretudo pela ênfase das pesquisas em Neuropsicologia³¹. Como superação a autora propõe o uso de uma avaliação mediada, a partir do entendimento da consistência do método instrumental vigotskiano:

Uma avaliação que considere as potencialidades dos indivíduos deve levar em conta a importância da utilização dos mediadores na resolução das atividades pelos alunos no processo de avaliação, assim como as mediações utilizadas pela escola na socialização

³¹ Entendemos que quando a autora trata a respeito das pesquisas em Neuropsicologia, ela está se referindo à Neuropsicologia tradicional.

dos conhecimentos e, conseqüentemente, no desenvolvimento psicológico dos alunos. O método instrumental supera a concepção inatista, ambientalista e interacionista do desenvolvimento humano, pois para Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934); Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexei Nikolaievich Leontiev (1904-1979), as funções psicológicas superiores configuram-se como produto da atividade cerebral e têm uma base biológica, mas, fundamentalmente, são resultantes da interação do indivíduo com o mundo, interação essa mediada pelos objetos construídos pelos homens (Chiodi, 2012, p.64).

Nesse sentido, concordamos com Chiodi (2012) na defesa da necessidade de que as avaliações psicológicas rumem para uma análise que leve em consideração as múltiplas determinações do comportamento humano e dos fatores constitutivos das funções psicológicas dos sujeitos avaliados. A utilização do método instrumental, pela Psicologia Histórico-Cultural, abre possibilidades para a atuação do profissional psicólogo que objetiva superar as concepções inatistas. Além disso, proporciona recursos para o planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento, por meio da análise dos limites e das possibilidades postas ao desenvolvimento do sujeito avaliado. Tais ações podem inclusive serem decorrentes da compreensão do sujeito, quando o mesmo realiza um teste formal. O que altera é o modo de condução do processo. Não se encerra o trabalho no resultado, mas sim, orienta-se a direção do tratamento a partir da qualidade das produções do sujeito *no teste*.

Nesta mesma direção, o entendimento de Christensen (2001) nos auxilia a defender a possibilidade de uso de testes, mesmo que sejam padronizados, no processo inicial de avaliação, como também propõem Kagan e Saling (1997), e o próprio Luria (1977). O que irá ser diferente, e em amplo aspecto, é a forma de encaminhamento, não rígida, como prevê a Psicometria, mas mediada, com vistas ao cumprimento dos objetivos defendidos pela Psicologia Histórico-Cultural. De acordo com Christensen (2001), a proposta luriana supera as teorias tradicionais e suas aplicabilidades, uma vez que proporciona a avaliação neuropsicológica, justamente esse elemento ausente, nas teorias tradicionais, a saber: a explicação do desenvolvimento do psiquismo.

Christensen (2001) pontua que seus primeiros estudos foram estimulados pela neurocirurgiã Halina Kozniewska, que também teria estudado os métodos de Luria, em Moscou. Desses estudos, surgiu a necessidade de se estruturar a proposta de Luria, de modo que ela se tornasse mais acessível e possível de ser aplicada à investigação neuropsicológica. A autora descreve que o processo prevê a avaliação das funções motoras, acústico-motoras, cutâneas, cinestésicas, visuais, fala, escrita, matemática, memória e inteligência. Tais funções

são avaliadas em referência às características dos sistemas funcionais cerebrais (até porque esse é o princípio de compreensão proposto por Luria).

De acordo com Christensen (2001) o objetivo principal do estudo das funções corticais superiores, nos casos de lesões cerebrais locais, seria o de explicar a síndrome dos transtornos na atividade mental provocados pelo defeito fundamental, ou primário. Como diz Luria (1977), seria o de localizar o sintoma e não a função psicológica, mas sim buscando compreender o prejuízo funcional.

De acordo com Christensen (2001), as mudanças comportamentais observadas em várias lesões cerebrais delimitadas podem ser muito parecidas e, pela observação, podem ser constatadas que alguns transtornos afetam o comportamento geral do paciente e sua atividade perceptiva. Frequentemente não se podiam estabelecer os fatores básicos responsáveis por tais transtornos. Para tal estabelecimento, a autora considera importante a utilização de meios concretos e significativos de avaliação de um sintoma para se chegar à constatação da descrição do defeito e para a diferenciação dos seus fatores subjacentes:

O método de investigação *psicológico experimental* ou o *método psicofisiológico* cobrem os requisitos para um exame por cuja mediação pode demonstrar um defeito com a máxima clareza possível e pode ser analisada com em maior detalhe sua organização. Esses métodos constituem o que a partir de agora denominaremos de *investigação neuropsicológica*, que tem características próprias. Difere dos testes psicométricos especialmente quando se centra no exame qualitativo dos defeitos ao invés de fazer uma avaliação formal e quantitativa. Tampouco está baseada – como estão os testes psicométricos – em uma classificação pré-concebida das ‘funções’, de acordo com certas ideias psicológicas atuais que nem sempre refletem, nem muito menos, as formas que revestem os transtornos dos processos mentais que provocam de fato as lesões cerebrais. No terreno da patologia prática das funções mentais superiores, a análise de síndromes se distingue do enfoque da análise fatorial por estar orientado pela investigação da *organização* dos processos mentais em um sujeito isolado (Christensen, 2001, p.25-26, *destaques da autora*).

Nessa perspectiva, podemos defender que o processo de avaliação neuropsicológica é um processo de análise da particularidade do funcionamento psicológico de um sujeito. A avaliação neuropsicológica é um processo, uma parcela, da investigação clínica do paciente. A avaliação neuropsicológica incluiria uma anamnese exaustiva, a observação detalhada do comportamento do sujeito, a análise dos sintomas neurobiológicos e uma série de exames

objetivos adicionais (otoneurológicos, oftalmoneurológicos, radioscópicos, eletroencefalográficos, bioquímicos) (Christensen, 2001, p.26).

Christensen (2001) explica que, assim como todas as investigações clínicas, um exame neuropsicológico deve estar baseado em ideias claras sobre os possíveis tipos de transtornos, que podem estar presentes em uma lesão cerebral. Além disso, seria precedida por uma conversa com o paciente na qual se investigam aspectos a respeito de seu estado atual, sobre a condição geral e sobre os aspectos concretos da atividade mental do paciente. A partir disso, a investigação neuropsicológica se iniciaria com uma série de provas preliminares. Dentro dessas provas, na primeira etapa, estariam presentes um número relativamente grande de testes que objetivariam revelar diversos aspectos da atividade mental do paciente. A autora pontua, no entanto, que a duração de cada teste/prova, deveria ser curta. Também deveria ser formulado, levando-se em consideração o nível de desenvolvimento do avaliado, em momento anterior à lesão. Nas palavras da autora:

Sua forma deve estar relativamente estandarizada em todos os casos e somente devem incluir temas que estejam ao alcance de qualquer sujeito normal e inclusive relativamente inculto. A complexidade das provas, no entanto, devem variar de um sujeito para outro adaptando-se ao nível pré-mórbido dos pacientes. O objetivo principal desta primeira etapa é descobrir o estado dos analisadores individuais – ótico, auditivo, cinestésico, e motor – e estabelecer os diferentes níveis estruturais dos processos mentais, a nível das reações sensório-motoras diretas, o nível da organização mnemônica da atividade e o nível das operações complexas e mediadas em que as conexões com o sistema da fala desempenham papel preponderante. O transtorno em um ou mais desses processos pode ser resultado direto de uma lesão em uma zona concreta do córtex cerebral (Christensen, 2001, p.27).

Já a segunda etapa de investigação deve focar uma avaliação mais detalhada a respeito do grupo de processos psicológicos, que a partir da primeira avaliação, apresentaram defeitos delimitados:

Deve estruturar-se levando em consideração, em primeiro lugar, os resultados obtidos na primeira parte, e em segundo lugar, os fatos que tem sido obtidos ao longo da própria segunda fase do exame. Esta parte do exame deve ser, portanto, estritamente individualizada, é mais complexa, proporciona resultados mais ricos e exige uma maior flexibilidade por parte do examinador (Christensen, 2001, p.27).

Nessa segunda fase, segundo Christensen (2001) as provas devem ser integradas, de modo que a exploração das formas mais complexas de atividade, as quais podem estar

afetadas de diferentes maneiras a partir de distintas lesões, possam ser entendidas. Nessa etapa, se incluiriam as provas de avaliação da fala repetitiva e espontânea, da escrita, leitura, compreensão de textos e resolução de problemas. Pontuamos ainda que a segunda etapa da avaliação deve ser qualitativa, valendo mais a maneira pela qual o paciente resolve as provas, do que o resultado em si. Christensen (2001) também defende e explica que a preparação das provas deve ser realizada pelo avaliador, levando em consideração as particularidades do caso avaliado. Ou seja, nessa segunda fase há a necessidade de um olhar particular na análise dos casos. No interior do processo avaliativo, portanto, deve-se ter uma atenção à manifestação da universalidade-particularidade-singularidade do sujeito avaliado.

Christensen (2001) explica que, na avaliação, o avaliador deve utilizar de todos os meios possíveis para tornar acessível ao paciente as tarefas que ele deve realizar. Isto é, o experimentador deve realizar mediação. A avaliação neuropsicológica pressupõe um trabalho de mediação frente ao que é solicitado ao paciente.

Christensen (2001) apresenta que dentre os métodos que podem auxiliar na análise dos defeitos, ou seja, das alterações neurodinâmicas, estariam: o tempo do experimento, a sequenciação e o ritmo de apresentação dos estímulos, a qualidade da realização das tarefas, e o olhar ao estado do paciente, seu cansaço, por exemplo. Na avaliação, segundo a autora, o avaliador ainda deve destacar: quais funções encontram-se inalteradas, no paciente; a maneira pela qual o paciente executa a tarefa; e as formas de compensação ou reorganização dos processos psicológicos:

O experimentador deve também buscar elucidar as funções que ficaram intactas, deve determinar que formas residuais de análise e síntese estão sendo utilizadas pelo paciente para executar sua tarefa, como o paciente reconstrói sua atividade perturbada implicando na atividade dos analisadores que ficaram preservados à lesão e como transfere a solução de um problema a um nível em que os processos psíquicos se realizam com uma maior participação do sistema de conexões da fala. O investigador deve ser variável e flexível no exame, e devemos, portanto, desencorajar as técnicas estáticas estandarizadas. Somente se forem cumpridos tais requisitos – os quais exigem profundo conhecimento e experiência – o exame clínico-psicológico será efetivo (Christensen, 2001, p.28).

Christensen (2001), ainda explica que a terceira etapa, e última, seria a formulação de uma conclusão psicológica clínica, sendo esta, baseada nos resultados obtidos e em uma análise comparativa. Nela:

Deve identificar-se o defeito fundamental e devemos descrever como se manifesta este defeito nas diversas formas de atividade mental, bem como indicar, na medida do possível, o fator patopsicológico subjacente ao defeito. Uma análise completa e exaustiva pode servir, em momento posterior, de base para a atribuição a uma possível lesão local, a responsabilidade dos fenômenos observados e somente então, podemos começar a distinguir a importância relativa aos fatores cerebrais gerais que estão mais ou menos, associados com as lesões cerebrais locais do cérebro (Christensen, 2001, p.28).

De acordo com Christensen (2001), com a reunião dessas informações e com sua posterior análise, se obtém uma forma importante de conclusão, que consiste em um componente referente à avaliação clínica e à análise neuropsicológica dos pacientes com lesões cerebrais locais. Com esse instrumental, para além da obtenção de informações sobre o diagnóstico típico de uma lesão cerebral local, se consegue informações a respeito da natureza patofisiológica dos transtornos. Para a autora, este último elemento seria de grande importância para o futuro das pesquisas e trabalhos clínicos.

No processo de avaliação específica, Christensen (2001)³² destaca a necessidade de se avaliar:

- A dominância cerebral;
- As funções motoras, verbais e de linguagem;
- A percepção e reprodução de tonalidades (funções visuais);
- A percepção e reprodução de estruturas rítmicas (funções auditivas);
- As funções cutâneas e cinestésicas (capacidades musculares e articatórias);
- Estereognosia (identificação de formas de objetos);
- Funções visuais superiores: percepção de objetos e desenhos; orientação espacial; operações intelectuais no espaço;
- Linguagem receptiva (audição fonêmica; compreensão de palavras; compreensão de frases simples; compreensão de estruturas lógico-gramaticais);
- Linguagem expressiva (articulação de sons da fala; linguagem repetitiva; função nominativa da fala; fala narrativa);
- Leitura e escrita (análise e síntese fonética de palavras; escrita; leitura);

³² Nosso objetivo inicial era o de apresentar os passos de cada um desses processos, o que não foi possível frente ao limite temporal da pesquisa. Para aprofundamentos, sugerimos a obra: “El diagnóstico neuropsicológico de Luria: pruebas de exploración, conducta del paciente y localización cerebral de los transtornos neuropsicológicos en una síntesis práctica” (Christensen, 2001).

- Capacidade aritmética; compreensão da estrutura do número; operações aritméticas;
- Memória; e,
- Processos intelectuais.

Assinalamos, por fim, que o projeto de avaliação neuropsicológica luriano possui uma especificidade muito clara, a saber, avaliação das perdas funcionais acarretadas por lesão. Não dá pra generalizarmos isso para a compreensão do psiquismo e sua avaliação em casos em que não ocorra lesão, de maneira linear. Pois não podemos incorrer em um erro epistemológico, que a própria Psicologia Histórico-Cultural nos alerta em não realizar: a transposição de um estudo específico para outro campo, a compreensão do normal a partir do patológico.

Apesar desse destaque, consideramos que a forma de encaminhamento utilizada por Luria pode contribuir para os processos investigativos em avaliação psicológica. Sobretudo pela articulação das esferas teórica e prática. Ou seja, pelo entendimento da maneira pela qual as funções psicológicas são constituídas, pela inserção do sujeito na cultura e pelas possibilidades que a educação oferece ao seu desenvolvimento. Também pela especificidade do trabalho do psicólogo: o de gerar o maior desenvolvimento possível aos sujeitos, pela atuação de forma mediada com os construtos socioculturais, instrumentos e signos.

Nesse sentido, destacamos a dificuldade em abordar cada um dos instrumentos, uma vez que são planejados de acordo com o defeito e a lesão do sujeito. Para trabalharmos essa especificação deveríamos fazer um recorte e entender a especificidade de uma avaliação frente à determinado caso e lesão, o que abre possibilidades para novas investigações. Apesar desse aspecto, apresentamos uma concepção geral e teórica acerca dos instrumentos utilizados, bem como destacamos a importância da mediação, do avaliador no processo, com vistas já ao cumprimento do objetivo de desenvolvimento do paciente.

SEÇÃO III

OS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS QUE UTILIZAM A AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DE LURIA: SEUS EMPREGOS E CONTROVÉRSIAS

Nesta seção serão trabalhados os usos contemporâneos da proposta de avaliação neuropsicológica construída por Luria. Buscaremos a princípio debater os pontos congruentes e divergentes entre os estudos que utilizam a metodologia de avaliação luriana, com os próprios princípios metodológicos presentes e defendidos pelo autor.

A seguir serão pensados os limites e possibilidades do uso de padronizações das provas lurianas. Tal reflexão será feita a partir de análise de estudos contemporâneos que discutem avaliação neuropsicológica e que empregam metodologias a princípio referentes a Luria. É necessário destacar que os autores dos estudos analisados apenas tomam as provas lurianas apartadas da teoria sobre o funcionamento cerebral proposta pelo autor.

Por fim, buscaremos apresentar as implicações práticas e epistemológicas de práticas avaliativas que enfatizam apenas a medição psicométrica e não atentam para as informações qualitativas que surgem em um processo de avaliação neuropsicológica. Analisamos que quando não se considera a teoria sobre o funcionamento cerebral defendida por Luria (1970; 1977; 1979; 1981) no processo de avaliação neuropsicológica, se incorre no erro de utilização somente das provas, padronizações de seu instrumental metodológico, sendo a análise do processo pautada em outro referencial.

3.1 As adaptações e padronizações realizadas das provas neuropsicológicas lurianas

Pretendemos, neste tópico, apresentar os estudos que empreenderam adaptações e padronizações das provas neuropsicológicas lurianas. Antes disso, será retomado, brevemente, a proposta de avaliação neuropsicológica de Luria³³.

Segundo Kagan e Saling (1997)³⁴ a abordagem de Luria, em relação ao processo de avaliação neuropsicológica, seria resultado do entendimento do autor sobre a organização das funções mentais superiores. O que permite perceber o entrelaçamento ou a *práxis* existente entre teoria e prática, entre teoria e atuação profissional. Vale pontuar, também, que Luria

³³ Tal proposta está especificamente trabalhada, a partir dos pressupostos teóricos lurianos primários, na seção II.

³⁴ O uso dessa referência se deu pelo fato dos autores elucidarem passos sistematizados que são contidos nos textos de Luria.

(1970) entendia ser necessária, para além da avaliação das funções psicológicas, uma avaliação que estivesse respaldada por uma teoria explicativa do desenvolvimento psicológico humano. Sendo assim, Luria, ao se fundamentar na epistemologia marxista, que pressupõe a indissociabilidade entre teoria e prática (Luria, 1992; Tuleski, 2011), faz uso dessa forma de pensamento dialético, na construção de seu trabalho clínico, seja ele avaliativo ou interventivo.

A compreensão do funcionamento cerebral afetado por uma lesão, somente seria possível, para Luria (1977), por meio da identificação do transtorno gerado e apresentado pelo paciente. O autor explica que, pelo funcionamento cerebral possuir caráter complexo, todo o sistema poderia ser afetado por uma lesão, mesmo que ela fosse específica a uma região cerebral:

As funções psíquicas superiores podem ser perturbadas com lesão de uma das muitas ligações do sistema funcional; contudo, *ao ser lesionada uma distinta ligação, tais funções se afetam de modo diferenciado*. Para nós, a tarefa principal da patologia funcional das lesões focais do cérebro consiste em analisar o modo como se alteram precisamente as funções psíquicas superiores nas distintas localizações das lesões cerebrais (Luria, 1977, p.86, *destaques do autor*).

Para que esse objetivo seja alcançado, o autor nos coloca alguns encaminhamentos. Nessa direção, o autor explicita algumas estratégias para o entendimento da relação existente entre o dano acarretado por uma lesão (defeito primário) e a sintomatologia apresentada pelo paciente (danos secundários) (Luria, 1977). Neste sentido, segundo o autor, uma avaliação neuropsicológica envolveria dois estágios e uma ação final, decorrentes das primeiras constatações. No **estágio preliminar**, seriam investigadas a história de vida do paciente e feita uma formulação de hipóteses referentes à natureza do problema e à localização da lesão, sendo utilizada nela uma série de testes preliminares. Num **segundo estágio**, mais aprofundado e particularizado a cada paciente, o avaliador selecionaria áreas, assim como determinadas funções mentais para serem alvo da avaliação (Luria, 1977). Frente a essas constatações, ou refutações das hipóteses explicativas, para a explicação da perda funcional, já seriam realizadas ações interventivas, na tentativa de recuperação da capacidade do sujeito agir no mundo. Pontua-se que o objetivo da avaliação neuropsicológica luriana seria ir além do que se observa no sujeito, ou seja, não se centra no defeito apresentado, mas sim no máximo desenvolvimento psicológico possível de ser alcançado com mediação. O autor chega a utilizar o conceito de “educação experimental” (Luria, 1977, p.390), para que, no interior do processo, a avaliação já pressuponha intervenção com fins à reabilitação do paciente, e

destaca que nessa etapa final, que pode ser colocada como um **terceiro estágio** deve ser presente uma construção das conclusões diagnósticas ou neuropsicológicas do caso, com vistas ao desenvolvimento das funções psicológicas no paciente.

Com relação à série de testes que compõem avaliação do caso, o autor explica que:

[...] O neuropsicólogo (ou o psicofisiólogo), que se dirige ao paciente com a tarefa de diagnosticar não sabe que processo ou que aspecto da atividade psíquica do paciente será central para suas investigações futuras. Deve, em primeiro lugar orientar-se nas peculiaridades dos processos psíquicos do paciente; destacar, como resultado da investigação orientadora, as mudanças que são essenciais e submeter essas mudanças sistemáticas a um estudo posterior (Luria, 1977, p.382).

Destacamos que, na concepção de Luria (1977), esses testes seriam *relativamente* padronizados. O processo deveria contar com uma quantidade de testes suficientes para o exame dos diferentes analisadores³⁵ e dos níveis de processos psíquicos. Além disso, Luria entenderia que tais testes deveriam graduar em complexidade sendo tal progressão, decorrente do estado psicológico apresentado pelo paciente, nos momentos de encaminhamento e avaliação.

Com relação ao segundo estágio, Luria (1977) expõe que:

O que temos dito nos leva a formulação da seguinte exigência, que se refere não apenas a eleição dos métodos adequados de investigação, mas também *ao modo de realizar o experimento e de analisar o material obtido*. A investigação psicológica deve-se interessar não tanto pelos resultados das tarefas solicitadas, mas também *pelas peculiaridades de seu processo de solução*. Em outras palavras, exige uma análise qualitativa e cuidadosa da atividade do paciente, que coloque em descoberto suas dificuldades e erros (Luria, 1977, p.386).

Importante destacar que, tal processo ser secundário, é apenas em relação à ordem de realização do processo e não de grau de importância, uma vez que ambos os processos são indispensáveis à avaliação e um não se realiza sem o respaldo do outro (Luria, 1977, 1981).

De acordo com Luria (1977), e também pelo que discutem Kagan e Saling (1997), durante a primeira parte da investigação proposta, o avaliador objetivaria coletar evidências que comprovassem a perda funcional primária decorrente do dano primário da região lesionada, ressaltando a não participação de outras áreas cerebrais intactas, em função da

³⁵ Analisadores diz referência aos processos mentais envolvidos na captação do estímulo, análise, planejamento, formulação de respostas e resposta, ou seja, as sinapses do processo (Kagan e Saling, 1997).

preservação de algumas habilidades notadas no paciente. A proposta de avaliação neuropsicológica luriana poderia ser também entendida como um processo de exclusão ou descarte de hipóteses, ou dos motivos levantados como agentes causadores dos danos cerebrais:

Esta conversa inicial possui um duplo propósito. Por um lado, permite ao investigador formar uma ideia geral do estado de consciência do paciente, do nível e das peculiaridades de sua personalidade, da atitude frente si mesmo e situação a que se encontra. Por outra parte, possibilita e permite esclarecer as queixas fundamentais do enfermo e detectar o círculo de fenômenos patológicos que podem ter significado topográfico e devem ser estudados minuciosamente. É comum que as hipóteses fundamentais do caráter, e as vezes da localização da enfermidade, se formem no investigador durante o interrogatório prévio do paciente, e o resto da investigação deve verificar, alterar ou rechaçar essas hipóteses (Luria, 1977, p.382).

Luria (1977) expõe que esse princípio, de operar por exclusão, pode ser difícil de ser realizado, principalmente por iniciantes, uma vez que exige experiência clínica do avaliador. A proposta luriana traria muitos elementos, e a necessidade de descartar algumas informações estaria justamente no intuito de se precisar o dano primário acarretado pela lesão. Talvez este seja um dos elementos que fizeram com que a proposta de Luria fosse transformada na própria crítica que o autor realizou aos processos de avaliação psicológica, tradicionais, como será exposto adiante. Destacamos que tal forma de trabalho exige tempo e dedicação do avaliador, tanto para a análise clínica criteriosa que respaldará a seleção de provas, quanto para observação dos indícios ou sintomas que podem ser reunidos em um núcleo comum denominado de síndrome. Nesse sentido, o processo de avaliação neuropsicológica consiste em uma investigação clínica (Luria, 1977; 1981; 1992).

Por isso, entendemos que o objetivo da abordagem luriana está na qualidade do processo e não na quantidade de informações obtidas a partir da avaliação:

Nossa interpretação dos transtornos das funções psíquicas superiores, nos casos de lesões focais no cérebro, conduz a uma *segunda conclusão* que tem importância metodológica fundamental. Devemos reconhecer a necessidade, não apenas de constatar, mas também de *qualificar* o sintoma observado, ou seja, caracterizar a *estrutura dos sintomas presentes* (Luria, 1977, p.90, *destaques do autor*).

Novamente, verificamos que Luria não descarta a 'leitura' do caso, que pode ser realizada por testes quantitativos. Ou seja, não se descarta a constatação do que é presente no sujeito. Porém, não se interrompe a análise aí. Vai-se além. No processo de avaliação

neuropsicológico luriano deve estar presente o uso particular de uma construção de testes para cada caso a ser realizado. Sendo que a ênfase encontra-se no *processo* e não no *resultado*. Ou seja, o foco do trabalho avaliativo está na qualidade da resposta produzida pelo testando e não na quantidade psicométrica, resultado, ou escore, por ele alcançado no teste.

Luria defende que a abordagem que prioriza os resultados dos testes ou, em sua conceituação, a abordagem estatística do processo, não cabe a uma investigação neuropsicológica, como pode ser verificado na seguinte citação: “a via estatística está excluída das investigações neuropsicológicas” (Luria, 1977, p.388). Contemporaneamente, o que valida uma avaliação psicológica e/ou neuropsicológica seria justamente esse tópico, que Luria (1977) refuta. Nesse sentido, uma questão poderia ser destacada: o que então atribuiria validade a esse processo? Tal resposta encontra-se nas explicações do próprio autor. Vejamos:

A confiabilidade necessária nas investigações neuropsicológicas se alcança por outros meios: pela via da análise comparativa de um grupo de provas homogêneas localizando nelas *traços comuns* que cabem em uma mesma síndrome. Por isso, o caminho para a obtenção de resultados confiáveis será uma *análise sindrômica* (Luria, 1977, p.389).

Portanto, podemos entender que a confiabilidade de uma análise neuropsicológica estaria na obtenção de dados para a análise de síndrome, ou seja, para a qualidade do processo. O que nos permite novamente enfatizar a necessidade de que o processo de avaliação neuropsicológica seja realizado a partir de uma avaliação clínica. E resgatar a necessidade que o investigador conheça as características das síndromes e possua experiência clínica. Explicitamos que Luria (1992) fazia um extenso trabalho de formação clínica com seus alunos, em que estes acompanhavam os processos de diagnóstico e reabilitação dos pacientes tratados por Luria. Dessa maneira, o trabalho clínico proposto pelo autor se caracteriza como um trabalho multidisciplinar com vistas à reabilitação.

Uma vez compreendida, basicamente, qual é a proposta de avaliação neuropsicológica luriana, passaremos a expor duas padronizações da bateria de testes de Luria que têm estado presentes nos processos de avaliação neuropsicológicos atuais. A partir da pesquisa feita, pudemos constatar a existência de dois materiais de testagem disponíveis, embasados no trabalho de Luria.

Essas duas padronizações, de Anne L. Christensen (1974; 1975) e de Luria-Nebraska, foram encontradas tanto pela explicação realizada por Kagan e Saling (1997), quanto pelos

achados atuais de artigos que retratam processos de avaliação neuropsicológicos a partir de Luria³⁶.

Primeiramente, exporemos a consistência do material de testagem neuropsicológica embasado em Luria e elaborado por Anne L. Christensen³⁷. Segundo Kagan e Saling (1997), este trabalho seria uma formalização dos pressupostos idealizados e construídos por Luria em *Higher Cortical Functions in Man*. De acordo com os autores, Luria teria dito a Christensen que o trabalho realizado por ela teria sido uma ‘vulgarização’ de sua teoria, porém, disse também que sempre quis que alguém fizesse o que Christensen fez. Neste sentido, os autores entendem que:

Sendo assim, o próprio Luria reconheceu a necessidade de uma formulação mais acessível de sua abordagem à testagem, a despeito do fato de que isso não era inteiramente consistente com o procedimento flexível e individualmente orientado que ele tão fortemente defendeu. [...] Deveria enfatizar-se neste ponto que o trabalho de Christensen representa uma tentativa de *formulação* ao invés de *padronização* da abordagem de Luria. A investigação não é apresentada como um teste psicométrico por meio do qual respostas são classificadas e procedimentos rígidos de administração são estatizados. A Investigação Neuropsicológica de Luria (LNI) pode e deveria ser usada flexivelmente e adaptada às necessidades do paciente e da situação (Kagan; Saling, 1997, p.52, *destaques dos autores*).

Neste sentido, podemos entender que apesar da proposta de Christensen representar um início de padronização da abordagem de Luria, também pode ser considerada como uma tentativa de sistematização do pensamento do autor. O importante de ser assinalado é que a abordagem de Christensen possui o pressuposto de sua aplicação ser flexível e adaptada às necessidades dos pacientes. O que difere de outra proposta a nós acessível e que será apresentada a seguir.

Kagan e Saling (1997) apresentam outra forma de sistematização do pensamento de Luria, que adquiriu o caráter de padronização dos mesmos. De acordo com os autores, a bateria de testes neuropsicológicos Luria-Nebraska foi uma tentativa de Golden, Hammeke e Purisch (1980)³⁸ de superar o problema da padronização e, de algum modo, conformar-se com as exigências da Psicometria. O que, em nossa análise, acaba por recair no próprio princípio

³⁶ Tais artigos serão trabalhados na seção 3.2.

³⁷ 1974: Luria’s neuropsychological investigation: text; 1975: Luria’s neuropsychological investigation: manual.

³⁸ *The Luria-Nebraska Neuropsychological Battery – LNNB*.

criticado por Luria (1970; 1977; 1979; 1981), na elaboração de seu pensamento teórico. Isso teria gerado uma incompatibilidade entre tal padronização com os pressupostos epistemológicos adotados por Luria. Fato este que seria respaldado pelo próprio autor, como pode ser visto a seguir:

Para estabelecer com mais acerto em que consistem precisamente os defeitos que dificultam a realização de uma determinada tarefa e destacar com maior clareza o fator que fundamenta tal dificuldade, é necessário não se limitar a realização estandarizada do experimento correspondente, mas introduzir nele uma série de mudanças dinâmicas que surgem no curso da investigação e que permitem estudar tanto as condições em que a execução da tarefa se dificulta, quanto as condições em que o defeito observado se compensa. Este caráter dinâmico estrutural de uma investigação, complexa em grande medida na sua realização, exige considerável variabilidade e mobilidade, e **obriga a renunciar totalmente o emprego estandarizado e estatístico da metodologia do experimento psicológico** (Luria, 1977, p.386, *negritos nossos*).

Neste sentido, entendemos que a prática de classificar os resultados em escores, seria incompatível com a abordagem de avaliação neuropsicológica de Luria. Até mesmo pelo fato de que o autor defendia as análises e encaminhamentos clínicos realizados pelo princípio da qualidade e não no escore obtido pelo paciente no teste, princípio da quantidade:

Não é possível usar a abordagem de Luria corretamente sem entender o princípio que está por trás dela, mas isso deve ser levado em consideração *durante* a testagem e a análise. Pode ser necessário mudar a estratégia de administração a fim de descobrir o verdadeiro defeito primário ou fundamental. A habilidade do clínico de desconsiderar sintomas que não ajudam a estabelecer o modo específico no qual a função mental foi perturbada é mais importante [...] (Kagan; Saling, 1997, p.53, *destaques dos autores*).

Entendemos que esse procedimento, do princípio que rege a aplicação e análise de um teste ou avaliação, possui relação com a teoria vigotskiana e com o que Vigotski (2004b) nos explica em relação ao método instrumental. Ou seja, o avaliador, durante a aplicação, tem que se envolver com o testando para além da própria avaliação. Há que se considerar o desenvolvimento do sujeito avaliado, no teste, em processo. Além disso, também se destaca a importância de realizar mediação ou intervenções planejadas, de modo que novos dados possam ser coletados a respeito do desenvolvimento do sujeito avaliado, bem como conhecer o que se encontra na zona de desenvolvimento real e na zona de desenvolvimento proximal do paciente.

Kagan e Saling (1997) trazem a informação de que atualmente temos disponíveis exames por imagens (tomografia computadorizada, imagiologia por ressonância magnética, e tomografia por emissão de *pósitron* - PET), que auxiliam na construção da relação dos achados clínicos acerca do dano primário e as regiões específicas lesionadas. O que constituiria um avanço na avaliação neuropsicológica. Pontuamos que Luria (1977) já alertava a esse respeito, embora os avanços tecnológicos atuais tenham superado as condições presentes no momento em que o autor produziu sua teoria.

Apesar de concordarmos com os avanços atuais, não podemos deixar de levar em consideração, ainda, a necessidade de se diferenciar os danos primários dos efeitos secundários, ou perdas funcionais, decorrentes da lesão, sendo que este fato necessariamente passa por um exame e análise clínicos (Luria, 1977). Não basta descrever, ou alcançar a região cerebral afetada, o que é possível por exames imagéticos. Temos que ir além da análise e trabalho clínico, ou seja, destacar, conhecer e trabalhar a perda funcional. Tal perda não aparece em exames imagéticos, pois remete-nos à ordem funcional e não de organização cerebral, daí a necessidade de serem realizados avanços na avaliação neuropsicológica e nos trabalhos de reabilitação clínicos.

Consideramos que um exame imagético demonstra a área cerebral afetada por lesões, porém não nos esclarece a organização funcional do cérebro, uma vez que esta é constituída pela relação interpsicológica que o sujeito estabelece com o mundo. Para Vigotski e Luria (1996), o psiquismo humano se estrutura a partir da apropriação cultural. Nesse sentido, os sistemas cerebrais se organizam funcionalmente a partir de fora, por meio do princípio denominado pelos autores de *princípio extracortical*. Este pressupõe que as funções psicológicas não são inatas ao sujeito, mas sim se desenvolvem na infância e ao longo da vida, pela internalização cultural, que se processa na relação que uma criança (e também adultos) estabelece com os adultos (outros humanos com maiores níveis de desenvolvimento), que lhe apresentam a cultura e a vida humana. Logo, a funcionalidade cerebral, de determinado sujeito, é diretamente dependente deste nível de desenvolvimento alcançado por ele, em momentos anteriores à lesão. Este princípio, inicialmente proposto por Vigotski, serve de base para a teoria neuropsicológica luriana.

Dessa maneira, entendemos que a organização funcional cerebral requer, para sua compreensão, uma avaliação qualitativa. Esta pressupõe a consideração da própria constituição do psiquismo de determinado sujeito, impossível de ser representada apenas em um exame imagético ou tabulada em um escore resultante de uma avaliação psicométrica.

Em continuidade à análise das formulações do pensamento luriano, em relação ao processo de avaliação neuropsicológica, Kagan e Saling (1997) explicam que a abordagem psicométrica, a qual embasa a padronização da bateria de testes de Luria-Nebraska, não é compatível com os princípios de Luria e, portanto, sugerem uma abordagem à organização e avaliação de dados qualitativos decorrentes da metodologia clínica original de Luria. Os autores desenvolvem essa metodologia a partir de sua relação com a formalização de Christensen, que segundo eles seria: “[...] a apresentação mais acessível do exame neuropsicológico de Luria.” (Kagan; Saling, 1997, p.54).

Kagan e Saling (1997) expõem que o primeiro estágio da abordagem desenvolvida por eles consiste na organização de dados em um gráfico. Tal gráfico teria o objetivo de descrever o quadro de sintomas observados no paciente e contempla com os seguintes itens: **funcionamento motor das mãos, práxis oral, regulação motora do ato da fala, altura e ritmo, sensações cutâneas, sensação de músculos e articulações, estereognose, percepção visual, orientação espacial correta, operações intelectuais no espaço, audição fonêmica, compreensão de palavras, compreensão de sentenças simples, compreensão de estruturas lógico-gramaticais, articulação de sons da fala, fala repetida, função nominativa da fala, fala narrativa, análise e síntese fonética, escrita, leitura, compreensão de estrutura de números e operações aritméticas, processo de aprendizagem, retenção e recuperação, memorização lógica, entendimento de figuras e textos temáticos, formação de conceito, atividade intelectual discursiva, e finalmente, tendências gerais ou recorrentes** (p.56-57). Entendemos que essa forma de encaminhamento do processo de avaliação neuropsicológica já estava posto em Luria (1977), tendo sido trabalhada, por nós, na seção anterior. Destacamos ainda que Kagan e Saling (1997) apresentam-nos possibilidades próximas ao trabalho realizado por Luria, e em função deste fato, resgatam aspectos defendidos pelo autor, no século passado.

Kagan e Saling (1997) dão destaque ao fato de que a história de vida completa e o caso do paciente são essenciais ao processo de avaliação. Assinalamos que, quando compreendemos a teoria de Luria, em relação à Psicologia Histórico-Cultural, falar em conhecer a história de vida do paciente é falar em avaliar os processos de apropriação cultural, familiar e escolar desta pessoa. Ou seja, é compreender o próprio processo de organização extracortical das funções mentais, pela via da apropriação cultural (Vigotski; Luria, 1996).

Segundo Kagan e Saling (1997), uma vez que os dados estejam sistematizados, seria importante a realização de uma busca pelo problema primário relacionado intimamente à localização da lesão. Os autores utilizam os mesmos itens pontuados acima, nessa etapa. A

diferença é que acrescentam as regiões cerebrais, com suas zonas (primária, secundária e terciária) e vão assinalando os itens em relação às regiões. Podemos considerar que tal processo seria como que um levantamento de hipóteses, a serem analisadas, para posterior descarte das que não procedem com a realidade do paciente, até o momento em que se verifica e confirma a existência do dano funcional acarretado.

Os autores assinalam, ainda, a necessidade de avaliação da integralidade dos processos mentais, mesmo que os mesmos não sejam diretamente ligados aos processos aos quais se quer avaliar. Segundo Kagan e Saling (1997), essa forma de avaliação, referente às concepções lurianas, é importante para o alcance da diferenciação existente entre os danos primários e os danos secundários acarretados pela lesão. De acordo com os autores, esse pressuposto encontraria respaldo na conceituação de Luria de “qualificação do sintoma” (Kagan; Saling, 1997, p.58). Para isso, os autores sugerem a documentação dos processos lógico-dedutivos do examinador que o fizeram a interpretar a presença dos sintomas observados. Isto é, o registro das hipóteses que o avaliador levanta a respeito do caso, durante o processo.

De acordo com Kagan e Saling (1997), pode ser que apareçam sintomas que claramente definam a existência de um problema primário particular. Em outros casos, tal indicação, seria como uma possível relação entre a perda funcional e o dano gerado à região. Com relação a esse processo de construção da análise ou interpretação dos dados, podemos entender que:

O padrão geral de indicadores é considerado para chegar a uma decisão sobre o problema ou problemas primários. Às vezes, a decisão é inequívoca, por exemplo, quando há indicações definidas e nenhuma contra-indicação. O processo de decisão, no entanto, é frequentemente mais complicado, por exemplo, quando há tanto indicações como contra-indicações de um problema particular. Em tais exemplos, a decisão envolve pesar a importância das características indicativas e contra-indicativas (Kagan; Saling, 1997, p.58-61).

De acordo com Kagan e Saling (1997), a avaliação de funções superiores muitas vezes não é possível devido à desorganização de funções de nível inferior. E este fato se justifica pelo entendimento teórico a respeito da organização hierárquica das zonas corticais, ou seja, pelo entendimento do funcionamento cerebral proposto por Luria (1977). Apesar dessa dificuldade, os autores sinalizam ser possível a avaliação das funções psicológicas complexas.

Este aspecto é interessante e nele fica evidente a relação entre a teoria explicativa do funcionamento psíquico e a prática de avaliação neuropsicológica, uma vez que a teoria

luriana explicita o funcionamento em concerto do órgão cerebral, no qual uma zona específica é dependente de interconexões a ela relacionadas (Luria, 1977). Tal explicação deve ser levada em consideração na prática de avaliação, quando se pretende superar os procedimentos tradicionais que encerram sua análise na descrição e não explicação, na quantidade de acertos e não na qualidade das respostas, do que foi observado no paciente.

Segundo Kagan e Saling (1997), quando a preocupação da avaliação neuropsicológica é formar uma base para a terapia, os testes psicométricos errariam o alvo. E isto porque eles contribuiriam apenas com a oferta do aspecto quantitativo, nada acrescentando ao processo de reabilitação: “Uma avaliação neuropsicológica orientada ao processo, centrada no paciente, fala mais efetivamente a esforços de reabilitação prescritivos do que a uma abordagem à ‘bateria fixa’ orientada ao desempenho.” (Kagan; Saling, 1997, p.62). Vemos novamente a relação entre teoria e prática clínica, avaliação e reabilitação. São processos indissociáveis.

A partir do que foi exposto, pudemos verificar que a avaliação neuropsicológica de Luria pressupõe a seleção individual de testes para cada caso a ser avaliado, ou então uma avaliação norteada pelo conceito de *padronização relativa*. Tal conceito nos passa a ideia de que a utilização de testes é possível. O equívoco epistemológico seria estipular um padrão normal de respostas universal, a partir do qual todo paciente seria comparado, como ocorre nas avaliações tradicionais e psicométricas.

Pontua-se que, para compreender esse conceito, é necessário entender o conceito de *relatividade* para o Materialismo Histórico-Dialético, no qual, existe um grau de relatividade, porém não se descarta a existência da realidade concreta. A partir deste princípio, entende-se que a *relatividade* é sempre uma *relatividade histórica*. Caso esse entendimento não seja efetuado, corremos o risco de sermos mal interpretados.

Segundo Martins (2006), os aspectos quantitativos e qualitativos compõem elementos de uma mesma análise, quando se considera a metodologia marxista. Sendo assim, ambos os processos são importantes para o conhecimento e encaminhamento de um fenômeno: “Consideramos que, por detrás das dicotomias quantitativo x qualitativo, subjetividade x objetividade, indução x dedução e outras, esconde-se um sério questionamento acerca da própria possibilidade de construção do conhecimento racional e objetivo da realidade humana em sua complexidade” (p. 8).

Além deste fato, destacamos que um processo de avaliação neuropsicológico, que pretende ter relação com os princípios epistemológicos lurianos, deve conter ainda, em seu processo de aplicação, a possibilidade de mediação. Nesse sentido, em uma avaliação neuropsicológica, o avaliador pode utilizar de processos que remetam ao método instrumental,

proposto por Vigotski (2004b), visto que, a avaliação neuropsicológica se trata de um momento de confirmação ou de descarte de hipóteses clínicas, logo, tais hipóteses deverão ser exploradas.

Para tal exploração, consideramos que o método instrumental (Vigotski, 2004b) possibilita uma riqueza e amplificação das práticas de avaliação. Além desse fato, o método instrumental propicia que algumas funções sejam trabalhadas ainda no processo de avaliação, o que vai de acordo com a proposta de Luria (1981) referente à indissociabilidade entre os processos de avaliação e reabilitação neuropsicológicos.

3.2 Os limites e possibilidades de utilização das padronizações das provas lurianas

A partir dos aspectos postulados no item acima, sobre as padronizações da proposta de Luria, mais especificamente as de Anne L. Christensen e a Bateria de Testes Luria Nebraska, iremos, nessa seção, apresentar os limites e as possibilidades de utilização das mesmas em um processo de avaliação neuropsicológica. Esta discussão será realizada por meio da análise de como estão sendo empregados tais instrumentais, conforme exposto em publicações que tratam do tema sobre avaliação neuropsicológica na atualidade.

Para o cumprimento de tal objetivo, realizamos um levantamento de artigos nos indexadores da BVS-Psi e Bireme, a partir das seguintes palavras-chave: Avaliação Neuropsicológica *and* Luria. Foram encontrados dez artigos nos seguintes índices: LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde; e MEDLINE – Literatura Internacional em Ciências da Saúde. Tais indexadores foram escolhidos pelo fato de serem referência nas literaturas de Psicologia e ciências da Saúde. Destes dez artigos encontrados, nove puderam ser recuperados pelo sistema COMUT e serão analisados a partir deste momento.

Os artigos foram lidos e analisados integralmente. Nossa análise se realizou por meio do levantamento de categorias ou temas comuns, presentes em tais artigos: **temas dos artigos analisados; relação entre os processos de avaliação e reabilitação neuropsicológicos; delimitação de fundamentação teórica; utilização da referência de Luria nas exposições; encaminhamentos dos dados obtidos a partir do processo de avaliação neuropsicológica; especificação dos instrumentais utilizados no processo de avaliação neuropsicológica; uso de propostas padronizadas que remetem ao fundamento luriano; e análise do histórico clínico do paciente.**

A escolha de tais categorias se deu em função de nossa consideração de que a mesma contribuiria para a identificação dos aspectos convergentes e divergentes entre o que tem sido apresentado nas discussões científicas referentes à avaliação neuropsicológica e o que temos discutido em nossa investigação da proposta de trabalho avaliativo e encaminhamentos de reabilitação em Luria (1970; 1977; 1979). Além disso, também assinalamos que tal organização nos permite uma visualização dos limites e possibilidades de tais proposições e seus usos. Os artigos, bem como suas referências encontram-se listados abaixo (Tabela 1). Os resultados do levantamento serão apresentados na sequência:

1 – A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da Psicologia comportamental. O artigo traça uma relação entre a avaliação neuropsicológica e o processo de reabilitação. É importante assinalar que as autoras trabalham com técnicas flexíveis de avaliação e de reabilitação, de autoria de Pontes e Hübner (2008);

2 – Amnésia retrógrada funcional grave: relato de caso, de autoria de Neves et al (2008);

3 – Impacto do nascimento pré-termo e com baixo peso na cognição, comportamento e aprendizagem de escolares, de autoria de Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011);

4 – Hemiparesia congênita: avaliação neuropsicológica complementar utilizando o computador, de autoria de Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993);

5 – MRI and cognitive patterns in relapsing-remitting multiple sclerosis, de autoria de Pungnetti et al (1993);

6 – Avaliação neuropsicológica em grupos gêmeares, de autoria de Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001);

7 – Effects of headaches during neuropsychological testing of mild head injury patients, de autoria de Tsushima e Newbill (1996);

8 – Evaluation of the Diagnostic validity of the Luria-Nebraska Neuropsychological Battery Form II, de autoria de Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991);

9 – Psychomotor disturbances in psychiatric patients as a possible basis for new attempts at differential diagnosis and therapy, de autoria de Günther et al (1992).

Além desses trabalhos, durante a busca, foi encontrado o artigo intitulado “Neuropsychological findings in frontal lobe dementia”, de autoria de Elfgren, C. Passant, U. Risberg, J. (1993), porém, não foi possível ser analisado, pelo fato de não se ter acesso ao mesmo na íntegra, nem pelo sistema COMUT.

Tabela 1 – Artigos analisados

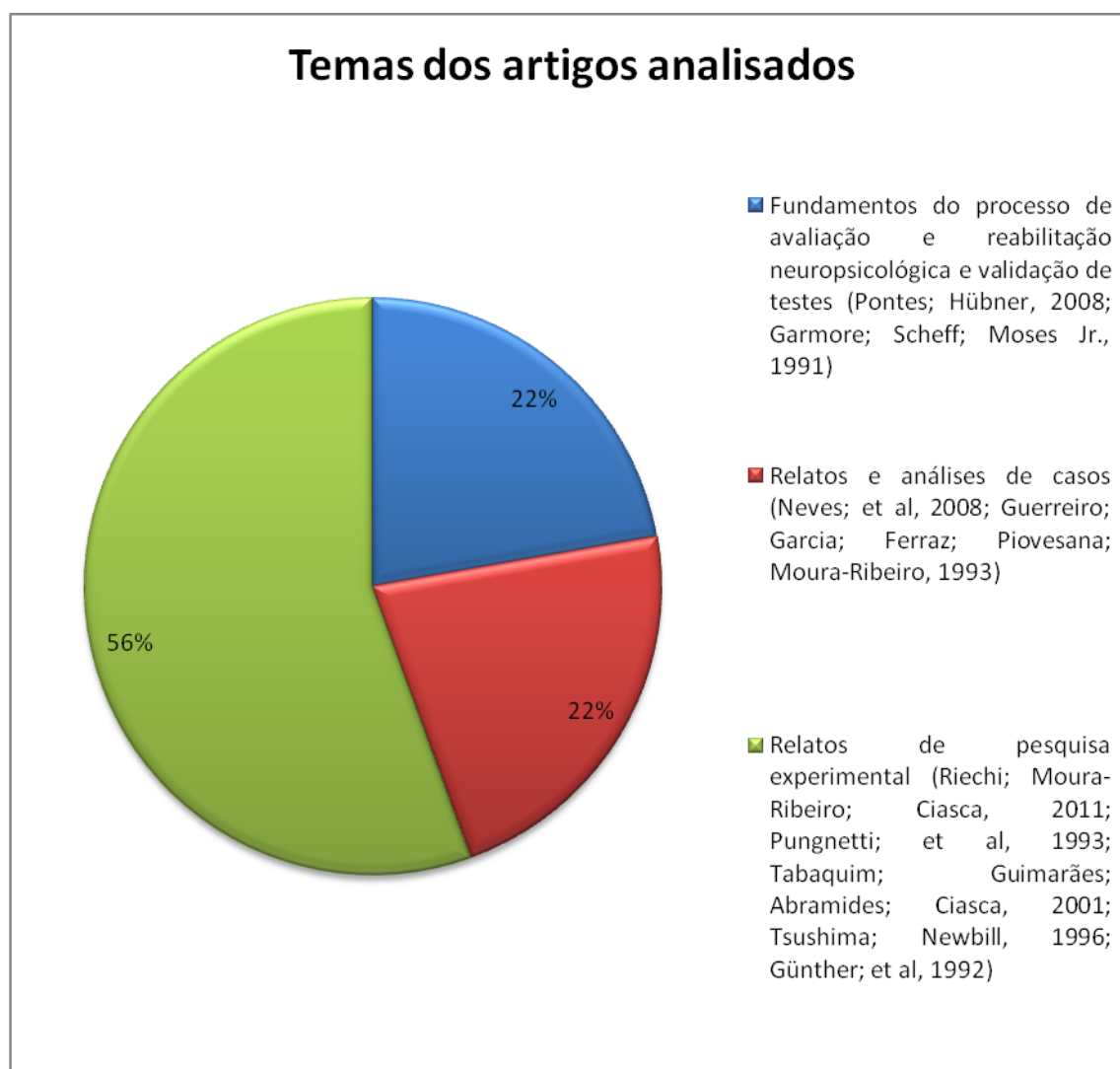
Nome do artigo	Autores	Ano	Palavras-Chave	Local	Referência
A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da Psicologia comportamental	Livia Maria Martins Pontes; Maria Martha Costa Hübner	2008	Reabilitação neuropsicológica; análise do comportamento; neuropsicologia comportamental.	Brasil	Pontes, L. M. M. Hübner, M. M. C. (2008). <i>A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental</i> . Revista Psiquiatria Clínica 35 (1). p.6-12.
Amnésia retrógrada funcional grave: relato de caso	Maíla de Castro L. Neves; Rogério Gomes Beato; Carla Monteiro Girodo; Hélio Lauar; Rodrigo Nicolato; João Vinícius Salgado; Antônio Lúcio Teixeira	2008	Amnésia; Amnésia retrógrada; Psicogênese funcional; Memória.	Brasil	Neves, M. C. L. Beato, R. G. Girodo, C. M. Lauar, H. Nicolato, R. Salgado, J. V. Teixeira, A. L. (2008). <i>Amnésia retrógrada funcional grave: relato de caso</i> . In: Revista Psiquiatria Clínica. 35 (1).p.26-30.
Impacto do nascimento pré-termo e com baixo peso na cognição, comportamento e aprendizagem de escolares	Tatiana Izabele J. Riechi; Maria Valeriana L. Moura-Ribeiro; Sylvia Maria Ciasca	2011	Desenvolvimento infantil; nascimento prematuro; neuropsicologia; cognição.	Brasil	Riechi, T. I. Moura-Ribeiro, M. V. L. Ciasca, S. M. (2011). <i>Impacto do nascimento pré-termo e com baixo peso na cognição, comportamento e aprendizagem de escolares</i> . In: Rev. Paul Pediatr; 29 (4). p.495-501.
Hemiparesia congênita: avaliação neuropsicológica complementar utilizando o computador	Marilisa M. Guerreiro; Maria Lúcia G. Garcia; Glória Maria B. Ferraz; Ana Maria S. G. Piovesana; Maria Valeriana L. Moura-Ribeiro	1993	Paralisia cerebral; hemiparesia congênita; neuropsicologia; computador.	Brasil	Guerreiro, M. M. Garcia, M. L. G. Ferraz, G. M. B. Piovesana, A. M. S. G. Moura-Ribeiro, M. V. L. (1993). <i>Hemiparesia congênita: avaliação neuropsicológica complementar utilizando computador</i> . Arquivos de Neuropsiquiatria, 51 (4). p.502-506.
MRI and cognitive patterns in relapsing-remitting multiple sclerosis	Luigi Pugnetti; Laura Mendozzi; Achille Motta; Annamaria Cattaneo; Paolo Biserni;	1993	Ressonância Magnética por imagens cerebral; Cognição; esclerose múltipla	Itália	Pugnetti, L. Mendozzi, L. Motta, A. Cattaneo, A. Biserni, P. Caputo, D. Cazzulo, C. L. Valsecchi, F. (1993).

	Domenico Caputo; Carlo L. Cazzullo; Frida Valsecchi				<i>MRI and cognitive patterns in relapsing-remitting multiple sclerosis.</i> In: Journal of the Neurological Sciences, 115 (Suppl.). p.59-65.
Avaliação neuropsicológica em grupos gemelares	Maria de Lourdes Merighi Tabaquim; Catarina Abraão Duimarães; Dagma Venturini Marques Abramides; Sylvia Maria Ciasca	2001	Avaliação neuropsicológica; Neuropsicologia; Desenvolvimento infantil	Brasil	Tabaquim, M. L. M. Guimarães, C. A. Abramides, D. V. M. Ciasca, S. M. (2001). Avaliação neuropsicológica em grupos gemelares. <i>Temas sobre desenvolvimento</i> , v.10, n.56, p.5-11.
Effects of headaches during neuropsychological testing of mild head injury patients	William T. Tsushima; Willian Newbill	1996	Enxaqueca pos-traumática; ferimento leve na cabeça; testes neuropsicológicos.	Estados Unidos	Tsushima, W. T. Newbill, W. (1996). <i>Effects of headaches during neuropsychological testing of mild head injury patients.</i> In: Headache, 36(10). p.613-615.
Evaluation of the Diagnostic validity of the Luria-Nebraska Neuropsychological Battery Form II	Willian S. Garmore; Bruce K. Schefft; James A. Moses Jr.	1991	Bateria Neuropsicológica Luria-Nebraska.	Estados Unidos	Garmore, W. S. Schefft, B. K. Moses Jr, J. A. (1991). <i>Evaluation of the Diagnostic validity of the Luria-Nebraska neuropsychological Battery Form II.</i> In: International Journal Neuroscience. V.59. p.231-239.
Psychomotor disturbances in psychiatric patients as a possible basis for new attempts at differential diagnosis and therapy	W. Günther; P. Streck; C. Haag; U. Klages; N. Müller; I. Hantschk; W. Bender; M. Gündürewa; R. Günther	1992	Programa de treinamento motor; disfunções motoras em psicose; tratamento adicional em psicoses motoras com disfunção cerebral	Alemanha	Günther, W. Streck, P. Haag, C. Klages, U. Müller, N. Hantschk, I. Bender, W. Gündürewa, M. Günther, R. (1992). <i>Psychomotor disturbances in Psychiatric Patients as a possible basis for new attempts at differential diagnosis and therapy.</i> In: European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience.

					V.242. p.152-160.
--	--	--	--	--	-------------------

Com relação aos temas dos artigos analisados (Gráfico 1), dois deles [Pontes e Hübner (2008) e Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991)] tratavam sobre fundamentos do processo de avaliação e reabilitação neuropsicológica e sobre validação de testes. Outros dois [Neves et al (2008) e Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993)] trabalhavam o processo de avaliação neuropsicológica a partir de relatos e análises de casos. E cinco [Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Pungnetti et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima; Newbill (1996); e Günther et al (1992)] diziam respeito a relatos de pesquisa experimental.

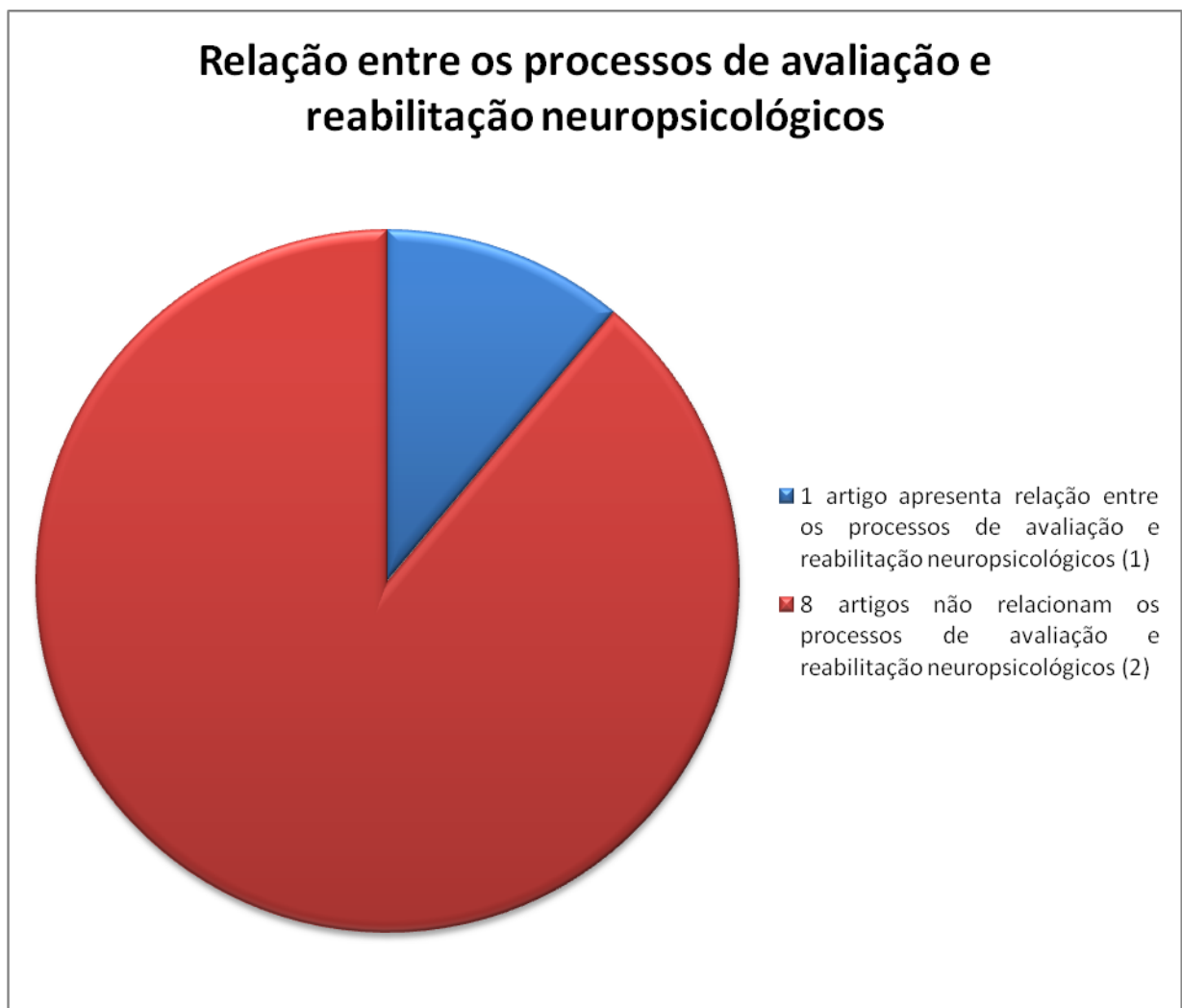
Gráfico 1 – Temas dos artigos analisados



Uma vez apresentados os temas dos artigos analisados, passaremos a discussão das categorias levantadas que serão por nós trabalhadas de maneira analítica.

Apenas um artigo [Pontes e Hübner (2008)] relaciona os processos de avaliação e reabilitação neuropsicológica (Gráfico 2). O artigo se embasa no fundamento da análise do comportamento e as autoras defendem que o processo de avaliação não deva ocorrer apartado do processo de reabilitação. Isso está de acordo com o fundamento de Luria (1970; 1977; 1981), porém, é necessário assinalarmos que as autoras utilizam Luria partindo do pressuposto de que ele é um teórico cognitivista, não sendo realizada nenhuma análise profunda da obra do autor, que o remeta aos trabalhos da Psicologia Histórico-Cultural.

Gráfico 2 – Relação entre os processos de avaliação e reabilitação neuropsicológicos



(1) Pontes; Hübner (2008).

(2) Neves; et al (2008); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana; Moura-Ribeiro (1993); Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Pungnetti; et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima; Newbill (1996); Günther; et al (1992); Garmore; Scheff; Moses Jr. (1991).

Segundo Pontes e Hübner (2008), a Neuropsicologia é um campo de estudos relativamente novo, que teve seu surgimento, principalmente na esfera da reabilitação, com o

período pós-guerra, no qual, os cientistas se esforçaram no entendimento de como as diferentes lesões afetavam o comportamento humano e como se poderia processar a intervenção. As autoras entendem que a tarefa da reabilitação neuropsicológica seria: “[...] navegar pelos campos da neuropsicologia clínica, análise comportamental, retreinamento cognitivo e psicoterapia individual e grupal” (Pontes; Hübner, 2008, p.7).

Nesse sentido, destaca-se o intercâmbio presente entre a avaliação neuropsicológica e a intervenção da análise do comportamento, uma vez que seria a partir da observação comportamental que se poderiam obter informações acerca do grau de comprometimento do paciente, de modo, a saber, qual melhor procedimento a ser realizado na reabilitação (Pontes; Hübner, 2008).

As autoras realizam uma crítica às avaliações apenas quantitativas e pontuam que a análise do comportamento pode contribuir para:

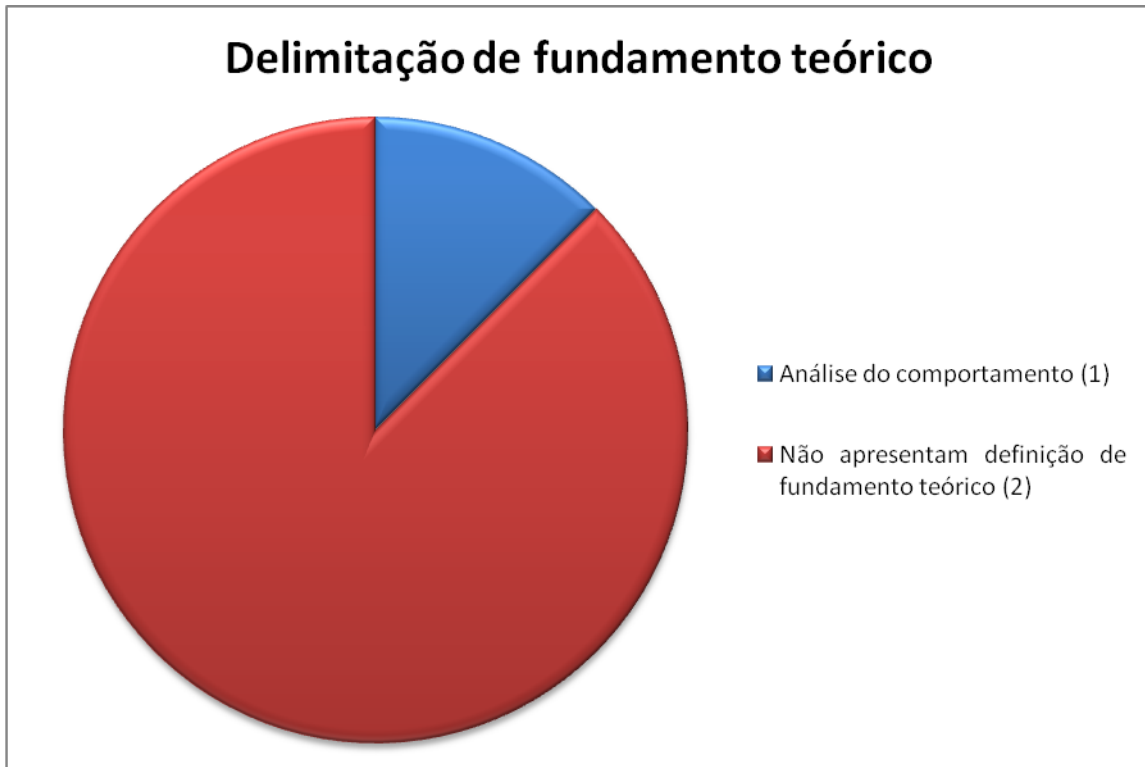
[...] dar subsídios para que o profissional faça uma análise aprofundada a respeito das contingências ambientais que podem interferir no desempenho cognitivo do paciente. Por exemplo, é possível que um paciente com dificuldades de interação social decorrentes de algum distúrbio ou lesão neurológica viva em um ambiente familiar pobre de interações sociais, o que contribui para o agravamento desse aspecto (Pontes; Hübner, 2008, p.7).

Desta maneira, as autoras consideram que a análise do comportamento contribuiria ao neuropsicólogo, por fornecer procedimentos para a promoção da aprendizagem e mudanças comportamentais, a partir da análise das contingências. É importante ressaltar que, segundo as autoras, a abordagem comportamental na esfera da reabilitação realizaria seu trabalho pautado em processos de raciocínio clínico e não em um conjunto fixo de técnicas a serem rigidamente seguidas.

Consideramos que o posicionamento das autoras seja interessante, uma vez que delimita bem o fundamento de onde parte sua análise, pois elas argumentam e justificam que é importante a observação do comportamento para se obter o grau de comprometimento e então planejar o tratamento. Destacamos que, dentre os artigos pesquisados, este foi o único que delimitou o fundamento teórico a partir do qual seriam discutidos os encaminhamentos práticos referentes à avaliação neuropsicológica. Os demais artigos, [Neves et al (2008); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana; Moura-Ribeiro (1993); Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Pungnetti et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima; Newbill (1996); Günther et al (1992); Garmore; Scheff; Moses Jr. (1991)] não apresentam tal clareza (Gráfico 3). Tal fato nos permite problematizar o quanto, no atual momento histórico,

tem sido cada vez mais inexistente a presença de uma linha teórica bem definida na análise de determinado fenômeno (Duarte, 2001).

Gráfico 3 – Delimitação de fundamento teórico



(1) Pontes e Hübner (2008).

(2) Neves; et al (2008); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana; Moura-Ribeiro (1993); Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Pungnetti; et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima; Newbill (1996); Günther; et al (1992); Garmore; Scheff; Moses Jr. (1991).

Uma vez que tocamos nessa esfera da perda do referencial teórico nas investigações e publicações científicas na atualidade, gostaríamos de expor que nenhum dos artigos analisados vincula Luria aos trabalhos da Psicologia Histórico-Cultural. Mesmo que, em alguns momentos, os autores utilizem coerentemente os pressupostos de Luria com relação ao funcionamento cerebral, como será analisado a partir de agora.

Destacamos que esperávamos encontrar mais artigos que analisassem a relação de Luria ao processo de avaliação neuropsicológica ou então trabalhos que remetessem o processo avaliativo à teoria explicativa do desenvolvimento psicológico, proposta por Luria, o que de fato não ocorreu.

A partir da investigação feita, pudemos constatar que quatro artigos, dos nove analisados, citam Luria para desenvolver suas concepções acerca do funcionamento cerebral, sendo eles: Pontes e Hübner (2008); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana; Moura-Ribeiro

(1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima e Newbill (1996). Os outros cinco artigos não citam Luria no desenvolvimento das explicações sobre o funcionamento psíquico, sendo eles: Neves et al (2008); Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Garmore, Scheff, Moses Jr. (1991); Günther et al (1992); Pungnetti et al (1993). É importante assinalar que desses últimos, Neves et al (2008); Günther et al (1992); e Pungnetti et al (1993) utilizam concepções lurianas sem referenciá-lo (Gráfico 4). Vejamos.

Gráfico 4 – Referência a Luria na exposição teórica



(1) Pontes e Hübner (2008); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana; Moura-Ribeiro (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima; Newbill (1996).

(2) Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Garmore, Scheff, Moses Jr. (1991).

(3) Neves et al (2008); Günter; et al (1992); Pungnetti, et al (1993).

Neves et al (2008) relatam uma avaliação feita com um paciente de 26 anos com um caso grave de amnésia retrógrada, aparentemente sem fatores desencadeantes. O método de avaliação contou com entrevista psiquiátrica e com avaliação neuropsicológica. Para os

autores, a perda de memória do paciente se estendia para sua vida cotidiana, porém, o paciente possuía a capacidade de adquirir e reter novas informações. Também possuía deficiências na fala e compreensão de palavras, e no reconhecimento e uso de objetos.

Ao analisarem o conceito de memória e explicarem a localização da memória em nível cerebral, os autores defendem que as memórias autobiográficas não se encontram armazenadas em uma área cerebral específica, estando possivelmente distribuídas por todo o cérebro:

Em relação especificamente às memórias autobiográficas, não se pode afirmar que elas estejam armazenadas em um local específico do cérebro, mas provavelmente distribuídas em todo o córtex. Assim, é possível especular que vários padrões de lesão poderiam resultar em perda de memória autobiográfica, incluindo, por exemplo, lesões em substância branca relacionadas à conexão córtico-cortical. Por sua vez, a perda de memória autobiográfica em pacientes com demência semântica, que exibem atrofia temporal anterior, sugere que esse tipo de memória depende, pelo menos em parte, do lobo temporal, responsável pela integração do conhecimento semântico (Hodges, 2002). (Neves et al, 2008, p.29).

Entendemos que tal concepção refere-se à teoria luriana (Luria, 1981). No entanto, o trabalho não cita o autor. O que apresentamos confirma os achados de Tuleski (2011) de que concepções lurianas são apropriadas por estudos sequentes, sem que sejam referenciadas. Ou seja, além da desvinculação de Luria dos estudos da Psicologia Histórico-Cultural, tem sido presente a apropriação de suas ideias sem que o autor seja referenciado.

A partir do exposto, podemos problematizar a respeito do desconhecimento da história das pesquisas de Luria e de sua vinculação à Psicologia Histórico-Cultural por parte dos autores. Além disso, questionamo-nos a respeito da formação em nível de graduação, e até mesmo especialização, nas diversas áreas do conhecimento. Referenciamos que os autores do artigo que vem sendo analisado são das áreas da Medicina e da Fonoaudiologia, e nos questionamos se tais formações contemplam disciplinas que recuperam a história dos conceitos utilizados atualmente. Ao que foi possível de ser constatado nesta análise, provavelmente não, uma vez que esta relação não foi trabalhada no artigo discutido.

Como assinalado, estamos vendo, na atualidade, uma substituição do conhecimento pela informação (Duarte, 2001). Nesse sentido se faz necessário o resgate dos fundamentos epistemológicos que norteiam os sistemas conceituais de modo a alcançarmos uma superação e um retorno ao conhecimento por parte das pesquisas acadêmicas.

Já Günther et al (1992) buscaram, no estudo analisado, verificar a existência de uma síndrome psicótica-motora a partir de uma avaliação psicométrica na esquizofrenia e psicoses afetivas. O estudo se pautou em uma pesquisa psicométrica que teve por objetivo estabelecer uma síndrome psicomotora (PMS) na esquizofrenia e em pacientes depressivos endógenos. Tal síndrome acometeu os pacientes, independente do tratamento medicamentoso prévio. Os distúrbios eram do tipo que afetavam os movimentos finos, os movimentos da língua e lábios, dos dedos e das mãos, e uma perturbação do desenvolvimento e execução de movimentos sequenciais.

Günther et al (1992), baseados nesse estudo, buscaram realizar o desenvolvimento de uma avaliação terapêutica e de programas de tratamento motor. Tal encaminhamento coaduna com os preceitos lurianos, uma vez que Luria (1970; 1977; 1979; 1981) defendia a indissociabilidade entre prática avaliativa e interventiva. Além disso, a estratégia terapêutica traçada é muito semelhante ao trabalho desenvolvido por Luria, como veremos a seguir.

Os autores levantam a hipótese de que o treinamento dos distúrbios motores do comportamento não acarretaria apenas em melhoras nos circuitos funcionais motores, mas iriam gerar outras manifestações clínicas, como aos sintomas de psicopatologia. Nesse sentido, entendemos que a ideia de reorganização funcional encontra-se presente na defesa dos autores, mesmo que de maneira implícita. Tal forma compreensiva nos remete aos trabalhos de Luria (1970; 1977; 1979; 1981). Porém, os autores não o citam diretamente em referência a essa ideia. Talvez isso possa até ocorrer por desconhecimento ou, pelo fato de que, na atualidade, exista a possibilidade de se tomar ideias anteriores como descobertas ‘atuais’.

Com relação à metodologia, ou seja, aos encaminhamentos instrumentais expostos pelo estudo de Günther et al (1992), a mesma questão também se apresenta. Os autores realizam três estudos, que serão apresentados a seguir, de forma a expormos nossa discussão. O primeiro estudo contou com 45 pacientes do Hospital Psiquiátrico da Universidade de IdI Monich – Alemanha. Os pacientes foram divididos em três grupos experimentais, cada grupo com quinze sujeitos. Os resultados não apontaram diferenças significativas entre idade, sexo ou diagnósticos entre os três grupos estudados. Todos os grupos contaram com uma estratégia de teste-intervenção.

O primeiro grupo foi trabalhado com estratégias clínicas convencionais, ao invés de se controlar o curso da doença para uma condição clínica normal, em especial com medicação e psicoterapia. O segundo grupo contou com uma ativação terapêutica não específica de dois fisioterapeutas do hospital, ao invés de serem controlados por efeitos não específicos do

treinamento. E o terceiro grupo, denominado de *atividade mental ativa* foi trabalhado com uma versão específica do programa de treinamento dos autores, que contava com uma atividade mental ativa por parte do paciente.

O programa do grupo experimental três, acima assinalado, contou com oito tarefas, cada uma designada de acordo com as atividades que eram mais difíceis de serem realizadas pelos pacientes depressivos. Os pesquisadores proporcionavam a esse grupo experimental um procedimento alternativo de *atividade mental ativa* na realização das tarefas, sempre iniciando com uma tarefa ativa. Os autores apresentam os escores dos três grupos e expõem que o grupo que foi treinado com a atividade mental ativa, obteve melhores resultados do que os outros dois grupos.

Entendemos que essa forma de encaminhamento seja próxima aos instrumentais utilizados por Luria (1970; 1977; 1979; 1981), os quais contavam com o desenvolvimento de tarefas que necessariamente requeriam uma atividade consciente, *ativa*, por parte do paciente. Apesar da semelhança, Günther et al (1992), não referencia Luria, no que diz respeito a seu estudo experimental. Os autores ainda apresentam uma metodologia semelhante aos trabalhos clínicos realizados por Luria (1970; 1977; 1979; 1981), porém isso não é citado. Apesar dessa semelhança, os autores recorrem a resultados quantitativos, o que não era realizado por Luria (1970; 1977; 1979; 1981), pelo contrário, foi intensamente combatido pelo autor.

Em um segundo momento, o estudo realizado por Günther et al (1992) possuiu algumas modificações, como o número de exercícios, que foi aumentado. Neste, o *treinamento mental ativo* era realizado em um mesmo dia, a fim de solucionar os problemas de motivação dos pacientes, e o total de duração dos programas de treinamento foi diminuído. De acordo com os autores, nem a idade, nem a configuração da psicopatologia foram significativamente correlacionados à síndrome motora psicótica. Nesse sentido, a síndrome motora psicótica existiria independentemente do uso de antidepressivos ou de antipsicóticos, como havia sido comprovada também em um estudo prévio dos autores.

Günther et al (1992) defendem que os programas de treinamento ativo da atividade mental geraram significativas melhorias nas variáveis psicomotoras nos pacientes com depressão, e isso levou os autores a postularem que todas as estratégias de tratamento nessa direção são melhores do que nenhum treinamento motor. A estratégia de treinamento realizada também gerou melhorias ao quadro sintomatológico dos pacientes. O que na análise dos autores não poderia ser considerado como secundário, mas sim, um efeito do próprio mérito da estratégia de avaliação.

A partir de nossa análise, entendemos que Günther et al (1992) realizam uma unificação entre os processos de avaliação e intervenção neuropsicológicas, o que está de acordo com a teoria e técnica propostas por Luria (1970; 1977; 1979; 1981). Porém, como estamos discutindo, isso não é explícito e referenciado no texto dos autores.

Tuleski (2011) problematiza o fato de que, no ocidente, a teoria luriana foi apropriada de maneira desvinculada dos pressupostos marxistas e referentes à Psicologia Histórico-Cultural. Além disso, também expõe que, muitas vezes, concepções teóricas defendidas por Luria são utilizadas sem que o autor seja referenciado. Nesse sentido, pudemos verificar a existência de tal fato, na análise dos artigos acima referidos.

A partir dessa problemática, do uso de concepções lurianas pelas publicações e estudos contemporâneos, passaremos agora a discussão sobre a forma de trabalho e encaminhamento dos dados obtidos a partir do processo de avaliação neuropsicológica (Gráfico 5).

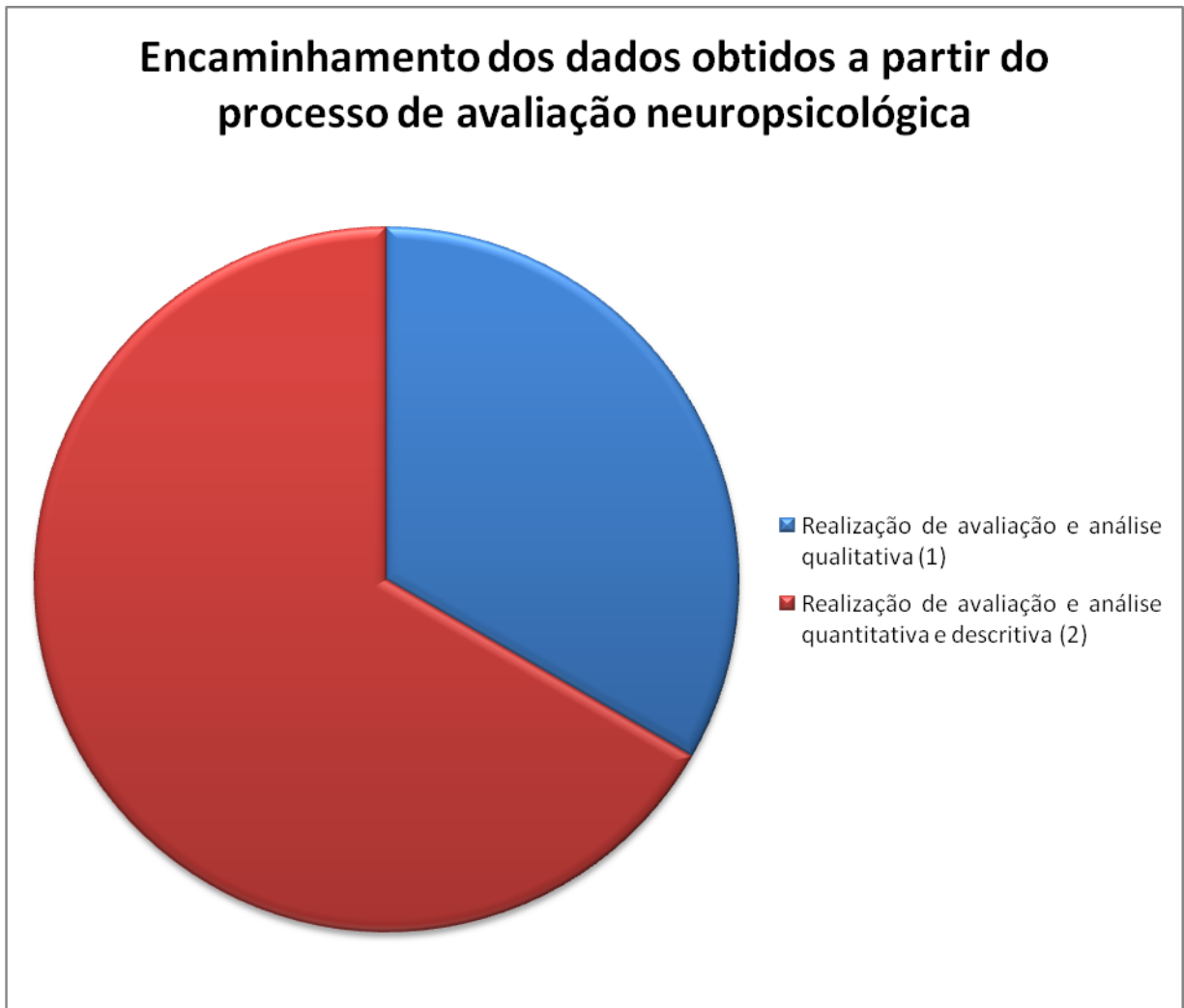
Dos artigos analisados, apenas três [Pontes e Hübner (2008); Neves et al (2008); Pungnetti et al (1993)] defendem ou realizam uma avaliação qualitativa.

Pontes e Hübner (2008), apesar de trabalharem com o fundamento comportamental, consideram que o processo de avaliação e reabilitação neuropsicológica deve ir além do alcance de dados quantitativos. Nas palavras das autoras:

A avaliação comportamental se preocupa em identificar e mensurar comportamentos-problema na vida cotidiana dos que sofreram algum dano cerebral ou são portadores de distúrbios neuropsiquiátricos ou neurodegenerativos. Apesar de a avaliação neuropsicológica promover uma compreensão sofisticada dos problemas cognitivos, os testes padronizados não conseguem responder a perguntas como: de que modo o cliente e sua família são afetados pelos problemas cognitivos, se o cliente poderá retomar seus estudos ou voltar para casa, que estratégias de enfrentamento podem ser utilizadas, que problemas devem ser focalizados na reabilitação, que medidas de avaliação da eficiência do tratamento podem ser utilizadas. Frequentemente os clientes e seus familiares estão mais preocupados com os problemas que os impedem de enfrentar situações cotidianas do que com a pontuação obtida em um teste neuropsicológico. A reabilitação não visa tratar uma incapacidade de obter uma boa pontuação em certo teste, e as melhoras nos testes não são uma boa maneira de mensurar ganhos na vida real. Os clientes podem apresentar melhoras nos testes e ainda assim não conseguir atingir um nível de funcionamento adequado em suas casas.

Do mesmo modo, melhoras funcionais podem ser obtidas sem que haja melhoras nos testes padronizados (Wilson *et al.*, 2003) (Pontes; Hübner, 2008, p.10).

Gráfico 5 – Encaminhamento dos dados obtidos a partir do processo de avaliação neuropsicológica



(1) Pontes e Hübner (2008); Neves; et al (2008); Pungnetti; et al (1993).

(2) Riechi; Moura-Ribeiro; Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana; Moura-Ribeiro (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Tsushima; Newbill (1996); Garmore; Scheff; Moses Jr. (1991); Günther; et al (1992).

Nesse sentido, as autoras consideram que a abordagem comportamental pode ser um modo de proposição de soluções para as questões referentes ao processo de reabilitação, o que requer o trabalho qualitativo para além da compreensão por meio de dados quantitativos. Para tal, primeiramente se busca a definição do que se pretende melhorar no paciente. O próximo procedimento consistiria no emprego de uma análise funcional (analisar as condições externas

do comportamento e os efeitos do mesmo). A partir de então, se inicia uma última fase, que seria a seleção dos métodos e instrumentos de registro³⁹.

As autoras consideram importante que o programa de reabilitação seja estruturado e pontuam algumas sugestões para tal planejamento: especificação do comportamento a ser trabalhado; delimitação dos objetivos do tratamento; constatação da frequência do comportamento; identificação de elementos motivadores ou reforçadores; especificação dos passos do tratamento; monitoramento do progresso; avaliação; proposição de modificações (se necessárias); planejamento da generalização (transposição dos comportamentos aprendidos para a vida cotidiana do cliente). Ainda pontuam que é importante levar em consideração a qualidade da relação terapêutica na avaliação dos resultados de um programa de reabilitação.

Consideramos que essa forma de estruturação proposta pelas autoras seja interessante, uma vez que, sem saber qual o objetivo final do tratamento, não se chega a lugar nenhum. O planejamento, acompanhamento e avaliação são importantes para alcançar os objetivos de um programa ou processo de reabilitação neuropsicológica.

Pontes e Hübner (2008) consideram possível a relação entre as áreas da Neuropsicologia e da Análise do Comportamento e entendem que a reabilitação neuropsicológica exige uma participação e envolvimento ativos do cliente. As autoras pontuam ainda a necessidade de não se fazer uso da técnica pela técnica, ou seja, de realizar análises funcionais a fim de se obter uma compreensão global do cliente e de suas queixas. Diante disso, destacamos que, apesar das autoras comungarem de outro fundamento teórico, defendem que a avaliação neuropsicológica deva extrapolar os limites quantitativos e rumar a um diagnóstico qualitativo das capacidades mentais dos pacientes, o que já é em si, um posicionamento interessante.

Já Neves et al (2008), ao analisarem um caso clínico, a partir do qual se deu a publicação do estudo, buscam verificar, para além dos dados quantitativos alcançados pelo paciente, a capacidade de aprendizagem do mesmo. Os dados da avaliação neuropsicológica do paciente são retratados em uma tabela, a partir da qual, são apresentados os escores obtidos, mas também são realizadas análises a respeito do mesmo. Pudemos entender que os autores constroem uma modalidade e tentativa de avaliação qualitativa, realizada a partir de entrevistas psiquiátricas e do processo de avaliação neuropsicológica.

³⁹ Registro é entendido por Pontes e Hübner (2008) como a obtenção da frequência com que o comportamento é realizado.

Um destaque, contudo, se faz necessário, dentre esses artigos que defendem ou realizam avaliações qualitativas. Pungnetti et al (1993) constroem sua proposta pautada em uma mescla de testes quantitativos e uma modalidade de diagnóstico compreensivo, o que, apesar da tentativa de superação da análise quantitativa, acaba por recair na descrição, uma vez que o estudo valoriza o enfoque avaliativo clínico, porém, utiliza os testes quantitativos como um somatório de informações para o diagnóstico.

De acordo com Pungnetti et al (1993), a união de testes psicométricos com informações clínicas seria necessária para se alcançar um diagnóstico compreensivo a respeito do estado do paciente com esclerose múltipla e dos possíveis encaminhamentos a serem realizados. Tal diagnóstico compreensivo é visto como uma possibilidade de alcançar um melhor plano de reabilitação. Os autores utilizam tanto exames imagéticos quanto avaliações psicométricas para o alcance de tal diagnóstico compreensivo. Neste sentido, consideram que apenas o exame de ressonância magnética não é suficiente para um diagnóstico completo, uma vez que muitas outras doenças podem ser presentes, referentes aos danos das mesmas regiões afetadas na esclerose múltipla. Segundo os autores, a esclerose múltipla necessita de uma avaliação clínica auxiliada do exame imagético.

Os resultados dos sujeitos da pesquisa realizada por Pungnetti et al (1993) foram comparados à média populacional, sujeitos normais, que possuem mesma idade e nível de escolarização. Embora a proposta seja de alcance de um diagnóstico compreensivo, os resultados dos pacientes são quantificados, comparados à média populacional para então serem apresentadas relações qualitativas. Os autores defendem que apesar dos sofisticados procedimentos de quantificação e de imagens, o método descritivo é superior.

Entendemos que o processo de avaliação qualitativa defendido em nosso trabalho, o qual se fundamenta na defesa de Luria (1970; 1977; 1979; 1981), não coincida com essa compreensão descritiva. Quando Luria teoriza a respeito da avaliação qualitativa, ele está, ao mesmo tempo, realizando uma crítica às avaliações que se respaldam no método quantitativo, por entender que o funcionamento mental não pode ser somente quantificado. Luria defendeu que a avaliação neuropsicológica deveria ser um processo individual e qualitativo, a partir do qual pudessem ser traçadas estratégias de reabilitação específicas para cada caso avaliado.

Não estamos com isso, defendendo a impossibilidade do uso de dados quantitativos em uma avaliação neuropsicológica. A descrição do fenômeno, por meio da obtenção de informações pode sim ser feita por meio do alcance de dados quantitativos. Entretanto, essa seria uma etapa inicial do processo, que não pode se encerrar neste momento. A partir dele, se faz necessária a análise qualitativa, referente ao entendimento do funcionamento cerebral, dos

processos de constituição das funções psíquicas e de apropriação cultural. Como nos explica Martins (2006):

Não se trata de descartar a *forma* pela qual o dado se manifesta, pelo contrário, trata-se de sabê-la como dimensão parcial, superficial e periférica do mesmo. Portanto, o conhecimento calcado na superação da aparência em direção à essência requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre *forma* e *conteúdo* (Martins, 2006, p.10).

Logo, consideramos que um processo de avaliação neuropsicológica que se respalde em Luria, possa se utilizar de aspectos quantitativos e qualitativos, uma vez que o determinante é a relação de unidade entre tais esferas. Ou seja, a avaliação dos processos psicológicos deve atentar à ‘forma’ e ao ‘conteúdo’ dos mesmos, como assinalado pela autora.

Para além dessas propostas de avaliação qualitativa discutidos, assinalamos que os demais artigos avaliados, que totalizam seis, analisaram os dados obtidos por meio da avaliação neuropsicológica apenas de maneira quantitativa e descritiva (Conforme gráfico 5), sendo eles: Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001); Tsushima e Newbill (1996); Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991); Günther et al (1992).

Neste sentido, apesar dos esforços críticos realizados por Luria (1970; 1977; 1979; 1981) para a superação da tendência quantitativa, terem sido realizados no século XX e apesar da existência de instrumentais tecnológicos presentes no processo de avaliação, a busca pelo entendimento via dados quantitativos ainda tem sido o mais presente nos processos de avaliação neuropsicológicos estudados. Disso decorre a necessidade de que estudos sejam desenvolvidos na perspectiva histórico-cultural, em continuidade à proposta luriana, objetivando a superação de tais práticas tradicionais.

Uma vez trabalhadas as questões referentes à modalidade de análise presente nas produções científicas estudadas neste trabalho, passaremos a exposição e discussão dos instrumentais utilizados nos processos de avaliação neuropsicológicos, para o alcance dos dados sobre os pacientes submetidos ao processo de avaliação neuropsicológica.

Com relação à especificação dos testes utilizados no processo de avaliação neuropsicológica (Gráfico 6), pudemos constatar que um dos artigos analisados (Pontes e Hübner, 2008) não faz menção a testes específicos a serem trabalhados. Entendemos que isso decorra do fato do artigo trabalhar com pressupostos teóricos, focando a análise mais em questões de ordem epistemológica do que instrumentais.

Gráfico 6 – Especificação dos testes utilizados no processo de avaliação neuropsicológica



(1) Pontese Hübner (2008).

(2) Neves et al (2008); Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993); Pungnetti et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001); Tsushima e Newbill (1996); Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991); e Günther et al (1992).

Os outros oito artigos analisados [Neves et al (2008); Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993); Pungnetti et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001); Tsushima e Newbill (1996); Garmore; Scheff e Moses Jr. 1991; e Günther et al (1992)] expõem quais testes foram empregados no processo de avaliação neuropsicológica.

A partir de agora, passaremos a expor a maneira pela qual, cada um destes trabalhos compuseram seus processos de avaliação neuropsicológica.

O processo de avaliação neuropsicológica exposto por Neves et al (2008) foi composto dos seguintes testes:

1. Bateria de Avaliação Frontal (FAB); 2. Figura Complexa de Rey; 3. Teste de Cartas de Wisconsin; 4. Teste de Trilhas; 5. Teste de Fluência Verbal; 6. Exame Diagnóstico de Afasia de Boston (BDAE); 7. Teste de Fluência Verbal para Eventos Autobiográficos; 8. Teste de Nomeação de Boston; 9. Teste de Aprendizagem Auditiva Verbal de Rey (Neves et al, 2008, p.27)⁴⁰.

Verificamos que em Neves et al (2008) não há nenhuma padronização de testes lúrianos. O que existe é uma reunião de testes psicológicos que na totalidade compõem uma avaliação neuropsicológica.

Em Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011), todos os sujeitos avaliados foram submetidos a um protocolo de avaliação neuropsicológica, neurológica e escolar. Os testes utilizados foram: WISC III, Teste Gestáltico Bender, Figura Complexa de Rey, Teste Neuropsicológico Lúria Nebraska-C, Escala Comportamental A2 de Rutter, Lista de Verificação Comportamental para Crianças e Adolescentes e Teste de Desempenho Escolar. Além desses instrumentais, foram utilizados também testes neurológicos, como o Exame Neurológico Tradicional e Exame Neurológico Evolutivo – ENE.

Aqui já é possível verificar que não existe um padrão que diferencia uma avaliação neuropsicológica de uma avaliação psicológica/psicométrica. Uma vez que instrumentos psicológicos/psicométricos são utilizados para comporem uma bateria de avaliação neuropsicológica. O que aparece de especificidade em avaliação neuropsicológica, utilizado pelas autoras, são as baterias de Lúria, padronizadas. As autoras ainda expõem que a comparação entre os grupos controle e propósito (ambos os grupos compunham os sujeitos da pesquisa realizada) foi feita pelos testes de Fisher, Mann-Whitney e ANOVA. De acordo com as autoras: “Os instrumentos fazem parte do protocolo de avaliação neuropsicológica e foram aplicados e corrigidos pelo mesmo pesquisador.” (Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca, 2001, p.497).

A metodologia utilizada, por Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993), no estudo realizado, consistiu na aplicação da avaliação neuropsicológica clássica, na definição das pesquisadoras, baseada na bateria Lúria-Nebraska, para crianças de 5-6 anos, como também na avaliação dirigida da função visuoespacial através do teste proposto por

⁴⁰ Para que tais testes pudessem ser explicados, no sentido de expor se são quantitativos e se utilizam escores e demais informações; necessitariam de referência aos manuais de aplicação, o que não pudemos ter acesso. Analisamos, contudo, a partir do trabalho com os artigos, que os testes são de caráter psicométrico, pelo modo de encaminhamento das informações obtidas, realizado pelos autores. O mesmo acontece nos testes citados na sequência. Ademais, pontuamos que, em nosso trabalho, objetivamos focalizar outros elementos de análise, como a relação entre as pesquisas atuais e a modalidade de avaliação neuropsicológica lúriana.

Guerreiro⁴¹. Aqui constatamos que a avaliação neuropsicológica foi composta pela utilização de dois testes, sendo um deles uma padronização da proposta de avaliação luriana.

Em Pungnetti et al (1993), a avaliação neuropsicológica foi composta pela aplicação de testes psicométricos, segundo definição dos autores, sendo eles, a Weschsler Adult Intelligence Scale (WAIS) e a bateria de testes Luria Nebraska. Logo, o processo de avaliação neuropsicológico foi realizado por uma padronização da proposta luriana, acrescentada a um teste psicométrico, o WAIS.

Em Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001) o processo avaliativo foi de caráter individual e realizado em três etapas, que propunham avaliar alguns aspectos, como podemos ver na seguinte citação:

O exame compreendeu dez áreas relacionadas aos aspectos motores, das estruturas rítmicas, sensações cutâneas e cinestésicas, percepto-visuais, da linguagem receptiva e expressiva, leitura e escrita, processos mnésicos, destreza aritmética e processos intelectuais. Cada área com suas sub-áreas incluiu três provas, sendo a primeira com conteúdo esperado para crianças de 7/8 anos de idade; a segunda, para 8/9 anos e a terceira, para 9/10 anos (Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca, 2001, p.8).

Tais aspectos foram verificados por um processo de avaliação neuropsicológico que contou com os seguintes testes: Raven, Matrizes Progressivas, Anamnese e Exame Neuropsicológico de Luria (Adaptação de Christensen). Vemos aqui, novamente, a utilização de testes psicológicos, psicométricos em uma avaliação neuropsicológica, que deveria possuir um diferencial.

Nesse sentido, realizaremos um questionamento, que pretendemos responder ao final deste trabalho: afinal em que difere a avaliação psicológica da neuropsicológica? Antes disso, contudo, seguiremos nas apresentações das metodologias utilizadas nos estudos analisados.

Em Tsushima e Newbill (1996) foram aplicadas as baterias de testes Luria Nebraska (LNNB) e Minnesota Multiphasic Personality Inventory (MMPI) em 37 pacientes com ferimento leve na cabeça, cuja enxaqueca fora avaliada tempos antes do teste. Nesse estudo, os pacientes possuíam trauma cerebral, a maioria por acidentes de veículos e a partir da avaliação feita, foram extraídos três grupos, estabelecidos a partir da severidade das enxaquecas pós-traumáticas: pacientes que não apresentavam enxaquecas; pacientes com

⁴¹ Guerreiro, M. M. Avaliação da função visuo-espacial em uma criança com paralisia cerebral: proposta de, um novo teste. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1989.

enxaqueca moderada e pacientes com enxaqueca severa. A enxaqueca foi avaliada a partir do instrumento Headache Scale.

A bateria de testes Luria Nebraska avaliou os seguintes aspectos: motor; ritmo; tato; visual; fala receptiva; fala expressiva; escrita; leitura; aritmética; memória e processos intelectuais (Tsushima e Newbill, 1996).

Em Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991), o estudo versou sobre a validade da Forma II da Bateria Neuropsicológica Luria-Nebraska, na avaliação de sujeitos com atividade cerebral prejudicada e sujeitos normais. Em uma análise discriminativa, os autores constataram que a bateria é eficaz para avaliar e separar 55 sujeitos com atividade cerebral prejudicada de 55 sujeitos com atividade cerebral preservada.

Finalmente, em Günther et al (1992) foram utilizados os seguintes testes: motorische Leistungsserie, e o subteste motor da Bateria de testes Luria-Nebraska; bem como o Lincoln-Oseretzky-Motor-Development-Scale.

Com esta exposição, podemos verificar que não existe clareza nos escritos dos autores estudados, sobre a metodologia que define a especificidade de uma avaliação neuropsicológica. O que existe é a união de testes psicológicos, psicométricos, exames clínicos, pedagógicos e demais instrumentais apresentados, que compõem processos avaliativos de caráter neuropsicológico.

Assim, problematizamos o fato da inexistência de um caráter particular e de uma definição em relação à diferença entre uma avaliação neuropsicológica e uma avaliação psicológica, neurológica ou psicométrica. Nos artigos analisados, tais instrumentais são utilizados como sinônimos. Segundo Luria (1970; 1977; 1979; 1981) uma avaliação neuropsicológica possui a especificidade de compreensão das perdas funcionais cerebrais primárias e secundárias, para que a partir desse entendimento pudessem ser traçados planos de reabilitação das funções mentais perdidas nos pacientes avaliados. Ou seja, o foco se encontra nas potencialidades do sujeito e não em seu estado patológico.

Tal avaliação buscaria relacionar as perdas funcionais ao funcionamento cerebral alterado e, para isso, deveriam ser selecionadas estratégias de avaliação flexíveis e pensadas de caso para caso, dada a especificidade e singularidade presentes em cada paciente avaliado. Nesse sentido, baseados em Luria (1970; 1977; 1979; 1981), entendemos que essa forma de utilização de conjuntos de instrumentais de avaliação psicológica e psicométrica, pautados na padronização, não atenderia a especificidade que requer um processo de avaliação neuropsicológica.

Com isso, não estamos defendendo a impossibilidade de utilização de provas lurianas em uma avaliação neuropsicológica e nem o descarte do uso de dados quantitativos. Apenas marcamos o fato de que, para Luria (1970; 1977; 1979; 1981), a avaliação neuropsicológica possui uma especificidade, a saber, a avaliação de perdas funcionais acarretadas por lesões cerebrais. Pontuamos ainda que, um processo avaliativo norteado pelo fundamento luriano – psicológico e neuropsicológico - pressupõe um modo de aplicação e análise totalmente diferentes de processos puramente psicométricos. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, podemos defender uma aplicação mediada e uma análise qualitativa dos dados obtidos que sirva de elementos para o estabelecimento de processos promotores de desenvolvimento.

É necessário assinalar que em todos os artigos analisados, quando foram utilizadas algumas das padronizações da concepção luriana sobre avaliação neuropsicológica, seus empregos sempre foram acompanhados de outras técnicas de avaliação, como exames psicológicos, psicométricos, pedagógicos, neurológicos. Isso indica uma preocupação referente a um entendimento mais integral das questões avaliadas nos pacientes. Contudo, a utilização de uma padronização do pensamento luriano não isenta a possibilidade de ocorrer uma incoerência com o que o próprio autor entendeu ser necessário a uma avaliação neuropsicológica.

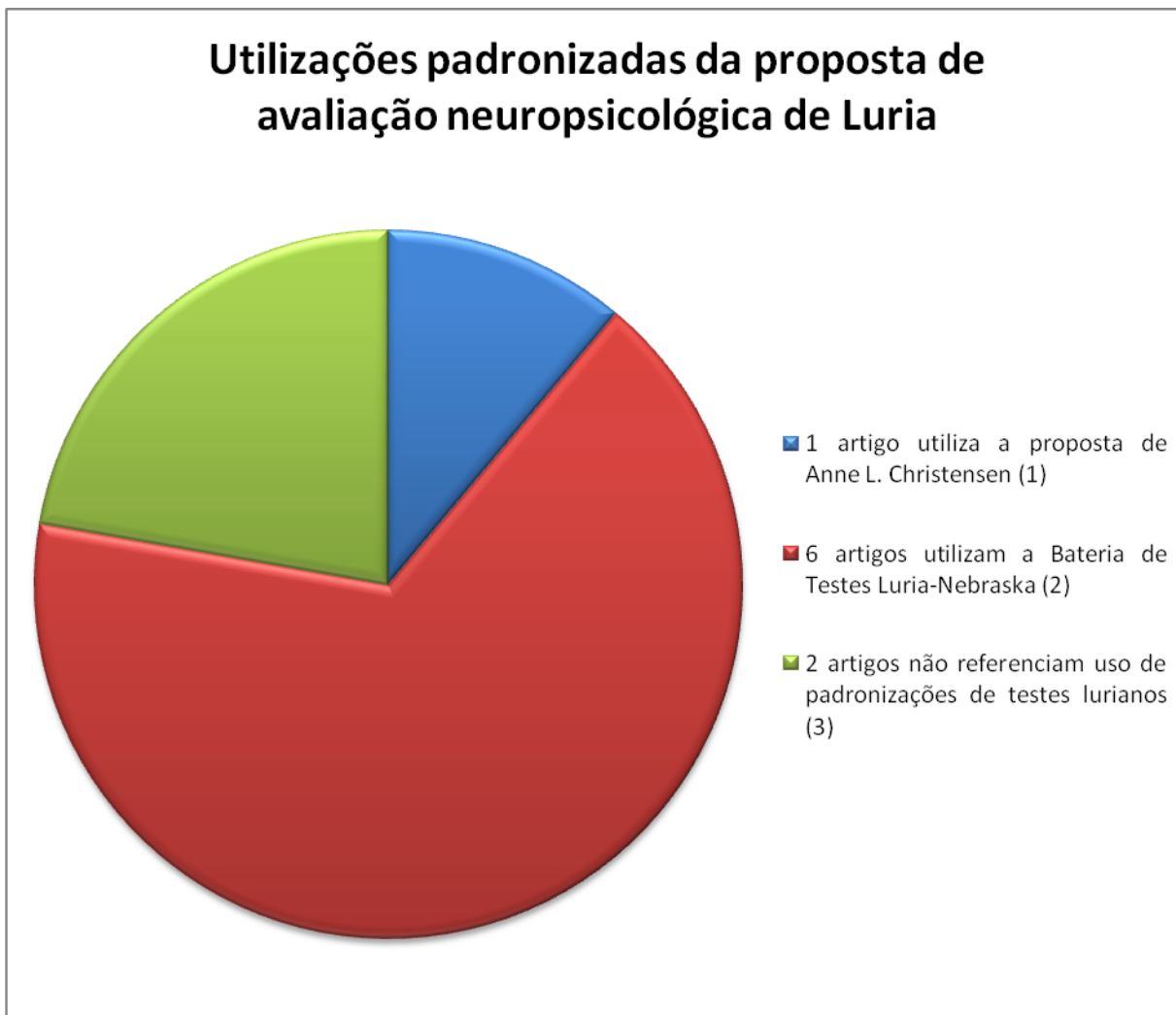
Também pudemos verificar que os encaminhamentos avaliativos e suas respectivas análises pressupõem um entendimento de que as funções mentais são de caráter orgânico. Nesse sentido, pontuamos a existência de uma naturalização e biologização de fenômenos, que, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, podem ser desenvolvidos por apropriação sociocultural.

Ainda em continuidade a esse debate, exporemos as utilizações padronizadas presentes nos artigos analisados, da proposta de avaliação neuropsicológica de Luria (Gráfico 7). Em um único artigo [Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001)] foi utilizada a padronização realizada por Anne L. Christensen, que possui uma maior flexibilidade, como discutido na seção 3.1, o que a colocaria como o instrumental mais próximo ao que formulou Luria, apesar de ter incorrido em uma padronização.

Em seis artigos, foi constatada a utilização da Bateria de Testes Luria-Nebraska, sendo eles: Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993); Pungnetti et al (1993); Tsushima e Newbill (1996); Garmore; Scheff e Moses Jr., (1991); e Günther et al (1992). Tal bateria, como apresentado na seção 3.1, possui uma rigidez e foco maior quando comparada à padronização de Christensen, o que a distanciaria ainda mais da proposta de Luria.

Os artigos de Neves et al (2008) e Pontes e Hübner (2008) não explicitaram nenhum uso das padronizações de testes neuropsicológicos de Anne L. Christensen ou de Lúria-Nebraska.

Gráfico 7 – Utilizações padronizadas da proposta de avaliação neuropsicológica de Lúria



(1) Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001).

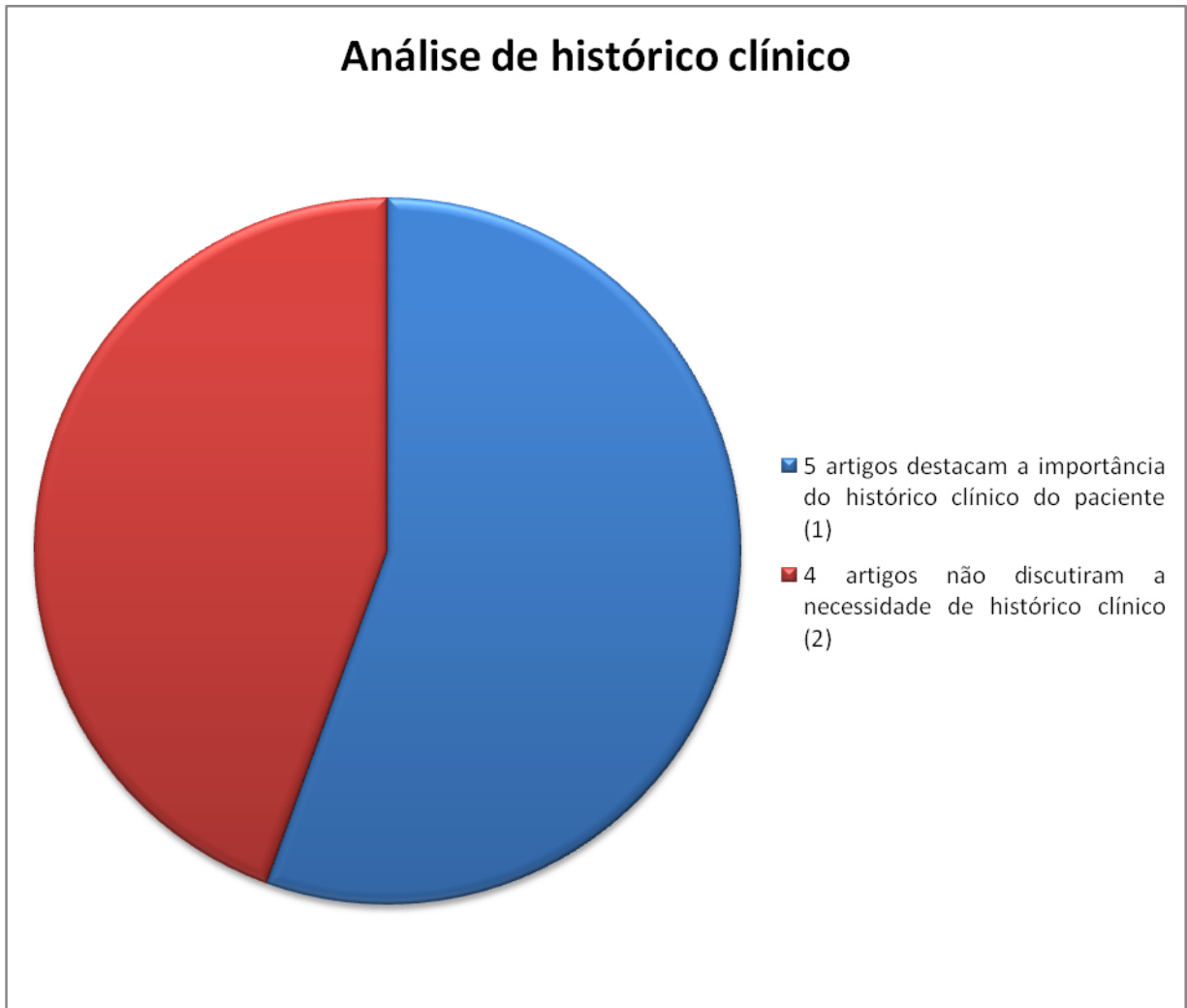
(2) Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993); Pungnetti et al (1993); Tsushima e Newbill (1996); Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991); e Günther et al (1992).

(3) Neves et al (2008); Pontes e Hübner (2008).

Quanto à consideração da importância do histórico clínico do paciente avaliado em um processo de avaliação neuropsicológica (Gráfico 8), cinco artigos [Pontes e Hübner (2008); Neves et al (2008); Pungnetti et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides; Ciasca (2001); Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991)] ressaltavam a necessidade de que o histórico clínico do paciente fosse levado em consideração devido ao seu valor. Os demais artigos [Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro

(1993); Tsushima e Newbill (1996); Günther et al (1992)], não defendiam esse pressuposto e focavam sua análise apenas nos dados obtidos a partir do processo de testagem.

Gráfico 8 – Análise de histórico clínico



(1) Pontes e Hübner (2008); Neves et al (2008); Pungnetti et al (1993); Tabaquim; Guimarães; Abramides e Ciasca (2001); e, Garmore; Scheff e Moses Jr. (1991).

(2) Riechi; Moura-Ribeiro e Ciasca (2011); Guerreiro; Garcia; Ferraz; Piovesana e Moura-Ribeiro (1993); Tsushima e Newbill (1996); Günther et al (1992).

A partir do que discutimos, podemos entender que não existe clareza, nos usos atuais, da especificidade referente à consistência e à modalidade de um processo de avaliação neuropsicológica. O que temos é a aglutinação de testes psicológicos, neurológicos, psicométricos e demais instrumentais, que, unidos, compõem um processo de avaliação neuropsicológica. Entendemos que resgatar o caráter específico dessa modalidade avaliativa seja de crucial importância para o próprio resgate da crítica de Luria (1970; 1977; 1979; 1981) à avaliação neuropsicológica tradicional.

Defendemos também a necessidade de resgatar o fundamento epistemológico que norteia um sistema conceitual. Pois, pelo contrário, pode-se incorrer em um erro de desvincular um conceito de seu fundamento, como foi verificado em relação às apropriações incoerentes de Luria e as utilizações de seus conceitos e entendimentos sem referenciá-lo.

Ainda destacamos que, a partir da análise realizada das produções atuais em avaliação neuropsicológica relacionada ao entendimento de Luria, podemos considerar ser pouco existente uma teoria base para a análise dos achados a partir do processo de avaliação. Como exposto anteriormente, dentre os artigos analisados, apenas um defendia a necessidade de um fundamento norteador das análises⁴², os demais não apresentavam tal preocupação. Nesse sentido, destaca-se a atualidade da crítica e defesa realizada por Luria (1970; 1977; 1979; 1981) de que a Neuropsicologia deveria ser composta tanto de um fundamento a respeito do entendimento da constituição cerebral, quanto de instrumentais técnicos de encaminhamento dos casos de pacientes lesionados.

3.3 Implicações epistemológicas e práticas de uma tendência a quantificar e não qualificar os sintomas

Com o exposto, passamos a contar com elementos que nos permitem rumar para a discussão de quais as implicações epistemológicas e práticas que perpassam os procedimentos tradicionais em avaliação neuropsicológica. Ou seja, a partir da análise realizada e exposta no item anterior, podemos agora pensar quais são as consequências de um processo investigativo, que se diz científico e que encerra seu processo na quantificação e não no entendimento das múltiplas relações que totalizam um único fenômeno psíquico.

Entendemos, baseados em Vigotski (2004c), que trabalhar tais implicações epistemológicas e práticas é resgatar o objetivo específico da ciência, ou seja, analisar os fenômenos da realidade, para além de descrevê-los. Além disso, o autor ainda nos leva a pensar que as esferas epistemológicas e práticas constituem um mesmo fenômeno, uma vez que, toda teoria possui em si, um posicionamento prático frente à realidade.

Nas exposições realizadas no item anterior pudemos constatar que, nos momentos em que não se tem claro qual fundamento teórico embasa uma prática de avaliação neuropsicológica, e também não se realizam análises qualitativas do funcionamento psíquico

⁴² Como assinalado, o artigo fazia referência ao fundamento da Análise do comportamento (Pontes e Hübner, 2008).

do sujeito avaliado, incorremos em um reducionismo, pois o trabalho científico se encerra em um número que padroniza e normatiza os fenômenos psicológicos a partir do parâmetro que pressupõe uma média normativa do psiquismo humano. Tais categorizações pressupõem um resultado que enquadra o funcionamento psicológico humano a partir do que é comum de ser observado nas idades cronológicas da vida. Nesse sentido, não são levados em consideração aspectos cruciais para o desenvolvimento humano, como: formação escolar, qualidade de tal formação, classe social e acesso a instrumentos e signos culturais.

Tal normatividade também pressupõe a existência de uma lei explicativa da organização cerebral, válida a todos os humanos e regida pelos aspectos maturacionais do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a maturação biológica do desenvolvimento humano passa a ser considerada com uma lei do desenvolvimento a partir da qual todos os humanos e sujeitos avaliados em um processo de avaliação neuropsicológica devem ser enquadrados.

Querendo ou não, o que se tem atualmente é uma lei única de funcionamento cerebral, válido a todos os humanos. O que é contrário ao que Luria (1981) entendia, como podemos constatar, nas palavras do próprio autor, quanto ao método básico da nova disciplina, denominada de Neuropsicologia:

Se descrevermos, em um número suficientemente grande de casos, as alterações em processos mentais humanos que surgem de lesões cerebrais locais, **qualificarmos cuidadosamente os fatos descobertos**, distinguirmos os fatores básicos que levam ao seu aparecimento, e se, então, compararmos todas as alterações que surgem nesses casos com os processos que permanecem intactos (ou, em outras palavras, se analisarmos não apenas sintomas, mas, sim, síndromes completas associadas à lesão), poderemos conseguir progressos substanciais no sentido tanto da identificação dos aspectos de uma área específica do cérebro, como da determinação da contribuição dada por aquela área do cérebro para a construção de processos mentais humanos (Luria, 1981, p.83, *negritos nossos*).

Dessa maneira, podemos entender qual era a proposta de Luria (1981) na construção de seu projeto metodológico para o estudo da Neuropsicologia. Tais princípios se refletem na atividade prática de investigação, que passa, então, a contar com os objetivos de entendimento e discriminação dos fatores cerebrais que levam ao aparecimento de determinado sintoma. Tal avaliação conta com um trabalho específico de seleção de atividades individuais para cada sujeito avaliado, de maneira a alcançar a compreensão de sua situação.

Pontuamos ainda que, para Luria (1970; 1977; 1979; 1981), uma avaliação neuropsicológica somente poderia existir, quando fundamentada em uma teoria explicativa do

desenvolvimento cerebral. Sem isto, não se alcançaria objetivo nenhum para além da classificação do sujeito avaliado em um escore. Apesar do alerta de Luria ter sido realizado no século passado, pudemos constatar que dos artigos analisados, como exposto no item anterior, apenas um teve a preocupação de referenciar sob qual fundamento estava sendo realizada sua exposição⁴³. Os demais não o fizeram. Isto também denuncia o fato de que, apesar de Luria ser “pai da Neuropsicologia”, tal consideração é feita sob uma leitura superficial de sua obra. Ou seja, não a consideram a partir de seus fundamentos. Uma vez que a necessidade apontada por Luria (1970; 1977; 1979; 1981), para que as intervenções em Neuropsicologia se fundamentassem em uma compreensão total da relação de unidade entre psiquismo-cérebro, não tenham sido encontradas nos trabalhos.

Luria (1979) não apenas avaliava e encaminhava terapeuticamente seus pacientes, mas também buscava realizar, a partir de sua atividade clínica, um estudo do cérebro que o permitisse conhecer os mecanismos dos processos psíquicos do homem. Ou seja, conhecer a constituição e o funcionamento neuropsicológico do homem, sendo esta a proposta do projeto do autor.

Ao desenvolver sua teoria explicativa dos fenômenos psicológicos, Luria (1979) realiza uma recuperação histórica das pesquisas realizadas por autores que o antecederam, para depois se deter com calma nas concepções contemporâneas a seus estudos. A partir de então, é que Luria (1979) analisava os limites das mesmas, as possíveis superações, avanços e/ou retrocessos, convergências e/ou divergências, assim como fazia Vigotski (2004c).

Nesse sentido, o autor critica a concepção tradicional e predominante existente na Neuropsicologia, a qual diria respeito ao entendimento dos processos psíquicos como um conjunto de faculdades mentais ou propriedades do espírito. Nela se buscava entender ou encontrar os órgãos ou centros cerebrais responsáveis por essas faculdades. Podemos analisar que tal concepção estaria sob influência do idealismo, e responderia ao fundamento para as pesquisas localizacionistas. Uma vez que o mecanicismo e o idealismo acabam tendo vinculações, pelo fato de ambas as concepções acarretarem em um reducionismo na compreensão do funcionamento psicológico humano.

Um exemplo dado por Luria (1979), de um autor que realizou esse projeto reducionista foi Gall⁴⁴, que a partir de seus estudos em Frenologia, buscou encontrar os

⁴³ Lembramos ainda que tal artigo (Pontes e Hübner, 2008) se fundamentava no referencial da Análise do Comportamento.

⁴⁴ Franz Joseph Gall (1758-1828), médico e anatomista alemão.

centros cerebrais responsáveis por determinadas funções psicológicas. Já no século XIX, foram realizados estudos pautados em métodos científico-naturais. Tais pesquisas introduziram, no estudo do cérebro, dados de investigações analítico-comparativas e também resultados de experimentos fisiológicos (Luria, 1979). De acordo com o autor, as novas pesquisas científicas sobre os processos psíquicos e sua relação com o cérebro humano estavam encontrando grandes dificuldades, estas seriam da ordem da “crença – constituída através dos séculos – de que os processos psíquicos são faculdades relativamente simples que podem encontrar sua localização estrita em zonas limitadas do córtex.” (Luria, 1979, p.15). Essa busca de localização e redução dos fenômenos psíquicos é visualizada nos *mapas funcionais do cérebro* de Kleits⁴⁵ e, segundo Luria (1979), esse tipo de pensamento se diferenciava muito pouco do proposto por Gall.

A partir do exposto, podemos gerar um questionamento: O que existe hoje, ainda consiste em uma tentativa de localização da função cerebral? A partir da análise realizada, entendemos que a questão se tornou ainda mais difícil. As pesquisas atuais não buscam localizar as funções cerebrais, como foi feito no final do século XIX e início do século XX, sendo este posicionamento criticado por Luria (1970; 1977; 1979; 1981). Parece-nos que foi aceito, como que por consenso, que as funções cerebrais se localizam em determinadas áreas e os estudos em avaliação neuropsicológica, portanto, não precisam mais localizar as funções mentais, uma vez que elas já foram localizadas. Resta, às avaliações tradicionais, categorizar os indivíduos, por meio da avaliação. Fato este que, quando falamos em ciência, consiste em uma prática incongruente com o que buscava Luria (1979), no entendimento proposto neste trabalho.

Esse projeto avaliativo tradicional, que reduz o complexo fenômeno psíquico humano em algo simples e elementar, ainda se mantém em vigência, como apresentamos na seção anterior. Daí decorre a necessidade de resgatar essa crítica assinalada por Luria no século XX, para que tenhamos condições de realizar uma discussão, enfrentamento e busca pela superação das práticas de avaliação neuropsicológica biologicistas e naturalizantes.

De acordo com Luria (1979), a afirmação de que os complexos processos psíquicos estariam ‘localizados’ em áreas limitadas do cérebro contribuiu muito pouco para o desenvolvimento das concepções científicas acerca do comportamento humano. O autor desenvolve seu pensamento e argumenta que as concepções simplistas, essas que reduziam o fenômeno psicológico a algo elementar e que poderia ser localizado, conservavam o caráter

⁴⁵ Karl Kleits (1879-1960), psiquiatra alemão.

de *mitologia cerebral*. Ou seja, apesar de estarem pautadas no dito método científico-natural, a *ciência verdadeira*⁴⁶ para a época, recaiam no mesmo erro idealista dos filósofos. Tal erro, como assinalado anteriormente, diria respeito à redução do funcionamento psíquico humano, que possui caráter complexo, a um fenômeno de ordem simples. Neste caso, a uma localização específica a uma região cerebral.

O avanço nos estudos dos mecanismos cerebrais dos processos psíquicos só seria possível, segundo Luria (1979), a partir de uma análise tanto da natureza quanto da estrutura das funções psíquicas e das formas de funcionamento do cérebro humano, o que não se mostra presente nos estudos analisados ainda hoje e demarca o quanto é necessário caminhar nesta direção. Portanto, Luria (1979) defende que o estudo científico neuropsicológico deveria ter redefinido o seu objeto (conhecer sua natureza, é conhecer o objeto) e seu princípio explicativo (forma de compreensão dessa natureza) – relacionando com o que diz Vigotski (2004c), do que era necessário para a construção de uma ciência. Luria (1979) considera que contribuíram para esse projeto, a Psicologia Moderna e a Neuropsicologia:

As formas complexas da atividade psíquica deixaram de ser interpretadas como “faculdades” obtidas da natureza e indivisíveis a partir de certo limite. Em lugar da velha concepção das “funções psíquicas” principais, próprias do homem e não suscetíveis a mudanças substanciais no processo de desenvolvimento do homem, apareceu a proposição segundo a qual todos os tipos de atividade do homem, inclusive sua atividade consciente, representam *sistemas funcionais complexos*, muitos dos quais são sociais por sua estrutura e autorreguláveis por suas particularidades funcionais (Luria, 1979, p.16, *destaques do autor*).

Vemos aqui a defesa do princípio explicativo da Neuropsicologia proposta por Luria (1979), o funcionamento dinâmico e a ideia de sistemas funcionais complexos; bem como o fundamento da Psicologia Histórico-Cultural, uma vez que o próprio psiquismo é entendido a partir de sua origem enquanto fenômeno social.

Para a Neuropsicologia proposta por Luria (1979), uma percepção, por exemplo, não é um fenômeno simples, primário e de ordem meramente biológica. É complexo, de ordem cultural e secundário, ou seja, que se processa por intermédio de signos culturais. A percepção humana envolve linguagem, uma vez que um objeto só pode ser percebido para além de sua simples visualização, por meio de um entendimento do mesmo, via pensamento e linguagem.

⁴⁶ *Ciência verdadeira*, aqui, encontra-se em destaque pelo fato de se remeter às concepções Materialistas Mecanicistas. Estas consideravam que somente era verdadeiro aquilo que poderia ser captado pelos órgãos do sentido e mensurado (Vigotski, 2004c).

Segundo o autor, a percepção muda por meio do trabalho, da criação dos instrumentos e signos que a dirigem. De semelhante forma, também ocorre com a memória humana. Nesse sentido, a memória também é considerada uma função cultural que se apoia em signos culturais, meios auxiliares de memorização⁴⁷.

Luria (1979) cita Vigotski para defender a ideia de que um ato psíquico interpsicológico se converte em um sistema intrapsicológico, ou seja, se forma de fora pra dentro (do *interpsicológico* para o *intrapsicológico*), e se torna autorregulador. Luria (1979) explica que primeiro o discurso é estabelecido entre a criança e o adulto, depois a criança fala para si, e depois desenvolve sua fala interna. Ele recupera o fundamento vigotskiano, para argumentar a respeito da necessidade do mesmo para a análise da constituição e funcionamento dos processos psíquicos humanos:

Se os processos psíquicos são sistemas funcionais complexos, históricos por sua formação e mediados por sua estrutura, perdem então todo o sentido, as intenções de “localizá-los” em áreas limitadas do cérebro, e de buscar sua base cerebral na função de um grupo limitado de células nervosas (Luria, 1979, p.17).

De acordo com a proposta de Luria (1979), a nova forma de compreender a organização cerebral alterava de forma radical as investigações do cérebro e sua relação, com a análise do comportamento humano. A pesquisa passa de descritiva à análise da estrutura interna do funcionamento cerebral. Assinalamos que apesar de Luria (1970; 1977; 1979; 1981) ter realizado no século XX, uma superação das teorias tradicionais, os estudos atuais pesquisados, ainda se pautam em estudos tradicionais que se restringem à descrição do que foi possível de ser observado a partir de uma prática de avaliação neuropsicológica.

De acordo com Luria (1979) a fonte principal de seus estudos sobre a organização funcional do cérebro era advinda dos resultados das pesquisas sobre as alterações nos comportamentos produzidas em casos de lesão cerebral, sendo que esse enfoque se diferenciava do tradicional. Atualmente essa especificidade também foi perdida. Nesse sentido, podemos questionar a qual finalidade se destinaria a especificidade de um processo de avaliação tradicional. Este ponto nos parece ser de necessária precisão, para que se tenha claro qual a finalidade de um processo avaliativo neuropsicológico, e abre possibilidades para novos estudos na direção do resgate da especificidade postulada por Luria.

Luria (1979) entende que o funcionamento cerebral se dá via estrutura sistêmica dos processos psíquicos complexos, ou seja, existem sistemas funcionais cerebrais que trabalham

⁴⁷ Para aprofundamentos, indicamos: Luria, A. R. (1991). *Curso de Psicologia Geral*. V. II. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

em concerto para que um processo psíquico ocorra, e não áreas cerebrais locais responsáveis por determinadas funções cerebrais. Esta forma de compreensão se refere à concepção do localizacionismo dinâmico, defendido por Luria (1979), em superação ao localizacionismo estreito e ao holismo.

O autor levanta a seguinte hipótese:

Se os processos psíquicos representam sistemas funcionais complexos que se baseiam na atividade conjunta de todo um grupo de zonas do cérebro, cada uma das quais dá sua contribuição para a organização do sistema funcional, será natural que uma lesão de cada uma dessas zonas conduza a uma perturbação de todo o sistema funcional em seu conjunto; porém, tal como veremos mais adiante, cada uma dessas lesões, de distinta localização, conduz a perda de fatores fisiológicos distintos e os sistemas funcionais se verão afetados também distintamente (Luria, 1979, p.19-20).

De acordo com Luria (1979), uma lesão a um sistema funcional pode afetar um todo complexo de funções, que aparentemente, seriam muito distintas. Essa é outra diferença apontada pelo autor, de sua teoria para as tradicionais. Disso decorre a necessidade de que o processo de avaliação neuropsicológica seja um processo individual e não padronizado. Uma vez que o cérebro e seu funcionamento possuem especificidades de apropriação cultural e isso é variável de indivíduo para indivíduo.

Luria (1979) pontua que a ciência atual, que seria sua própria concepção para a Neuropsicologia, considerava a existência de três unidades ou blocos componentes do complexo sistema cerebral. O primeiro seria responsável pela manutenção do tônus cerebral, necessário para o funcionamento correto das partes superiores do córtex (tronco encefálico e as formações do arquicórtex - ativação/inibição). O segundo seria responsável pela recepção, análise e armazenamento da informação que chegam através dos aparatos tátil, auditivo e visual (partes das áreas posteriores dos hemisférios e o córtex parietal, temporal e occipital). E o terceiro seria responsável pela programação dos movimentos e atos, coordenação dos processos ativos, análise e avaliação, ou seja, comparação do efeito das ações frente às intenções iniciais (parte anterior dos hemisférios, em primeiro lugar os lobos frontais do cérebro).

De acordo com Luria (1979), os três sistemas funcionais participam da atividade psíquica do homem e da regulação de seu comportamento. Vemos que aqui já existe uma mudança conceitual entre as teorias tradicionais que consideram que as funções psíquicas são de responsabilidade de determinadas áreas cerebrais. Em Luria (1979), até mesmo uma função psicológica, considerada tradicionalmente como elementar, exemplo – vigília, não o é

no homem, diferentemente do animal, pois o homem não somente fica acordado, mas possui um motivo que o mantém em vigília. Ou seja, sua atividade é planejada e visa o alcance de um objetivo, qual seja, se manter focado em uma exposição teórica, por exemplo. Isso é visualizado no fato de que, para Luria (1979), as funções cerebrais trabalham em conjunto, sendo que as três unidades funcionais participam de modo complexo da atividade psíquica do homem e da regulação de seu comportamento.

Segundo Luria (1979), o princípio explicativo fundamental da organização do cérebro humano seria que: “[...] nenhuma de suas formações proporciona, em sua totalidade, alguma das formas complexas de atividade humana; cada uma delas participa da organização desta atividade, dá a sua contribuição altamente específica na organização da conduta.” (Luria, 1979, p.23). A partir desse princípio, o autor defende que:

A tarefa da neuropsicologia – ciência que trata do papel das distintas zonas cerebrais na conduta do homem – consiste em descobrir atentamente em que consiste precisamente essa contribuição, que condições (ou fatores) cada parte do cérebro introduz no desenvolvimento das formas complexas da atividade psíquica e como são perturbadas em casos de lesão de uma ou outra região do cérebro (Luria, 1979, p.23).

Consideramos importante esta definição do autor, uma vez que nela está presente o caráter específico da própria Neuropsicologia, e também, de maneira implícita, a especificidade da avaliação neuropsicológica, uma vez que, para Luria, seriam atividades em retroalimentação. Nesse sentido, o processo de avaliação neuropsicológica seria também essa busca de descoberta e delineamento das condições que levaram cada região cerebral ao desenvolvimento particular de determinada função. Essas funções, em casos de lesão, poderiam estar em um processo de comprometimento, generalizado ou específico.

Logo, baseados em Luria (1979), podemos entender que a análise do complexo de sintomas que podem ser gerados por uma lesão cerebral é apenas um dos aspectos da constituição dos processos psíquicos e do papel que desempenham as distintas áreas do cérebro no comportamento humano, o que corresponderia a uma primeira avaliação do funcionamento cerebral do paciente. O segundo e mais importante aspecto, de acordo com o autor, seria a verificação do modo com que é perturbada uma atividade psíquica no caso de uma lesão de distintas áreas do cérebro, além dos fatores que formam parte de determinado processo psíquico. Que comporia a análise secundária realizada pela avaliação neuropsicológica.

Como exemplo, podemos expor que Luria (1979) buscava entender os elementos que constituem o ato da escrita e como esses seriam perturbados em lesões localizadas em áreas

cerebrais diferentes do hemisfério esquerdo. Vemos aqui o método utilizado por Luria (1979): a análise dos elementos que constituem a escrita, ou a filosofia, a explicação psicológica da escrita e a verificação dos diferentes sintomas causados por lesões cerebrais específicas. Trouxemos esse elemento aqui, para que recuperemos a proximidade com os encaminhamentos metodológicos realizados por Luria no processo de investigação neuropsicológica.

De acordo com Luria (1979), para escrever uma palavra é necessário decompô-la em sons que a compõem, sons linguísticos, e destacar os elementos sonoros da língua que serão escritos, os fonemas. Para isso, é necessária a participação da região temporal esquerda. Exige também articulação e, para isso, participação da região pós-central do córtex (cinestésica). Há ainda participação das regiões occipitais e parieto-occipitais, para que os fonemas sejam transformados em grafemas. O processo ainda exige movimentos precisos, a base do ato motor da escrita, e isso exige a participação de zonas premotoras do córtex. Os lobos frontais também participam da ação, uma vez que a escrita é uma atividade complexa e planejada, bem como orientada no sentido de cumprimento desse planejamento. Lembramos que isso exige desenvolvimento da linguagem e, portanto, conta com a aprendizagem e apropriação social.

Este fato era constituinte das análises realizadas por Luria, o que não foi verificado nos estudos contemporâneos analisados para esta pesquisa. Logo, na maioria dos estudos anteriormente descritos o que se mostra presente é um entendimento de que as funções sociais são funções cerebrais, executadas por neurônios. Para Luria (1981), elas o são, mas a mera existência da região ou dos neurônios não garante a função de escrever, por exemplo. A função da escrita vai além da execução deste comportamento pelas vias neuronais, pressupõe apropriação cultural. Este é o grande dilema dos reducionistas, uma vez que não concebem tal fator determinante. Isto acarreta em uma naturalização de fenômenos sociais e sua consequente transformação em funções orgânicas, que podem ser avaliadas e pontuadas.

Podemos ver, nos encaminhamentos teóricos e metodológicos de Luria (1979), o quanto sua concepção neuropsicológica resgata o caráter complexo/cultural constitutivo de uma função psíquica. O processo psíquico da escrita é explicado levando em consideração todos os processos cerebrais complexos envoltos e que conjuntamente resultam no ato de escrever, na capacidade socialmente desenvolvida. Aqui vemos o porquê, para Luria (1979), o Localizacionismo estreito seria reducionista, posto que reduz um fenômeno complexo a um caráter simplificado. Ou seja, reduz um fenômeno cultural, um processo psíquico culturalmente desenvolvido, a uma capacidade orgânica inata e localizada em uma região

cerebral específica e só nela, como se fosse uma capacidade natural e não desenvolvida por processos de ensino-aprendizagem. Luria (1979) supera essa concepção tradicional analisando o todo do complexo funcional, a totalidade formativa de um psiquismo particular, enfatizando o papel de cada região cerebral específica, envolto e constituinte do processo da escrita.

De acordo com Luria (1979), a análise da atividade cerebral do homem, em particular a análise das mudanças produzidas nos processos psíquicos decorrentes de lesões cerebrais, permitem aproximação da resposta para a questão acerca do modo como se relacionam os processos psíquicos, ou seja, o que há em comum e o que há de diferente entre eles. Dessa maneira, uma lesão local no cérebro elimina uma condição fisiológica do desenvolvimento dos processos psíquicos e, ao perturbar o todo da organização funcional, afeta todos os processos que não podem se realizar sem a participação da região lesionada:

A investigação neuropsicológica permite penetrar na estrutura interna dos processos psíquicos de modo muito mais profundo que a simples descrição fenomenológica, e precisamente por isso as investigações neuropsicológicas e psicofisiológicas começam a atrair um interesse cada vez maior, apresentando-se como substituto da descrição externa do comportamento, que já esgotou suas possibilidades (Luria, 1979, p.33).

Desse pressuposto decorre a necessidade de que as análises realizadas a partir dos processos de avaliação sejam de caráter qualitativo e não quantitativo, ou descritivo, como verificado nos artigos analisados. Um estudo qualitativo elucidava o próprio estado do funcionamento mental e mais do que isso, a maneira pela qual ele chegou a manifestar tal estado e as próprias possibilidades de superação.

Segundo Luria (1979), a neurologia clássica dava conta de estudar os mecanismos das formas elementares da sensibilidade dos atos motores e reflexos, porém, não conseguia compreender os atos complexos de análise da formação e da regulação de atos volitivos. Nesse sentido, Luria (1979) expõe que as perturbações psíquicas complexas causadas por lesões aos sistemas corticais superiores não se aproveitavam para o diagnóstico topográfico das lesões cerebrais, e seus sintomas não poderiam ser utilizados para a análise científica dos mecanismos cerebrais da atividade psíquica. Daí a impossibilidade de que uma avaliação neuropsicológica encerre sua prática na descrição do que foi observado.

De acordo com Luria (1979) era tarefa da Neuropsicologia, ir além, ou seja, qualificar as perturbações das funções psíquicas e analisar os mecanismos das mesmas, que se produziram em casos de lesões locais no cérebro. A concepção de Luria (1979) supera as concepções tradicionais por extrapolar a simples descrição dos dados observados. Isto é, explica a especificidade do funcionamento psicológico humano, por analisar esses dados no

intuito de traçar relações entre os sintomas observados, as funções perdidas e o funcionamento das zonas cerebrais em concerto, ou seja, o funcionamento do todo cerebral. Isso pressupõe também que o sujeito avaliado seja compreendido em sua totalidade, isto é, a partir de sua constituição histórico-cultural.

A partir da própria recuperação da crítica e superação realizada por Luria (1979) aos processos tradicionais de entendimento do funcionamento cerebral e dos processos de avaliação neuropsicológicos, podemos entender que a consideração de uma lei geral explicativa para o desenvolvimento cerebral, válida a todos os humanos, retira a possibilidade de compreensão de que esse funcionamento psíquico é desenvolvimento por via cultural. Nesse sentido, nas teorias e práticas tradicionais, se tem a presença de processos de naturalização e biologização de funções psicológicas que possuem seu desenvolvimento a partir de apropriação cultural. Quando tais processos são considerados apenas como funções orgânicas, podem ser medidos, mensurados, o que já acarreta, em si, em uma implicação prática classificatória.

A partir dos trabalhos analisados e expostos na seção anterior, verificamos que, além da problemática referente ao foco, presente nas avaliações quantitativas, que, quando muito, recaem na descrição dos dados observados, não existe uma distinção entre a natureza e especificidade de uma avaliação neuropsicológica, como existe em Luria. Para o autor, um processo de avaliação neuropsicológico é, em si, uma teorização a respeito do funcionamento cerebral de um sujeito em particular. Tal teorização pressupõe tanto a compreensão dos sintomas primários gerados pela lesão, da ou das síndromes secundárias verificadas, mas também do impacto do dano cerebral, frente a um psiquismo, que anterior à lesão, possuía determinado nível de desenvolvimento, decorrente de apropriação cultural (Luria, 1970; 1977; 1979; 1981).

Logo, falar em avaliação neuropsicológica em Luria (1970; 1977; 1979; 1981) é defender a existência de uma constituição social de determinado psiquismo particular, que teve seu funcionamento afetado. A partir daí, é entender de que modo essa constituição foi afetada e o que é possível ser realizado e desenvolvido para a recuperação do funcionamento de um cérebro em específico, buscando a compensação dos defeitos pela via da apropriação cultural.

A partir do exposto, entendemos que todo tipo de padronização do pensamento luriano, acarreta em uma simplificação de sua forma de compreensão do desenvolvimento psicológico, ou seja, da própria relação entre a unidade psiquismo e comportamento. Pontuamos, no entanto, que mais distante ainda do que defendeu Luria (1970; 1977; 1979;

1981), para além das padronizações existentes, como as baterias de Christensen e de Luria-Nebraska, estão os usos contemporâneos de tais instrumentais.

Para concluirmos esta seção, expomos uma citação que diz respeito à importância da produção de Lúria:

Sua afasiologia baseia-se em uma fundação teórica sólida, extensa e internamente consistente, ainda sem paralelo nos sistemas atualmente usados. A teoria de Lúria oferece um arcabouço dentro do qual se torna possível entender o relacionamento entre o cérebro e as funções mentais superiores, como a linguagem e, então, aplicá-lo clinicamente. Sua abordagem capacita o clínico a ultrapassar o mero registro de observações e chegar ao que está por trás delas (Kagan e Saling, 1997, s/p).

Entendemos que é dessa fundamentação teórica sólida, que embasa instrumentais práticos promotores de desenvolvimento humano, é que decorre a necessidade de se realizar trabalhos a partir de um retorno aos fundamentos de Lúria, e sua vinculação aos princípios histórico-culturais da constituição do psiquismo humano. Além disso, entendemos que a busca dos fatores que estão por detrás de determinado sintoma apresentado em um sujeito, diga referência ao próprio objetivo da ciência, qual seja, o de ir à busca da essência dos fenômenos, para além de sua manifestação em nível aparente (Vigotski, 2004c).

Também defendemos a importância do fundamento de Lúria para o trabalho clínico e o quanto a teoria e atuação profissional se retroalimentam, até porque foi da experiência clínica que Lúria retirou dados para a elaboração dos fundamentos teóricos que explicam a unidade cérebro-psiquismo sem apartar-se da relação dialética indivíduo-sociedade.

Além disso, destaca-se a importância, levantada pelos autores da Psicologia Histórico-Cultural, de que a atuação profissional não deva se limitar na descrição dos dados, mas sim analisá-los e propor novas formas de desenvolvimento tanto instrumental quanto teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos dedicamos ao estudo a respeito da proposta de avaliação neuropsicológica luriana. A partir do embasamento teórico, nos posicionamos na defesa de que o processo avaliativo em Neuropsicologia, tal como proposto por Luria (1970; 1977; 1979; 1981), somente pode ser compreendido quando se considera a totalidade das formulações da Psicologia Histórico-Cultural. É importante considerar, também, que o princípio explicativo da gênese social do psiquismo humano é o norte analítico para a teorização luriana a respeito da relação de unidade dialética entre biológico e psíquico e/ou comportamento e cérebro.

Através da análise, foi possível observar que as condições do contexto, no qual Luria desenvolveu seu estudo do cérebro, colocaram as bases objetivas para que a Neuropsicologia se constituísse enquanto um ramo do saber psicológico, em interface com outros saberes, como a Medicina, por exemplo. Nesse sentido, consideramos que o projeto luriano em avaliação neuropsicológica foi uma busca de respostas às demandas colocadas ao trabalho da Psicologia Aplicada de sua época, que consistiam em avaliar, compreender e reabilitar pacientes com perdas em suas funções psicológicas em decorrência de lesões cerebrais.

Pudemos, ainda, defender que a avaliação neuropsicológica é uma das especificidades de trabalho da Neuropsicologia luriana, que se relaciona ao processo de atendimento clínico e não se aparta de seu objetivo final, que é preparar condições para o planejamento do tratamento com vistas à reabilitação, e/ou desenvolvimento das funções psicológicas perdidas. Além disso, foi possível compreender que a proposta de avaliação neuropsicológica pertence a uma disciplina particular, da Psicologia Geral de Vigotski (2004c), sendo esta, a Neuropsicologia.

Nossa hipótese de que, na atualidade, os encaminhamentos referentes ao processo de avaliação neuropsicológico luriano se perderam foi confirmada, conforme expomos na seção III. Apesar de Luria (1981) ser o “pai da Neuropsicologia” suas defesas não têm sido levadas em consideração pelas produções atuais, que muitas vezes nem chegam a citar seus estudos.

Portanto, faz-se necessário um resgate dos fundamentos teóricos e epistemológicos da teoria norteadora da Neuropsicologia luriana, de modo que seu projeto não incorra na própria crítica realizada pelo autor (Luria, 1977) às produções tradicionais no que diz respeito ao entendimento da relação de unidade entre comportamento e psiquismo. Sinalizamos que toda a riqueza posta pelo autor não foi possível de ser abarcada nessa dissertação, fato este que aponta para novas possibilidades de aprofundamentos em pesquisas futuras.

Entendemos que qualquer encaminhamento teórico, e/ou atuação em Psicologia Aplicada, que se propõe fundamentado em Luria, não deve se esquivar de se debruçar sobre seu fundamento teórico, a saber, a concepção de fenômeno psicológico para a Psicologia Histórico-Cultural. Resgatar seu fundamento significa entender um conceito específico em relação ao todo conceitual da Psicologia Histórico-Cultural. O recorte de conceitos, que muitas vezes se faz presente nos estudos que utilizam Luria, imputa consequências referentes a um distanciamento dos próprios pressupostos defendidos por Luria e demais autores da Psicologia Histórico-Cultural, tal como demonstramos na seção III.

Outro limite observado, nos artigos analisados, foi o de encerrar a análise do processo de avaliação neuropsicológica no teste em si, e compreender um sujeito avaliado a partir do critério de padronização. A avaliação proposta por Luria (1970; 1977; 1979; 1981) objetivava abrir possibilidades para o desenvolvimento das funções psicológicas em um sujeito particular, e não encerrá-las. Quando se restringe a análise a um resultado padrão, encerram-se as possibilidades postas ao sujeito e nada mais resta ao psicólogo, se não normatizar o funcionamento psicológico. Defendemos, portanto, o processo de avaliação neuropsicológica como passos do próprio trabalho do psicólogo, que deve inicialmente compreender, para que possa intervir e fazer avançar o desenvolvimento das pessoas com as quais atua.

Diante do exposto, passaremos a tratar as possibilidades atuais de emprego da avaliação qualitativa luriana nas avaliações psicológicas. Inicialmente, gostaríamos de destacar que a consistência do trabalho clínico realizado por Luria, no nosso entendimento, se caracteriza por uma atuação na qual se tem dois papéis intervencionalizados, o de investigador e o de neuropsicólogo. O que também corresponde a uma unidade entre pesquisa básica e aplicada, porém voltada à sociedade, à recuperação da atividade vital dos indivíduos em questão. Para Luria (1970; 1977; 1979; 1981) a investigação, decorrente dos processos avaliativos, não pode perder de vista o sujeito da mesma, que é um ser humano lesionado e/ou em sofrimento, que necessita de ajuda e para o qual o instrumental científico pode tornar-se decisivo para a sua recuperação, ou não.

Dessa forma, passaremos a trabalhar as contribuições que o entendimento do processo de avaliação luriano pode gerar à atuação em Psicologia, sobretudo, pelo caráter mediado da investigação, bem como de seu objetivo final: a promoção do desenvolvimento humano. Nas teorizações de Luria (1983) há sempre a defesa da necessidade de se avaliar a qualidade do sintoma presente no interior de uma síndrome. Ou seja, de acordo com o quadro de sintomas apresentado por um paciente, um mesmo sintoma específico pode ter significado diferenciado, variando de caso para caso. Esse pressuposto nos leva a pensar que em um processo de

avaliação psicológica também devemos nos atentar aos sintomas ou deficiências apresentados pelos pacientes em sua especificidade.

Também entendemos que as teorizações lurianas podem contribuir para a Psicologia Escolar, sobretudo pela análise do autor de como se formam os processos referentes à leitura e à escrita, bem como se processa a formação das funções psicológicas superiores. Para a Psicologia Histórico-Cultural, tais processos não se reduzem a capacidades orgânicas do ser humano. Há um correspondente cerebral que executa a função de ler e escrever, porém para que tal processo sináptico ocorra se faz necessária a apropriação cultural.

De acordo com Vigotski (2007) a escrita ocupa papel fundamental para a promoção do desenvolvimento cultural da criança, sendo que tal função social não seria levada em consideração pelos estudos tradicionais em Psicologia. Daí decorre a facilidade em se avaliar de forma padronizada tal capacidade. Considera-se a escrita, pelos estudos tradicionais, como uma capacidade *natural* do ser humano, não se levando em conta sua história de aprendizagem e conseqüente desenvolvimento. Para o autor, a escrita poderia ser definida como um: “[...] sistema particular de símbolos e signos cuja dominação prenuncia um ponto crítico em todo o desenvolvimento cultural da criança.” (Vigotski, 2007, p.126). Sendo assim, tal comportamento é mais do que uma capacidade comportamental, correspondendo a um processo de internalização de um sistema de códigos decorrente da própria história humana.

Luria (1988) recupera algumas dessas formulações realizadas por Vigotski, para debater a questão do desenvolvimento da escrita. Ambos os autores, pelo fato de compartilharem do mesmo fundamento teórico, concordavam que a escrita é um processo desenvolvido. Logo, possui uma história de desenvolvimento. História essa que deve ser analisada em um processo de avaliação psicológica ou neuropsicológica em um sujeito.

Para exemplificar essa concepção, Luria (1983) debate a questão da localização de centros da escrita. O autor explica que a escrita é uma função complexa e que não pode ser reduzida à realização de movimentos motores finos, realizados e localizados em regiões específicas do cérebro. A escrita, quando se constitui em um processo ainda não automatizado, como na criança em processo de alfabetização, requer muito mais atividades e relações entre as regiões cerebrais, do que quando se realiza por uma pessoa que possui domínio, ou seja, automatização da atividade de escrever.

Essa questão se coloca em centralidade para pensarmos as ações da Psicologia Escolar. Se a formação dos processos psicológicos, como defende o autor, exige mais relações cerebrais, do que quando já está constituída, isso significa que é necessário maior planejamento e orientação para que se desenvolva. Ou seja, requer participação externa, por

mediação, o que nos faz resgatar o papel do professor, com relação ao ensino e do psicólogo com vistas à promoção do desenvolvimento do sujeito.

Vemos na concepção luriana, sempre a intersecção entre os aspectos teóricos e aplicados. Nesse sentido, expomos que, foi a partir do ano de 1982, com a publicação do *International Journal of Psychology*, que se passou a considerar, formalmente, para o meio científico, o duplo aspecto da Neuropsicologia (Manga, 2001). Tal ramo do conhecimento passou a ser entendido a partir de sua dimensão científica, que propõe a compreensão dos processos neurais em suas manifestações relacionadas ao comportamento (relação de unidade entre cérebro e psiquismo). Além disso, possui uma dimensão de ciência aplicada, uma vez que a Neuropsicologia objetiva, a partir de seus conhecimentos, formular diagnósticos que possibilitem a recuperação de pacientes com lesões cerebrais. Destacamos que Luria já realizava essa defesa em meados do século XX.

Esse aspecto nos leva pensar que, para o meio científico, a Neuropsicologia, assim como a Neurociência, é um ramo do saber valorizado, pois se considera que as mesmas ocupam, no interior do estudo dos processos psicológicos, um caráter científico. Sob nossa análise, apesar de Luria ser o marco para a constituição da Neuropsicologia enquanto ramo do saber científico, seu projeto, quando não entendido a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, assume um caráter cientificista e mecanicista, uma vez que não se discute **a relação entre a Neuropsicologia enquanto disciplina particular da Psicologia Geral vigotskiana** (Luria, 1979; Vigotski, 2004c).

Ainda com relação aos aspectos que transformaram a Neuropsicologia em uma ciência, Manga (2001) apresenta três ‘imperativos’, pressupostos de tal vertente, que seriam: “Visão do campo ou das contribuições teóricas e experimentais em discussão, sua incidência no plano diagnóstico e, por último, a melhoria da prática terapêutica decorrente dos mais recentes avanços.” (p.13). O autor recupera Luria que teria defendido que a Neuropsicologia clínica poderia ser definida como a ciência responsável por investigar a participação dos sistemas cerebrais manifestos nas formas complexas de atividade psicológica. Logo, a teoria luriana propõe e explica o real entendimento da relação de unidade dialética entre cérebro e comportamento. Tal relação poderia ser encontrada no fundamento marxista, que explica o desenvolvimento e a formação humana. Não recai apenas a descrição do comportamento e nem da descrição dos mecanismos fisiológicos cerebrais, mas sim a supera, explicando a dialética existente entre cérebro e psiquismo, dialética essa expressa e possível a partir da atividade do homem no mundo.

Nosso entendimento é que a recuperação dessa superação proposta por Luria (1977) pode, em muito, contribuir para os processos de avaliação psicológica, nas diversas esferas de sua aplicabilidade. Pontuamos isso por considerarmos que, quando bem fundamentado, o processo de avaliação psicológica pode oferecer elementos a outras áreas da Psicologia, para além da clínica e escolar. Entendemos que o referencial da Psicologia Histórico-Cultural apresenta condições teóricas ao psicólogo, para a compreensão do sujeito que a ele se apresenta, bem como de seu desenvolvimento psicológico nos diversos campos da Psicologia.

Seguindo essa direção, pudemos constatar que os instrumentais utilizados por Luria (1970; 1977; 1979; 1981) fazem referência a instrumentos culturais. O autor trabalhava criativamente em seu processo de avaliação clínica. Seus recursos eram elaborados a partir de instrumentos e signos que a cultura oferece e que quando apropriados pelos sujeitos lesionados, acarretavam em uma reestruturação de sua atividade psicológica, e conseqüente desenvolvimento de seu comportamento, com vistas à promoção da autonomia dos sujeitos. Sendo assim, podemos pensar que os recursos conceituais, artísticos, literários, e a própria linguagem de forma geral, se colocam como instrumento do trabalho do psicólogo tanto para a avaliação, quanto para a promoção do desenvolvimento humano.

No que se refere a avaliação, entendermos que a congruência aos pressupostos lurianos se coloque a partir de uma perspectiva qualitativa à análise do desenvolvimento psicológico dos sujeitos avaliados. Isso não impossibilita o uso de instrumentais avaliativos quantitativos, apenas alerta para o uso que se faz dos mesmos. Destacamos também, de acordo com Manga (2001) que o olhar exclusivamente quantitativo não possibilitaria uma compreensão da relação entre cérebro e psiquismo, mas apenas um olhar superficial e estatístico a respeito do tema. Além disso, a avaliação quantitativa incorreria em um erro pelo fato de generalizar certos achados e enquadrar todas as pessoas frente a essa média encontrada.

Sendo assim, entendemos que a avaliação quantitativa possa constituir uma parte do processo investigativo, porém, a partir dessa primeira etapa, que pode também ser considerada como *descritiva*, a mesma deve rumar tanto para a análise qualitativa, quanto para a elaboração de formas de reabilitação e/ou promoção do desenvolvimento psicológico, pela via da apropriação cultural.

Segundo Martins (2006) uma análise verdadeiramente científica somente é possível pelo alcance da essência dos fenômenos estudados, e para isso, o olhar quantitativo seria insuficiente, solicitando superação:

[...] se queremos descobrir a essência oculta de um dado objeto, isto é, superar sua apreensão como real empírico, não nos bastam descrições acuradas (escritas, filmadas, fotografadas etc!!!), não nos bastam relações íntimas com o contexto da investigação, isto é, não nos basta fazer a fenomenologia da realidade naturalizada e particularizada nas significações individuais que lhes são atribuídas. É preciso caminhar das representações primárias e das significações consensuais em sua imediatez sensível em direção à descoberta das múltiplas determinações ontológicas do real. Assim sendo, não pode nos bastar apenas o que é *visível aos olhos*, pois o conhecimento da realidade, em sua objetividade, requer a *visibilidade da máxima inteligência* dos homens (Martins, 2006, p.10-11, *destaques da autora*).

Cabe pontuar que quando a autora fala em *múltiplas determinações ontológicas do real*, ela está fazendo uma defesa do fundamento da Psicologia Histórico-Cultural na análise dos fenômenos humanos. Ou seja, tal análise deve considerar a totalidade constitutiva do psiquismo dos homens, totalidade essa apenas compreensível pela dialética existente entre objetividade e subjetividade.

Manga (2001) também discute que nos Estados Unidos a abordagem qualitativa de Luria foi criticada, por ser considerada como impossível de ser validada cientificamente. Assinalamos que não seria possível de ser validada, apenas frente à concepção tradicional, que valoriza mais a estandarização do que o trabalho para o humano e compreensão desse humano em suas múltiplas relações, de seu desenvolvimento e de seus processos de reabilitação. O autor considera que apesar das críticas, a abordagem soviética supera as tradicionais:

Entre as vantagens da *Neuropsicologia soviética* pode-se assinalar a existência de uma *teoria compreensiva* da organização funcional dos sistemas cerebrais implicados na regulação da atividade psicológica humana. A metodologia de avaliação da função cerebral – e dos processos psicológicos afetados em casos de lesão cerebral localizada – objetiva a *qualificação do sintoma*; a descrição clínica que se serve de uma série sistemática de testes, ainda que os utilize de *modo flexível*. O enfoque qualitativo se opõe enfaticamente ao histórico diretamente quantitativo da psicometria, mantendo o ponto de vista de que, mesmo para aquelas funções e capacidades com padrão médio, somente a avaliação individual dos sujeitos proporciona uma base significativa para se avaliar os déficits cerebrais (Manga, 2001, p.14-15, *destaques do autor*).

Podemos considerar, de acordo com Manga (2001) que uma média populacional não consiste em uma estandarização apropriada de comparação, uma vez que não se pode aplicar o conhecimento de um paciente individual a uma média padronizada.

Sendo assim, a proposta de avaliação e de compreensão luriana se baseia no levantamento de hipóteses de trabalho sobre a situação constatada no paciente, nos casos particulares. Tal abordagem poderia ser considerada como dinâmica. Podemos entender que a proposta luriana de avaliação consiste no levantamento de hipóteses que serão ou não comprovadas de acordo com o desenvolvimento do caso clínico trabalhado (Luria, 1970; 1977; 1979; 1981). Isso é possível uma vez que a abordagem de Luria pressupõe a relação da construção do conhecimento científico com a aplicação clínica do mesmo. São duas esferas que se retroalimentam. É também decorrente do método de análise utilizado por Luria, o Materialismo Histórico-Dialético.

Segundo Manga (2001) essa forma de se considerar a avaliação neuropsicológica coloca para o experimentador, psicólogo ou avaliador uma responsabilidade frente a etapa de seleção dos testes que compõem o processo avaliativo. Destacamos que pelo fato da análise ser particular, já de início, o trabalho avaliativo possui essa especificidade, se selecionam testes a partir da hipótese primeira levantada.

É importante também assinalar que tal seleção não é feita aleatoriamente. Lembramos que o projeto de Luria (1977) possui uma teoria explicativa geral do desenvolvimento psicológico. Tal seleção também estará fundamentada por este ponto de partida. Desse ponto decorre a necessidade de que o avaliador possua domínio tanto da teoria explicativa do desenvolvimento humano quanto da instrumentalização que o permitirá avaliar os casos particulares: “O profissional, pois, deve estar altamente qualificado para aplicar a bateria de Luria.” (Manga, 2001, p.15). Esse aspecto aponta para a necessidade de uma formação profissional sólida, nos níveis teórico e instrumental. Também assinalamos a necessidade de que os currículos em Psicologia, bem como as formações complementares em Neuropsicologia, atentem ao trabalho com referenciais teóricos sólidos e valorizem o que é científico, para além do que está publicizado em nível de informação (Duarte, 2001).

Defendemos, portanto, que o conhecimento teórico deva estar atrelado à instrumentalização. Conhecer o que existe disponível em nível instrumental, por exemplo, os recursos referentes aos materiais de testagem. Tal acesso, que se coloca como um elemento determinante da formação, muitas vezes encontra-se limitado, como pudemos constatar nessa pesquisa. O conhecimento quando transformado em instrumental para o trabalho do psicólogo, torna-se privado e patenteado, o que dificulta a própria apropriação de tais recursos

e, conseqüentemente, sua utilização. Em uma sociedade capitalista tudo se transforma em mercadoria. Os testes, instrumentos de trabalho do psicólogo, bem como suas validações também não deixam de o ser.

De acordo com Manga (2001) a avaliação neuropsicológica luriana não utilizaria testes estandarizados, mas sim selecionaria metodologias em dependência às respostas dadas pelo paciente em momentos antecedentes à avaliação, ou seja, nas entrevistas preliminares. Sendo assim, a própria seleção dos recursos se coloca em dependência à particularidade de cada caso. Podemos entender que seria uma ‘avaliação seletiva’ que deve ser analisada qualitativamente. O enfoque qualitativo entende como mais significativo o modo de compreensão clínica das tarefas realizadas pelos pacientes (seus erros, acertos, limites e possibilidades) do que as pontuações finais obtidas pelo paciente em um teste psicométrico. Além disso, contaria com a fundamentação teórica a respeito do funcionamento cerebral. Luria (1992) defende que a teoria explicativa que fundamenta o conceito de sistemas funcionais complexos é o determinante para a busca de estratégias metodológicas tanto para a avaliação quanto para o planejamento do processo de reabilitação.

Pelo que o autor defende, podemos pensar que o que rege a escolha do instrumental da avaliação seria o próprio modo de compreensão do desenvolvimento humano, a teoria explicativa do desenvolvimento humano, histórico-cultural. Entendemos, a partir desse princípio, o quanto teoria e aplicação, para Luria (1992), constituem a complexidade/totalidade de um mesmo fenômeno, ou seja, a manifestação de *múltiplas relações*.

Nessa mesma perspectiva, Akhutina e Pylaeva⁴⁸ (2012b) entendem que o funcionamento cerebral, não apenas no nível de seu funcionamento, mas também de sua própria arquitetura, é dependente das experiências pelas quais o sujeito passou. Ou seja, seu cérebro é constituído por meio da relação que o sujeito estabelece com o mundo. As autoras explicam, por meio desse fundamento, que a educação planejada oferece condições para a reconfiguração cerebral e a reestruturação das funções psicológicas, inclusive em casos de deficiências. A orientação externa, realizada pelo professor, neuropsicólogo e/ou psicólogo permitiria ao sujeito adquirir novos instrumentais de ação que complexificam seu comportamento, em decorrência da própria complexificação de seu funcionamento psicológico. Para o alcance desse objetivo, podemos defender a utilização de procedimentos avaliativos com o resgate da teoria luriana. Esse aspecto de aquisição de novos instrumentais

⁴⁸ Natalia M. Pylaeva foi aluna de Luria e é atualmente autora em Neuropsicologia.

para a complexificação do funcionamento cerebral possui relação com a plasticidade cerebral, entendida como novas organizações sinápticas, bem como formação de novas sinapses, ou na conceituação vigotskiana, novos órgãos funcionais.

Destacamos que, para Vigotski e Luria (1996), o comportamento do homem não é somente cultural e social na questão do seu conteúdo, mas também na questão dos mecanismos do comportamento. Ou seja, pela apropriação da cultura são constituídos novos órgãos funcionais decorrentes da própria reorganização cerebral que a cultura gera no psiquismo. Nesse sentido, o estágio cultural do desenvolvimento humano é caracterizado pelos autores pela utilização de maneira ativa dos objetos externos como os instrumentos e signos. É necessário explicar ainda que essa *utilização ativa* somente é possível pelo funcionamento pleno de áreas pré-frontais cerebrais (Luria, 1981). Estas não estão constituídas ao nascimento, mas se formam pela relação que o mundo estabelece com a criança. É esse processo de relação entre mundo-criança-mundo, que permite à criança a aprendizagem daquilo que é cultural e que forma em seu cérebro mecanismos que possibilitam o aparecimento do comportamento planejado e autocontrolado.

De acordo com Akhutina e Pylaeva (2012b) a função do psicólogo, quando trabalha em escolas, seria a de “facilitar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes em toda sua extensão.” (Akhutina; Pylaeva, 2012b, p.29). Tal tarefa poderia ser realizada por meio da organização de instrumentos condutivos ao desenvolvimento dos estudantes e pela elaboração de programas de desenvolvimento. Além disso, poderiam ser traçadas estratégias de auxílio ao processo de desenvolvimento de maneira que os alunos pudessem encontrar seus caminhos individuais de desenvolvimento. As autoras ainda destacam que, em casos necessários, poderiam ser ofertada psicoterapia para a resolução de conflitos.

Entendemos que essa atenção ao desenvolvimento seja central na Psicologia Histórico-Cultural e, também, função primordial do psicólogo, seja ele clínico, seja escolar. Além disso, tal proposta está coerente com o objetivo da Psicologia Histórico-Cultural, de oferecer ao homem capacidades para o desenvolvimento de seu comportamento e para a promoção de sua autonomia (Vigotski; Luria, 1996; Luria, 1981). Sendo assim, a atuação de forma mediada e voltada ao desenvolvimento é um dos focos para a emancipação humana e encontra-se presente nas elaborações dos autores da Psicologia Histórico-Cultural, como pudemos trabalhar nessa dissertação a partir das defesas, principalmente, de Vigotski e Luria.

Compreender o conceito de desenvolvimento humano, para que então ele possa ser avaliado, implica em entender as condições de sua constituição. Para isso, Chiodi (2012) alerta que o psicólogo deve ter conhecimento a respeito das condições sociais que formam o

fenômeno de um psiquismo datado. Na atual sociedade implica em conhecer as condições presentes em uma sociedade de classes e a função da escola nessa sociedade:

Na sociedade atual, a escola que, é o meio mais adequado para acesso ao conhecimento científico, seria a instituição que deveria ter como meta levar todos os alunos a se apropriar do conhecimento, no entanto, em uma sociedade de classes, isso não acontece. O aluno que é encaminhado para o psicólogo, principalmente aquele proveniente de classes de trabalhadores, nem sempre teve oportunidade de se apropriar dos conteúdos, nem sempre teve as mediações necessárias para desenvolver suas potencialidades. Portanto, no processo de avaliação, o psicólogo tem que ter clareza acerca da função da escola (Chiodi, 2012, p.104).

Pontuamos que a discussão de qual a função da escola em uma sociedade de classes tem ganhado atualmente uma ampla discussão. Aqui defendemos que a educação escolar deve ser responsável pelo trabalho com os conceitos científicos de modo a oferecer recursos a humanização dos homens (Vigotski, 2009). Para que isso ocorra, o psicólogo deve estar presente no planejamento do ensino, e também muitas vezes na formação dos professores.

Segundo Akhutina e Pylaeva (2012b) faz-se também necessário um trabalho conjunto com professores não apenas para o desenvolvimento dos alunos, mas também para o próprio desenvolvimento da educação. As autoras exemplificam que o trabalho no Laboratório de Neuropsicologia de Moscou demonstra que o neuropsicólogo pode contribuir efetivamente para o contexto escolar, sobretudo por meio de processos diagnósticos que busquem orientar ações educativas voltadas ao maior desenvolvimento dos educandos:

O alicerce teórico desenvolvido por A. R. Luria e seu professor L. S. Vygotsky guia o trabalho conduzido por neuropsicólogos em escolas e é construído sob três princípios: (1) a gênese social das funções mentais superiores (FMSs), (2) a estrutura sistêmica das FMSs, e (3) a organização e localização dinâmica das FMSs. Psicólogos educacionais russos reconhecem e usam o primeiro princípio em seus trabalhos, enquanto apenas neuropsicólogos colocam em prática o segundo e o terceiro princípios (Akhutina; Pylaeva, 2012b, p.29).

Consideramos que esse aspecto necessite de maiores investigações e abra possibilidades para novos estudos. Akhutina e Pylaeva (2012b) expõem também que existem áreas emergentes na neuropsicologia russa, sendo elas a Neuropsicologia da normalidade e a Neuropsicologia das diferenças individuais. Ambas permitiriam a elaboração de instrumentais a serem aplicados nas escolas. As autoras entendem, como normalidade, os padrões esperados de comportamento, ou seja, as crianças que conseguem expressar sua atividade mental de

maneira compensatória, complexa. Já as diferenças individuais seriam presentes naquelas crianças que não conseguem compensar suas dificuldades, ou seja, que não possuem uma boa adaptação às necessidades sociais. A estas, a Neuropsicologia teria ainda mais a contribuir, gerando novas estratégias de desenvolvimento e de compensação.

Akhutina e Pylaeva (2012b) explicitam que os métodos neuropsicológicos podem contribuir para a identificação dos componentes formados, ‘fortes’, e dos componentes deficitários, ‘fracos’ da atividade cerebral, ou melhor, dos sistemas funcionais. Nessa direção, o trabalho na zona de desenvolvimento proximal é destacado pelas autoras, uma vez que auxilia na identificação das perdas primárias e secundárias e permite o avanço no desenvolvimento, por meio da atuação externa com o sujeito que apresenta atrasos no mesmo. As autoras destacam que esses conceitos de danos primários e secundários foram elaborados a partir de trabalhos com lesões cerebrais, geralmente com pacientes adultos, como também demonstramos nas seções anteriores. Nessa perspectiva, as autoras ainda defendem que:

Pelas vastas possibilidades de reorganização do desenvolvimento dos sistemas funcionais nas crianças, o defeito orgânico pode ser compensado pela presença de condições favoráveis do meio e desdobramentos de sucesso do processo de auto-organização dos processos cerebrais. Contudo, se a auto-organização interna, ou as interações com o meio forem desfavoráveis, então o defeito não poderá ser compensado. Um ambiente pobre e, conseqüentemente, de privação funcional podem até mesmo gerar um defeito orgânico. Em outras palavras, nas crianças, a relação entre problemas orgânicos e distúrbios funcionais são mais complexas do que em adultos (Akhutina; Pylaeva, 2012b, p.31).

Pontuamos que esses objetivos já estavam postos por Vigotski (1988), quando o autor sistematiza o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Nesse sentido, as autoras resgatam o fundamento vigotskiano e avançam na defesa de que os métodos neuropsicológicos podem auxiliar a interromper um ‘efeito cascata’ de tais problemas no desenvolvimento infantil. Concordamos com as autoras, uma vez que frente às dificuldades apresentadas pelas crianças, em seu processo de escolarização, por exemplo, entra-se em um ciclo vicioso. A criança não aprende porque tem problemas e não se ensina porque a criança não aprende. Pontuamos a necessidade de entendimento de tal aspecto em relação à Psicologia Histórico-Cultural e assinalamos a necessidade de novos estudos para o aprofundamento deste tema. Nesse sentido, Tuleski e Chaves (2011) defendem que a Psicologia Histórico-Cultural apresenta uma possibilidade de superação aos encaminhamentos

biologicistas no enfrentamento e encaminhamento das dificuldades escolares apresentadas pelos educandos.

Para que tais dificuldades sejam trabalhadas, primeiramente se faz necessário que elas sejam entendidas e isso pode ser feito por meio de um diagnóstico psicológico e/ou neuropsicológico que também supere os tradicionais. Akhutina e Pylaeva (2012b) encaminham um processo de diagnóstico neuropsicológico embasadas nos pressupostos da teoria de Luria, ou seja, avaliam uma habilidade, como a escrita, por meio da compreensão dos sistemas funcionais envolvidos na mesma, a saber: motricidade, percepção, memória, análise fonológica, programação do comportamento, e planejamento da ação. Ou seja, por meio da integralidade do funcionamento psicológico da criança: “Assim, a principal tarefa do diagnóstico neuropsicológico em crianças é realizar competentemente a avaliação do estado/condições dos componentes dos sistemas funcionais que sustentam as funções mentais superiores; em outras palavras é diagnosticar funcionalmente.” (Akhutina; Pylaeva, 2012b, p.31-32).

As autoras destacam, novamente, que a avaliação de uma criança requer maiores cuidados do que o diagnóstico tópico de lesões cerebrais, logo, seria um processo ainda mais complexo. Nele, seriam avaliados: a organização serial de movimentos e da fala; a programação e o controle de ações voluntárias (funções executivas); percepção visual, auditiva, espacial, e cinestésica. Além disso, ainda seriam focadas a compreensão da linguagem e a atenção. Tal avaliação contaria com testes relativamente padronizados, embasados na metodologia luriana, e também por meio da comparação da qualidade das respostas realizadas pelas crianças nesses procedimentos, com uma avaliação computadorizada, que focalizaria mais em aspectos quantitativos (Akhutina; Pylaeva, 2012b, p.33).

O trabalho do neuropsicólogo, com crianças, portanto, requereria uma atenção especial, uma vez que não necessariamente falamos de danos cerebrais, mas de faltas ao desenvolvimento, que inclusive podem acarretar em não desenvolvimento cerebral. Destacamos que em no contexto atual, crianças com cérebros intactos têm sido patologizadas com deficiências intelectuais, sobretudo pelo fato de que as avaliações psicológicas das mesmas se restringem ao uso de instrumentos quantitativos de avaliação (Tuleski; Chaves, 2011). Nesse sentido, consideramos que a teoria de Luria objetiva superar tal enfoque.

Destacamos ainda, de acordo com Akhutina e Pylaeva (2012a), que tem sido crescente a inserção dos métodos neuropsicológicos na educação. As autoras apontam que os principais grupos que se beneficiam desse processo seriam os alunos com dificuldades para a leitura ou

em risco de desenvolvimento de dificuldades para a leitura, bem como estudantes com baixo rendimento escolar, crianças superdotadas, crianças com problemas psicossomáticos e os alunos que possuem rendimento escolar satisfatório, mesmo com dificuldades em sua saúde física. A tais grupos, as autoras colocam o conceito de “irregularidades” (Akhutina; Pylaeva, 2012a, p.40). As autoras defendem que tais irregularidades podem ser compensadas e, portanto, mesmo essas crianças com dificuldades podem aprender os processos de leitura. Os mesmos poderiam ser realizados por meio do desenvolvimento dos processos cognitivos básicos, que muitas vezes podem estar também deficitários, e pelo desenvolvimento e “remediação”, que entendemos ser próximo ao conceito de compensação das funções cognitivas e de seus componentes. Tal defesa coaduna com os pressupostos de Luria (1988) e Vigotski (2007), quando explicam como se formam os processos de domínio da leitura e da escrita.

O processo de desenvolvimento ainda contaria, segundo Akhutina e Pylaeva (2012a), com o estímulo ao processo de aprendizagem, caracterizado pelas autoras como motivação, e também pela inserção de interações ativas das crianças com adultos, que entendemos se caracterizar como mediação. Este processo envolveria a dinâmica do processo de internalização (seria a observação da maneira pela qual a criança realiza as tarefas em complexificação. Ou seja, inicia-se com tarefas simples e se complexifica), os componentes fracos dos sistemas funcionais da criança (que seria o trabalho de demonstrar para a própria criança quais são suas dificuldades, bem como a ajuda do adulto em superá-las, seria atuar na zona de desenvolvimento proximal da criança. Isso permitiria uma análise qualitativa do processo) e o envolvimento emocional da criança em seus processos interativos (é entendido como um pré requisito para o desenvolvimento cognitivo da criança. Caso esse processo também esteja comprometido na criança, também seria preciso desenvolvê-lo) (Akhutina; Pylaeva, 2012a, p.43).

Gostaríamos, ainda, de expor outra possibilidade de atuação do psicólogo para o desenvolvimento a partir da compreensão do funcionamento neuropsicológico dos sujeitos. Para isso, recorreremos a Jvattsev⁴⁹ (1983) nas discussões que apresenta a respeito de Logopedia, que poderia ser definida como a “Ciência pedagógica especial sobre a prevenção e correção dos transtornos da linguagem.” (Jvattsev, 1983, p.405).

De acordo com Jvattsev (1983) a terapia da fala se apoiaria na Pedagogia e utilizaria a Fisiologia e a Psicologia da linguagem, como metodologia de ensino para o desenvolvimento

⁴⁹ Mijail Efimovich Jvattsev.

da língua materna. Também utilizaria conhecimentos de áreas afins como Medicina, Linguística e outras. O autor defende que o caráter pedagógico da terapia da fala estaria determinado pela natureza da própria disciplina e pelos seus métodos. Consideramos interessante o destaque do autor sobre a necessidade pedagógica relacionada ao tratamento das patologias da linguagem. Sob nossa análise, tal aspecto possui coerência uma vez que se a fala não é uma função inata, mas sim desenvolvida, primeiramente para o ser, são necessários processos de aprendizagem. Além disso, destacamos que grande parte da teorização de Luria (1970) com relação aos seus trabalhos em Neuropsicologia, se deu a partir de estudos e encaminhamentos de reabilitação de transtornos da fala, denominados de afasias.

Jvattsev (1983) defende que a figura do professor na terapia da fala possui centralidade na recuperação de pacientes com transtornos da fala. O autor defende tal posicionamento com base nos trabalhos de vários cientistas soviéticos, como também de especialistas em transtornos da linguagem:

A terapia da fala soviética, diferentemente da burguesa, se apoia na teoria marxista-leninista sobre a unidade dialética da linguagem e do pensamento, sobre o surgimento da linguagem e suas relações com a atividade humana, sobre a natureza social e material e o papel da língua na superação dos defeitos de origem biológica mediante a influência social, isto é, sobre a influência educativa do meio. A terapia da fala se constitui como ciência pedagógica (Jvattsev, 1983, p.406).

O autor explica que o método da terapia da fala consiste na educação pedagógica sobre as pessoas que possuem alguma dificuldade no que se refere à linguagem. Tal método seria realizado da seguinte maneira: ensino da linguagem (nos casos de ausência de linguagem, de desenvolvimento insuficiente, transtornos da linguagem que havia se constituído normalmente); e reeducação (capacidade para organizar uma linguagem constituída de maneira incorreta). Segundo Jvattsev (1983), ao se realizar um trabalho de reeducação da linguagem, inevitavelmente, terá que se trabalhar com a reeducação do pensamento, dos processos emocionais e volitivos (motivações, relações), e sobre o desenvolvimento da personalidade de modo geral. Daí a visão de integração dos processos psíquicos, dada pela Psicologia Histórico-Cultural, ser de central importância para os trabalhos de reabilitação.

O autor apresenta uma conceituação de reabilitação muito interessante. Ainda mais quando lembramos Vigotski (2004c), ao dizer que uma palavra, ao nomear um fato, torna-se a filosofia do fato. A conceituação dos encaminhamentos de reabilitação seria o desenvolvimento inverso. Ou seja, se há um déficit, no processo de reabilitação, há que se

realizar (pelo reabilitador e paciente), um processo de desenvolvimento inverso à falha, ao déficit:

O trabalho terapêutico da fala se desenvolve pelo pedagogo-especialista (terapeuta da fala). O volume e caráter de seu trabalho estão determinados por seu objeto de trabalho. Nos casos de transtornos severos da linguagem, o terapeuta da fala, é simultaneamente o professor que transmite todo o programa escolar: não se pode educar a linguagem de uma forma racional, por exemplo, nos alálicos, sem conjugar, em uma etapa determinada, o desenvolvimento da linguagem, com a aprendizagem da leitura e da escrita, o cálculo aritmético com a educação das emoções, da vontade, do caráter, etc. Por conseguinte, o terapeuta da fala, deve ser antes de tudo, um pedagogo altamente qualificado e um bom professor das séries iniciais, assim como cada professor das escolas especiais para crianças que apresentam transtornos auditivo-verbais deve ter qualificação da terapêutica da fala. Juntamente com a preparação pedagógica, geral e especial, ao estudar a terapia da fala, deve receber conhecimentos fundamentais das várias ciências afins (de Psicologia, e Patopsicologia, Linguística, Anatomia patológica, Fisiologia e Patofisiologia, Patologia geral, e Educação Física terapêutica). Nos casos dos transtornos verbais com algum tipo de processo de morbidade, ou com anomalias, se faz necessária a intervenção de um médico (Jvattsev, 1983, p.411).

Jvattsev (1983) explica que geralmente o trabalho do terapeuta da fala se inicia em um trabalho conjunto com o médico. Uma vez que é o médico que geralmente realiza as primeiras consultas, reúne informações da anamnese e efetua um exame clínico a partir do qual é gerado um diagnóstico. A partir desse diagnóstico, é vista a saúde do paciente, bem como se indicam os procedimentos necessários. Pontuamos que o diagnóstico referente à avaliação neuropsicológica também possui esses objetivos. A partir desses elementos, podemos abstrair possibilidades para um processo de avaliação neuropsicológica, pelo menos no que se refere à postura do profissional. Jvattsev (1983) também defende como papel do terapeuta da fala, preparar o médico, no sentido de capacitação, para a colaboração entre os dois tipos de trabalho. Consideramos que esse aspecto também deva ser levado em consideração pelo neuropsicólogo e/ou pelo psicólogo quando trabalha em equipes multiprofissionais, seja em relação aos profissionais da área da Medicina, seja aos da Educação.

Consideramos que a discussão de Jvattsev (1983) se aproxima das defesas colocadas em Luria (1970; 1977; 1979; 1981) principalmente com relação aos objetivos dos encaminhamentos dos sujeitos que necessitam de auxílio mediado para seu desenvolvimento

ou reabilitação. Luria (1992) defende a importância do caráter multidisciplinar que realizava a partir de seus trabalhos clínicos. Um paciente que requer desenvolvimento de seus processos psicológicos requer atenção e entendimento, muitas vezes, de mais de um profissional. Daí a necessidade de que tais encaminhamentos sejam norteados por uma mesma teoria explicativa do desenvolvimento psicológico, que nesse caso, seria a Psicologia Histórico-Cultural.

Jvattsev (1983) ainda explica que a relação existente entre linguagem e vida social seria o elemento principal da necessidade de se atrelar o trabalho de reabilitação com as atividades da vida social dos pacientes com transtornos verbais, como estudo, trabalho infantil, jogos, passeios, excursões, etc. Essa orientação do autor nos faz pensar também na necessidade de que o trabalho de reabilitação seja realizado nas diversas esferas da vida social da pessoa. O processo de reabilitação ou de desenvolvimento das potencialidades do sujeito, dessa maneira, poderia ser estruturado a partir das necessidades postas pela vida social à pessoa. Desse modo, o trabalho de reabilitação não seria apenas referente a instrumentos condicionantes do indivíduo (como o treino da fala, da escrita, desenho e afins...), mas sim exercícios de reabilitação dotados de sentido e significado, que tivessem por fim essencialmente a realização ou o trabalho de suprimento de uma necessidade da vida social daquela pessoa.

Podemos considerar, dessa maneira, que uma avaliação qualitativa do sujeito em sua totalidade, com vistas à reabilitação ou ao desenvolvimento de seus processos psicológicos, deve objetivar, portanto, ao desenvolvimento de sua consciência e a melhores formas de atuação no mundo. Consideramos, também, que o destaque deve ser para **a participação ativa do sujeito no processo de reabilitação e/ou desenvolvimento das potencialidades**. Ao que nos foi possível constatar, este é o princípio defendido por Luria (1977), nos casos de tratamento com pacientes lesionados e pelos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de um modo geral.

Segundo Hecaen⁵⁰ (1983) as condições essenciais para o reestabelecimento de uma função psicológica estariam na possibilidade de se ter informações sobre os erros comportamentais cometidos devidos ao transtorno e modificá-los, ou corrigi-los ativamente. Ou seja, a reabilitação é um processo de conscientização da função perdida e sua retomada por meio do estabelecimento de novos comportamentos conscientes. A partir de Luria (1977) podemos pensar no desenvolvimento consciente dos processos de reabilitação.

⁵⁰ Henry Hecaen.

Frente ao que expomos, podemos considerar que o processo de avaliação neuropsicológica luriana pressupõe: o entendimento da constituição social das funções psicológicas, uma análise qualitativa e particular do desenvolvimento de um sujeito, bem como a superação de suas limitações. Sob nossa análise, o legado luriano para a Psicologia se coloca na busca por compreender os limites, bem como as possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos avaliados, com fins de norteamo e planejamento de ações de reabilitação e de educação. Portanto, ao se realizar um processo qualitativo de compreensão do sujeito, deve ser considerada, em um primeiro momento, a compreensão teórica a respeito do sujeito e sua constituição psicológica, para então planejar ações direcionadas a um maior desenvolvimento de seus processos psicológicos, o que caracteriza um posicionamento ético do psicólogo e/ou neuropsicólogo frente ao que é caracteristicamente humano.

REFERÊNCIAS

- Akhutina, T. V. (2002). *L. S. Vigotsky y A. R. Luria: la formación de la neuropsicología*. In: Revista Española de Neuropsicología, 4, 2-3, p.108-129.
- Akhutina, T. V. Pylaeva, N. M. (2012a). Methodology of neuropsychological intervention in children with uneven development of mental functions. In: Akhutina, T. V. Pylaeva, N. M. *Overcoming learning disabilities: a vygotskian-lurian neuropsychological approach*. Cambridge University Press: New York. p.40-47.
- Akhutina, T. V. Pylaeva, N. M. (2012b). Neuropsychology of individual differences in children as the foundation for the application of neuropsychological methods in school. In: Akhutina, T. V. Pylaeva, N. M. *Overcoming learning disabilities: a vygotskian-lurian neuropsychological approach*. Cambridge University Press: New York. p.29-39.
- Almeida, S. H. V. (2008). *Psicologia histórico-cultural da memória*. Tese de Doutorado, Educação: psicologia da educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
- Cagnin, S. (2010). *A pesquisa em neuropsicologia: desenvolvimento histórico, questões teóricas e metodológicas*. Psicologia em Pesquisa: Juiz de Fora. N. 02. p.118-134.
- Cardamoni, R. P. (1992). *Temas de psicologia, psicoterapia y neuropsicologia: um enfoque sócio-cultural*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- Chiodi, C. S. (2012). *O processo de avaliação psicológica na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem*. Dissertação de Mestrado. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Christensen, A. L. (1974). *Luria's neuropsychological investigation: text*. Copenhagen: Munksgaard.
- Christensen, A. L. (1975). *Luria's neuropsychological investigation: manual*. Copenhagen: Munksgaard.
- Christensen, A. L. (2001). *El diagnóstico neuropsicológico de Luria: pruebas de exploración, conducta del paciente y localización cerebral de los trastornos neuropsicológicos en una síntesis práctica*. Texto. Madrid: A. Machado Libros, S. A.

- Collares, C. A. Moysés, M. A. A. (1992). A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. In: *O sucesso escolar: um desafio pedagógico*. CADERNOS CEDES: Campinas. N. 28. p. 31-47.
- Collares, C. A. Moysés, M. A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez.
- Deutscher I. (1967). *A revolução inacabada (1917-1967)*. In: Revista Civilização brasileira. Caderno Especial. nº 1. Novembro. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. p.11-27.
- Duarte, N. (2001). *As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*. In: Revista Brasileira de Educação. N.18. p.35-40.
- Elfgren, C. Passant, U. Risberg J. (1993). *Neuropsychological findings in frontal lobe dementia*. Dementia; 4 (3-4). p.214-219.
- Garaudy, R. (1967). *Marxismo do século XX*. In: Revista Civilização brasileira. Caderno Especial. nº 1. Novembro. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. p.1-9.
- Garmore, W. S. Schefft, B. K. Moses Jr, J. A. (1991). *Evaluation of the diagnostic validity of the Luria-Nebraska neuropsychological battery form II*. In: International Journal Neuroscience. V.59. p.231-239.
- Golden, C. J. Hammeke, T. A. Purisch, A. D. (1980). *The Luria-Nebraska neuropsychological battery*. Los Angeles: Western Psychological Services.
- Guerreiro, M. M. (1989). *Avaliação da função visuo-espacial em uma criança com paralisia cerebral: proposta de um novo teste*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Guerreiro, M. M. Garcia, M. L. G. Ferraz, G. M. B. Piovesana, A. M. S. G. Moura-Ribeiro, M. V. L. (1993). *Hemiparasia congênita: avaliação neuropsicológica complementar utilizando computador*. Arquivos de Neuropsiquiatria, 51 (4). p.502-506.
- Günther, W. Streck, P. Haag, C. Klages, U. Müller, N. Hantschk, I. Bender, W. Gündürewa, M. Günther, R. (1992). *Psychomotor disturbances in psychiatric patients as a possible basis for new attempts at differential diagnosis and therapy*. In: European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience. V.242. p.152-160.

- Hecaen, H. (1983). Plasticidad cerebral y restablecimiento de las funciones psíquicas. In: Valcárel, E. C. (org.). *La neuropsicología, una nueva rama em el conocimiento psicologico*. Ministério de Educação Superior. Universidad de la Habana. Facultad de Psicologia. p.387-404.
- Hobsbawm E. (1998). *Era dos extremos – O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Homskaya, E. D. (2001). *Alexander Romanovich Luria. A scientific biography*. New York: Plenum Publishers.
- Jvattsev, M. E. (1983). Introducción a los estudios logopédicos. In: Valcárel, E. C. (org.). *La neuropsicología, una nueva rama em el conocimiento psicologico*. Ministério de Educação Superior. Universidad de la Habana. Facultad de Psicologia. p.405-530.
- Kagan, A. Saling, M. M. (1997). *Uma introdução à afasiologia traumática de Luria: teoria e aplicação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lênin, V. I. (1967). *As tarefas imediatas do poder soviético*. In: Revista Civilização brasileira. Caderno Especial. nº 1. Novembro. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. p.157-172.
- Leontiev, A. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro Editora.
- Lukács, G. (1967) *Carta sobre o stalinismo*. In: Revista Civilização brasileira. Caderno Especial. nº 1. Novembro. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. p.29-46.
- Luria, A. R. (1970). *Traumatic aphasia – its syndromes, psychology and treatment*. Moscou: Mouton.
- Luria, A. R. (1977). *Las funciones corticales del hombre*. Habana: Orbe.
- Luria, A. R. (1979). *El cérebro humano y los procesos psiquicos – análisis neuropsicológico de la actividade consciente*. Barcelona: Editorial Fontanella S. A.
- Luria, A. R. (1981). *Fundamentos de neuropsicologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Luria, A. R. (1983). Problemas generales y síndromes de actualidad de la afasia traumática. In: Valcárel, E. C. (org.). *La neuropsicología, una nueva rama em el conocimiento psicologico*. Ministério de Educação Superior. Universidad de la Habana. Facultad de Psicología. p.1-396.
- Luria, A. R. (1991). *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Luria, A. R. (1992). *A construção da mente*. São Paulo: Ícone Editora Ltda.
- Luria, A. R. (2001a). *A Neuropsicologia e o estudo das funções corticais superiores*. In: Christensen, A. L. *El diagnóstico neuropsicológico de Luria: pruebas de exploración, conducta del paciente y localización cerebral de los transtornos neuropsicológicos en una síntesis práctica*. Texto. Madrid: A. Machado Libros, S. A. p.19-23.
- Luria, A. R. (2001b). *Pensamento e linguagem – as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Luria, A. R. (2008). *O homem com um mundo estilhaçado*. Petrópolis: Vozes.
- Manga, D. (2001). Evaluación cualitativa em neuropsicologia clínica: historia reciente. In: Christensen, A. L. *El diagnóstico neuropsicológico de Luria: pruebas de exploración, conducta del paciente y localización cerebral de los transtornos neuropsicológicos en una síntesis práctica*. Texto. Madrid: A. Machado Libros, S. A. p.13-18.
- Martins, L. M. (2006). *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. In: 29ª Reuniao da ANPED, GT 17: Filosofia da Educação. UNESP.
- Martins, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Tese de livre-docência. UNESP: Bauru.
- Neves, M. C. L. Beato, R. G. Girodo, C. M. Lauar, H. Nicolato, R. Salgado, J. V. Teixeira, A. L. (2008). *Amnésia retrógrada funcional grave: relato de caso*. In: Revista Psiquiatria Clínica. 35 (1).p.26-30.
- Oliveira, B. (2001). *A dialética do singular-particular-universal*. In: V Encontro de Psicologia Social Comunitária. UNESP: Bauru-SP.

- Pasqualini, J. G. (2010). *Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da análise da prática do professor*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho'. UNESP-Araraquara.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T.^a Queiroz.
- Pestun, M. S. V. Ciasca, S. Gonçalves, V. M. G. (2002). *A importância da equipe interdisciplinar no diagnóstico de dislexia do desenvolvimento*. Arquivos de Neuropsiquiatria: São Paulo. N. 60. p.328-332. 2002.
- Pontes, L. M. M. Hübner, M. M. C. (2008). *A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental*. Revista Psiquiatria Clínica 35 (1). p.6-12.
- Proença, M. (2002). Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o cotidiano escolar a luz da perspectiva Histórico-crítica em Psicologia. In: Oliveira, M. K; Souza, D. T. R. Rego, T. C. (Orgs.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna. p.177-196.
- Pugnetti, L. Mendozzi, L. Motta, A. Cattaneo, A. Biserni, P. Caputo, D. Cazzulo, C. L. Valsecchi, F. (1993). *MRI and cognitive patterns in relapsing-remitting multiple sclerosis*. In: Journal of the Neurological Sciences, 115 (Suppl.). p.59-65.
- Riechi, T. I. Moura-Ribeiro, M. V. L. Ciasca, S. M. (2011). *Impacto do nascimento pré-termo e com baixo peso na cognição, comportamento e aprendizagem de escolares*. In: Rev. Paul Pediatr; 29 (4). p.495-501.
- Rivière, A. (1985). *La psicología de Vygotski*. Madri: Visor.
- Shuare, M. (1990). *La psicología soviética tal como la veo*. Moscou: Progreso.
- Silva, R. L. (2013). *Leontiev e natureza social do psiquismo: das lacunas no texto à totalidade na história*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá: Maringá/PR.
- Tabaquim, M. L. M. Guimarães, C. A. Abramides, D. V. M. Ciasca, S. M. (2001). Avaliação neuropsicológica em grupos gêmeares. In: *Temas sobre desenvolvimento*, v.10, n.56. p.5-11.

- Trotsky, L. (1967). *O que foi a Revolução de Outubro?* In: Revista Civilização brasileira. Caderno Especial. nº 1. Novembro. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. p.133-155.
- Tsushima, W. T. Newbill, W. (1996). *Effects of headaches during neuropsychological testing of mild head injury patients.* In: Headache, 36(10). p.613-615.
- Tuleski, S. C. (2007). *A unidade dialética entre corpo e mente na obra luriana: implicações para a educação escolar e para a compreensão dos problemas de escolarização.* Tese de Doutorado. UNESP. 2007. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/artigo33.htm>.
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista.* Maringá: Eduem.
- Tuleski, S. C. (2011). *A relação entre texto e contexto na obra de Luria: apontamentos para uma leitura marxista.* Maringá: Eduem.
- Tuleski, S. C. Chaves, M. (2011). Ler e escrever: da necessidade de ensinar e em defesa da superação das visões organicistas das dilexias, disgrafias e disortografias. In: Facci, M. G. D. Meira, M. E. M. Tuleski, S. C. *A exclusão dos "incluídos": uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos.* Maringá: Eduem. p.197-227.
- Tupper, D. E. (2001). Editor's foreword. In: Homskaya, E. D. *Alexander Romanovich Luria. A scientific biography.* New York: Plenum Publishers.
- Vigotski, L. S. (1997a). La psicología y la teoría de la localización de las funciones psíquicas. In: Vigotski, L. S. *Problemas teóricos y metodológicos de la psicología.* Madri: Visor.
- Vigotski, L. S. (1997b). Sobre os sistemas psicológicos. In: Vigotski, L. S. *Problemas teóricos y metodológicos de la psicología.* Madri: Visor.
- Vigotski, L. S. (1988). Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Leontiev, A. N. Luria, A. R. Vigotski, L. S. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.* São Paulo: Ícone: Editora da USP. p.103-117.
- Vigotski, L. S. (2000a). Análisis de las funciones psíquicas superiores. In: Vigotski, L. S. *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.* Madri: Visor.

- Vigotski, L. S. (2000b). El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: Vigotski, L. S. *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Madri: Visor.
- Vigotski, L. S. (2000c). Método de investigación. In: Vigotski, L. S. *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Madri: Visor.
- Vigotski, L. S. (2004a). A consciência como problema da Psicologia do comportamento. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. p.55-85.
- Vigotski, L. S. (2004b). O método instrumental em Psicologia. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. p.93-101.
- Vigotski, L. S. (2004c). O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. p.203-417.
- Vigotski, L. S. (2007). A pré-história da linguagem escrita. In: Vigotski, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. p.125-145.
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2013). *A transformação socialista do homem*. URSS: Varnitso, 1930. Tradução Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>.
- Vygotsky, L. S. Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.